

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA**

VERA LÚCIA SILVA

**Mobilização, educação e memória: o Serviço de Promoção Humana (SPH),
em Camocim-CE, 1962-1979**

**Uberlândia
2015**

VERA LÚCIA SILVA

**Mobilização, educação e memória: o Serviço de Promoção Humana (SPH),
em Camocim-CE, 1962-1979**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Marta Emísia Jacinto
Barbosa

**Uberlândia
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586e Silva, Vera Lúcia, 1986-
2015 Mobilização, educação e memória: o Serviço de Promoção Humana (SPH), em Camocim-CE, 1962-1979 / Vera Lúcia Silva. - 2015.
224 f.: il.

Orientadora: Marta Emísia Jacinto Barbosa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Trabalhadores - Camocim (CE) - História - Teses. 4. Camocim (CE) - História - Teses. I. Barbosa, Marta Emísia Jacinto. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Banca Examinadora

Profa. Dra. Leandra Domingues Silvério (UFTM)

Profa. Dra. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (UFU)

Profa. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa (UFU)
(Orientadora)

*In memoriam à professora Zilma e ao aluno da EPA, Zenildo, que
participaram ativamente dos trabalhos do SPH e que também são
coautores deste trabalho.*

*Ao professor Benedito e a todos/as os/as trabalhadores/as e suas
respectivas famílias que participaram do SPH.*

Agradecimentos

Para vencer cada etapa do mestrado até chegar à dissertação, contei com o apoio e a colaboração de muitas pessoas queridas, sem as quais não teria superado os limites do tempo e da distância, entre eu e meus entrevistados. É o momento de retribuir o carinho e a confiança dados a mim.

Sou grata, primeiramente, ao meu porto seguro, minha família, especialmente ao meu pai e minha mãe, Antônio e Lúcia, que sempre estiveram do meu lado durante essa jornada. Por sua compreensão nos tantos momentos que deixei de visitá-los para cumprir com os prazos desse processo, por confiarem e acreditarem em mim. Sou grata também ao meu noivo, Antônio Francisco, pela compreensão, apoio e amor incondicional, sobretudo nos momentos que precisei me ausentar para cumprir com as exigências do mestrado; aos meus irmãos, Marcela e Franciele; aos meus queridos sobrinhos, Maria Clara, Ana Clara, Sarah e Luiz Antônio; a minha amada avó paterna, Alaidia, meu exemplo de mulher de fibra; minha avó materna, Rita, e meu avô, Sebastião; meus tios e tias, em nome da minha querida tia Isabel; e aos meus muitos primos, em nome daquela que sempre me motivou, Daniela.

Sou muito grata a minha orientadora, Marta Emísia Jacinto Barbosa, pela dedicação, compreensão e respeito durante o trabalho de orientação. Obrigada por ter assumido esse projeto comigo, pelo incentivo e pelo exemplo que é na defesa da história comprometida com o social.

À professora Regina Ilka Vieira Vasconcelos, pelas valiosas e significativas contribuições que deu a essa dissertação, desde as aulas de Trabalho e Representações até à leitura atenta e cuidadosa no trabalho de qualificação, se estendendo à defesa da dissertação.

À professora Leandra Domingues Silvério, pela leitura atenta na banca de qualificação, oferecendo valiosas e importantes contribuições para o trabalho final e por ter aceitado o convite para banca de defesa.

Aos professores do Instituto de História da UFU, pelo aprendizado proporcionado. Aos professores da linha Trabalho e Movimentos Sociais, por todas as contribuições durante esse percurso. Aos secretários da coordenação de pós-graduação, Joziane e Stênio, pela presteza, gentileza e eficiência em sempre nos atender.

Ao CNPq, pela bolsa durante o mestrado que garantiu minha sobrevivência e possibilitou minha dedicação integral a este projeto.

Aos amigos que fiz no curso e aos colegas de turma, com quem compartilhei discussões, aprendizagens, dúvidas, inquietações, angústias, momentos felizes e tensos, especialmente a Carla, Pâmela, Mário, Victor Hugo, Maria Cristina, Juscelina, Mylena, Gelda, Eberton, Raniele e Durval.

Aos entrevistados, coautores desde trabalho, Rita, Francisca Oliveira, Cemilda, Maria de Fátima, Terezinha, Zilma (*in memoriam*), Benedito, Caetano, Graça Cardeal, Zenildo (*in memoriam*), Aderaldo, Edmilson, Dr. Zé Maria, Donato, Luís Melo, Carlos Augusto, Maria José, Marta Helena, Maria de Jesus, Francisco Thiago (*in memoriam*), Walder, Antonilda, obrigada pela gentileza e satisfação em me atender e trazer tantas memórias, tão valiosas para o encaminhamento deste trabalho.

Agradecimento especial e merecido ao professor Benedito, que me acompanhou durante toda essa trajetória, desde a seleção até a etapa final da defesa. Exemplo de perseverança, energia, otimismo, sensibilidade e solidariedade. Obrigada pelas palavras de incentivo, pelo apoio incondicional e por estar sempre do meu lado nessa caminhada. Obrigada pelas horas e dias mergulhados nas pesquisas ou entrevistando professores, alunos, agricultores, médico, agente do SESI, diretores-presidentes, todos ligados ao SPH, nos anos 1960 e 1970. Sou consciente de que não existem palavras capazes de retribuir o apoio dado a mim ao longo dessa caminhada, meu querido “pai do coração”, eterno mestre e grande amigo e pessoa humana admirável.

Agradeço a Dona Dora, que me recebeu de braços abertos desde as primeiras vezes que fui a Uberlândia, durante o processo seletivo. À minha grande amiga, Carol, com quem dividi apartamento, tantos momentos felizes, de aprendizagens; que sempre me dava forças quando as dificuldades pareciam maiores do que as oportunidades.

Minha gratidão aos professores do curso de História da Universidade Estadual Vale Acaraú (UVA), Benedito, Dênis, Raimundo, Viviane, Igor, Luciana, Elzenita, Telma pelo incentivo e apoio, sem os quais não teria sido possível fazer as viagens para participar da seleção.

Agradeço aos meus amigos por sempre acreditarem em mim, Marcos Farias, Cosma Araújo, Cássia Sá, Lilian Paiva, Galba Faustino, Antonio Marcos, Eliane, Eveline, Luciane, Daniel, Ana Selma, Rakel Silva, Rubens Francisco, Adelmo Braga, Talyne Rose, Rabelo, Paulo Henrique.

A todos que contribuíram de alguma forma para a concretização desse trabalho, para meu crescimento como pessoa e como profissional!

Resumo

Esta dissertação analisa a mobilização do Serviço de Promoção Humana (SPH), em Camocim, no período de 1962-1979, junto aos trabalhadores que constituíram o seu quadro de associados, em torno das atividades que a instituição foi criando a partir de temáticas trazidas das vivências desses trabalhadores, tais como educação, saúde, moradia, alimento e trabalho. Destaca a presença da Igreja no desenvolvimento dessas atividades, sob a perspectiva da intervenção social, validação de costumes e valores defendidos por ela. Essa presença é observada através da cessão de espaços físicos que possibilitaram a realização dos trabalhos, da influência de uma missão de Igreja, vivenciada pelos diretores-presidentes do SPH e pelas instituições com quem formou convênios, como Cáritas Brasileira e Ação do Episcopado Alemão Contra a Fome e a Doença no Mundo (MISEREOR). Situando-se no interior da História Social e em diálogo com a historiografia inglesa, principalmente com os trabalhos de Edward Palmer Thompson e Raymond Williams, busca problematizar o que foi essa experiência do SPH e desses trabalhadores na cidade e para além dela. Busca também os significados que os trabalhadores estão atribuindo a essas experiências, as memórias construídas pelos documentos institucionais e pelo diálogo com esses sujeitos. Dá ênfase ao trabalho de educação como prática social e força articuladora que forjou modos de educar, de organizar, de trabalhar, de divertir, os quais foram constituindo sujeitos no movimento de constituição da própria cidade e do campo. Thompson possibilitou a compreensão da “experiência” desses trabalhadores não como uma categoria fixa, abstrata, mas como o vivido, os acontecimentos, as ações e, ao mesmo tempo, os sentidos a elas atribuídos. Na lida com as fontes de pesquisa, Williams traz importantes contribuições para o entendimento delas como linguagens constitutivas do social. A análise de tal mobilização se fez a partir dos materiais do Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH), do Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), localizado no Centro de Ciências Humanas (CCH), da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), na cidade de Sobral, e a partir de entrevistas realizadas com médico, alunos e professoras, diretores-presidentes, doméstica, agricultores, mestre-de-obras, todos envolvidos nos trabalhos da instituição nos anos de 1960 e 1970.

Palavras-chave: Mobilização e Trabalhadores; Experiências e Memórias; Educação; Cidade e Igreja.

Abstract

This dissertation analyzes the mobilization of Human Promotion Service (SPH) in Camocim, from 1962 to 1979, with the workers who constituted its membership, around the activities that the institution was creating from thematic brought from experiences of these workers, such as education, health, housing, food and work. Highlights the presence of the Church in the development of these activities, from the perspective of social intervention, validation customs and values held by it. This presence is observed through the cession of physical spaces, that made possible the realization of the work; the influence of a mission of Church, experienced by president directors of the SPH and institutions with whom he formed agreements such as the Brazilian Caritas and Action of Episcopate German against hunger and disease in the World (MISEREOR) Situated in the social history and in dialogue with the English historiography, especially with the works of Edward Palmer Thompson and Raymond Williams, seeks to question what was that experience of SPH and these workers in the city and beyond it. It searches also the meanings that workers are attributing to these experiences, memories built by institutional documents and dialogue with these subjects. Emphasizes the work of education as a social practice and articulating force that forged ways to educate, to organize, to work, to have fun, which were constituting individuals in the creation of motion of the city itself and the field. Thompson allowed us to understand the “experience” of these workers not as a fixed category, abstract but as the experienced in life, events, actions, and at the same time, the senses attributed to them. In dealing with the sources of research, Williams brings important contributions to the understanding of them as constitutive of social languages. The analysis of its deployment was made from the materials of the Fund: Serviço de Promoção Humana (SPH), Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), situated in the Centro de Ciências Humanas (CCH), of the State University Vale do Acaraú (UVA), in the city of Sobral, and from interviews with doctors, students and teachers, CEOs, domestic workers, farmers, master builders, all involved in the institution’s work in the 1960s and 1970s.

Keywords: Workers and Mobilization; Memories and Experiences; Education; City and Church.

Lista de Imagens, Tabelas e Gráfico

Imagem 1: Mapa de localização de Camocim-CE	17
Imagem 2: Mapa – Bairros de Camocim onde houve atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH)	88
Imagem 3: Mapa – Localidades de atuação do Serviço de Promoção Humana (SPH) no município de Camocim e de Barroquinha	95
Imagem 4: Ficha de inscrição do associado (anverso)	144
Imagem 5: Ficha de inscrição do associado (verso)	145
Tabela 1: Alfabetização de 1960 por grupos de idade	71
Tabela 1: Alfabetização de 1970 por sexo	71-72
Tabela 3: Profissão dos trabalhadores associados ao SPH	137-140
Gráfico 1: Situação habitacional – Construção	151

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACC – Associação Comercial de Camocim
ACCAL – Academia Camocinense de Ciências, Artes e Letras
ACO – Ação Católica Operária
AI-2 – Ato Institucional Número Dois (AI-2)
AIB – Ação Integralista Brasileira
ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAPS II – Centro de Atendimento Psicossocial
CCH – Centro de Ciências Humanas
CCMC – Centro Comunitário Marieta Cals
CCSF – Centro comunitário São Francisco
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEPA – Colégio Estadual Padre Anchieta
CEPI – Colégio Professor Ivan Pereira de Carvalho
CETRESO – Centro de Treinamento de Sobral
CNAE – Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNBB – Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico
CSEC – Centro Social Evangélico de Camocim
CSU – Centro Social Urbano
CTCC – Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Camocim
DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
EMC – Escola Marieta Cals
ENECOM – Encontro de Entidades Comunitárias
EPA – Escola Pedro Apóstolo
EPH – Escola de Promoção Humana
FAS – Fundação de Ação Social

FENECOM – Federação de Entidades Comunitárias de Camocim
FNT – Frente Nacional do Trabalho
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPEC – Instituto de Previdência do Estado do Ceará
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IRFED – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
JFC – Juventude Feminina Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LABOME – Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MEC – Ministério da Educação
MCTI – Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação
MISEREOR – Ação do Episcopado Alemão Contra a Fome e a Doença no Mundo
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
NEDHIS – Núcleo de Estudos e Documentação Histórica
NTP – Núcleo Promocional de Tamboril
ONGs – Organizações Não Governamentais
PASPE – Posto de Abastecimento São Pedro
PO – Pastoral Operária
POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PPO – Plano Pastoral Orgânica
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSF – Programa de Saúde da Família

PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUG – Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma
RFFSA – Rede Ferroviária Federal, S.A.
RVC – Rede de Viação Cearense
SAGMACS – Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais
SAR – Serviço de Assistência Rural
SAUR – Serviço de Ação Urbana
SBF – Sociedade Beneficente Ferroviária
SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SEPC – Sindicato dos Estivadores do Porto de Camocim
SESI – Serviço Social da Indústria
SOP – Setor de Opinião Pública
SPH – Serviço de Promoção Humana
SSVP – Sociedade São Vicente de Paula
STSPC – Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Portuários de Camocim
SUNAMAM – Superintendência Nacional da Marinha Mercante
SUS – Sistema de Saúde Única
UDN – União Democrática Nacional
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFANA – União Feminina de Assistência à Natalidade e ao Acião
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPI – Universidade Federal do Piauí
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE – União Nacional dos Estudantes
UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

Introdução	14
Capítulo 1	Serviço de Promoção Humana (SPH): espaço e organização 41
1.1.	Como surge e se desenvolve a experiência do SPH em Camocim 46
1.2.	Como se organiza o SPH em Camocim 68
Capítulo 2	Mobilização e atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH) na cidade e no campo 98
2.1.	Trabalho e participação 99
2.2.	Quem eram os sócios: sujeitos em construção 133
Capítulo 3	Experiência e memória 153
3.1.	Histórias que contam: as mulheres 154
3.2.	Histórias que contam: o retorno à cidade 168
Considerações finais	201
Fontes	207
Bibliografia	220

Introdução

Desde a graduação, venho pesquisando sobre a ação do Serviço de Promoção Humana (SPH), em Camocim-CE, no esforço de dar visibilidade às experiências sociais que não constam na história oficial, sem com isso reeditar uma versão maniqueísta da história que proponha a substituição dos antigos heróis por outros. Minha experiência de trabalho no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS)¹, no Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), na cidade de Sobral-CE, possibilitou o contato diário com os documentos do “Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH)”, como livros de atas, relatórios de atividades, fichas de inscrição de associados, livros de “sócios”, correspondências, estatutos, termos de convênios, informativos, boletins de alunos, dados históricos etc.², levando-me, assim, a tomá-lo como objeto de estudo.

Direcionei, naquele momento, minha atenção para as atividades que o SPH tinha desenvolvido durante o seu período de maior atuação em Camocim, 1967-1972. A ênfase agora, nesta dissertação, é na sua articulação, no período de 1962-1979, junto aos trabalhadores que constituíram o seu quadro de associados, tais como: domésticas, pescadores, agricultores, comerciantes, salineiros, estudantes, professores, portuários, pedreiros, marítimos, costureiras, estivadores, carpinteiros, trabalhadores da Rede de Viação Cearense (RVC), pintores, lavadeiras³, bancários, militares, mecânicos, feirantes,

¹ Criado em 2001 pela iniciativa dos professores do curso de História da UVA, Marta E mília Jacinto Barbosa, Raimundo Nonato Rodrigues de Souza, Chrislene Carvalho dos Santos, Agenor Soares e Silva Júnior, Regina Ilka Vieira Vasconcelos e Maria Aparecida Vasconcelos Lopes, com o intuito de estimular a pesquisa sobre os diferentes acervos da cidade de Sobral e de outros municípios da Zona Noroeste do Estado do Ceará, bem como receber doação, catalogar, organizar, preservar e disponibilizar para pesquisa documentos de valor histórico e cultural referentes ao Ceará, o acervo do NEDHIS conta com uma diversidade de documentos: Cartoriais (Inventários, Testamentos, Atas Eleitorais, Processos Criminais, Processos Cíveis, Processos Eleitorais e Processos Comerciais), Eclesiásticos (Livros de Batismo, de Tombo e de Irmandades), Administrativo Público (Atas, Editais, Decretos, Receita e Despesa, Impostos da Câmara e da Prefeitura Municipal de Sobral), Administrativo Privado (Livros Contábeis e Copiadores) e Organizações Comunitárias (documentos do SPH), datados dos séculos XVIII, XIX e XX. Dispõe também de jornais (como *O povo*, *Diário do Nordeste* – dois periódicos de grande circulação no estado do Ceará – e *Correio da Semana* – periódico de circulação local) e revistas (como *Nossa História*, *Veja*, *Isto É*, *Época*, *Caros Amigos*, *Carta Capital*, *Revista da Biblioteca Nacional*) de circulação nacional e regional, dos séculos XX e XXI.

² Em 2010, o coordenador do NEDHIS, Professor Raimundo Nonato Rodrigues de Sousa, e o Professor Benedito Genésio Ferreira, o qual foi diretor-presidente do SPH por vários mandatos, e eu conseguimos a custódia desses documentos para o núcleo, após várias visitas à sede da instituição em Camocim e uma reunião com os membros de sua diretoria. Os materiais expressam o movimento e a articulação da instituição junto aos trabalhadores que compunham o seu quadro de associados e as entidades com quem formalizou convênios, no desenvolvimento de atividades relacionadas à educação, saúde e higiene, também à alimentação, moradia e trabalho.

³ Mulheres domésticas que lavavam roupas para outras famílias em troca de um pagamento em dinheiro ou em produtos alimentícios.

marchantes⁴, carreteiros, motoristas, trabalhadores do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), médicos, dentistas, agentes da malária, magarefes⁵, sapateiros, padeiros, agentes do Serviço Social da Indústria (SESI) etc., na luta por melhores condições de vida e de trabalho, dando destaque para as experiências que indicam modos de educar, organizar, trabalhar, e de se divertir na cidade e no campo; bem como as memórias que a documentação escrita pela diretoria da instituição procura constituir e as memórias que esses trabalhadores contam sobre o vivido e os significados que estão atribuindo a essas experiências a partir do que vivem hoje.

O SPH foi fundado a 06 de maio de 1962, pelo então padre Luís Gonzaga Melo, em um bairro “afastado do centro da cidade” denominado “São Pedro”, na cidade de Camocim – e habitado, majoritariamente, por famílias de pescadores –, como uma associação de caráter social, econômico, cultural e religioso. Reuniu, nos anos 1960 e 1970, uma diversidade de trabalhadores em torno de atividades que envolviam educação, cultura, saúde, higiene, moradia, alimentação e trabalho.

Embora as fontes – como relatórios de atividades e entrevistas com diretores-presidentes – ressaltem que o SPH não pertencia à Igreja Católica, nas duas primeiras décadas, todos os seus diretores-presidentes foram padres – com exceção do da última diretoria –, os quais eram, simultaneamente, encarregados da igreja São Pedro. Além disso, o SPH recebeu também apoio de outras instituições católicas, como da Cáritas Brasileira, da Ação do Episcopado Alemão Contra a Fome e a Doença no Mundo (MISEREOR) e da *Karl Drepper Aktion*. Ademais, a igreja São Pedro constituiu-se no principal ponto de apoio para a realização das atividades da associação, servindo, inclusive, de sala de aula, de secretaria e sede de reuniões e do Núcleo Central. Neste sentido, a primeira de minhas inquietações é acerca da presença da Igreja nas realizações do SPH e na vida dos trabalhadores que o compunham.

Por causa de três fatores: 1) do posicionamento geográfico da cidade de Camocim, localizada na região Noroeste do Ceará, compreendendo a parte litorânea próxima à fronteira com o Piauí, situada a 370 quilômetros da capital, Fortaleza – como se pode ver no mapa, da página 17; 2) da crescente indústria de charque; e 3) do comércio de importação e exportação de outras matérias-primas da região⁶, seu Porto, ao final do século XIX e início do XX,

⁴ Negociante que vende a carne por atacado aos açougues.

⁵ Homem que, nos matadouros, mata e esfolia bois, vacas, cabras, porcos etc.

⁶ Ler SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Entre o porto e a estação:** cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970. 2008. 257 f. Tese (Doutorado em História do Norte e Nordeste do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

tornou-se um dos mais movimentados do estado. Ao lado da Estrada de Ferro de Sobral⁷, contribuiu para que a economia de Camocim atingisse seu ápice entre as duas grandes guerras mundiais.

Com a desativação do Porto, no final da década de 1950 e, conseqüentemente, do ramal ferroviário, em 1977, Camocim reduziu drasticamente o fluxo de pessoas e de mercadorias que chegavam pelo porto e seguiam viagem pelo trem em direção a outras cidades do Estado. Como agravante, o transporte rodoviário, por exemplo, não deu conta de levar a produção de sal até seus compradores, enfraquecendo a indústria salineira que não conseguiu vencer a concorrência do Rio Grande do Norte.

Por causa desse passado de crescimento econômico, populacional, de investimentos na construção civil (para abrigar os migrantes) e mobilidade social, muitos trabalhadores, ao narrar hoje suas experiências no SPH, referem-se à Camocim como “a terra do já teve”, levando-me à segunda inquietação, o que Camocim é hoje a partir do ontem? Por que o bairro onde surgiu o SPH era considerado periferia e desvalorizado pelas populações que viviam no centro da cidade, na época, e hoje constitui um dos locais com mais alto valor imobiliário?

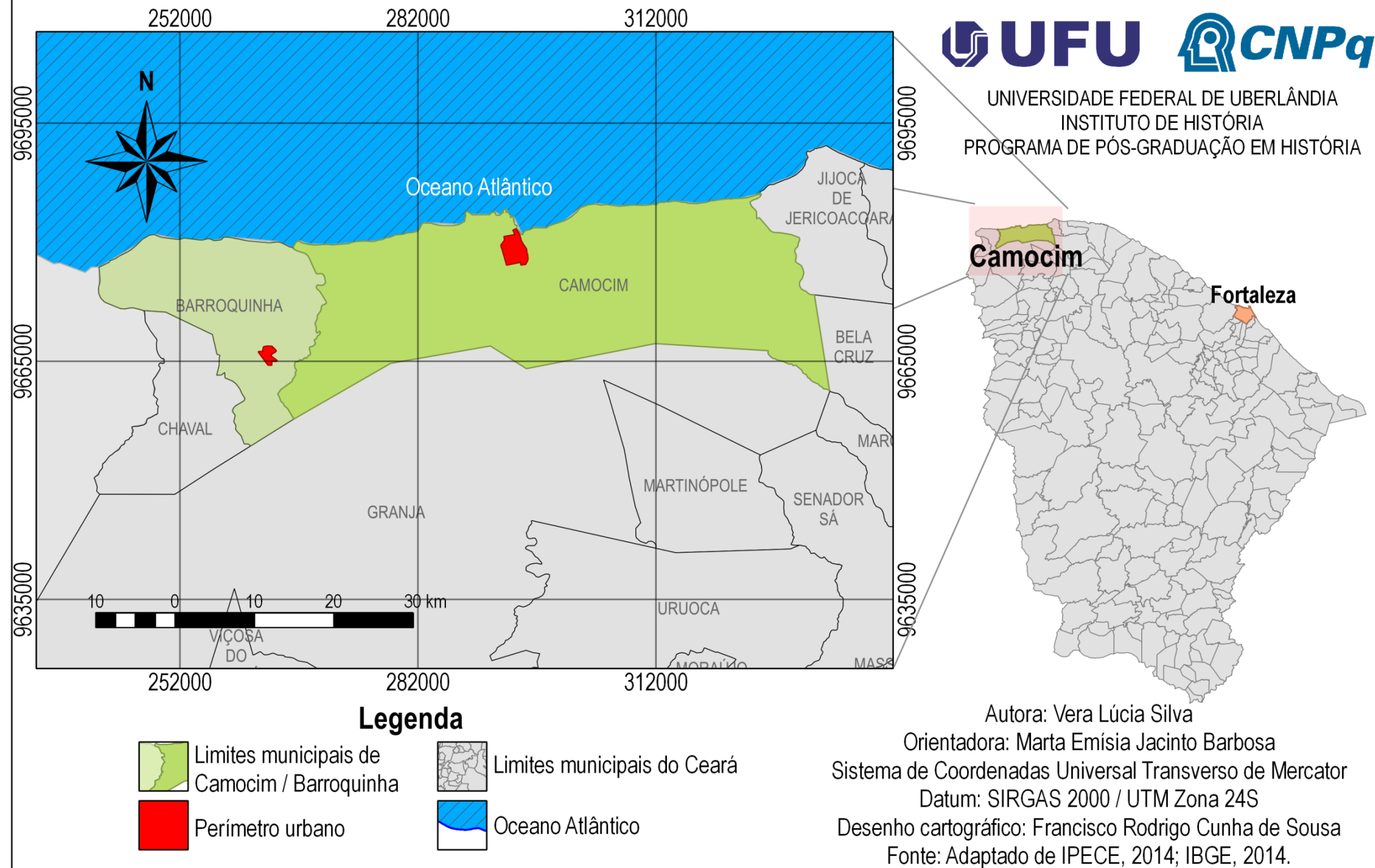
O objeto de estudo foi se compondo e se recompondo ao longo do processo de pesquisa e diálogo com os referenciais teóricos. Inicialmente, pensava investigar os modos de viver e de trabalhar dos “sócios”⁸ do SPH, no período entre 1962-1993. No entanto, uma análise demorada no conjunto da documentação escrita, disponível para pesquisa no NEDHIS, mostrou que havia um período em que se preservou muito do que foi feito e se planejava fazer (1962-1979), e outro em que se tinha arquivado poucos materiais (1980-1993).

Como lidar com essa questão? Como compor os modos de viver e de trabalhar do período em que havia encontrado poucos materiais? Por que os documentos produzidos entre 1980-1993 não estavam ali? Onde estavam? Ou será que não se registraram as atividades desse período? Ou ainda, não os encontrei junto aos outros por que houve a paralisação de suas atividades? Foram algumas das indagações que me coloquei naquele momento.

⁷ “[...] por sua posição geográfica (próxima aos portos de Acaraú e Camocim), era ponto de confluência e escoamento da produção pecuária dos sertões vizinhos e da Serra da Ibiapaba.” SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim (1927-1950)**. 2. ed. Sobral: Edição do autor, 2011. p. 87.

⁸ Termo encontrado na documentação para denominar os trabalhadores associados a ele.

IMAGEM 1: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE CAMOCIM – CE



Busquei, junto ao diretor-presidente que encerrou seu mandato em 1979, Benedito Genésio Ferreira, e ao livro de atas de 1968-1980, nomes de pessoas que foram eleitas para a diretoria do SPH, para o biênio de 1979-1981, com a expectativa de que pudessem indicar o lugar onde estavam ou se houve a paralisação das atividades. O primeiro contato foi com Rita Rodrigues Pereira, professora, nos anos 1970, da Escola Pedro Apóstolo (EPA)⁹, que falou da possibilidade desses documentos se encontrarem na sede do “Nosso Lar” e sugeriu que procurasse a Edilene da Silva Mota, pessoa responsável por esta instituição após a transferência da religiosa Pedrina Maria¹⁰ para Maraguape-CE. Durante uma entrevista que realizei com Edilene, indaguei-a sobre as atividades produzidas no período em que Pedrina esteve à frente do SPH, se fizeram registros por escrito dessas atividades e onde poderia localizá-los. Ela disse que se lembrava da existência de reuniões e da feitura de atas, mas não sabia dizer onde encontrá-las.

Fui até Fortaleza entrevistar irmã Pedrina. Mesmo com a saúde fragilizada e não se recordando muito de sua experiência em Camocim, por conta da idade, recebeu-me no Colégio Santa Rosa, onde reside atualmente. Durante a entrevista, dialogamos sobre os cursos que desenvolveu, como de costura, bordado, artesanato para mães, e creches nas quais as mães participantes dos cursos podiam deixar seus filhos enquanto trabalhavam; além de serviços assistenciais, como distribuição de sopa e transporte de doentes para os hospitais. Quanto aos documentos daquele período, afirmou que ficaram todos em Camocim.

Na tentativa de descobrir se esses documentos estavam juntos com os arquivos da Diocese de Tianguá, procurei, sem sucesso, entrar em contato e consegui uma entrevista com o bispo, Dom Francisco Javier Hernández Arnedo. Com poucas evidências sobre o período, e com o prazo da pesquisa se esgotando, tive que redefinir o seu recorte temporal, cobrindo, agora, 1962-1979.

Desse modo, partilho da discussão de Déa Ribeiro Fenelon, segundo a qual os historiadores da História Social têm sido capazes de incorporar outras temáticas do social¹¹ mas ainda sentem a necessidade de demarcar acontecimentos e processos para poder falar

⁹ Escola criada e mantida pelo SPH, em parceria com o Centro Social Evangélico de Camocim (CSEC), com a Colônia dos Pescadores Z-2 e com o Serviço Social da Indústria (SESI).

¹⁰ Freira da Congregação das Capuchinhas, trabalhou em Camocim por 18 anos, atuando no “Nosso Lar”, no SPH e nas obras Comunitárias da Diocese de Tianguá-CE. Foi eleita vice-diretora-presidente para o biênio 1979-1981, mas com a saída do padre Edvaldo Gomes da Silva, eleito diretor-presidente, Pedrina assumiu a frente dos trabalhos do SPH até sua transferência para outra paróquia, em meados da década de 1990.

¹¹ Pois têm feito discussões para além de seus interesses iniciais, quase exclusivo com as classes trabalhadoras acerca de temas como a sexualidade, as minorias, o lazer, a vida em família, os homens, as mulheres, a velhice, o urbano e o viver em cidade, os sabores, os odores, as memórias e tantos outros. Ler FENELON, Déa Ribeiro. “O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?”. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 6, p.11, jan./jun. 1992.

com mais tranquilidade do antes e do depois, revelando resquícios de concepções que, teoricamente, condenam, mas que parecem ainda estar presentes nas análises empreendidas por eles¹²; e da compreensão de Stuart Hall de que a periodização não só localiza um objeto de estudo dentro de uma cronologia, mas dentro de experiências, de processos históricos, de relações entre sujeitos reais¹³.

Optei pelo recorte temporal 1962-1979 tendo em vista também que, nesse período, é possível vislumbrar duas temporalidades distintas, que foram se definindo com o movimento dos trabalhos da instituição dentro do município de Camocim. A primeira é marcada, principalmente, pelo Ensino Formal, com a criação de três escolas em bairros periféricos e uma na zona rural, pela construção de núcleos e centros para servir de apoio aos trabalhos de educação, lazer, produção (padaria ou horta comunitária), bem como de espaço para reuniões, entretenimento, treinamento, hospedagem e missas. A segunda fase se caracteriza pela descentralização da instituição: cada núcleo e cada centro passam a constituir sua própria diretoria e a administrar as atividades realizadas no bairro em que estavam localizados; e encerra-se com o início de uma nova diretoria que iria dar outros rumos aos trabalhos do SPH, após meados de 1979.

A análise das fontes escritas e a produção de entrevistas com alunos, com diretores-presidentes e trabalhadores associados ao SPH (agricultores, domésticas, professoras, agentes do SESI, mestres de obras, por exemplo) me levaram a substituir o título do projeto de pesquisa apresentado durante o processo seletivo do mestrado, “modos de viver e trabalhar” por experiências, considerando que este termo incluía não só os modos de viver e trabalhar, mas também os modos de morar, de divertir, de organizar, de alimentar e de se sentir.

Com o desenvolvimento da pesquisa e aprofundamento do arcabouço teórico-metodológico adotado, constatei que, para entender essas experiências, seria necessário discorrer e problematizar acerca da mobilização do SPH e dos sujeitos que o constituíram em Camocim; e, para além dele, da educação, não apenas porque a instituição criou escolas, mas por ter forjado um modo de se organizar, de se comportar; e as memórias constituídas sobre essas experiências, redefinindo, assim, o objeto e o título da dissertação.

Neste sentido, situando-me no interior da História Social e em diálogo com a historiografia inglesa¹⁴, busco – por meio da materialidade da *documentação escrita* (livros de

¹² *Idem*, p. 17.

¹³ HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG/UNESCO, 2003. p. 247-293.

¹⁴ Entre os trabalhos que dão suporte teórico-metodológico ao meu posicionamento teórico e político na discussão acerca dessas experiências sociais, destaco THOMPSON, E. P. “Prefácio”. In: _____. **A formação da**

atas, relatórios de atividades, fichas de inscrição dos associados, livros de “sócios”, correspondências, estatutos etc.) articulada às *entrevistas* e a *falas*¹⁵ de pessoas que participaram do SPH, em diferentes momentos, durante as comemorações de seus 50 anos de fundação¹⁶, no ano de 2012 – problematizar o que foi essa experiência vivenciada por esses trabalhadores na cidade e para além dela – incluindo-se a isso uma discussão sobre essa cidade; as contradições entre de onde vieram os princípios institucionais do SPH e em que de fato ele se transformou e o que significou nesse período, ou seja, como os saberes dos trabalhadores e as experiências forjadas por eles próprios como comunidade e com base na cooperação entre si contribuíram (ou não) para a transformação desses princípios, dando-lhes novos significados?

Procuro também problematizar as diferenças sociais existentes entre esses trabalhadores – quais suas expectativas e interesses em participar do SPH –; bem como, através da apropriação das temáticas que faziam parte da vida desses trabalhadores (educação, saúde e higiene, alimentação, moradia e trabalho), entender como o SPH foi forjando modos de se organizar, de educar, trabalhar, sugerindo formas de morar, de se alimentar e se divertir; discutir sobre as memórias construídas pelos documentos institucionais e pelos sujeitos a quem estou denominando “trabalhadores”.

Adoto, com Heloísa Faria Cruz, Maria do Rosário Peixoto e Yara Aun Khoury, a noção de *experiência social* “como um conceito articulador que não divorcia a vida material da cultura e da consciência.”¹⁷ Pois as pessoas estão sempre engajadas em refletir sobre sua própria experiência, bem como a dos outros e, assim, cresce sua compreensão da vida social e sua cultura.

Compartilho do pressuposto de que, na *experiência*, a estrutura é transmutada em processo, e os sujeitos são reintroduzidos na história, não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas

classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 9-16. THOMPSON, E. P. “Mesa, você existe?” In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 13-18. THOMPSON, E. P. “O termo ausente: experiência”. In: *Idem*. p. 180-201. FENELON, Déa Ribeiro, *op. cit.*, 1992, p. 5-23.

¹⁵ Disponíveis em DVDs na sede do SPH em Camocim-CE. Consegui tirar cópias dos DVDs com a secretaria da instituição.

¹⁶ Semana de comemoração aos 50 anos de fundação do SPH, 30 de abril a 06 de maio de 2012, realizada nos vários locais onde houve atividades, como no sítio Tamboril, bairro do Cruzeiro, de São Francisco e de São Pedro. O evento foi filmado por Francisco Jander dos Santos – contratado pela diretoria do SPH – e por mim com o objetivo de registrar as memórias dos associados sobre suas experiências na entidade.

¹⁷ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. “Introdução”. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura, KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias:** memórias e linguagens. São Paulo: Olho D’Água, 2006. p. 11.

determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, como me faz pensar Edward Palmer Thompson¹⁸. Assim, acredito que discutir sobre temas que problematizam a experiência social de trabalhadores camocinenses (domésticas, pescadores, agricultores, comerciantes, salineiros, carregadores do porto, pedreiros, costureiras, estivadores, carpinteiros, trabalhadores da Rede de Viação Cearense (RVC), pintores, lavadeiras, mecânicos, feirantes, marchantes, carreteiros, motoristas, trabalhadores do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), magarefes, sapateiros, padeiros etc.) que não tinham acesso à educação, à saúde pública, e que passavam por dificuldades alimentares, sofriam com a falta de moradia, de trabalho e não tinham o direito à visibilidade de suas ações, perspectivas e projetos, sinaliza para a possibilidade de reavivar suas memórias e histórias e de valorizá-las enquanto dimensão do seu fazer-se na luta dentro do SPH por melhores condições de vida e de trabalho.

Nas décadas de 1960 e 1970, existiam poucos estabelecimentos de ensino em Camocim: o Colégio Imaculada Conceição, conhecido como Colégio das Irmãs, de 1ª a 8ª séries, e o Patronato São José, ambos privados e administrados pela Igreja; uma escola mantida pela prefeitura, o Grupo Escolar José de Barcellos, da 1ª a 4ª séries, e outra mantida pelo Estado, o Colégio Estadual Padre Anchieta; algumas iniciativas de sindicatos e associações como a do Sindicato dos Salineiros e a da Sociedade Beneficente Ferroviária (SBF), que ofereciam escolas formais aos filhos de seus associados, com alfabetização e/ou diversos cursos em suas oficinas, os quais objetivam prepará-los para trabalhar nas oficinas da ferrovia; e algumas iniciativas de particulares, em que as professoras alfabetizavam, em sua própria casa, crianças e jovens que pudessem pagar a taxa cobrada por elas.

O número de estabelecimentos de ensino público existentes não atendia à demanda de muitos dos trabalhadores associados ao SPH e de seus filhos em idade escolar, bem como de outros tantos, que não eram associados. Os salários e as condições de trabalhos de muitos deles também não permitiam pagar as mensalidades em um dos colégios dirigidos pela Igreja.

Levando-se em consideração esses fatores e a falta de políticas públicas voltadas para a área de educação e da saúde que incluíssem a maioria da população, não ter acesso significava não ter oportunidade de frequentar uma escola e não ter atendimento em postos e hospitais públicos quando necessário, ou não ter condições financeiras de custear a própria educação e pagar consultas, exames, medicação e/ou tratamento de saúde.

¹⁸ THOMPSON, *op. cit.*, 1981, p. 182.

Dizer que esses sujeitos não têm direito à visibilidade de suas ações implica afirmar que lhes é negado espaço social e político em Camocim nos quais reconheçam a contribuição de suas experiências junto ao SPH como parte da luta por melhorias nas condições de vida e de trabalho, como no caso da educação, que até o presente é omitida na história da educação do município. Significa dizer também que, em seu tempo, seus projetos e perspectivas foram ignorados pelo poder público.

Thompson ensina que:

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com os outros de determinadas maneiras, tal como os autores individuais se relacionam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação etc.).¹⁹

Neste sentido, tomar como objeto de estudo a experiência social desses trabalhadores em todas as suas dimensões, como discutem Cruz, Peixoto e Khoury, implicou “na recusa da explicação determinista do econômico ou mesmo de conceber a realidade como soma de aspectos ou dimensões do político, econômico, cultural etc.”²⁰.

Refletindo sobre a discussão desenvolvida por Thompson, em *A miséria da teoria*, no capítulo VII “Intervalo: a lógica histórica”, de que o conhecimento histórico é provisório, seletivo, limitado e definido pelas perguntas feitas às evidências e os conceitos que informam essas perguntas, durante o processo de pesquisa, no diálogo entre conceito e evidência, indagações iniciais foram redefinidas e outras foram surgindo²¹.

Atenta à discussão de Raymond Williams, de que “os conceitos dos quais partimos não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos”²², vi-me instigada a problematizar, ao longo dos capítulos, as noções encontradas nos livros de atas, nas correspondências, nos relatórios, nos estatutos, por exemplo, as quais eram usadas para definir os trabalhadores associados, as suas ações e as do SPH, sobre “sócios”, “pobres”, “serviço”, “parceiros”, “comunidade”, “desenvolvimento integral”, “promoção humana”, “promocional”, “assistencial”. A ideia foi compreender de onde partiram essas noções, o que esses documentos estão indicando sobre elas e o que, na prática, elas significaram, e quais as intencionalidades expressas em cada uma. Nessa direção, penso com Maria do Pilar Araújo Vieira, Maria do Rosário Peixoto e Yara Aun Khoury,

¹⁹ THOMPSON, *op. cit.*, 1981, p.50.

²⁰ CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, *op.cit.*, 2006. p.10.

²¹ THOMPSON, *op. cit.*, 1981. p. 47-62.

²² WILLIAMS, Raymond. Cultura. In:_____. Marxismo e literatura. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.17.

quando dizem que “o processo de investigação não cabe em esquemas prévios, e as categorias que servem de apoio ao trabalho serão construídas no caminho da investigação”²³.

Partindo da compreensão de que “o que se busca no passado é algo que pode até ter se perdido nesse passado, mas que se coloca no presente como questão não resolvida”²⁴, reitero a atualidade em tratar de um tema que põe em discussão experiências que abarcam questões como educação, saúde, moradia, trabalho e alimentação, em um momento histórico no qual se vivenciam, no presente, as lutas de diversos movimentos sociais, com greves de diferentes categorias profissionais, protestos reivindicando melhorias nos setores de transporte, educação, saúde, moradia – os quais ganharam repercussão nacional quando milhões de brasileiros saíram às ruas em diversas partes do país, no que ficou conhecido como “Jornadas de junho de 2013”²⁵ –, de um lado; e, de outro, o estabelecimento de políticas públicas, com a criação de novas escolas, universidades federais, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)²⁶, Programa Universidade para Todos (PROUNI)²⁷, Programa “Ciências sem Fronteiras”²⁸, que vêm possibilitando o ingresso de milhões de

²³ VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1991. p. 9.

²⁴ *Idem*, p. 43.

²⁵ Partindo, como discute Daniel Fônsêca, “de uma questão restrita a direito a um transporte coletivo acessível em várias capitais, derivaram-se questões diversas que foram da crítica à corrupção e à representatividade de políticos, à desmilitarização da polícia, passando pela oposição aos gastos ostensivos feitos para viabilizar megaeventos”²⁵. Apesar de ter levado o qualificante de “junho”, as manifestações como as que presenciamos no Brasil não são inéditas ou recentes, nem tampouco pararam naquele mês. O próprio Movimento “Passe Livre” já atuava desde 2003, quando estudantes, em Salvador-BA, organizaram uma manifestação reivindicando o acesso gratuito ao transporte público. Retomando a discussão de Fônsêca, “tampouco os ativistas da tática dos *black blocs* surgiram recentemente, como rebento acelerado da conjuntura política que tem agitado as cidades brasileiras – estes têm sua gênese datada na década 1980, na Alemanha, e depois tiveram atuação aprimorada no enfrentamento das políticas neoliberais a partir de manifestações ocorridas em 2001, em Gênova, na Itália. Os movimentos ‘de junho’, por sinal, continuaram em várias cidades, com o movimento ambientalista em Fortaleza-CE, a ocupação da Câmara de Belo Horizonte-MG, as mobilizações de povos indígenas e professores em Porto Alegre, os vários movimentos e atos no Rio de Janeiro-RJ – a exemplo dos protestos críticos à visita do Papa, contra a violência policial e em defesa da educação. A construção discursiva em torno do ineditismo e do possível caráter ‘estanque’ e momentâneo dessas manifestações, portanto, deve ser relativizada. Pode-se admitir, no entanto, o hiato temporal havido desde os últimos movimentos massivos que tiveram tamanha densidade num curto período, como as passeatas pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, e o movimento pelas Diretas Já!, entre 1983 e 1984.” FONSÊCA, Daniel. **Não dá para não ver: as mídias nas manifestações de 2013**, p. 5. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10419.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2014.

²⁶ O Pronatec é um programa do governo federal que “se desenvolve sobre três formas. A primeira é na oferta de ensino técnico para estudantes do Ensino Médio. A segunda é na oferta de qualificação profissional para jovens e adultos que buscam a oportunidade de melhorar sua formação. E a terceira é na oferta de cursos de capacitação para o público do programa ‘Brasil Sem Miséria’.” PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Disponível em: <<http://www.pronatec2014.com.br/>>. Acesso em 20 ago. 2014.

²⁷ O PROUNI é o “programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de Educação Superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de Nível Superior”. PROUNI. Programa Universidade para Todos. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em 20 ago. 2014.

²⁸ “Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação

jovens de baixa renda à universidade, à educação básica, aos cursos técnicos, ao mercado de trabalho e/ou o desenvolvimento de suas pesquisas; a criação do Programa Mais Médicos²⁹, na tentativa de melhorar o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS); com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida³⁰; na geração de novos empregos e na criação do Bolsa Família³¹, que tem amenizado problemas com a deficiência alimentar.

Porém, é preciso ressaltar que essas políticas públicas vêm se dando em função das lutas sociais e do enfrentamento político no interior de uma sociedade marcada pelas desigualdades socioeconômicas, não são apenas iniciativas do poder público. Essas lutas não são novas. O que é novo é a forma com que as pessoas se articulam em cada presente na busca por melhores condições de vida e de trabalho. Nas décadas de 1960 e 1970, o SPH se empenhou em desenvolver atividades junto aos trabalhadores associados a ele que pudessem contribuir, usando a terminologia presente em seu estatuto, para o “desenvolvimento integral” de suas famílias, através da criação e manutenção de escolas, cursos de culinária, de corte e costura, de ambulatório, gabinete odontológico, farmácia popular, posto de abastecimento, padaria comunitária, horta comunitária, roçado comunitário, Vila Operária, de auxílio funerário, carteira jurídica. Outras organizações, como as Ligas Camponesas, em meados dos anos 1950 até o golpe civil-militar, se mobilizaram politicamente para defender a urgência da reforma agrária, com direito à terra, ao trabalho, à educação, à saúde. Tais bandeiras de luta estão desenvolvidas, atualizadas e reiteradas na luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

(MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.” CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS. O que é. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em 15 ago. 2014.

²⁹ “O Programa Mais Médicos faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais.” PROGRAMA MAIS MÉDICOS. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/mais-medicos>>. Acesso em 20 ago. 2014.

³⁰ O Programa “Minha Casa Minha Vida” faz parte do Programa Nacional de Habitação do governo federal, em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. O programa possibilita o financiamento de imóveis em até 30 anos. E está disponível para famílias com renda bruta de até R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) e dispõem de formatos e taxas diferentes, de acordo com a faixa de renda comprovada pelo candidato. PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA. Cadastro e inscrição. Disponível em: <<http://www.feiraodacaixa2013br.com.br/cadastro-minha-casa-minha-vida-2013>>. Acesso em 25 ago. 2014.

³¹ “O Bolsa Família é um programa do governo federal de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. [...] Integra o Plano ‘Brasil Sem Miséria’, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. [...] possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.” BOLSA FAMÍLIA. Home. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 20 ago. 2014.

Assim, esta pesquisa vem somar-se aos trabalhos acerca da temática das experiências de movimentos sociais que objetivavam não só lutar por melhores condições de vida e de trabalho junto aos sujeitos que os constituem, mas também mantê-los sob a influência dos valores e da tradição cristã. Muitas dessas experiências ainda não foram contempladas pela historiografia e tantas outras tem poucos trabalhos a seu respeito, principalmente as que ocorreram nas cidades interioranas, como as do SPH e de seus associados em Camocim-CE³².

O período de fundação do SPH, em 1962, pelo então padre Luís Gonzaga Melo, também serviu de instigação para essa pesquisa. Esse período é constituído e constituidor de um processo de intensa mudança no âmbito interno da sociedade brasileira, que pôs em questão o equilíbrio da estrutura social e veio acarretar na relativa disfunção de valores, normas e papéis, levando a Igreja Católica a assumir uma nova postura pastoral, que se voltava também para os problemas sociais e econômicos das populações pobres. Em Natal-RN, por exemplo, segundo Cândido Procópio Ferreira de Camargo, a Igreja Católica “ofereceu uma versão capaz de facilitar aos próprios indivíduos a definição de sua situação no processo de mudança e esboçar projetos de vida inspirados pelos valores cristãos e coerentes com as novas perspectivas de organização sócio-econômica (sic).”³³. Em Camocim, observe-se a preocupação da Igreja com o social, através dos diretores-presidentes do SPH, os quais procuraram conciliar o desenvolvimento de ações pastorais com as temporais, interferindo nos costumes e valores da população.

Tomo como apoio as obras do historiador camocinense Carlos Augusto Pereira dos Santos, *Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim (1927-1950)*³⁴ e *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE (1920-1970)*³⁵, para construir, a partir das condições de vida da população pobre, evidenciadas na documentação e nas entrevistas, uma discussão da cidade de Camocim para além das experiências do Partido Comunista, do Porto e da estação ferroviária, que considera o auge e a

³² Sobre o SPH existem, até então, apenas três trabalhos monográficos – “*Relato de uma experiência de educação popular: SPH, Camocim-CE*”, de Zilma Carvalho de Araújo Ferreira, defendido em 1994 no Curso de Especialização em Educação Brasileira da Universidade Estadual do Ceará (UECE); “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: A experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1967-1972, de Vera Lúcia Silva, apresentado no primeiro semestre de 2011 no Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); e “Porque tudo na vida tem seus altos e baixos”: A experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1972-1979, defendido no segundo semestre de 2011 por Ana Selva Silva de Aguiar no Curso de História da UVA. Estes dois últimos foram reunidos em um livro, publicado em 2014, com o título “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: A experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1967-1979, o qual trata do auge e declínio das atividades da instituição.

³³ CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1971. p. 82.

³⁴ SANTOS, *op. cit.*, 2011.

³⁵ SANTOS, *op. cit.*, 2008.

decadência das atividades portuárias e ferroviárias para compor o traçado da cidade, sem considerar as mediações que incluem as experiências de outros sujeitos que não tiveram suas condições de vida alteradas e melhoradas pela riqueza proporcionada por essas atividades.

Na primeira, Santos procura evidenciar a militância comunista em suas relações com outras existentes na cidade, notadamente com a reação católica, visto que, no Ceará e em grande parte do país, a produção historiográfica sobre o comunismo privilegia basicamente o partido, as agências institucionalizadas ou se reporta a fatos tidos como importantes da história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora nos últimos anos isso venha mudando.³⁶

Na segunda, fazendo uso de documentação sindical, crônicas, entrevistas, processos criminais e fotografias, o autor traz uma discussão que dá ênfase não apenas aos aspectos físico-geográficos de Camocim, mas também a quem constrói e como constroem a cidade. Com esse propósito, trata do processo de ocupação regional proporcionado pelo porto e pela ferrovia; das disputas da regionalização econômica que abrange os portos do Ceará e dos problemas decorrentes desse embate; do processo de desativação desses espaços de trabalho e as consequências que trouxe para a cidade; do cotidiano dos trabalhadores – suas práticas associativistas, suas festas, suas lutas, os espaços de lazer e os conflitos sociais.

Dentro da perspectiva da História Social, tomo como suporte teórico para uma discussão que compreende a história como processo e constituída por relações de homens concretos no tempo, o historiador Thompson e o crítico literário Williams. O primeiro, em *As peculiaridades dos ingleses*, instigou-me a questionar os modelos, conduzindo-me à reflexão de que o historiador precisa saber encará-los com cuidado e manter-se aberto às respostas das evidências para as quais não tem categorias prontas, pois os processos históricos não podem ser colocados dentro de modelos prévios: seu caráter específico, fluido e dialético foge a formas e padrões³⁷. O segundo, em *Marxismo e literatura*, tem alertado que é preciso desarrumar os conceitos na tentativa de saber a partir de que pontos referenciais eles surgiram, pois, como afirma, “cada conceito interagiu com uma história e experiência em transformação”³⁸. Assim, procuro, no decorrer dos capítulos, entender como os conceitos ou categorias de análise surgiram e se desenvolveram e se alteraram no interior do processo histórico que os envolve.

³⁶ SANTOS, *op. cit.*, 2011.

³⁷ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p.75-179.

³⁸ WILLIAMS, *op. cit.*, 1979, p.18.

Foram muitas as contribuições de Williams para o entendimento das linguagens – fontes escritas e orais – que selecionei para desenvolver essa pesquisa enquanto atividade prática e constitutiva do social, articulação ativa e em transformação – uma presença social e dinâmica no mundo. Ele discute que, no positivismo e no materialismo objetivista, a apreensão da linguagem era limitada porque a separavam da prática do “mundo”, considerando-a como reflexo da realidade, e não como uma atividade constitutiva. Nessas duas distintas linhas de pensamento, o movimento histórico desaparece na explicação da linguagem porque a consideravam uma abstração da realidade, um reflexo automático fora da experiência humana, e não levavam em consideração a participação ativa dos sujeitos em sua produção.

A linguagem perdeu decisivamente, no caso, sua definição como atividade constitutiva. Tornou-se uma ferramenta ou instrumento ou meio utilizado pelo indivíduo quando tem de comunicar alguma coisa, em distinção da faculdade que os tornou, desde o início, capazes não só de relacionar-se e comunicar-se, mas, em termos reais, de ser praticamente conscientes e de, com isso, possuir prática ativa da linguagem.³⁹

A linguagem das fontes escritas e orais – enquanto prática social – não é produzida “individualmente” apenas pelo secretário que faz a ata, por exemplo, no caso da primeira; ou pelo entrevistado e entrevistador, na produção da segunda. As fontes são criadas dentro de processos históricos, na dialética das relações que as pessoas estabelecem entre si e com o seu lugar social e com interesses.

Dessa forma, é relevante investigar sobre o processo de construção das fontes: quem as fez? Qual era o seu lugar social? Para quem fez? Que interesses defendia quem produziu determinados documentos? Por quem falam as evidências? De qual história particular elas participaram? Como elas estão organizadas e arquivadas hoje?

É importante elucidar que, quando lanço essas questões, não estou buscando “simples autoria, nem meras datas ou contextos já dados que lhes são, portanto, anteriores e exteriores”, como me faz refletir Fenelon, Cruz e Peixoto. Estou “considerando que elas expressam sujeitos históricos, inseridos ativamente numa complexa rede de relações e acontecimentos e num intrincado jogo de pressões e limites que é preciso problematizar”⁴⁰.

³⁹ *Idem*, p. 38.

⁴⁰ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 10.

Com o intuito de dar início à discussão sobre esses questionamentos acerca da produção das fontes que utilizo nesse trabalho, é que passo agora a discorrer detalhadamente sobre elas.

Em uma de minhas conversas com um dos professores do curso de História da UVA, Benedito Genésio Ferreira⁴¹, sobre minhas dificuldades em encontrar fontes para desenvolver a pesquisa de monografia a respeito da presença do comunismo em Sobral, contou-me da existência de uma associação comunitária da qual foi diretor-presidente por diversas vezes, denominada de “Serviço de Promoção Humana (SPH)”, que faria 50 anos de fundação em 2012 e que tinha preservado em sua sede, na cidade de Camocim, um conjunto de documentos sobre suas atividades, os quais poderiam servir de fonte para um trabalho de conclusão de curso acerca da experiência dessa associação.

Na ocasião, perguntou-me se não gostaria de conhecê-los. Posteriormente, combinamos uma data para ir a Camocim. Acompanhada de mais três graduandas, Ana Selma Silva de Aguiar, Gleiciane Paulo Albuquerque e Lidiana Lima de Albuquerque, encontrei-me com o Professor Benedito e a Ana Paula Santos, outra graduanda na sede da associação. Minhas colegas e eu ficamos impressionadas com o volume de documentos existente. Apesar de estarem guardados em pastas, envelopes, sacos, caixas de papelão, todos estavam muito empoeirados e, muitos, com clips e grampos enferrujados. Embora encontrássemos parte deles com temáticas diversas em um mesmo local, a maioria estava organizada segundo o espaço social em que as atividades do SPH eram realizadas, ou de acordo com o tema/área de sua atuação do período a que correspondia.

Passamos três finais de semana trabalhando na limpeza e identificação desses documentos. Preservamos a nomenclatura original dos que continham, e os demais, fomos denominando de acordo com os temas já existentes, ou com o assunto para o qual a leitura deles nos remetia. No último final de semana, tivemos uma reunião com a diretoria da instituição para falar do interesse da universidade em catalogá-los, arquivá-los e disponibilizá-los para pesquisa no NEDHIS. Naquele momento, já tinha tomado a decisão de fazer o trabalho de conclusão de curso sobre o SPH e, como funcionária do núcleo, estava duplamente interessada nos documentos. A vinda deles para o meu local de trabalho facilitou muito o processo de pesquisa não só da graduação, como também do mestrado, pois, durante minha estadia lá, também pude digitalizá-los.

⁴¹ Ao longo de todo o texto, será citado também como padre Benedito, por ter exercido a função de sacerdote e de diretor-presidente do SPH durante grande parte do recorte temporal da dissertação.

No NEDHIS, esses documentos ficaram reunidos no “Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH)”. Passaram por mais um processo de limpeza e identificação e foram arquivados em pastas e caixas de polionda, identificadas por etiquetas, em ordem alfabética, de acordo com a sua funcionalidade (por exemplo, correspondências, administrativos – recibos, notas fiscais, folhas de pagamento de professores, patrimônio, imposto de renda, conta de telefone, de luz e de água etc. –, estatutos, informativos, relatórios, atas, fichas de inscrição de associados, entre outros), com as áreas de trabalho (como educação, trabalho e produção, “serviços funerários”, “serviços jurídicos”, “serviço de transporte”) ou com o espaço de atuação do SPH (Sítio Tamboril, Nosso Lar, Rádio Comunitária, Casa e Igreja de São Pedro, Cooperativa São Pedro). Estão disponíveis para pesquisa na terceira entrada do arquivo deslizante, da direita para a esquerda; na segunda estante, do lado esquerdo.

O Fundo: “Serviço de Promoção Humana (SPH)” é apresentado pelo NEDHIS como um conjunto de documentos que expressam fragmentos da história da instituição. O modo como o arquivo lida com estes materiais e os disponibiliza para a pesquisa, mantendo muito da sua organização original feita pelo SPH, sinaliza para a produção de memórias, levando-me a indagar: que memórias esses documentos constituem? Qual o projeto de sociedade que ali se constituía? Qual o papel que a produção de memórias cumpria no sentido de viabilizar esse projeto e a que interesses servia?

Parto do suposto de que a memória, como nos faz refletir Samuel Raphael, longe de ser “um banco de imagens do passado”, é produzida num processo ativo e dinâmico de escolhas, de lembranças e esquecimentos conscientes que tendem a imprimir sentidos/significados sobre um tempo histórico⁴². Nesse sentido, a forma como esses documentos foram produzidos e organizados indica aquilo que deve e como deve ser lembrado. A preocupação em registrar as atividades realizadas e o próprio ato de preservar tais registros aponta para o interesse de constituição de memórias.

Dentro do SPH, havia pessoas específicas para produzir esses documentos, as quais eram selecionadas nas eleições para a diretoria (secretário, tesoureiro, diretor-presidente); ou para as equipes de trabalho (professoras, membros do Setor de Opinião Pública (SOP)); ou, ainda, no caso de ausência de algumas dessas pessoas, por exemplo, do secretário durante uma reunião, escolhiam-se outra para fazer a ata.

A maioria das atas registradas no livro, de 1968-1980, foi feita pelo secretário José Ferreira dos Santos, que, na época, era funcionário da RVC, com a função de minutar as

⁴² SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 44, fev. 1997. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11234/8241> >. Acesso em 28 nov. 2014.

sessões mensais e extraordinárias da diretoria do SPH, das equipes de trabalho e do conjunto de associados ao SPH – que tinham, inclusive, a participação efetiva de professoras, de estudantes e suas mães. Mesmo nos momentos em que exerceu outros cargos dentro do SPH, como de tesoureiro, de orador oficial, de membro do SOP ou como presidente da Comissão Coordenadora Interina que completou o 6º mandato, 1972-1974, José Ferreira dos Santos, por diversas vezes, foi escolhido para escrevê-las.

A análise das atas de sua autoria revela que tinha domínio sobre a técnica de produção desse tipo de registro. Ressalto ainda a habilidade com a escrita, identificada na articulação de ideias e na ausência quase total de erros gramaticais, segundo a ortografia padrão, para um homem que concluiu apenas a 3ª série do Ensino Primário, hoje 4º ano do Ensino Fundamental. De modo geral, suas atas são longas e trazem em detalhes a pauta das sessões.

Na reunião mensal de 18 de janeiro de 1969, ele registrou:

Seguiu-se com a palavra o médico – Dr. José Maria que, numa oração fluente e entusiástica, muito exaltou a filantrópica iniciativa do SPH, tornando-se um oásis dos menos favorecidos da sorte; verberou veementemente a ação destruidora e malévola dos políticos que diziam estar ele, Pe. Benedito, desenvolvendo uma ação politqueira a ponto de fazer da Igreja de S. Pedro um salão de comício político e ofereceu a sua franca cooperação no que lhe fosse (sic) pedido para se penitenciar por nada ter feito ainda em favor de tão significativa e beneficente iniciativa.⁴³

A forma como vai discorrendo sobre a pauta das reuniões/sessões e sobre os discursos dos participantes põe em evidência os valores⁴⁴, os posicionamentos do SPH e as correlações de forças existentes, sem deixar de imprimir sua própria visão do processo, adotando, muitas vezes, para isso, o uso de adjetivos. Nesse trecho, o discurso do médico José Maria Primo de Carvalho, orador oficial da instituição, descrito pelo secretário, é um ato de engrandecimento e defesa do SPH diante do poder público que se revelava incomodado com a presença do diretor-presidente, padre Benedito, e com a dimensão que os trabalhadores da instituição vinham alcançando em Camocim – que nesse momento atingia outros bairros além do de São Pedro, como São Francisco e Cruzeiro – apontando para disputas dentro da e pela cidade.

Nessa direção, considero o potencial desse tipo de registro por indicar indícios sobre as correlações de forças que atuam na cidade, as atividades realizadas no SPH, permitindo, entre outras possibilidades, vislumbrar a educação como prática social e força articuladora

⁴³ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA). Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS). Serviço de Promoção Humana (SPH). Livro de atas, 1968-1980, ata de 18 de janeiro de 1969, fl. 9v-10. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

⁴⁴ Expressos no ato de rezar o “pai-nosso”, na entoação de cânticos cristãos pelo Coral Ágape da Igreja de São Pedro, ou na entoação de hinos cívicos, ou, ainda, nas sessões comemorativas de datas cívicas, por exemplo.

que ultrapassa a dimensão formal e intervém na constituição de modos de trabalhar, organizar, alimentar e divertir, por meio do trabalho em mutirão dentro da padaria comunitária, de hortas e roçados comunitários, bem como através dos trabalhos de construção dos centros e núcleos do SPH e nas festas, quadrilhas, tertúlias organizadas pelas professoras para arrecadar fundos que seriam usados na manutenção das escolas e na compra de matérias didáticos.

Os *relatórios de atividades* (1962-1968; 1966; 1968; 1969; 1972) eram elaborados pelo diretor-presidente do período de sua abrangência. Eles descrevem as várias ações desenvolvidas pelo SPH com a participação efetiva dos trabalhadores associados, bem como parte de seus resultados. Tem um valor histórico de informar sobre o que foi feito, mas sob uma dada seleção que atende a certos interesses e que imprime, inclusive, o ponto de vista de seu autor/relator articulado ao tempo histórico de sua produção.

Consciente dessas questões, tento perceber nessa descrição como os trabalhadores associados ao SPH foi se mobilizando para desenvolver as atividades e como os diretores-presidentes do SPH foram se articulando para formar convênios com outras instituições e conseguir recursos para os trabalhos realizados nos anos 1960 e 1970.

Dentro de uma associação comunitária sem recursos governamentais, mantendo-se por meio de doações, de convênios com outras instituições e do trabalho em mutirão das pessoas associadas a ela, resalto o esforço para fazer relatórios – sobretudo para o de 1962-1968, com 29 páginas e capa em papel flexível – com certa sofisticação: todos datilografados e, a maioria, escritos em papel timbrado com a logomarca da instituição.

As *correspondências* (1963-1980) são constituídas por cartas enviadas a diversas instituições – como Ação do Episcopado Alemão Contra a Fome e a Doença no Mundo (MISEREOR), Voluntários da Paz, Capitania dos Portos do Estado do Ceará em Camocim e Cáritas Brasileira Diocesana de Sobral – e a autoridades, solicitando apoio financeiro e técnico para o desenvolvimento das atividades ou informando sobre o que estava sendo trabalhado; e por cartas recebidas de outras organizações, as quais também informam sobre o andamento de atividades. Foram produzidas pelo diretor-presidente, secretário, membros das equipes de trabalho do SPH ou por outras instituições. Nelas, é possível identificar as articulações com outras instituições; as necessidades dos trabalhadores, expressas na solicitação de ajuda para o desenvolvimento de atividades em determinadas áreas; e, por vezes, tensões em torno do uso dos recursos recebidos.

É uma prática comum nas instituições fazer o cadastro das pessoas filiadas ou associadas. No SPH, além do cartão de identificação do “beneficiado”⁴⁵, termo colocado pela documentação – que deveria ser apresentado nas reuniões ou no momento em que fosse solicitar a participação em alguma atividade, como fazer a sua matrícula ou de seus dependentes, menores de 14 anos, em alguma das escolas mantidas pela instituição – existia uma “Ficha de inscrição”, a qual fora inspirada nas fichas de cadastro dos usuários do SESI, mas repensada e reelaborada pelo diretor-presidente, o então padre Benedito, para atender aos objetivos do SPH.

Com a finalidade de fazer uma sondagem das demandas do conjunto dos trabalhadores associados e ajudar no planejamento e desenvolvimento de atividades, as fichas eram divididas em cinco itens: o primeiro trazia a situação sóciojurídica, informando se o associado era solteiro, casado (civil e/ou eclesiástico), separado, desquitado, amigado ou viúvo, se pertencia a alguma associação e quais os documentos que possuía. O segundo referia-se à situação familiar, contendo, entre outros subitens, a quantidade de filhos do associado, bem como o grau de escolaridade de cada um. O terceiro tratava da questão financeira, trazendo dados sobre a profissão, o salário, local de trabalho e renda familiar do associado e do cônjuge. O quarto item analisava a situação sanitária: saúde do associado e do cônjuge, a quantidade e idade de filhos falecidos. O quinto fazia um levantamento da questão habitacional.

Essas fichas foram tipografadas e preenchidas pelo “encarregado/a da administração” – como era denominada a pessoa que ficava fazendo plantão na secretaria do SPH, estabelecida à entrada, lado esquerdo, da Igreja de São Pedro – de acordo com as informações prestadas por cada trabalhador/a. Primeiramente, os dados eram anotados com caneta ou lápis e, em seguida, datilografados.

Entre suas várias potencialidades, as fichas me ajudam na análise da conjuntura socioeconômica das famílias, que participavam do SPH, oferecendo indícios de suas principais demandas e dando evidências de quem eram esses trabalhadores, a quem a documentação denomina de “sócios”.

A sua articulação com os “*livros de sócios*”, de 1968-1974 e de 1975-1979 – criados com a função de registrar nominalmente cada trabalhador associado e seu cônjuge, quando casado, bem como o seu endereço, a sua profissão, data de sua matrícula (de associação ao

⁴⁵ Trazia, na parte da frente, nome, endereço, data de nascimento, estado civil, profissão, sindicato ou associação e religião; e, no verso, as contribuições mensais e anos correspondentes. Deveria ser apresentado nas reuniões ou quando fosse solicitar a participação em algumas das atividades do SPH.

SPH), o valor da sua contribuição, ano de contribuição, colocando-se “pg” nos respectivos meses em que havia efetuado o pagamento à secretaria do SPH – permite indicar, pelo menos, três tipos de associados, diferenciados por suas condições socioeconômicas e pela participação nos trabalhos da instituição.

No primeiro grupo estão os que compõem as famílias que vinham enfrentando problemas relacionados com a falta de educação, de assistência à saúde, de trabalho, de moradia e de alimentação; e que pagavam uma quantia correspondente à sua renda para ter direito às atividades oferecidas pelo SPH. No segundo, estão aqueles que também pertenciam a essas famílias, mas que prestavam trabalho à associação para ter direito às suas atividades e, por vezes, receber uma gratificação, a qual ajudava na manutenção de suas famílias; eram definidos como “sócios-cooperadores”. O terceiro grupo era constituído pelos trabalhadores – tais como médicos, dentistas, juiz, gerente de banco, capitão dos Portos, agente do SESI etc. – que contribuíam financeiramente ou com o seu trabalho para o desenvolvimento das atividades; também eram considerados “sócios-cooperadores”.

A documentação textual/escrita aqui apresentada será utilizada também na medida em que esclarece sobre as condições de vida e de trabalho – os valores, os modos de se organizar, de se divertir, de educar, de trabalhar, o movimento do fazer-se – dos sujeitos que compõem o SPH, procurando estar atenta para o fato de que esses registros não são naturais, são produzidos num processo histórico, no qual seu autor, agente social, constrói sentidos sobre as experiências sociais, os quais estão impregnados de interesses e de valores.

Williams discute que o elemento significativo de uma linguagem, embora deva ter “um núcleo efetivo de significado” – usando os seus próprios termos – pode variar conforme os lugares em que está sendo usado e como está sendo colocado em prática pelas pessoas:

Na verdade, desde que existe, como signo, pela sua qualidade de relação significativa – tanto a relação entre o elemento formal e o significado (sua estrutura interna) como as relações entre as pessoas que realmente o utilizam, na linguagem prática, fazem dele um signo – ele tem, como a experiência social que é o princípio de sua formação, propriedades tanto dialéticas como generativas. Caracteristicamente, ele não tem, como um sinal, um significado fixo, determinado, invariável. Deve ter um núcleo efetivo de significado, mas, na prática, tem uma gama variável, correspondendo à interminável variedade de situações dentro das quais é ativamente usado.⁴⁶

Neste sentido, os significados, evidenciados nas fontes sobre as experiências que me propus investigar só podem ser compreendidos dentro de uma conjuntura e nas relações

⁴⁶ WILLIAMS, *op. cit.*, 1979, p. 45.

sociais que os constituíram. A análise dessa conjuntura através do “Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH)”, localizado no NEDHIS, e das entrevistas realizadas com trabalhadores de diversas categorias exige um processo de investigação destes registros coerente com o processo histórico de que fizeram/fazem parte.

A pesquisa nos documentos escritos (livros de atas, fichas de controle de aluno/boletins escolares, folhas de prestações de contas e de frequência das professoras etc.) e as conversas com o professor Benedito Genésio Ferreira e com a ex-professora da EPA, Rita Rodrigues Pereira indicaram nomes de alunos, professoras, pais de alunos, domésticas, agricultores associados ao SPH, nas décadas de 1960 e 1970, com quem poderia fazer entrevistas, e deram indícios das atividades em que estas pessoas estiveram envolvidas, os quais ajudaram a pensar em questões que pudesse dialogar com elas.

Um dos nomes que apareciam nesses documentos “declamando” poesias durante as reuniões mensais dos associados, ou participando de “dramatizações”, era do aluno *Antônio Caetano de Oliveira*. O cadastro de empréstimos de livros da biblioteca e a entrevista com a professora Zilma Carvalho de Araújo Ferreira⁴⁷ e com o diretor-presidente da época, professor Benedito Genésio Ferreira, indicavam que ele era um árduo leitor. Outro nome recorrente era o do aluno *Zenildo Gonçalves dos Santos*, que também aparecia recitando poesias.

As entrevistas ajudam a compor o enredo do fazer-se de trabalhadores dentro das atividades do SPH, principalmente a educacional, bem como suas lutas, seus projetos e expectativas. Permitem compreender experiências sociais compartilhadas no tempo do acontecido e do diálogo entre entrevistado/s e entrevistador. De acordo com o crítico literário italiano Alessandro Portelli, elas nos contam “não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.”⁴⁸ As pessoas pensam e reportam-se ao passado a partir de interpretações que fazem no presente, dando significado ao vivido a partir do que vivem.

Adoto, assim, as fontes orais como “um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias.”⁴⁹, procurando entender a pluralidade de memórias e de sujeitos que constituíram o SPH, reconhecendo essas memórias como permeadas de valores, sentimentos e significados. Estes sujeitos possuem experiências sociais vividas e compartilhadas, que acontecem num ambiente social, possuem narrativas únicas que têm dimensão social.

⁴⁷ Esposa do professor Benedito Genésio Ferreira.

⁴⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 31.

⁴⁹ PORTELLI, ALESSANDRO. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

Quando fui a campo fazer as primeiras entrevistas, embora já tivesse alguma leitura de parte dos trabalhos de Portelli e pensasse “o uso da história oral como um meio de aproximação de modos específicos como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais, de como estas especificidades influenciam a dinâmica histórica [...]”⁵⁰, como discute a historiadora Yara Aun Khoury, não tinha profundidade dos procedimentos metodológicos a adotar no processo de produção delas, que fossem coerentes com meus procedimentos teóricos de então.

Foi no caminhar da pesquisa, com a análise das entrevistas feitas e com maior conhecimento e reflexão mais ampla acerca dos textos de Portelli sobre a produção e o uso das fontes orais, que percebi que a forma como estava produzindo tais fontes se chocava, em alguns pontos, com o modo de interpretá-las e usá-las na composição da narrativa que pretendia construir.

Para todas as entrevistas, elaborei um roteiro que serviu de base ao diálogo e no qual podia ser incluso outros temas/questões incitados pela narrativa do entrevistado de acordo com as inquietações que me colocava ao longo da pesquisa. No entanto, no momento das primeiras entrevistas – com o fundador do SPH, então *padre Luís Gonzaga Melo*; com um dos *secretários*, *José Ferreira dos Santos*; com o *tesoureiro* *Josias Teixeira Bezerra*; com o *orador oficial*, *José Maria Primo de Carvalho*; com as professoras *Francisca das Chagas de Oliveira Souza* (conhecida como Chica Fumaça), *Maria das Dores Alexandre Fernandes* (conhecida por Cemilda), *Maria de Fátima Bento Vasconcelos* e com a *secretária da Escola de Promoção Humana (EPH)*, *Terezinha do Nascimento Mendes Paulo*; com os alunos, *Zenildo Gonçalves dos Santos*, *Aderaldo Rodrigues de Lima*, *Antônio Caetano de Oliveira* e *Maria das Graças de Araújo Chaves* (conhecida por Graça Cardeal, sobrenome do pai); com o *mestre-de-obras do CCSF*, *Francisco Tiago Filho* (conhecido por Fransquim Tiago, *in memoriam*) –, quem promoveu o diálogo com os entrevistados foi o professor Benedito Genésio Ferreira, enquanto eu fazia a filmagem.

Pedi a ele que fizesse as entrevistas, com base nos roteiros elaborados por mim, por considerar, naquele momento, que o fato de ser uma pessoa desconhecida pelos entrevistados pudesse limitá-los ao discorrer sobre suas experiências. Naquela ocasião, não refleti sobre a possibilidade de que a presença do professor Benedito também pudesse inibi-los, tendo em vista que ele era o diretor-presidente na época em que parte dos entrevistados esteve envolvida nas atividades do SPH.

⁵⁰ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON *et al.* op. cit., 2004, p. 117.

Com o amadurecimento teórico-metodológico⁵¹ tomei consciência de que, em um e outro caso, há riscos que devem ser enfrentados no processo de produção das fontes orais. Essas entrevistas são, portanto, produto não apenas do entrevistador e do entrevistado⁵², mas meu também, porque partiram de minhas inquietações enquanto pesquisadora e historiadora, embora, durante o diálogo, o entrevistador também pudesse colocar suas próprias inquietações.

Ainda que entendesse a entrevista como um processo dialógico, em que dois sujeitos diferentes social, cultural ou economicamente empreendem, de acordo com Portelli, “o esforço de estabelecer um diálogo entre e para além das diferenças”⁵³, professor Benedito e eu, realizamos, dentre as entrevistas mencionadas acima, uma coletiva com as professoras e secretária da EPH, e outra com dois alunos, Caetano e Graça Cardeal. No mesmo período, também entrevistei o professor Benedito e a professora Zilma, sua esposa, juntos. Com esse procedimento – mesmo considerando que cada sujeito percebe as experiências à sua maneira e se orienta de modo diferente em relação a elas⁵⁴ – o processo dialógico deu-se entre entrevistador e entrevistados e não apenas entre dois sujeitos.

No início da entrevista com as professoras e secretária, explicamos que, a cada indagação feita, cada uma teria um momento para falar, mas diversas vezes elas interromperam a fala uma da outra, não permitindo ou mesmo dificultando a conclusão das interpretações dadas. Era o processo de disputa pela palavra ou de disputa por narrar as experiências que vivenciaram, constituindo-se em mais um elemento⁵⁵ que contribuiria para

⁵¹ Regina Ilka Vieira Vasconcelos já alertava em sua tese de doutorado para o processo de amadurecimento “[...] aprendi que a crítica se faz mesmo no cotidiano tenso de leitura dos materiais. Não é nem já durante as entrevistas, mas algo mais lento, com as lacunas que vamos descobrindo ao longo da análise e que nos incitam à reformulação de problemas. Ler VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. **Narradores do Sertão: história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses**. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2004, p. 112.

⁵² Portelli ensina que “os documentos de história oral são os resultados de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente.” Assim, o trabalho que usa esse tipo de fonte é um trabalho construído a partir do diálogo entre entrevistado (s) e entrevistador, portanto um trabalho em conjunto, nunca só do pesquisador/entrevistador. Ler PORTELLI, *op. cit.*, 1997, p. 35.

⁵³ PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. Trad. de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 213.

⁵⁴ Portelli, ao argumentar que não crê muito em algo que se coloque como memória coletiva, afirma que “o que vemos na História Oral é mais a memória que cada ser humano tem individualmente. Essa memória é um produto social, porque todos nós falamos um idioma, que é um produto social. Nossa experiência é uma experiência social, mas não se pode submeter completamente a memória de nenhum indivíduo sob o marco de memória coletiva. Cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as demais. Então, o que vemos, mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis.” ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. “História Oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli”. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 25 e 26, p. 31, jul./dez. 2001/jan./jul.2002.

⁵⁵ A presença de diversos entrevistados em uma entrevista, bem como a do entrevistador e da câmera, constitui elemento que pode alterar o como e o que será dito por cada um deles.

que esta entrevista resultasse em algo diferente do que se fossem realizadas entrevistas individuais com cada uma delas.

Apesar dos riscos que corria, a entrevista foi um momento de muita descontração. As professoras ficaram à vontade na presença das colegas e do professor Benedito e não se intimidaram com minha presença e da câmera, transmitindo a sensação de que não estavam sendo entrevistadas, mas em uma roda de conversas com as amigas.

Nas entrevistas com Caetano e Graça Cardeal e com professor Benedito e professora Zilma, não houve a interrupção de falas como aconteceu na das professoras. A presença dos colegas não me pareceu impor limites às suas narrativas e os diálogos transcorreram com fluidez. Minha presença e a da câmera não lhes pareceram incomodar.

Assumindo os limites que me coloquei no processo de produção das fontes orais e usando-os para refletir sobre os cuidados que nós, pesquisadores, devemos ter para que nossos procedimentos metodológicos sejam coerentes com a abordagem teórica da qual partimos, selecionei essas entrevistas para construção desse trabalho por sua potencialidade de vislumbrar, a partir das memórias dos sujeitos e dos sentidos que atribuem ao passado, em que consistiu o modelo de educação usado nas escolas do SPH – suas particularidades e aspectos que o diferenciavam e o aproximavam das escolas contemporâneas a ele –, seus interesses e para quem foi feito tal modelo, as expectativas que ele levantou junto à cidade e à família dos alunos, a forma como foi se concretizando, bem como as condições socioeconômicas dos alunos e de sua família e as transformações que essa forma de educar provocou na vida das pessoas.

As entrevistas com Luís Gonzaga Melo, Benedito Genésio Ferreira, Antonio Edvar de Araujo Lima, Walder Ribeiro Costa⁵⁶ – que foram diretores-presidentes do SPH de 1962-1979 – possibilitaram entender a dinâmica dos trabalhos, como foram organizados e postos em prática, bem como as mudanças por que passou o SPH, ao longo das décadas de 1960 e 1970, e as transformações por que passaram as pessoas envolvidas.

As entrevistas com o agricultor Edmilson Lira Oliveira – que foi membro da Comissão de Roças e Cáritas do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT), criado pelo SPH no início dos anos 1970 –, com a agricultora e doméstica Maria José dos Santos – que exerceu as funções de secretária e Tesoureira do NPT – e com sua filha, Marta Helena dos Santos – que foi professora da Escola 21 de Abril – ajudam na interpretação das memórias sobre as

⁵⁶ Esta foi feita por Ana Selma Silva de Aguiar, para construção de sua monografia intitulada: “Porque tudo na vida tem seus altos e baixos: A Experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE (1972-1979)”.

experiências dos trabalhadores que constituíram o SPH na zona rural do município de Camocim: suas lutas, tensões e expectativas.

Também utilizei duas entrevistas – com o professor Benedito Genésio Ferreira e Walder Ribeiro Costa – concedidas à Ana Selma Silva de Aguiar, para sua pesquisa de conclusão de curso de graduação em História intitulada “Porque tudo na vida tem seus altos e baixos: a Experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE (1972-1979)”.

Além dessas entrevistas, também tive acesso às falas de vários trabalhadores que foram associados ao SPH nas filmagens das comemorações de seus 50 anos de fundação. São vozes impregnadas de saudades, alegria, emoções, orgulho ou de revolta que se reportam a várias temporalidades e às diversas atividades que desenvolveu junto a esses trabalhadores. Ciente de que esses registros não são neutros ou despolitizados, reconheço o seu potencial de tentar compor o movimento histórico pelas narrativas dos trabalhadores, possibilitando-me visualizar melhor as experiências vividas por esses sujeitos históricos que me propus investigar.

Enfatizo, com a historiadora Regina Ilka Vieira Vasconcelos, que:

o que está no centro mesmo é a preocupação com os elos que unem essas pessoas, com os fossos que as distanciam, ou melhor, são as maneiras como lidam com suas experiências atuais e as maneiras como essas experiências orientam o sentido que constroem para seus passados.⁵⁷

Nessa direção, o que busco por meio das fontes orais são os significados para cada um dos entrevistados, de suas experiências sociais vividas em meio ao processo das contradições, tensões e conflitos; não o indivíduo por ele mesmo, mas ele inserido e se articulando em muitas dimensões do social. Procuro interpretar a experiência vivida e compartilhada ou não no que eles apontam como projeção de futuro, compreensão do presente e leitura do passado. Pois, como ressalta Khoury:

ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumento de poder, ao explorarmos modos como a memória e história se cruzam e interagem nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência vivida. No exercício da investigação histórica por meio do diálogo com pessoas, observamos, de maneira especial, modos como lidam com o passado e como este continua a interpelar o presente enquanto valores e referências.⁵⁸

Pelo que foi exposto, reafirmo que as fontes orais foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e ressalto, com Portelli, que “o discurso oral se apresenta

⁵⁷ VASCONCELOS, *op. cit.*, 2004, p. 102.

⁵⁸ KHOURY, *op. cit.*, 2004, p. 118.

mais como um processo do que como um texto acabado. Estes *procedimentos* da oralidade põem em evidência o *trabalho* da palavra, da memória, da consciência.”⁵⁹ Portanto, o entrevistado não apenas narra os fatos, mas os interpreta à luz do tempo presente, de sua percepção de mundo, de seus valores e de sua cultura. As interpretações sobre o processo histórico são provisórias. Nesse sentido, interpretar é sempre um trabalho inacabado, é seletivo, é limitado pelas perguntas que cada pesquisador se coloca no presente com relação ao passado.⁶⁰

Além das entrevistas orais, também uso duas escritas – com Antonio Edvar de Araujo Lima, concedida por *e-mail*, e com Benedito Genésio Ferreira. A escolha desse método deu-se em razão da impossibilidade, naquele momento, de me deslocar para Brasília e fazer a entrevista oral, no caso da primeira; e da opção do próprio entrevistado em fazê-la por escrito, a partir do roteiro que tinha elaborado previamente, no caso da segunda.

O trabalho aqui apresentado se constitui em três capítulos. No primeiro, discuto, através dos relatórios de atividades, estatutos, livros de atas das reuniões mensais dos associados e correspondências, e de entrevistas com médico, alunos, diretores-presidentes, doméstica, agricultor, mestre-de-obras, como e por que o SPH nasce na cidade de Camocim a partir da iniciativa do padre Luís Gonzaga Melo; como essa cidade aparece nos documentos escritos e nas entrevistas; que missão de Igreja influenciou nessa criação; em que consistia a “promoção humana” constante em sua denominação, nos seus estatutos, no seu discurso; que concepção de desenvolvimento integral ela tinha; como o SPH estava organizado/distribuído na cidade; que atividades foram criadas para atender às necessidades dos trabalhadores associados.

No segundo capítulo, procuro fazer uma discussão sobre os vários trabalhos desenvolvidos pelo SPH em torno de questões como educação, saúde, higiene, alimentação, habitação, com a participação dos trabalhadores associados a eles e com a contribuição financeira e técnica de organizações como a Cáritas Brasileira, o Corpo da Paz/Voluntários da Paz, Ação do Episcopado Alemão Contra a Fome e a Doença no Mundo (MISEREOR), o SESI. Pretendo também fazer uma discussão em torno de quem eram esses trabalhadores, o que queriam, como se articularam nos anos 1960 e 1970 para o enfrentamento de seus problemas, como interpretam a experiência vivida. Dentro do amplo campo das linguagens sociais, lanço mãos do livro de sócios, de matrículas e de atas, das fichas de inscrição dos associados, das entrevistas, e da fala do agricultor Edmilson Lira Oliveira nas comemorações

⁵⁹ PORTELLI, *op. cit.*, 1996, p. 62-65.

⁶⁰ THOMPSON, *op. cit.*, 1981.

dos 50 anos do SPH. Utilizo essas fontes na medida em que esclarecem quem eram esses associados, sobre suas condições de vida e de trabalho, incluindo valores, modos de se organizar, de morar, de educar, de se divertir etc.

No terceiro capítulo, a pretensão é discutir a participação das mulheres na realização dos trabalhos do SPH, quer como professoras, estudantes, participantes de cursos profissionalizantes, como domésticas e agricultoras no cultivo de hortas e roçados, na construção dos núcleos e centros, quer como dirigentes das equipes de trabalho que compunham a instituição. Por meio da articulação das memórias de professoras e ex-alunos das escolas organizadas pelo SPH, pretendo também discutir as experiências desses trabalhadores no movimento das atividades educacionais, trazendo para a pauta os significados que os sujeitos estão atribuindo às suas práticas e o seu retorno à cidade a partir da perspectiva das transformações por que passaram na dialética do seu fazer-se dentro do SPH, e apontando para a relação entre memória e história.

Capítulo 1

Serviço de Promoção Humana (SPH): espaço e organização

Eu não sei se poderia falar em um modelo, na realidade as coisas foram criadas ou sendo criadas [...] por conta da própria realidade vivida lá em Camocim, junto aos pescadores [...], prostitutas e daí por diante, pessoas, enfim, marginalizadas, de modo que a teoria, se a gente for falar, foi toda tirada da própria realidade do meio.

Luís Gonzaga Melo, 2010

Neste capítulo, pretendo discutir, através dos documentos do “Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH)”, localizado e disponível para pesquisa no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), no Centro de Ciências Humanas (CCH), da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), tais como estatutos, relatórios de atividades, livros de atas das reuniões mensais dos trabalhadores associados ao SPH e correspondências, e de entrevistas com médico, alunos, diretores-presidentes, doméstica, agricultor, mestre-de-obras, agente do Serviço Social da Indústria (SESI) como e por que o SPH nasce na cidade de Camocim a partir da iniciativa do padre Luís Gonzaga Melo; como essa cidade aparece nos documentos escritos e nas entrevistas; que missão de Igreja influenciou essa criação; em que consistia a “promoção humana” constante em sua denominação, em seus estatutos, em seu discurso e em sua prática; que concepção de desenvolvimento integral apresentava; como o SPH estava organizado/distribuído na cidade.

Pensando essas linguagens como atividades práticas e constitutivas do social, considero as fontes aqui apresentadas, conforme me faz lembrar Maria do Pilar Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury, “não como o real, mas como *parte* do real, produzidos segundo determinados interesses e valores.”⁶¹ Os documentos escritos, produzidos pela diretoria do SPH, tinham o propósito de registrar as atividades produzidas e, ao mesmo tempo em que incluíam a função de facilitar a sua organização e sua administração, buscavam construir uma memória sobre a entidade que privilegiava o trabalho comunitário – embasado nos valores da tradição cristã – no enfrentamento dos problemas socioeconômicos vivenciados por domésticas, pescadores, agricultores, comerciantes, salineiros, carregadores do porto, pedreiros, costureiras, estivadores, carpinteiros,

⁶¹ VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 34.

trabalhadores da Rede de Viação Cearense (RVC), pintores, lavadeiras, mecânicos, feirantes, marchantes, carreteiros, motoristas, trabalhadores do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), magarefes, sapateiros, padeiros etc.⁶²

Por sua vez, as fontes orais trazem as interpretações e significados que os sujeitos estão atribuindo às experiências vivenciadas no interior do SPH, pois, como faz lembrar o crítico literário italiano Alessandro Portelli, elas oferecem a possibilidade de mostrar a capacidade de o sujeito ver, interpretar e influir na história.⁶³ Diferente dos historiadores, que estão interessados em reconstituir o passado, esforçando-se para ter uma sequência linear, cronológica, os narradores estão interessados em projetar uma imagem, em buscar reunir conjuntos de sentidos, de relacionamentos e de temas, no transcorrer de sua vida.⁶⁴

As questões colocadas foram pensadas a partir do diálogo com as evidências e com a teoria, tendo em vista as reflexões de Edward Palmer Thompson, de que “o discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro.”⁶⁵

Assumindo o compromisso político e social de ressaltar o espaço, a experiência de sujeitos comumente relegados ao esquecimento, ao recuperar o sentido de suas experiências, na perspectiva da linha “Trabalho e Movimentos Sociais”, busco problematizar o que foi essa experiência do SPH e dos trabalhadores que o constituíam, na cidade de Camocim e para além dela.

As categorias estão em movimento constante e vão sendo (re)elaboradas no diálogo com as evidências. Nessa direção, busco com Thompson, compreender a experiência desses trabalhadores não como uma categoria fixa, abstrata, mas como o vivido, os acontecimentos, as ações e, ao mesmo tempo, os sentidos a elas atribuídos e também a *experiência percebida* pelos sujeitos desse processo histórico que operam a *experiência vivida*. Segundo sua proposição:

⁶² VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, *op. cit.*, 1991, p. 18: “Daí decorre para o historiador a necessidade de não ver a linguagem como neutra ou “despolitizada”, mas pensada ‘dependendo de um mercado, garantindo certas modalidades de relações sociais e colaborando na constituição de certa memória’”.

⁶³ PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. Em outro momento, Portelli defende como os registros orais informam sobre as relações mais amplas, pois, ao construir sua narrativa, o narrador faz o encontro de um acontecimento, um lugar e uma subjetividade, o que dá à memória individual o valor qualitativo que devemos considerar ao trabalhar com o registro oral. Ler discussão: ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. História Oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 25 e 26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jul.2002.

⁶⁴ Ler PORTELLI, Alessandro. “‘O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral”. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. p. 300.

⁶⁵ THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49.

a experiência – [...] uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é uma categoria indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento [...]. A experiência é válida e efetiva, mas dentro de determinados limites [...]. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e a seu mundo.⁶⁶ (Grifos do autor)

A experiência dá sentido ao movimento histórico, ao que foi vivenciado no passado por sujeitos imersos em um campo social, dentro de um contexto, de um tempo mediado por relações políticas, sociais, econômicas e culturais contraditórias, que não têm um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Ela vai surgindo no fazer-se diário de homens e mulheres.

Partindo da compreensão discutida por Stuart Hall, em *Notas sobre a desconstrução do “popular”*, de que a periodização não só localiza um objeto de estudo dentro de uma cronologia, mas dentro de experiências, de processos históricos, de relações entre sujeitos reais, a escolha do recorte temporal 1962-1979 se justifica pelo fato de ser possível vislumbrar as experiências dos trabalhadores associados ao SPH nesse período, basicamente, em duas temporalidades distintas, que foram configurando-se com o processo de desenvolvimento da instituição.⁶⁷ No percurso de escolha desse período, também busquei apoio na discussão de Déa Ribeiro Fenelon, que reflete sobre a necessidade que o historiador sente de demarcar acontecimentos e processos para poder falar com mais tranquilidade do antes e do depois.⁶⁸

A primeira fase começa em 1962, com a criação da instituição, pelo então padre Luís⁶⁹, no bairro de São Pedro, reunindo famílias de pescadores e prostitutas, com o objetivo de enfrentar, junto a esses sujeitos, a partir da perspectiva dos valores cristãos, problemas relacionados ao analfabetismo, à moradia, à falta de alimentos e de assistência básica à saúde.⁷⁰ É importante ressaltar que essas questões, apontadas pela documentação escrita⁷¹,

⁶⁶ THOMPSON, E. P. “Mesa, você existe?” In: *idem*, p. 15-16.

⁶⁷ HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG/UNESCO, 2003. p. 247-293.

⁶⁸ FENELON, Déa Ribeiro. “O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?” **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 6, p.17, jan./jun. 1992.

⁶⁹ Optei por usar o nome pelo qual ficou conhecido em Camocim.

⁷⁰ O Planejamento das atividades de 1966 do SPH, realizado pelo diretor-presidente, o então padre Antonio Edvar de Araújo Lima, cita o analfabetismo, a falta de assistência à saúde, a carência alimentar e a falta de moradias como os principais problemas vivenciadas pela população. Ler UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 16 de março de 1966. Pasta V – Relatórios, 1966. Os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de Camocim, de 1960 e 1970, trazem números de pessoas alfabetizadas ou que frequentavam algum estabelecimento de ensino muito pequeno em relação ao total da população, apontando, também, para um elevado número de analfabetismo. Ler IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em 20 jun. 2014. E

foram temas trazidos da vivência da população camocinense. Ademais, a fala do então padre Luís, no início deste capítulo, expõe de forma clara que o SPH foi se fazendo com o desenvolvimento de atividades voltadas para os anseios dos trabalhadores e questões há muito tempo existentes, inclusive, para atender às preocupações da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, de Camocim: “[...] as coisas foram criadas ou sendo criadas [...] por conta da própria realidade vivida lá em Camocim, junto aos pescadores [...] pescadores, prostitutas e daí por diante, pessoas, enfim, marginalizadas [...]”⁷², diz ele.

Como consequência do aumento do número de atividades e de parceiros, a partir de 1967, houve admissão de novas pessoas e uma maior diversidade de trabalhadores, agregando também salineiro, estivador, agricultor, lavrador, doméstica, lavadeira, costureira, pedreiro, carpinteiro, trabalhadores da RVC e estudantes, além de “sócios-cooperadores”, os quais contribuíam, financeiramente ou com o seu trabalho, no desenvolvimento das atividades, como comerciantes, médicos, agentes da malária, dentistas, portuários, bancários, pastores, padres, promotores de justiça, juízes, tabeliões, capitães dos portos, sargentos. Ainda nessa fase, as famílias associadas iniciam a construção de núcleos e centros em outros bairros e no campo, como o Centro Comunitário São Francisco (CCSF)⁷³, no bairro de São Francisco,

IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t7_ce.pdf> Acesso em 20 jun. 2014. As diversas entrevistas produzidas durante o processo de pesquisa também apontam para problemas semelhantes.

⁷¹ Tais como UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 16 de março de 1966. Pasta V – Relatórios, 1966. UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968. Pasta V – Relatórios. 1969. UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas, 1968-1980. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas; UVA. NEDHIS. SPH. UVA. NEDHIS. SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), discutido, votado e aprovado na Assembleia de fundação no dia 06 de maio de 1962 e publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, 14 de janeiro de 1965. Pasta F – Estatutos. 1965. UVA. NEDHIS. SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), reformado (com modificações e acréscimos de 29 de março de 1969), publicado no Diário Oficial do Ceará em 18 de agosto de 1969. Pasta F – Estatutos. 1969.

⁷² MELO, Luís Gonzaga. Campina Grande-PB, 26 jun. 2010. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁷³ Como registro de sua fé e devoção a São Francisco e referência ao bairro de maior atuação das atividades do centro e onde ele seria construído, as famílias associadas deram essa denominação.

Centro Comunitário Marieta Cals (CCMC)⁷⁴, no bairro do Cruzeiro, o Núcleo Promocional de Tamboril (NPT)⁷⁵, no sítio Tamboril.

Faço uma observação ao termo “sócio(s)”, que aparece constantemente na documentação escrita para se referir aos trabalhadores – de diversas categorias, com condições socioeconômicas distintas e com interesses e perspectivas diferentes – que faziam parte do SPH. Optei por usar trabalhadores associados e/ou suas categorias profissionais ao invés de “sócio(s)”, salvo quando me referi à denominação constante nas fontes, na tentativa de identificar melhor os sujeitos com quem estou trabalhando e para não correr o risco de homogeneizá-los.

A segunda tem início com a redução do número de associados, atividades e parceiros, no final de 1972; pela primeira vez, é eleito um diretor-presidente que não era padre; é o momento também em que a atuação do SPH junto aos trabalhadores é descentralizada⁷⁶ e eles tomam a frente dos trabalhos nos centros e núcleos. Cada local desses passou a agir autonomamente para atender às suas necessidades, embora se reunindo periodicamente no Núcleo Central para os planejamentos e se mobilizarem para angariar fundos, quando um deles precisava de ajuda. Encerra-se essa fase nos meados de 1979, quando é eleita uma nova diretoria que assumiria outra perspectiva de trabalho.

Muito do que se tem produzido na historiografia local acerca da Camocim – cidade do litoral noroeste do Estado do Ceará – dá ênfase a uma “cidade vermelha”, marcada pelo pioneirismo do Partido Comunista, no Estado do Ceará, pela atuação de seus representantes como Francisco Theodoro Rodrigues, João Farias de Sousa, bem como da oposição entre militantes comunistas e Igreja Católica; aborda uma cidade do auge e da decadência do porto e da ferrovia, do seu crescimento e destaque na economia cearense no período de funcionamento e das consequências que sua paralisação trouxe para a cidade e para os

⁷⁴ Esposa de César Cals de Oliveira Filho – “coronel”, engenheiro e um dos líderes políticos cearenses ligados à ditadura militar. César Cals foi governador do Ceará nos anos 1971-1975, dividindo o “ciclo dos coronéis”, que ocupou o governo do Estado nos anos 1970 e início da década de 1980, com Adauto Bezerra (1975-1978) e Virgílio Távora (1979-1982), escolhido em eleições indiretas pelas Assembleias Estaduais, após o Ato Institucional nº. 3 (AI-3) – que extinguiu as eleições para governadores e para prefeitos das capitais e cidades tidas como de “segurança nacional” (estes seriam indicados pelos governadores). Ler FARIAS, Ailton de. **História do Ceará**: dos índios à geração cambéba. Fortaleza: Tropical, 1997, p. 241-255. Na nomenclatura do centro e de sua escola, consta o nome da então Primeira dama do Estado, Marieta Cals, segundo o que consta no livro de atas (1968-1980), “pelo fato de esta ter colocado a (sic) disposição dos trabalhos, por intermédio da 1ª. Dama do município: Da. Leonília Hilda Coelho de Carvalho, a ajuda de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros)” para a construção do centro. UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas: 1968-1980, Ata de 29 de janeiro de 1972, fl. 58v-59. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

⁷⁵ Recebeu esse nome porque Tamboril era a localidade com maior número de associados – embora agregasse agricultores de Boqueirão, Jatobá, Água Pé, Santa Maria Baixa Grande, Água Branca, Pereiros, Lago das Cangalhas, Amelandia, Olho D’Água, Cafundó, Veneza – e onde seria construída a sede.

⁷⁶ Antes o CCSF, CCMC e NPT eram dependentes do Núcleo Central/São Pedro, no sentido de que suas atividades estavam ligadas a ele.

trabalhadores; apresenta também uma cidade vista pelo ângulo do acirramento entre dois grupos políticos, “Fundo Mole” e “Cara Preta”, representados pelos partidos União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD)⁷⁷, respectivamente.⁷⁸

Além de considerar a contribuição desses trabalhos para o conhecimento histórico, um dos propósitos desta dissertação é mostrar a cidade para além do porto, da ferrovia, dos comunistas e do dualismo político, é a cidade constituída também pelos trabalhadores que formavam o SPH que se pretende resgatar, o seu dinamismo, constituída de sujeitos heterogêneos, sobretudo daqueles que, mesmo no momento de crescimento das atividades do porto e da ferrovia, não tiveram suas condições de vida e trabalho melhoradas. Com esse intuito, parto da abordagem, segundo a reflexão de Déa Ribeiro Fenelon que “coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares, como capazes de fazer a História, sem transformá-los, outra vez, em novos vilões e novos heróis.”⁷⁹

1.1. Como surge e como se desenvolve o SPH em Camocim

É possível compor parte da história de Camocim em fins da década de 1950 à de 1970, tomando como mote a análise das memórias de alguns de seus moradores, por meio das fontes orais e de indícios apontados pelas fontes escritas. Neste sentido, trago um trecho da

⁷⁷ O Brasil teve um período bipartidário durante 12 anos, de 1966 a 1979, quando havia apenas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Oficialmente, o Ato Institucional Número Dois (AI-2), decretado em 1965 por Castelo Branco, permitia a fundação de outros partidos políticos, mas criava pré-requisitos – como a exigência de 20 senadores e 120 deputados federais para se fundar um novo partido –, o que na prática impedia a existência de mais do que duas agremiações. Assim, em 1966 os partidos extintos no ano anterior – União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Progressista (PSP), entre outros – foram obrigados a se reorganizar em dois grupos: um aliado ao Regime Militar (a ARENA) e outro na oposição consentida, o MDB. Como os políticos mais à esquerda e nacionalistas haviam sido cassados com os decretos do AI-1 e AI-2, logo após o golpe, sobraram apenas os considerados mais “dóceis” aos olhos do regime. Os políticos conservadores, a maioria da UDN, mas também alguns do PSD formaram a ARENA, enquanto os de centro-esquerda e liberal-democratas se juntaram ao MDB. SILVEIRA, Mariana. **Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná: o “partido do sim, senhor” e a ditadura militar (1966-1979)**. 2008. 55 f. Monografia (Graduação em história) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

⁷⁸ Ler SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim (1927-1950)**. 2. ed. Sobral: Edição do autor. 2011. _____. **Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970**. 2008. 257 f. Tese (Doutorado em História do Norte e Nordeste do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. _____. NASCIMENTO, Carlos Manuel do; PEREIRA, Francisco Rocha. **Sobre Camocim: política, trabalho e cotidiano**. Sobral: Edições UVA, 2013.

⁷⁹ FENELON, *op. cit.*, 1992, p.14.

entrevista do professor Benedito Genésio Ferreira⁸⁰ com o médico José Maria Primo de Carvalho, conhecido por Dr. Zé Maria:

Professor Benedito: – [...] qual foi o... ambiente que você encontrou em [19]58, ao chegar aqui, começo da década de [19]60, quando é fundado o Serviço de Promoção Humana? Qual é o clima sociopolítico, né, da cidade, né? Qual é o contexto econômico, social e político, naquela época de Camocim, nesse fim de década de [19]50 e início da década de [19]60, quando é fundado o Serviço de Promoção Humana, aqui?

Dr. Zé Maria: – Camocim, a essa época... a essa época Camocim... que a gente, muitas vezes, pejorativamente, se refere que é “a terra do já teve”, né... Camocim, nessa época, ainda tinha, ainda tinha. Nós tínhamos uma indústria salineira produtiva, havia navios de grande porte. Eu me lembro do “Rio Piancó”, me lembro do “Aratanha”, a onde a gente fazia até almoço abordo da sociedade e embarcando quatro, cinco, seis mil toneladas de... sal dos trapiches, das salinas de Camocim. Havia o transporte ferroviário pra Camocim e havia os... portos e aeroporto, porque a “Real Aerovia” mantinha linhas permanentes aqui, em Camocim. E... portanto, havia um desenvolvimento em Camocim: exportava as produções dos sertões de Crateús – algodão, mamona, né, as indústrias extrativas da região – e, ao mesmo tempo, recebia arroz, recebia cerveja, recebia outras mercadorias pra serem transportadas de volta pra o sertão. E Camocim era, então, uma cidade promissora, mas, lamentavelmente, havia uma dominância política que, inversamente, ao empobrecimento de Camocim, havia o enriquecimento desses políticos. Enquanto eles enriqueciam, Camocim foi empobrecendo, foram retirando as oficinas da rede ferroviária, depois o trem, a indústria salineira foi desabando pela concorrência do Rio Grande do Norte e as resoluções dos maiores políticos do Brasil retiraram de circulação o sistema ferroviário e o sistema marítimo de navegação, liquidando as companhias... Eu me lembro do Loyd, da Costeira. E, à contra mão de toda a civilização europeia, foram eliminados os transportes mais baratos, mais úteis [...]. Infelizmente!⁸¹

Dr. Zé Maria é pernambucano, formou-se na Faculdade de Medicina de Recife⁸², em 1957. Em seguida, foi para São Paulo fazer um curso Internacional de Sanitarista. Após a conclusão desse curso, veio ao Ceará trabalhar como coordenador da Campanha de Erradicação da Malária, na região Noroeste do Estado – com sede na cidade de Camocim, onde fixou residência –, em 1958. Ali desposou a filha de Alfredo Coelho, líder da oligarquia política “Fundo Mole”, a qual revezou, até o ano de 2000, o poder em Camocim com outra oligarquia, conhecida como “Cara Preta”⁸³. Embora hoje essas alcunhas não sejam usadas

⁸⁰ Professor do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Dos anos 1963 até 1976 exerceu o sacerdócio e foi diretor-presidente do SPH quatro vezes durante o recorte temporal dessa pesquisa (1967-1968 (interino), 1969-1971, 1974-1977, e 1977-1979).

⁸¹ CARVALHO, José Maria Primo de. Camocim, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁸² Fundada em 15 de abril de 1915.

⁸³ A disputa entre as facções políticas “Caras Pretas” e “Fundos Moles” tem início nas eleições municipais de 1950, em Camocim, quando Murilo Rocha Aguiar, do PSD, e Alfredo Coelho, da UDN, lançaram os candidatos ao cargo de prefeito, respectivamente, Setembrino Veras e João Colares Filho. Essas alcunhas nasceram das características dos seus líderes, das pintas pretas do rosto de Murilo Aguiar e das calças de fundo mole de Alfredo Coelho. Ler NASCIMENTO, Carlos Manuel. Histórias e memórias dos serviços de alto-falantes de Camocim. 2009. 63f. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas (CCH), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, 2009, p. 37.

com a mesma força das décadas anteriores, as famílias Veras Coelho, representando a primeira, e Rocha Aguiar, a segunda, as quais deram origem a elas, permanecem atuando na política, ora como aliadas⁸⁴, o que sinaliza para as tensões, os conflitos, as alianças e as mudanças engendradas nas práticas econômicas, sociais e políticas da cidade.

Dr. Zé Maria foi prefeito no pleito de 1971-1973. É associado ao SPH, desde final dos anos 1960, participando da “Equipe de Educação e Cultura” e contribuindo, nas décadas de 1960 e 1970, com a “Equipe de saúde e higiene” – atendia em seu consultório famílias encaminhadas pela secretaria do SPH⁸⁵. Exerceu a profissão de médico até 2012, trabalhando no Programa de Saúde da Família (PSF), em Camocim. Seu afastamento se deu em função do fim do mandato do prefeito Francisco Maciel Oliveira, conhecido por Chico Vaulino,⁸⁶ e retorno da família Aguiar ao poder, com a eleição de Mônica Aguiar para o cargo de prefeita.

Seu afastamento do trabalho por questões políticas demonstra a força que as disputas entre as famílias Veras Coelho e Rocha Aguiar têm no presente. Ainda que a nova administração fosse composta por acordo selado entre essas duas famílias, o médico continua sendo considerado opositor ao grupo Aguiar, ora, no poder, por sua relação de longos anos com o grupo Veras Coelho – “Fundo Mole” – e também por causa da relação com o Prefeito

⁸⁴ Numa entrevista com o historiador camocinense Carlos Augusto Pereira dos Santos, dialogamos sobre esses dois partidos. *Vera Lúcia* – E sobre os Partidos “Fundo Mole” e “Cara Pretas”? *Carlos Augusto* – Então, essa divisão, ela é tão forte, né, que ainda hoje, mesmo que essas famílias hoje estejam juntas, está entendendo? Hoje a família Aguiar, Coelho e Veras formam um bloco só. Mas quem se opõe contra eles é como se fosse os “Fundos Mole”, né. [...]. SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Sobral, 06 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

⁸⁵ O associado que fosse solicitar uma consulta apresentava-se à secretaria do SPH com seu Cartão de Identificação, em dias com a mensalidade, e o/a encarregado/a da secretaria no plantão encaminhava o nome do paciente com o número de identificação contido no cartão para o consultório do Dr. José Maria, onde seria atendido.

⁸⁶ Na continuação do diálogo com o historiador Carlos Augusto, ele conta sobre essa dinâmica da política camocinense: “– [Em] 2005 é que há uma dissensão. Uma pessoa que era ligada ao grupo ‘Cara Preta’ se lança, foi o prefeito Chico Vaulino, que, que governou durante 8 anos, se lançou e quebrou... essa coisa de ‘Cara Preta’ e ‘Fundo Mole’, não é? Tanto é que ele venceu esses grupos, né? Os grupos se uniram, eles estão juntos desde, desde os anos... final dos anos 90 que eles tão unidos, né. Mas... o grupo Chico Valino, ele venceu esses dois, em duas eleições e agora o grupo Aguiar retoma o poder. Agora, interessante é que a cidade girou ou ainda gira muito em torno disso, dessa disputa política, onde você tinha muito bem demarcado quem era ‘Cara Preta’ e quem era ‘Fundo Mole’, né, no andar, no falar, não é... é, é, no se manifestar, né? Isso era forte em todas as áreas. Por exemplo, quem tava no poder é, é quem nomeia as ruas, não é? Quem tá no poder é quem elege o presidente dos... sindicatos, não é? [...], ou dá ou então tem uma disputa, né? Por exemplo, se tem uma disputa no... Sindicato Rural, dos trabalhadores rurais. Então, se o cara que tá no poder vai indicar aquele... candidato, né, o outro que tá lá, que tá fora do poder, vai indicar um outro pra disputar, não é? Então, você vê isso nas... associações, você vê isso na, na, na presidência da Liga Esportiva. Então, você a... toda a cidade, né, vamos dizer assim, a vida social da cidade é marcada, né? Tem... os lugares onde os ‘Cara Preta’ vão, os lugares onde os ‘Fundo Mole’ vão, né? Isso se acirra mais em tempo de política, né? Então, isso também vai ter respingo não só no meio urbano, mas também no meio rural, não é? No meio rural, você também... até porque a, os ‘Fundo Mole’, durante muito tempo, eles tinham a hegemonia do eleitorado rural. Então era assim: os ‘Cara Preta’ ganhavam na cidade, mas quando vinham as urnas do interior ganhavam [‘Fundo Mole’], né? Então, eles passaram muito tempo no poder, doze anos. Aí o outro entrava, passava mais doze anos, né?” SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Sobral, 06 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

Chico Vulino – através do trabalho no posto de saúde do município –, atual opositor daquele grupo, pois, como conta o historiador Carlos Augusto Pereira dos Santos, quem se opõe hoje ao poder vigente é considerado “Fundo Mole”.⁸⁷

A memória que Dr. Zé Maria traz sobre Camocim remete a uma memória coletiva⁸⁸ representativa de uma cidade próspera do período do Porto e da Ferrovia, referendada com uma expressão recorrente entre parte de seus moradores, como a “terra do já teve”⁸⁹. Assim, com as perspectivas de sua experiência no presente⁹⁰, ele aponta para evidências de uma cidade que se constituiu, do final dos anos 1920 a meados da década de 1970, pelo desenvolvimento das atividades em torno de seu Porto, que chegou a ser o segundo mais movimentado do Ceará, da Estrada de Ferro de Sobral e da indústria salineira. Esses elementos conjugados atraíram muitas pessoas (trabalhadores, imigrantes estrangeiros, visitantes e negociantes), investimentos e sofisticação de serviços para atender parcela da população, detentora dos lucros dessas atividades e/ou do poder político, e a nova clientela que chegava à cidade pelo porto e por trem, como na rede de restaurantes e até de transporte aero. Camocim servia como núcleo articulador das atividades comerciais, exportando e importando mercadorias e distribuindo para outras cidades da região.

Considerando que a memória é seletiva e que os sujeitos falam a partir do lugar social em que vivem, Dr. Zé Maria, como homem ligado à política, ao falar da cidade do passado, não deseja recompor um tempo e um espaço também constituído pela pobreza, pelas desigualdades sociais. Aponta para as disputas políticas como responsáveis pela falta de dragagens regulares do rio Coreaú, onde ficava o porto de Camocim, e que, conseqüentemente, levaram ao assoreamento, impossibilitando a entrada de navios de grande porte e inviabilizando o transporte de sal e de outras mercadorias que eram escoadas através do porto e do trem. Isso teria provocado uma queda no crescimento da economia.

Contudo, o questionamento seguinte do entrevistador levou-o a falar de uma Camocim que também tinha pobreza, que tinha desigualdades sociais, que tinha pessoas que

⁸⁷ *Idem.*

⁸⁸ Parto da discussão de Portelli que, “quando compreendemos que ‘memória coletiva’ nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições.” PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 127.

⁸⁹ Carlos Augusto Pereira dos Santos dedica o quinto item do capítulo 1 – “Camocim: a ‘terra do já teve’” – de sua tese de doutorado a essa expressão. Ler SANTOS, *op. cit.*, 2008. p. 54-60.

⁹⁰ Portelli contribuiu para a reflexão de que “[...] a estória está sendo contada tendo o presente em mente”. Ler PORTELLI, *op. cit.*, 2004. p. 302.

enriqueciam a custa da exploração de muitos trabalhadores, que não tinha políticas públicas para educação e assistência à saúde de sua população⁹¹:

Professor Benedito – Isso significa que as classes populares de Camocim foram atingidas por todas essas mudanças por que passou Camocim, né?

Dr. Zé Maria – Como sempre, como sempre, as mudanças políticas sempre sacrificam os menores, sempre sacrificam os menores. Então, não havia, aqui, aquele desenvolvimento pela base, não havia uma escolha, assim, pelo povo, né? Era uma coisa dominada pela riqueza dos coronéis políticos, dominavam a vontade da população e não havia uma assistência médica, não havia educação. Até o exemplo, até o exemplo dos líderes sociais, políticos e econômicos de Camocim eram tristes, eles não formavam os filhos, não formavam filhos para dar o exemplo à população menor, que, naturalmente, tinha a tendência de imitar os poderosos, né? [...]

Professor Benedito – Sei.

Dr. Zé Maria – Não formavam os seus filhos. O exemplo é claro das maiores lideranças que não concluíram nas academias os cursos de seus filhos.⁹²

O médico, mais uma vez, dá ênfase às disputas políticas ao falar das mudanças que a economia camocinense vinha sofrendo, da ausência de políticas públicas para a educação e saúde. Reporta-se a um processo histórico, de acordo com discussão de Alex Faverzani da Luz e Janaina Rigo Santin, “consubstanciado pelo conjunto de relações de interesse entre os coronéis e o poder público. Essa relação existente garantia a detenção do poder local nas mãos dos coronéis e a efetiva permanência e fortalecimento do poder das elites políticas locais.”⁹³ O coronelismo⁹⁴ teve início no Brasil Imperial, consolidou-se na República Velha e estendeu-se pelas décadas seguintes, principalmente, nas pequenas cidades.

Neste sentido, a Camocim descrita pelo médico e político expõe a presença de coronéis no controle da cidade ainda nos anos 1960 e 1970, e põe em evidência dois problemas que a população vinha enfrentando, os quais coexistiam com o crescimento

⁹¹ Isso me faz retomar a discussão de Portelli de que o conteúdo das fontes orais depende largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogos e relações pessoais. Assim, ele reflete: “A introdução de Alex Haley para *A autobiografia* de Malcolm X descreve como Malcolm desviou sua abordagem narrativa não espontaneamente, mas porque o questionamento do entrevistador o afastou da imagem exclusivamente pública e oficial dele e da Nação do Islã que ele estava tentando projetar. Isso ilustra o fato que os documentos de história oral são sempre o resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistador e o entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente.” PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história diferente?”. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 35, fev. 1997.

⁹² CARVALHO, José Maria Primo de. Camocim, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁹³ LUZ, Alex Faverzani da; SANTIN, Janaina Rigo. **Coronelismo e poder local no Brasil: uma análise histórica**. Disponível em: < <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3164.pdf>>. Acesso em 09 dez. 2014.

⁹⁴ “O coronelismo consolidou-se através de um conjunto de ações políticas dos latifundiários brasileiros, denominados coronéis, que, devido ao seu poderio econômico, intelectual ou social, pelo uso da força (muitos possuíam suas milícias particulares), prestígio familiar, popularidade e/ou habilidade política, eram investidos do poder de controle nas localidades em que exerciam suas atividades. Influenciavam diretamente na atuação dos poderes públicos instituídos, já que tinham o domínio econômico e social de suas regiões, a fim de possibilitar a manipulação eleitoral em causa própria ou de uma oligarquia a que faziam parte.” *Idem*.

econômico da cidade: a falta de investimentos em educação e saúde. Outro indício da existência desse problema é ausência de escolas formais. Somente em 1950 é criado um colégio particular, o Patronato São José, e, em 1955, uma escola estadual, o Ginásio Padre Anchieta. Além dessas duas, existiam apenas algumas iniciativas de sindicatos, associações ou de algumas professoras que alfabetizavam, em sua própria casa, jovens e crianças em troca de um pagamento, como elucidam as memórias suscitadas nas entrevistas com professoras e alunos que constituíram as escolas organizadas pelo SPH⁹⁵.

O diálogo entre professor Benedito e Josias Teixeira Bezerra, agente do SESI de Camocim durante as décadas de 1960 e 1970, traz outros indícios para a composição da cidade de Camocim:

Professor Benedito – [...] a gente já organizou algumas questões para orientar a nossa entrevista. Então, a primeira questão, o primeiro tópico, é, como era a realidade social, política e econômica da população de Camocim, das camadas mais pobres quando surgiu, é, em Camocim, o Serviço Social da Indústria, em [19]61, e, no ano seguinte o Serviço de Promoção Humana, fundado pelo padre Luís Melo? Como era a situação daquelas épocas, uma vez que você foi o primeiro encarregado da Agência do... SESI e participou da fundação do Serviço de Promoção Humana, ao lado do padre Luís?

Josias – Eu me lembro, Benedito... Camocim, a parte Social, é, pode-se dizer, zero. Só tinha umas irmãs capuchinhas, que era lá perto da Praça da Matriz [e o SESI], que tinha... clube de mães, corte e costura, tinha uma porção de atividades, mas, no mais, eu não conhecia, assim, nenhuma instituição, a não ser o SESI, quando se instalou em Camocim, que deu uma grande ajuda, tanto a parte... Apesar de nós não ter muito industrial em Camocim, mas nós tinha a... Rede de... Viação Cearense que o SESI atendia, tinha o Sindicato... dos Salineiros, tinha o Sindicato dos Estivadores, tinha o... Sindicato dos Portuários. Aí, depois foi criado o Serviço de Promoção Humana. Aí tinha o Superintendente [do SESI], que eu levei ele até lá, ele viu... as instalações do Serviço de Promoção Humana, aí se prontificou a ajudar a entidade. Então, o que foi que...? Logo pra início, o... SESI, é, começou a atender... na parte de... saúde, na parte de educação. Aí, depois foi desenvolvendo o trabalho e foi criado outros, como cursos de Corte e Costura, que tinha lá no salão do... São Pedro [...]

Professor Benedito – [...] Cine São Pedro, né?

Josias – [...] no Cine São Pedro, um curso de Corte e Costura. Depois de algum tempo, veio o... Centro de Abastecimento, que era um posto que fornecia, vendia mercadoria a preço de custo, tinha [...] a Farmácia no SESI, tinha a parte de enfermagem, que dava assistência. Também tinha Corte e Costura e tinha curso de Educação de Adulto e nesse tempo [...]

Professor Benedito – [...] Cursos Populares do SESI?

Josias – [...] exato, os Cursos Populares do SESI.

Professor Benedito – Certo.

⁹⁵ SOUZA, Francisca das Chagas de Oliveira; FERNANDES, Maria das Dores Alexandre; VASCONCELOS, Maria de Fátima Bento; PAULO, Terezinha do Nascimento Mendes; PEREIRA, Rita Rodrigues. Camocim-CE, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva. FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma de Carvalho Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva. OLIVEIRA, Antônio Caetano de; CHAVES, Maria das Graças de Araújo. Camocim-CE, 20 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

Josias – [...] e o SESI deu uma grande ajuda ao Serviço de Promoção humana porque nós trabalhava em conjunto [...].⁹⁶

O olhar que Josias⁹⁷ lança sobre a cidade parte da sua atuação profissional enquanto agência do SESI de Camocim, instalada ali em 18 de dezembro de 1961. Assim, ele busca falar da cidade pelo ângulo da assistência social. Observa que, nos anos 1960, existiam poucas instituições que desenvolviam trabalhos voltados para as questões sociais, como o das Irmãs Capuchinhas – responsáveis pelo Colégio Imaculada Conceição ou Colégio das Irmãs, como ficou conhecido –, que tinha como foco a educação; o da própria agência do SESI, que tinha por finalidade capacitar os/as trabalhadores/as da indústria salineira, da RVC e dos trabalhadores ligados ao porto de Camocim, com cursos de educação supletiva/educação de adultos, de letras, de corte e costura, clubes de mães, denominados de “Cursos populares” e dar assistência à saúde e à alimentação desses trabalhadores; e do SPH, que abrangia um público maior e mais heterogêneo de trabalhadores, articulando atividades em torno da educação, saúde, trabalho, moradia, alimentação e entretenimento.

Percebe-se que essas três organizações tinham a educação como ponto comum, o que possibilitou a formação de convênios entre o SPH e o SESI até meados da década de 1970, quando a administração geral deste último cortou os gastos das atividades que vinha desenvolvendo em Camocim. A discussão traçada por Maria Auxiliadora Guzzo Decca, em *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1943)*, traz a escola como referência central na questão da instrução para o sistema capitalista, mormente quando a dominação burguesa está plenamente constituída.⁹⁸ Nesse sentido, era preciso preparar a mão de obra para trabalhar na indústria. O SESI, embora Josias constata a presença de poucas indústrias em Camocim, visava contribuir para o aumento da produtividade do trabalhador e para o incremento da competitividade da indústria, por meio da educação e qualidade de vida.⁹⁹

O SPH não visava a preparação apenas dos trabalhadores da indústria, mas das famílias de trabalhadores de diversas categorias profissionais. Seu trabalho assistencial estava muito mais ligado aos trabalhos sociais da Paróquia de Camocim do que à indústria – que

⁹⁶ BEZERRA, Josias Teixeira Bezerra. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁹⁷ Josias foi tesoureiro do SPH no mandato de 1969-1971, foi eleito vice-diretor-presidente do SPH em 04 de março de 1972 e, com a renúncia do diretor-presidente, Walder Ribeiro Costa, em 19 de março de 1973, assumiu a presidência. Nessa época, também fazia parte da equipe do Posto de Abastecimento São Pedro (PASPE). Afastou-se de suas funções no SPH, quando foi transferido para agência do SESI em Maranguape, no dia 09 de janeiro de 1974.

⁹⁸ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 43.

⁹⁹ Sobre a atuação do SESI no Ceará ler SESI. Serviço Social da Indústria. Disponível em: <<http://www.sesi-ce.org.br/>> Acesso em: 15 nov. 2014.

funcionava como mecanismo de contenção do trabalhador contra o sistema e a exploração capitalista, por meio da assistência à saúde e do barateamento de produtos de subsistência, por exemplo. Contudo, isso não foi um empecilho no desenvolvimento de ações conjuntas, do SPH e SESI, em torno de temas comuns, como se verá ao longo da dissertação.

Essas instituições, como organismo de intervenção social – nos modos de trabalhar, de se organizar, e nos costumes e valores dos trabalhadores – indicam como essa Camocim vai se constituindo e do que vai compondo um espaço que também tem se forjado pelos embates políticos entre as oligarquias e pelas mudanças econômicas.

O relatório de atividades do SPH de 1966, feito pelo segundo diretor-presidente do SPH, o então padre Antonio Edvar de Araújo Lima, afirma que a maioria da população era pobre e seus principais problemas estavam relacionados com a saúde, a higiene, o analfabetismo, a habitação e a alimentação¹⁰⁰, o que permite ver a cidade se forjando para além das riquezas produzidas pelo Porto e pela Estação Ferroviária.

As fichas de inscrições dos trabalhadores associados ao SPH também permitem uma aproximação com fragmentos do que constituía a cidade naquele período. A partir desses fragmentos, é possível compor parte da realidade social em que essa multiplicidade de sujeitos vivia: seus anseios, dificuldades, locais de trabalho e indicação de sua participação em outras organizações, como se verá no capítulo 2.

Essas memórias trazem indícios sobre as contradições e desigualdades socioeconômicas que existiam no espaço urbano, permitindo desvendar sujeitos e espaços sociais diferenciados daqueles que se tornam visíveis nos estudos sobre Camocim e as correlações de forças que nele atuavam. Trazer o espaço para o campo da reflexão sobre o social como elemento constitutivo da história dos homens, como habitat e como referência, têm significado, de acordo com discussão de Yara Aun Khoury:

sondar formas como, no fazer-se das cidades, seus habitantes, vindos de diversas procedências, com diferentes trajetórias e bagagens culturais, vêm construindo sua sobrevivência e a própria cidade, lidando com situações de desemprego e de exclusão, reelaborando relações familiares e sociais, hábitos, atitudes, práticas religiosas; tem significado sondar maneiras como usam, pensam e veem a cidade, seu lugar e seus direitos nela.¹⁰¹

É a partir da mobilização do SPH na cidade, inclusive ultrapassando seus limites geográficos, e dos trabalhadores de distintas categorias profissionais reunidos em torno dele,

¹⁰⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 16 de março de 1966, p. 2. Pasta V – Relatórios, 1966.

¹⁰¹ KHOURY, Yara Aun. “Viveres e fazeres na/da cidade: os libaneses e a cidade de São Paulo”. **Projeto História**. São Paulo, n. 18, maio 1999. p. 309-310.

que tento apreender um espaço que vai se constituindo no fazer-se da luta diária pela sobrevivência de homens e mulheres em construção, nas páginas que se seguem. Nessa direção, Déa Fenelon afirma que “a cidade é construção dos homens [...]. Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro.”¹⁰²

O SPH foi fundado em 06 de maio de 1962, no bairro de São Pedro, em Camocim-CE, pelo então padre Luís. Embora, nos anos 1980, tenha ocorrido uma tentativa de fusão de suas atividades às Obras Comunitárias da Diocese de Tianguá, sob o aval de seu bispo, Dom Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro¹⁰³, e tenha passado por uma crise que quase levou à sua extinção, a instituição retomou seus trabalhos, a partir de 1993, atuando, principalmente, em quatro áreas: nos conselhos municipais – onde participou da fundação do Conselho da Criança e do Adolescente e obteve assento, tomando parte também do Conselho de Saúde e do Conselho de Assistência Social –; como secretário executivo dos Encontros de Entidades Comunitárias (ENECOM)¹⁰⁴, os quais resultaram na criação da Federação de Entidades Comunitárias de Camocim (FENECOM)¹⁰⁵, em 1997; na Escola de Promoção Humana (EPA), reiniciando suas atividades com a formação de turmas de alfabetização, 1ª, 2ª. e 3ª. séries; e na comunicação social, através da Rádio Comunitária criada em 21 de fevereiro de 1997. Hoje, o SPH participa apenas do Conselho Municipal do Idoso e tenta se reorganizar para criar projetos sociais.

Em 1963, a entidade já havia atingido a área que posteriormente, em 1969, formaria o Centro Comunitário São Francisco (CCSF), com o início da construção de uma “Vila Operária”, noticiada na carta do fundador aos alunos da Diocese de Sobral – João Batista Frota, Benedito Genésio Ferreira e José Cândido Fernandes – que estudavam no Pontifício

¹⁰² FENELON, Déa Ribeiro. “Introdução”. In: _____ (Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho d’Água, 2000. p. 7.

¹⁰³ As atas de 21 de agosto de 1979 e de 26 de outubro de 1979, as folhas 97v-98 e 98v do livro de atas de 1968-1980, respectivamente, tratam da filiação do SPH às Obras Comunitárias da Diocese de Tianguá como uma das medidas para adquirir novas associações. No entanto, as atas seguintes não confirmam se essa filiação aconteceu. Ler UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA). Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS). Serviço de Promoção Humana (SPH). Livro de atas, 1968-1980, ata de 21 de agosto de 1979, fl. 97v-98v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas. Doravante, usarei apenas as siglas das instituições: UVA, NEDHIS, SPH. Também conversei com alguns trabalhadores que fizeram parte do SPH nesse período, e eles disseram que não tinham lembrança se a filiação acontecera.

¹⁰⁴ O SPH foi uma das três instituições articuladoras desses encontros. As outras duas foram a Pró-Reitoria de Extensão da UVA e a Fundação de Ação Social (FAS). O cadastro de entidades/organizações define o ENECOM como “um coletivo formal de entidades comunitárias e de instituições e organizações governamentais e não governamentais que lidam direta ou indiretamente com a causa comunitária, movimentos populares etc.” Ler UVA. NEDHIS. SPH. Cadastro de Entidades/Organizações, 1996, p.2. Pasta B – Administração Geral, 1996.

¹⁰⁵ Instância de representação formal de entidades da sociedade civil organizada, ligadas às políticas sociais, criada a partir dos ENECOMs.

Colégio Pio Brasileiro, em Roma¹⁰⁶. Chegou também ao centro da cidade com a instalação do Lar da Juventude e do Posto de Abastecimento São Pedro (PASPE), na Rua Santos Dumont (esquina com a Rua Independência).

No início dos anos 1960, o bairro de São Pedro, situado à beira-mar, era um dos mais populosos da cidade e habitado, majoritariamente, por famílias de pescadores, daí ser conhecido também como bairro dos pescadores. Nessa época, ele era considerado periferia, por parecer ficar muito distante do centro da cidade. O trajeto entre a Igreja de São Pedro e o Mercado Público, por exemplo, dá uma distância de 1,7 km, gastando em torno de cinco minutos de carro ou 21 minutos a pé. Com a existência de um número maior de transportes automobilísticos, sobretudo de carros e motos, essa distância parece menor no presente¹⁰⁷. A apenas duas quadras da praia, o bairro hoje é valorizado em função das atividades turísticas desenvolvidas à beira-mar.

Naquele período, a zona da praia era desvalorizada pela população que vivia no centro da cidade, também por causa da existência de vários cabarés e casas de prostitutas¹⁰⁸, da falta de infraestrutura dos bairros – como calçamento, iluminação, abastecimento de água, rede de esgoto. O historiador camocinense Carlos Augusto Pereira dos Santos afirma que:

como em qualquer outra cidade portuária, este tipo de território era alvo dos preconceitos sociais, e não poderia ser diferente em Camocim. Incrustado no Bairro da Praia, a existência de vários cabarés e casas de prostitutas movimentava a vida noturna da cidade, alimentada ainda pelas atividades do porto e da ferrovia. Contudo, o preconceito contra as mulheres de vida fácil se estendia para toda a população do bairro, tida como ignorante, rude. Ainda hoje os mais conservadores chamam os

¹⁰⁶ Ler UVA. NEDHIS. SPH. Carta do padre Luís Gonzaga Melo enviada aos jovens João Batista Frota, Benedito Genésio Ferreira e José Cândido Fernandes, então alunos do Colégio Pio Brasileiro, em Roma, 1963, p. 1. Pasta D – Correspondências, 1963.

¹⁰⁷ Franciane Gama Lacerda, no artigo “Cidade, memória e experiência ou o cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX”, recupera a história da cidade de Castanhal, tomando como eixo de análise a memória de seus antigos moradores, por meio de entrevistas. Sobre os sentidos que alguns desses moradores dão ao espaço em que vivem, ela discute: “O sr, Casimiro, lembrava-se com saudades do tempo em que ia ‘armar arapuca para pegar passarinhos’, e igualmente dos campinhos de futebol que depois cederam lugar às ruas. Aliás, a lembrança desses jogos de bola distantes da ‘rua da frente’ é evocada pelo sr. Francisco e pela rua sra. Quita, que fazem menção a esses arredores da ‘rua da frente’, como espaços que, no passado, pareciam muito distantes da ‘rua da frente’, e que hoje, dado o crescimento da cidade que impõe outros referenciais, acabam parecendo mais perto.” Ler LACERDA, Franciane Gama. “Cidade, memória e experiência ou o cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX”. In: FENELON, *op. cit.*, 2000, p. 213.

¹⁰⁸ O historiador Carlos Augusto Pereira dos Santos, em sua tese de doutorado, situa as principais áreas de prostituição na Zona Praeira: “Tendo a Rua do Fogo (atual Marechal Floriano Peixoto) como limite entre o centro e zona, a mesma se formava por três ruas dispostas como que formando um quadrado quase perfeito se não fosse a rua limítrofe já citada. No sentido norte-sul, ficava a Rua das Flores (atual General Sampaio) onde pontificava o maxixe da Rosa Preta, bastante frequentado pelos embarcadouros. No rumo leste-oeste, situava-se a Gameleira (atual Marechal Deodoro da Fonseca), que abrigava o baixo meretrício, com destaque para o Terra e Mar, famoso cabaré já citado, “onde acontecia toda fuzarca” segundo o Sr. Euclides. Na outra extremidade, no sentido norte-sul, a Gameleira se encontrava com a Rua do Macedo (atual Santos Dumont), um quarteirão de casas de prostitutas comandadas por Emília Rabada.” Ler SANTOS, *op. cit.*, 2008. p. 205-206.

moradores da praia de “índios”, não escondendo o preconceito contra nossos nativos.¹⁰⁹

Mas isso não acontecia só com a zona praeira. Todo espaço que se afastasse, mesmo que uns poucos metros, do centro da cidade era considerado pela população como um lugar desvalorizado economicamente, e até mesmo de difícil acesso. Os preconceitos contra a população desses espaços sinalizam para estereótipos presentes na sociedade atual, usados por muitas pessoas que vivem em bairros nobres dentro da cidade para desqualificar moradores da periferia, com discursos que (im)põem rótulos de “bandido”, “criminoso”, “traficante”, “violento”, “drogado”, “ignorante”, “pobre” etc.; ou ainda em relação às regiões brasileiras, em que parte da população que vive no Sul e Sudeste do país rotula as populações do Norte e Nordeste de “atrasadas”, “famintas”, “ignorantes”, “analfabetas” entre outros tantos estereótipos.

Em razão dessa conjuntura e da sua densidade demográfica, o bairro de São Pedro, desde a década de 1930, despertou a preocupação da Paróquia de Camocim e da Diocese de Sobral, à qual esta estava vinculada. Em 1938, o padre Manoel Henriques de Araújo se dirigiu aos comerciantes e ao povo de Camocim, pedindo ajuda para a construção de uma igreja nesse bairro, que, de acordo com a carta, objetivava:

[...] não sómente supprir uma grande lacuna que estava a reclamar sensível e insistentemente a nossa vida de cidade catholica, de uma população que já orça por uns oito mil habitantes, mas, localizada como fica, no centro dos seus bairros mais populosos, visa igualmente uma obra de apostolado e acção catholica, entre o nosso meio operário, approximar de suas habitações os benefícios salutarees da Igreja, afim de que possuam consciência e ideal christão, para, em tempo, se premirem contra a calamidade do communismo, apregoada, fascinantemente, pelas organizações inimigas [...].¹¹⁰

Em 1942, a Igreja de São Pedro seria inaugurada pelo padre Inácio Nogueira Magalhães. A construção de novas igrejas, principalmente em bairros populosos e afastados do centro da cidade, era uma das estratégias do catolicismo para barrar o crescimento do que ele considerava “organizações inimigas” – não só o comunismo como o anarquismo, o protestantismo e outras, que ameaçavam sua hegemonia. Junto a isso, nesse período, a maior parte da imprensa veiculava em suas matérias a ideia de que o comunismo era algo perigoso e maléfico, na tentativa de evitar que as pessoas aderissem a ele.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 205.

¹¹⁰ Carta aberta, datada de setembro de 1938, dirigida aos camocinenses pelo padre Manuel Henriques para a construção da Igreja São Pedro. Cedida, gentilmente, pelo Professor Carlos Augusto Pereira dos Santos, de seu acervo particular.

Na região Noroeste do Ceará, o jornal *Correio da Semana* – criado em 1918 pelo bispo Dom José Tupinambá da Frota, e mantido pela Diocese de Sobral até os dias atuais – se destacou no combate ao comunismo e ao anarquismo. Em um artigo de 1931 sobre a moral e os valores, ele afirmava que “a fábrica dos monstros está nas reuniões anarquistas e comunistas, onde as theories mais abjectas e praticas imoraes, sob o impulso satanico, são desenvolvidas ao clarão rubro da perversidade.”¹¹¹

A preocupação da Igreja com Camocim era devido à atuação do Partido Comunista, o qual havia instalado, em 1928, um Comitê Municipal¹¹², o segundo do Ceará, pois, até então, apenas Fortaleza tinha um comitê. Da década de 1930 aos anos 1950, embora passando parte desse período na ilegalidade, o partido esteve em evidência na cidade.¹¹³ A apreensão da Igreja Católica com relação à expansão das ideias comunistas era de âmbito nacional e mundial, a Santa Sé lançou vários documentos¹¹⁴ proibindo os fieis de votar ou se filiar a algum Partido Comunista nos anos 1940 e 1950, usando, muitas vezes, da imprensa para adverti-los e difundir uma imagem negativa de sua ideologia.

Neste sentido, a atuação da Igreja Católica em Camocim tomou partido na disputa eleitoral de 1946 e 1947, segundo Santos, “abrigo no seio das congregações pias e abrindo espaços nos seus periódicos para os integralistas, força política que se forja na conjuntura dos anos 30 e se constituirá, através da Ação Integralista Brasileira (AIB)¹¹⁵, na mais ferrenha opositora dos comunistas filiados à Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹¹⁶.”¹¹⁷

Embora na década de 1960 o Partido Comunista não tivesse articulado como outrora por causa do Golpe civil-militar, existia em Camocim uma pulsação das ideias comunistas

¹¹¹ UVA. NEDHIS. Periódico. A fábrica dos monstros... *CORREIO DA SEMANA*, Sobral-CE, 24 jan. 1931. Ano XIII, Nº. 41, p. 4.

¹¹² Pelo Professor Francisco Theodoro Rodrigues.

¹¹³ Sobre a atuação do Partido Comunista em Camocim, ler SANTOS, *op. cit.*, 2011.

¹¹⁴ Como os decretos de 15 de julho de 1948 e 1 de julho de 1949 e um documento em 4 de abril de 1959, confirmando o decreto de 1949. O primeiro decreto excomungava os que propagavam “os ensinamentos materialistas e anti-cristãos do comunismo e o segundo proibia os católicos de favorecerem, votarem ou se filiarem em partidos comunistas; e de ler, publicar ou escrever qualquer material que defendesse o comunismo. ELIEZER. Marcus. Esclarecimentos do decreto contra o comunismo da Igreja Católica. Disponível em: <<http://paradefesadaigreja.wordpress.com/2011/09/12/esclarecimentos-do-decreto-contra-o-comunismo-da-igreja-catolica/>> Acesso 8 jun. 2014.

¹¹⁵ Ação Integralista Brasileira.

¹¹⁶ Aliança Nacional Libertadora.

¹¹⁷ SANTOS, *op. cit.*, 2011, p. 49. Ler mais: “É necessário então que a Diocese zele por seu rebanho. Salvar Camocim e outras cidades do ‘perigo vermelho’, ‘do credo de Moscou’, passa a ser a prioridade do clero sobralense que toma a iniciativa de criar Comitês Anticomunistas e instituir as Semanas Sociais. É de Sobral, portanto, que deve partir esta cruzada, tendo, na pessoa do Monsenhor Sabino Loyola, sua principal figura.” p. 52. De acordo com o *Jornal Correio da Semana*, em uma matéria escrita, provavelmente, pelo Monsenhor Sabino, as Semanas Sociais tinham como objetivo: “[...] esclarecer os operários que, iludidos pelas brilhantes e enganosas promessas do comunismo, deixaram o gremio amoroso da Igreja, vendendo os seus direitos por um prato de lentilhas”. UVA. NEDHIS. *CORREIO DA SEMANA*, Sobral-CE, 17 dez. 1946. Ano XXIX, nº. 67, p. 4.

representada pelas pessoas que eram filiadas ou simpatizantes, a qual ainda representava uma ameaça. Neste sentido, a Igreja Católica mantinha a preocupação com a assistência ao bairro de São de Pedro. Em 1962, o bispo de Sobral Dom João José da Mota e Albuquerque enviava para a igreja de São Pedro o padre Luís Gonzaga Melo, com a função, segundo o livro de tombo da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, “especial de proporcionar assistência religiosa e social aos bairros [...]”¹¹⁸, principalmente o de São Pedro. Com esse intuito, ele inicia uma série de trabalhos sociais que resultariam na criação do SPH.

Recém-chegado da Europa e formado também em Sociologia, além de teologia e Filosofia, que influências padre Luís recebeu de seus professores, como do padre jesuíta Pedro Calderan Beltrão e do padre dominicano Luis-Joseph Lebreton? Contemporâneo das discussões no interior da Igreja Católica que resultaram no Concílio Vaticano II, em que isso contribuiu para formar sua concepção de missão da Igreja e criar uma instituição que se caracterizaria pelo desenvolvimento de trabalhos em mutirão e comunitários *com* e *para* as “populações pobres”¹¹⁹ da cidade de Camocim, visando sua “promoção humana”, usando os termos encontrados em seu estatuto?

Antes de discutir essa questão, chamo atenção aqui para o termo “pobre”. Qual o sentido que a documentação escrita atribui a ele? Edward Palmer Thompson, ao discutir sobre as relações entre patrícios e plebeus na Inglaterra do século XVIII, problematiza a carga normativa que acompanha os termos “fidalgos” e “pobres”, alertando para o caráter indiscriminado do segundo termo e para os riscos do uso acrítico que geralmente se faz dele. Naquele contexto, de acordo com sua proposição:

esse termo [“os pobres”] inteiramente indiscriminado contém a sugestão de que o grosso da população trabalhadora merecia a condescendência da *gentry*, e talvez sua caridade (como se fossem de alguma forma sustentados por ela, e não exatamente o contrário). E o termo agrupa, numa mesma categoria criada pela *gentry*, miseráveis, pequenos fazendeiros vigorosamente independentes, pequenos camponeses, criados da fazenda, artesãos rurais e assim por diante.¹²⁰

Desse modo, corre-se o risco de homogeneizar categorias distintas e atribuir a sujeitos trabalhadores e com diferentes profissões uma condição de dependência e/ou subordinação à outra classe social ou a uma instituição, podendo, inclusive, desqualificar o trabalho de

¹¹⁸ ARQUIVO DA PÁROQUIA DE BOM JESUS DOS NAVEGANTES. 3º. Livro de Tombo da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, Camocim-CE, 1962-1989, fl. 5v-6.

¹¹⁹ Essa expressão aparece no primeiro estatuto do SPH, elaborado em 1962, mas publicado apenas em 1965: UVA. NEDHIS. SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, 14 de janeiro de 1965. Pasta F – Estatutos. 1965.

¹²⁰ THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 26.

organizações comprometidas com as classes trabalhadoras, as quais lutam pela garantia dos direitos destas e por melhores condições de trabalho e por salários justos, por exemplo. Reafirmo com Thompson que é o trabalho dos pescadores e agricultores, por exemplo, que alimenta as famílias economicamente ricas; é o ofício dos salineiros que dão lucros aos donos de indústria.

A documentação do Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH) define como “pobres” os trabalhadores cuja renda não era suficiente para custear todas as suas necessidades básicas, com alimentação, moradia, vestuário; e/ou que, por falta de políticas públicas, não tinham acesso à educação e atendimento à saúde. No entanto, isso não implica que esses sujeitos fossem sustentados pelo SPH, mas que juntos a ele estivessem na luta para criar melhores condições de vida e, por vezes, de trabalho.

Uso o termo “pobres” aqui quando estiver me referindo a essa documentação, ou por entender que a maioria desses sujeitos, apesar de pertencerem a categorias de trabalho distintas e ganharem salários diferenciados, estavam reunidos no SPH em torno de interesses comuns. Neste caso, não uso o termo de forma indiscriminada ou no sentido de homogeneizar essas categorias.

Padre Luís foi ordenado na Basílica de São João de Latrão, em Roma, em 1958, após ter concluído o curso de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (PUG-Roma). Sob a influência de um de seus professores, padre Pedro Calderan Beltrão¹²¹, doutor em Sociologia, iria, em seguida, fazer o curso de Ciências Sociais (Sociologia do Desenvolvimento) no Instituto Católico de Paris, matriculando-se também no Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IRFED)¹²² – que era destinado a formar “desenvolvimentistas”, sobretudo sociólogos e economistas, especialistas em problemas de desenvolvimento –, e no curso de Sociologia, na *Université Paris-Sorbonne*. Fez estágio em Sociologia do Desenvolvimento, em Israel, para concluir o curso com um estudo comparativo entre o processo de desenvolvimento de Israel e do Nordeste do Brasil quanto ao solo e ao clima.¹²³

¹²¹ Padre Beltrão também foi professor na Universidade Unisinos de São Leopoldo-RS e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

¹²² O *Institut de Recherche et de Formation en vue du Développement Harmonisé* (IRFED) foi criado em 1958 pelo dominicano francês Louis-Joseph Lebreton, tendo como um de seus objetivos a especialização de profissionais no tema do desenvolvimento para que pudessem atuar no “terceiro mundo”. Ler o artigo ANGELO, Michelly Ramos de. O IRFED e a Formação de Profissionais Brasileiros em Desenvolvimento do Território, Disponível em: < <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1280/1254>>. Acesso: 23 jun. 2014.

¹²³ MELO, Luís Gonzaga de. **Caminhada**. Campina Grande, 2000, p. 17-22. Trabalho não publicado. O autor faz uma síntese de sua trajetória para seus cinco filhos: Denise, Raissa, Marie, João Alfredo e Ana Luísa.

A influência de Beltrão não se deu apenas no campo da escolha por cursar Sociologia, mas na opção de padre Luís pela Igreja preocupada com os problemas sociais do que na época se chamava “terceiro mundo”, sobretudo os países da América Latina – numa referência pejorativa e indiscriminada aos países que foram colonizados e tiveram um processo de industrialização tardio, como se o fato do país ser industrializado fosse sinônimo de qualidade de vida e de distribuição igualitária de renda e lucro.

Beltrão, embora sendo jesuíta, não comungava da posição de seus pares, que tinham um método de ensino religioso rígido referente às práticas sexuais. Ele publicou, entre outros, o livro *A regulação dos nascimentos: como determinar os períodos fecundos na vida matrimonial*¹²⁴, que visava orientar as famílias quanto à limitação da natalidade. Neste sentido, considerava que o planejamento familiar seria uma forma de controlar a natalidade e de diminuir a miséria.

Auxiliado por médicos e assistentes sociais, Beltrão proferia palestras e conferências sobre a necessidade do planejamento familiar em centros comunitários e até mesmo do púlpito da igreja, onde rezava a missa. Durante o tempo em que atuou no Rio Grande do Sul, desenvolveu experiências junto a “comunidades carentes”, inclusive em reservas indígenas.

Abro um espaço para discutir o sentido dado à noção de “comunidade dentro” do SPH. O conceito de comunidade vem sendo utilizado nos últimos tempos de forma indiscriminada, segundo Cicília M. Krohling Peruzzo e Marcelo de Oliveira Volpato¹²⁵, “o que contribui para uma confusão conceitual que esvazia seu significado. Qualquer agrupamento tem sido chamado de comunidade, sejam bairros, vilas, cidades, segmentos religiosos, segmentos sociais, redes de relacionamentos na internet etc.”¹²⁶

¹²⁴ Ler BELTRÃO, Pedro Calderan. **A regulação dos nascimentos: como determinar os períodos fecundos na vida matrimonial**. Porto Alegre-RS: Globo, 1963. Publicou também **Família e política social**. Rio de Janeiro: Agir, 1957; **Sociologia do Desenvolvimento**. Porto Alegre-RS: Globo, 1965; **Demografia: ciência da população, análise e teoria**. Porto Alegre: Sulina, 1972; **Sociologia da família contemporânea**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

¹²⁵ Partem de uma constatação de Palácios de que o conceito de comunidade é uma invenção da Modernidade¹²⁵. Dessa forma, defendem que ele “evoca sensações de solidariedade, vida em comum, independentemente de época ou de região. Atualmente, seria o lugar ideal onde se almejava viver, um esconderijo dos perigos da sociedade moderna.”¹²⁵ Ler PALÁCIOS, Marcos. “O medo do vazio: comunicação, sociabilidade e novas tribos”. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Idade média**. Salvador: UFBA, 2001. *Apud* PERUZZO, Cicília M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. “Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença”. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009. Disponível em: < <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Conceitos-de-comunidade-local-e-regiao.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

¹²⁶ PERUZZO, Cicília M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. “Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença”. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009. Disponível em: < <http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Conceitos-de-comunidade-local-e-regiao.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

Muitos autores¹²⁷ trabalharam sobre esse conceito a partir de perspectivas diversas, mas não é meu objetivo aqui explorá-las. Com base na solidariedade e no trabalho em mutirão, o SPH procurou formar uma ideia de comunidade que tinha como suporte a união entre pessoas que viviam uma realidade socioeconômica similar e que lutavam por interesses comuns: moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho etc. Com esse intuito, definiu muitas de suas atividades como “Padaria Comunitária”, “Roçado Comunitário”, “Horta Comunitária”¹²⁸. Todas as pessoas participantes dessas atividades tinham os mesmos direitos e deveres, por exemplo, no “Roçado Comunitário”, todas trabalhavam no cultivo e tinham parte na produção. Assim, considerando que eram as pessoas que iam constituindo meios de sobrevivência nesses espaços, o sentido de comunidade aqui ultrapassa a definição de comunidade carente, embora os trabalhadores que as compunham tenham sido denominados, indiscriminadamente, pela documentação, de “pobres”.

Mas é importante ressaltar que as pessoas que participavam do SPH e constituíam esse projeto de comunidade também faziam parte de outra comunidade bem maior, que é a cidade de Camocim, a qual tem outro significado. Na cidade, não partilham só um espaço geográfico, como também culturas, costumes, valores etc. Tentam criar uma identidade comum mediante a diferenciação de outros grupos ou comunidades. Contudo, é formada por sujeitos com situação socioeconômica e política diferentes, com perspectivas e demandas distintas, as quais, muitas vezes, divergem e se confrontam.

Padre Luís também seria influenciado pelas ideias do padre Luis-Joseph Lebret¹²⁹, que foi seu professor no Instituto Católico de Paris. Lebret criou o IRFED e foi:

¹²⁷ Como, por exemplo, TÖNNIES, Ferdinand. “Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais”. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 96- 16. BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zajar, 2003. BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987. WEBER, Max. “Comunidade e sociedade como estruturas de socialização”. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 140-143. PALÁCIOS, Marcos. “O medo do vazio: comunicação, sociabilidade e novas tribos”. In: RUBIM, A. A. (Org.). **Idade mídia**. Salvador: UFBA, 2001.

¹²⁸ Na programação da festa de São Pedro, a fogueira de São Pedro era chamada de “Fogueira comunitária”, considerando que todos contribuíam com a lenha para fazer a fogueira.

¹²⁹ Embora, inicialmente, Lebret tenha tomado como referência as ideias do catolicismo conservador de Jacques Maritain – que, em seu tempo, contraditoriamente, foi considerado um revitalizador da mensagem tomista e, nos anos 1960, foi tido como um dos gurus/mestres dos jovens que estudavam filosofia. Com os anos da Ocupação na França, acomodações ocorreram, passando essa associação a estar referendada na vertente do catolicismo francês ligado à doutrina social da Igreja, que então perseguia a renovação dos movimentos de ação católica e social. Ler PONTUAL, Virgínia. “Práticas urbanísticas, deslocamentos e cruzamentos: Louis-Joseph e Antonio Bezerra Baltar no Brasil”. Disponível em: <http://www.cecieducacao.net.br/acervobaltar/pdf/11_Práticas_urbanística_deslocamentos_e_cruzamentos.pdf>. Acesso em 24 jun. 2014.

[...] um dos introdutores da preocupação com o desenvolvimento global dentro da Igreja, entendido como desenvolvimento da pessoa e dos grupos sociais [...] chamou a atenção da Igreja e do mundo ocidental para as questões do subdesenvolvimento e da necessidade de solidariedade com os países pobres, e fundou o movimento *Economia e Humanismo*, que tinha como finalidade pensar a economia em função dos homens. Participou também da elaboração da Encíclica *Populorum Progressio* e da *Mater et Magistra*.¹³⁰

Através do IRFED, ele atuou em vários países, inclusive no Brasil, onde criou a Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), instituição pioneira de consultoria, que foi responsável pela formação de um quadro de planejadores no Brasil entre os anos de 1947-1964, e foi diretor de pesquisas sobre os problemas do desenvolvimento do Nordeste, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. A formação do IRFED era destinada também a esses profissionais atuantes na SAGMACS como especialização complementar à recebida no Brasil.¹³¹

Lebret ainda fundaria um grupo sobre Economia e Humanismo no Brasil, em 1947, onde suas principais ideias foram difundidas nos meios políticos e católicos, sobretudo entre a Juventude Universitária Católica (JUC). Frente a esse grupo e a SAGMACS, teve a possibilidade de formar profissionais brasileiros e experimentar suas ideias e métodos de desenvolvimento.¹³²

O contato com as ideias de Lebret em Paris foi importante para que padre Luís decidisse trabalhar com o povo, ao retornar para o Brasil em 1961, e, principalmente, na forma como realizou esse trabalho. Quando indagado, durante a segunda entrevista, realizada em Campina Grande-PB, se sua iniciativa de criar o SPH teria sido uma ação da Igreja, na tentativa de combater os comunistas, os evangélicos e/ou os espíritas ou uma questão de autenticidade, ele afirma que o humanismo foi a base para o desenvolvimento de seu trabalho:

Não. Eu situaria essa iniciativa, esse trabalho, mais na área do... Humanismo, independentemente, até de religião. Até porque não... Logicamente, como era um padre que estava à frente disso e daquilo outro e tal, a gente se envolvia também no trabalho do apostolado e daí por diante. Mas, independentemente deste trabalho, as... pessoas se envolviam, quando queriam se envolver, mas... era independentemente de ideologia religiosa e daí por diante, tanto que nem havia missas especiais, coisas especiais pra isso.¹³³

¹³⁰ Louis-Joseph Lebret. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis-Joseph_Lebret>. Acesso em 28 mar. 2011.

¹³¹ Ler ANGELO, *op.cit.*

¹³² *Idem.*

¹³³ MELO, Luís Gonzaga. Campina Grande-PB, 27 fev. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

Retomando o objetivo da Paróquia de Camocim, quando trouxe esse padre para se encarregar dos trabalhos da igreja de São Pedro – “proporcionar assistência religiosa e social aos bairros” –, ele parece flexibilizar essa assistência ao dizer da abertura do SPH para um público mais amplo do que o da Igreja Católica. No entanto, essa abertura também poderia ser uma estratégia para chamar atenção de não católicos e uma tentativa de convertê-los. Na carta enviada aos jovens que estudavam no Pontifício Colégio Pio Brasileiro, em Roma, mencionada anteriormente, padre Luís se contradiz em relação ao colocado nessa entrevista e dá evidências de que seu trabalho seria desenvolvido no sentido de orientar a população para os valores cristãos:

Creio já ter falado para vocês sobre um estudo sócio-religioso que fizemos nos bairros de Camocim no ano passado: prática religiosa quase insignificante, hábitos cristãos banhados de superstição, resquícios de rituais dos índios, sobretudo em sentinelas, índices elevadíssimos de prostituição e de uniões ilícitas etc.¹³⁴

A permanência de alguns valores da tradição indígena entre as práticas das pessoas que habitavam o bairro de São Pedro estava ligada ao fato de que a maioria delas era descendente de índios. Esses valores constituem o elemento residual o qual discute Raymond Williams, definindo-o como aquilo que foi, de acordo com sua proposição, “efetivamente formado no passado, mas está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo no presente”, pois “representa área da experiência, aspiração e realização humanas que a cultura dominante negligencia, subvaloriza, opõe, reprime ou nem mesmo pode reconhecer.”¹³⁵

Dentro da cultura católica dominante, seria inadmissível qualquer resquício associado aos rituais indígenas. Assim, em sua escrita, padre Luís desqualifica os seus costumes para que seus descendentes se civilizem e se modernizem dentro da proposta capitalista em curso. Esse é o trabalho de incorporação do residual pelo dominante¹³⁶, num processo de exclusão daquilo que não está em conformidade com os interesses capitalistas.

Na defesa dos valores cristãos, a prostituição era considerada um mal que deveria ser combatido. Assim, na tentativa de reduzi-la, padre Luís iria iniciar um trabalho de confecção de redes de tucum¹³⁷ com as prostitutas, que resultaria, anos depois, na criação de uma equipe

¹³⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Carta de Pe. Melo enviado aos jovens João Batista Frota, Benedito Genésio Ferreira e José Cândido Fernandes, então alunos do Colégio Pio Brasileiro, em Roma, 1963, p. 1. Pasta D – Correspondências, 1963.

¹³⁵ WILLIAMS, Raymond. “Dominante, residual e emergente”. In: _____. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 125 e 127.

¹³⁶ *Idem*, p.124-129.

¹³⁷ Rede usada pelas pessoas para descansar/dormir durante o dia, principalmente nas regiões com altas temperaturas. É feita da fibra das folhas da palmeira ou da carnaúba.

de trabalho chamada “Nosso Lar”. Por meio dessa equipe, elas participariam de cursos de bordados, de letras, de culinária e formariam uma oficina de corte e costura. O sucesso da oficina contribuiu para que essa equipe de trabalho ganhasse personalidade jurídica, em 21 de julho de 1971.

Mas não era só a prostituição que despertava a atenção da Igreja no bairro de São Pedro. A união de casais que viviam na mesma casa, sem a formalidade do casamento, também era muito presente, constituindo-se em mais um fator que, segundo a Igreja, infligia seus princípios morais. Portanto, a preocupação da Igreja ia além da assistência social aos bairros mais afastados do centro da cidade, existia uma tentativa de organizar a sociedade de acordo com os valores difundidos pela tradição católica, entendida, aqui, a partir da reflexão de Williams, não como estrutura, mas como processo, prática, atividade, resolução viva e política. Em outras palavras, como a expressão de uma cultura particular, que seleciona certos significados e práticas para dar ênfase ou sentido ao presente e que põe de lado – ou negligencia certos outros.¹³⁸

Desse modo, à medida que o SPH ia desenvolvendo trabalhos voltados para a educação, alimentação, moradia e saúde, ia dando ênfase aos valores da cultura dominante, a qual tinha como fundamento a tradição cristã, e pondo de lado práticas da tradição indígena. A validação da tradição dominante também se dava mediante a interferência no comportamento de homens e mulheres, ou seja, no modo como o indivíduo se relacionava com outro, e na maneira de ganhar o pão de cada dia, como no caso das prostitutas.

As fontes referem-se a esses trabalhos como “serviços”: “serviço de educação e cultura”, “serviço de saúde e higiene”, “serviço de habitação”, por exemplo. Não lançarei mão dessas formas porque não as interpreto enquanto ação de servir. Nesse caso, estaria reduzindo a atividade prática de coautoria dos trabalhadores associados à ação de receber as coisas já prontas do SPH. Ademais, esses trabalhos se articulavam entre si e constituíam-se como uma forma de intervir no social e na cultura¹³⁹ – nos modos de se organizar, de trabalhar, de se divertir – e em uma projeção de sociedade, sobretudo, através da educação¹⁴⁰, quando

¹³⁸ Reflexões com base no texto de Raymond Williams “Tradições, instituições e formações”, em que coloca que “o que temos de ver não é apenas ‘uma tradição’, mas uma *tradição seletiva*: uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição social.” Ler WILLIAMS, Raymond. “Tradições, instituições e formações”. In: _____, *op. cit.*, 1979, p. 118-123.

¹³⁹ A categoria “cultura” é pensada, aqui, na perspectiva de Déa R. Fenelon, Heloisa Farias Cruz e Maria do Rosário C. Peixoto, “como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes e, portanto, associada a diferentes tipos de realidade.” Ler FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário C. “Introdução”. In: FENELON *et al. op. cit.*, 2004. p. 09.

¹⁴⁰ Partilho da ponderação de Raymond Williams quando ele diz que “a educação transmite o conhecimento e as habilidades necessárias, mas sempre através de uma seleção entre todas as possibilidades, e com atitudes

constatei que esta ia além da formal. Penso-as enquanto áreas, dimensões de atuação do SPH, e quando falo em atuação estou incluindo também os sujeitos que estavam envolvidos nelas; portanto, vejo-as como trabalhos ou atividades de homens e mulheres na lida cotidiana pela sobrevivência em um meio social adverso e não apenas da instituição.

Tendo o presente em mente, padre Luís conta, em entrevista, de suas escolhas e experiências, ao mesmo tempo em que imprime sua interpretação aos fatos, trazendo as contradições de sua formação e a questão da pobreza na década de 1960 como um problema que permanece no presente¹⁴¹:

Professor Benedito: – A nossa primeira indagação se refere à nossa questão, à nossa pergunta, à nossa dúvida, se o Serviço de Promoção Humana foi uma criação da igreja oficial, da diocese ou se foi uma iniciativa pessoal...

Padre Luís: – Veja, quando eu fui pra Camocim, foi uma opção minha, primeiramente. O bispo perguntou se eu queria ser Reitor do Seminário ou eu preferia... Eu disse para ele: “olhe, eu nunca tive nenhuma experiência de povo”. Na realidade, eu tinha... Desde criança, tinha ido para o Seminário, isso e aquilo outro e tal. E depois continuei estudando e inteiramente divorciado do povo, propriamente dito, aí eu disse pra ele que, se pudesse escolher, eu preferiria trabalhar com o povo. E se fosse um povo mais pobre, melhor ainda e, na realidade, era isto que eu precisava, esse... banho de povo. Aí, ele me indicou Camocim. E eu fiquei... Não conhecia Camocim e tal e fui lá pra conhecer [...]. Aí procurei ver os bairros. E tinha que manter uma certa coerência. Se eu tinha escolhido trabalhar com o povo, então tinha que escolher bairro de pobre. E São Pedro... eu fui seduzido. Primeiramente, por essa primeira questão, e depois pela brisa do mar. Eu sou serrano¹⁴² e não conhecia muito o mar, [*risos*] então [...] optei por ir trabalhar lá, em Camocim. Em Camocim, como eu disse, eu optei por ir praquela região mais pobre e tal. Uma pobreza muito grande e, nesse país, não muda muita coisa, não, a pobreza é a mesma coisa desde daquele tempo até hoje.¹⁴³

O seminário ao qual o padre Luís se refere é o Seminário Diocesano São José, de Sobral, onde iniciou sua formação em 1945, aos 12 anos de idade. Em 1952, foi para o Seminário da Prainha, em Fortaleza. Fez o curso de Filosofia, concluindo no ano seguinte e, em 1954, iniciou o curso de Teologia. Mas o bispo de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota, o enviou para fazer Teologia em Roma.¹⁴⁴ Grande parte de sua formação foi dentro do seminário e, de certa forma, isso o deixava alheio aos problemas sociais e econômicos extramuros. Neste sentido, tomar “banho de povo” significava, para ele, conhecer a situação

intrínsecas, tanto para com o aprendizado como para as relações sociais, que são, na prática, virtualmente inseparáveis.” WILLIAMS, *op.cit.*, 1979, p.121.

¹⁴¹ Ler “[...] a estória está sendo contada tendo o presente em mente”, como afirma em PORTELLI, *op. cit.*, 2004, p. 302. A história oral “nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*”, de acordo com PORTELLI, *op. cit.*, 1996, p. 31.

¹⁴² Natural de Ibiapiana-CE.

¹⁴³ MELO, Luís Gonzaga. Campina Grande-PB, 27 fev. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

¹⁴⁴ Ler MELO, *op. cit.*, 2000, p. 11-13.

da população que vivia nos arredores da cidade, que tentava ganhar o pão de cada dia por meio do trabalho árduo nas salinas, no mar, em casas de prostituição ou no comércio de mercadorias.

Seu desejo de entrar em contato com essa realidade, como afirma em sua fala abaixo, é gestado na França, quando faz Sociologia na Sorbonne e Sociologia do Desenvolvimento no Instituto Católico de Paris:

Professor Benedito: – É, ao chegar de volta da Europa, que contexto político, econômico e social você encontrou no Brasil, de maneira geral e, em Camocim, de maneira especial?

Padre Luís: – Bom, primeiramente, já em Paris, eu sempre me dediquei mais ao estudo da Sociologia do Desenvolvimento, e era a área que mais me interessava, que tinha todo o problema que se vê ainda hoje da desigualdade social: tinha gente muito rica, gente muito pobre, e algumas famílias, algumas não, a maioria vivendo na pobreza e, muitas vezes, na miséria; e, por outro lado, uma pequena minoria, ah, se usufruindo dos bens materiais, econômicos, culturais da região, tirando partido disso e, às vezes, até, até se valendo dessa pobreza; isso e aquilo outro para se promover. E muita gente ainda hoje... a história se repete, Marx tinha razão, a história se repete. Marx dizia que quando a história se repete é sob a forma de farsa. Então se vive, se viver é uma farsa também. E é isso, a minha formação foi toda baseada nessa, nesse, nessa contradição da minoria muito beneficiada, privilegiada, sobretudo, privilegiada e a grande maioria marginalizada.¹⁴⁵

Aqui, padre Luís também interpreta a questão das desigualdades sociais como resultado das contradições do capitalismo que exploram a força de trabalho de grande parte da população em benefício de uma minoria e dos políticos que, muitas vezes, usam as necessidades (fome, falta de moradia, saúde e educação) do povo para chegar e permanecer no governo.

A preocupação da Igreja com o problema das desigualdades sociais não era nova. Desde a década de 1950, parte da Igreja Católica vinha discutindo e desenvolvendo trabalhos na tentativa de enfrentar os problemas relacionados à miséria no chamado “terceiro mundo”¹⁴⁶. Na região Nordeste do Brasil, vê-se a criação do Movimento de Natal, que

¹⁴⁵ MELO, Luís Gonzaga. Campina Grande-PB, 26 jun. 2010. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

¹⁴⁶ A Carta Encíclica *Rerum Novarum*, sobre a condição dos operários, do Papa Leão XIII, de 15 de maio de 1891, demonstra a preocupação da Igreja com o social, sobretudo com a exploração do operário. Sob o impulso de uma contraproposta ao discurso socialista, defendia “que é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio dos homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida. O século anterior (XVIII) destruiu, sem as substituir por coisa alguma, as corporações antigas que eram, para eles, uma proteção. Os princípios e o sentimento religioso desapareceram das leis e das instituições públicas, e, assim, pouco a pouco, os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada. A usura voraz veio agravar ainda mais o mal. Condenada muitas vezes pelo julgamento da Igreja, não tem deixado de ser praticada sob outra forma por homens ávidos de ganância, e de insaciável ambição. A tudo isto deve-se acrescentar o monopólio do trabalho e dos papéis (sic) de crédito, que se tornaram o quinhão dum pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem, assim, um jugo quase servil à imensa multidão dos

realizou, segundo Cândido Procópio Ferreira de Camargo, “uma multiplicidade de programas de ação tanto na esfera religiosa como na temporal – educação de base, sindicalismo, extensionismo, cooperativismo, clubes de jovens, de mães, formação de líderes, conscientização religiosa e política.”¹⁴⁷ Essas experiências fizeram do Rio Grande do Norte um lugar de referência no Nordeste – e também em nível de Brasil – nos novos rumos que a instituição católica tomava, influenciando, inclusive, na criação de algumas atividades do SPH.

De acordo com esse autor:

no âmbito interno da sociedade brasileira, o intenso processo de mudança social pôs em questão o equilíbrio da estrutura social e veio acarretar a relativa disfunção de valores, normas e papéis. A necessidade de nova formulação ideológica e orientação prática é proveniente das mudanças sócio-econômicas (sic) subjacentes na sociedade brasileira. A Igreja Católica em Natal ofereceu uma versão capaz de facilitar aos próprios indivíduos a definição de sua situação no processo de mudança e esboçar projetos de vida inspirados pelos valores cristãos e coerentes com as novas perspectivas de organização sócio-econômica (sic).¹⁴⁸

As transformações socioeconômicas por que vinham passando o “terceiro mundo” e o agravamento das desigualdades sociais impuseram aos movimentos sociais e às organizações, como a Igreja Católica e aos sindicatos, a necessidade de repensar suas formas de intervir na sociedade.

Antes do pontificado de João XXIII (entre 1958 e 1963), do Concílio Vaticano II (1962-1964) e das conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), muitos teólogos, bispos e movimentos leigos haviam trabalhado por mudanças na Igreja. De acordo

proletários.” A respeito do que afirmava ser uma “solução socialista”, argumentava: “Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social.”. Nestas proposições é notório uma defesa do trabalhador, mas até o ponto em que não ferisse os interesses da classe proprietária dos meios de produção e exploração do homem. Ler XIII, Papa Leão. “Carta Encíclica *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários”. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerumnovarum.html>.

Acesso em 15 nov. 2014. Na Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*, do Papa Pio XI, de 15 de maio de 1931, a Igreja reafirma seu posicionamento diante dessa questão social. Ler XI, Papa Pio. “Carta Encíclica *Quadragesimo Anno* da *Rerum novarum*”. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/piusxi/pt/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadragesimoanno.html>.

Acesso em 15 nov. 2014.

¹⁴⁷ CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1971. p. 67.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 82.

com Scott Mainwaring, “as encíclicas apostólicas¹⁴⁹ (sic) progressistas e o Vaticano II incorporaram e legitimaram tendências que já existiam ao invés de criar algo novo. Mas, dentro de uma instituição hierárquica como a Igreja Romana, a legitimação de cima é muito importante.”¹⁵⁰ Assim, mesmo que o concílio não tenha criado “novos programas ou novas teologias radicais, suas posições influenciam o processo que acaba por determinar quais concepções da missão da Igreja se tornarão hegemônicas, ajudando, portanto, a determinar as práticas pastorais no mundo inteiro.”¹⁵¹

Padre Luís vivencia esse processo de mudanças na postura da Igreja durante toda sua estadia na Europa, que corresponde ao seu período de formação em Teologia (Roma) e Sociologia (Paris), volta para o Brasil imbuído de ideias novas e cria o SPH. Sua opção de trabalhar com o povo era muito mais do que um projeto pessoal. Era, sobretudo, uma necessidade de colocar em prática aquilo que tinha aprendido em anos de formação, que incluía as preocupações da Igreja com o temporal como aspecto essencial de suas finalidades e objetivos de ação.

1.2. Como o SPH se organiza em Camocim

Como assinalado no item anterior, na conjuntura dos anos 1960 e 1970, a missão da Igreja que prevaleceu sobre as demais foi a que defendia a dimensão indissociável das atividades pastoral e temporal. Nessa época, a luta pela dignidade humana e por melhores condições de vida e de trabalho, com vista à intervenção social, se tornou bandeira de luta dos movimentos que nasceram sob a influência das mudanças que vinham ocorrendo no interior da Igreja, como o Movimento de Educação de Base (MEB), os sindicatos e as associações de cunho católico, a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica Operária (ACO) e a Pastoral Operária (PO).

Assumindo essa dimensão, padre Luís escolheu morar no bairro de São Pedro, para facilitar o contato diário não só com os pescadores e salineiros, mas com todos os trabalhadores que constituíam a zona praieira de Camocim, inclusive com as prostitutas, onde as condições de vida da população eram mais difíceis. Esse contato foi essencial para que tomasse conhecimento dos problemas dos moradores e criasse seu plano de ação, que resultou, inclusive, na fundação do SPH.

¹⁴⁹ Papais.

¹⁵⁰ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 63.

¹⁵¹ *Idem*, p. 139.

Sobre as condições de vida dessa população, afirma que “era uma vida muito dura que esse pessoal levava”¹⁵², quando é indagado se a criação da instituição teria sido uma iniciativa pessoal ou da Igreja e para que grupos sociais ela se dirigiu. Ao imprimir sua interpretação sobre a vida concreta dessa população, estava querendo dar ênfase à rotina dos pescadores, os quais saíam durante a madrugada e só retornavam no final da tarde. A alimentação daquelas famílias dependia muito do sucesso do trabalho dos pescadores, mas, muitas vezes, eles não conseguiam uma boa pesca. Os melhores peixes eram vendidos, outra parte eles tiravam para o consumo da família. Os rejeitados, provavelmente em estado de putrefação, eram disputados pelas famílias que aguardavam à beira-mar o retorno desses pescadores.

No planejamento das atividades do SPH para o ano de 1966, o segundo diretor-presidente, o então padre Edvar¹⁵³, apontava a fome e a falta de higiene da população como fatores responsáveis pela desnutrição, uma das doenças mais comuns entre as famílias com condições de vida precárias. Escreve ele, nesse planejamento: “a maioria da população – sobretudo dos bairros, vive em um estado de pobreza impressionante (sic). Seus principais (sic) problemas são: saúde, higiene, analfabetismo, habitação e alimentação.”¹⁵⁴

Quando o então padre Benedito Genésio Ferreira¹⁵⁵ chegou a Camocim, em 08 de janeiro de 1967, para ser o encarregado da Igreja São Pedro e assumir a diretoria da instituição, em virtude da saída do 3º. diretor-presidente, o padre José Prado Ferreira da Ponte, que permaneceu ali apenas seis meses por motivos de saúde, constatou problemas semelhantes aos apontados no planejamento feito pelo padre Edvar. Na entrevista que me concedeu no dia 3 de julho de 2014, ele relembra:

Vera Lúcia: – Quando o senhor chegou a Camocim para trabalhar como padre e como diretor-presidente do SPH, como era a cidade de Camocim (como viviam as famílias, como era a questão política, social e religiosa na época)?

Padre Benedito: – Quanto às famílias, acrescentando ao que a entrevistadora já sabe, eram numerosas quanto ao número de filhos, mal estruturadas, subnutridas, sem saúde, sem trabalho, sem infraestrutura conveniente (moradia, água, calçamento, esgoto, iluminação). [...] ¹⁵⁶

¹⁵² MELO, Luís Gonzaga. Campina Grande-PB, 26 jun. 2010. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

¹⁵³ Apesar do diretor-presidente do SPH, Antonio Edvar de Araújo Lima, hoje ser casado, utilizarei neste trabalho a denominação padre Edvar, tendo em vista que, no período em que foi diretor-presidente do SPH, ainda exercia o sacerdócio e ficou conhecido como tal.

¹⁵⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 16 de março de 1966, p. 2. Pasta V – Relatórios, 1966.

¹⁵⁵ Mesmo que ele tenha pedido licença em 1976 para casar, usarei a denominação padre Benedito, quando estiver me referindo ao recorte temporal dessa pesquisa. Contudo, quando estiver me referido ao presente, utilizarei a denominação professor Benedito. Portanto, para evitar equívocos, padre Benedito e professor Benedito é a mesma pessoa em tempos históricos diferentes.

¹⁵⁶ FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, por escrito.

Mesmo entre as décadas de 1920 e 1950, momento do seu *boom* econômico, de acordo com Santos¹⁵⁷, proporcionado pelas atividades desenvolvidas em torno do Porto de Camocim e da Estrada de Ferro de Sobral, a cidade não dispunha de um sistema de saúde, de estabelecimentos de ensino público e de outras políticas sociais que atendessem à maioria da população, sobretudo às famílias que não tinham condições de pagar uma consulta e exames ou uma instituição privada para manter seus filhos estudando.

Com relação à educação, nesse período, existiam apenas algumas iniciativas isoladas e particulares para alfabetização e preparação para algum trabalho – apontadas no início do capítulo –, como da ferrovia, que, segundo Santos, “também toma iniciativas, inserindo muitos jovens na aprendizagem de diversos ofícios em suas oficinas e fundando escolas formais em vários pontos do trajeto da estrada.”¹⁵⁸ Mas essas escolas mantidas pela ferrovia eram direcionadas para os filhos de seus funcionários, o que representava uma pequena parcela da sociedade. Existiam outras escolas que funcionavam em casa de particulares, nas quais era cobrada uma taxa para estudar, mas que também atendiam um pequeno número de crianças e adolescentes em idade escolar.

Somente no fim desse *boom* econômico, sugerido por Santos, é que seria fundado, em 19 de março de 1950, o Patronato São José – hoje Instituto São José¹⁵⁹ –, de 1ª a 8ª série, porém, voltado para as filhas das famílias que dispunham de recursos para pagar suas mensalidades. Cinco anos depois, em 9 de junho de 1955, seria criada uma escola estadual, o Ginásio Padre Anchieta – posteriormente denominado Colégio Estadual Padre Anchieta (CEPA), e, hoje, Colégio Estadual Professor Ivan Pereira de Carvalho (CEPI), em homenagem ao professor que cedeu o espaço para suas atividades – da 5ª a 8ª série. Na década de 1960, tinha em funcionamento a única escola municipal, o Grupo Escolar José de Barcellos, que atendia turmas de 1ª a 4ª série. Contudo, essas três escolas não supriram a necessidade da população, principalmente das famílias com renda pequena.

De uma população de 23.987 habitantes, em 1960, apenas 6.979 sabiam ler e escrever, e 2.426 frequentavam algum estabelecimento de ensino, segundo a tabela elaborada com base

¹⁵⁷ SANTOS, *op. cit.*, 2011, p. 10.

¹⁵⁸ SANTOS, *op. cit.*, 2008, p. 122.

¹⁵⁹ Com a chegada das irmãs Josefa Maria, de Aquiraz-CE, Ermelinda Maria, de Cururupu-MA, Mariana Maria, de Belém-PA, Stella Maria, de Itapipoca-CE, Antônia Maria, de Camocim-CE, em 23 de Janeiro de 1954, para assumir a direção do patronato, ele foi crescendo em número de alunos. Aos poucos, vai necessitando ser ampliado para a instalação do ginásio chamado Imaculada Conceição, que ficaria conhecido como Colégio das Irmãs, sendo anexado ao patronato São José com 25 alunos. Em 08 de Dezembro de 1958, deu-se a festa de entrega de certificado da primeira turma de Humanistas no Ginásio, que iniciou em 18 de Agosto de 1954. PESQUISE EM CAMOCIM. Patronato São José (Instituto). Disponível em: <<http://pesquisecamocim.blogspot.com.br/2011/10/patronato-sao-jose-instituto.html>>. Acesso em 20 jun. 2014.

no Censo Demográfico do Ceará de 1960, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do item “Pessoas de 5 anos e mais por grupo de idade com discriminação das alfabetizadas e das que estudam segundo as zonas fisiográficas e os municípios.”¹⁶⁰:

Tabela 1: Alfabetização de 1960 por grupos de idade

Idade	Total	Sabem ler e escrever	Estudantes
População	23.987	6.979	2.426
5 a 9 anos	4.399	349	724
10 a 14 anos	3.977	1.153	1.202
15 a 19 anos	3.108	1.140	473
20 anos e mais	12.503	4.337	27

Fonte: IBGE. Tabela construída com base nos dados do censo demográfico de 1960.

Outra tabela, construída com base no item “Anos de estudo das pessoas de 5 anos e mais por sexo, segundo as microrregiões e os municípios”, do censo demográfico do Ceará de 1970, realizado pelo IBGE, apenas 2.111 de 14.259 homens tinham entre 1 e 17 anos de estudos, o que não assegura se, nos primeiros anos, eles conseguiram se alfabetizar; de 14.938 mulheres, somente 2.826 tinham entre 1 a 17 anos de estudos. Entre 1 e 16 anos, a quantidade de mulheres era superior a de homens.

Tabela 2: Alfabetização de 1970 por sexo¹⁶¹

Anos de estudo	Homens	Mulheres
Totais	14.259	14.938
1 ano	649	833
2 anos	452	621
3 anos	328	437
4 anos	246	218
5 anos	172	326

¹⁶⁰ IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

¹⁶¹ Tabela elaborada com base no Censo Demográfico do Ceará de 1970, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do item “Anos de estudo das pessoas de 5 anos e mais por sexo, segundo as microrregiões e os municípios”. IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t7_ce.pdf>. Acesso em 20 jun. 2014.

6 anos	66	93
7 anos	44	35
8 anos	23	58
9 anos	52	68
10 anos	4	12
11 anos	3	13
12 anos	54	103
13 anos	0	0
14 anos	0	0
15 anos	0	5
16 anos	4	4
17 anos	14	0
Sem instrução	12.148	12.112

Fonte: IBGE. Tabela construída com base nos dados do censo demográfico de 1970.

Os números constantes nas duas tabelas precisam ser relativizados, considerando a possibilidade de parte da população ter vindo de outras cidades e/ou estados e ter estudado em seus lugares de origem antes de fixar residência em Camocim. Apesar de não ser possível precisar a quantidade de pessoas analfabetas nos anos 1970, podendo chegar a ser superior a das que não tiveram instrução, os números apontam para uma quantidade muito elevada de homens e mulheres analfabetos. Em função dessa realidade, o SPH foi criando escolas primárias – o que hoje corresponde ao Ensino Fundamental I – a partir dos bairros que ficaram nos arredores da cidade, e uma na zona rural.

Pelos documentos escritos e pelas entrevistas realizadas, é possível perceber que, durante as décadas de 1960 e 1970, a ação do SPH se volta para temas que estavam presentes no cotidiano da população, como educação, saúde, moradia, trabalho, alimentação. Assim, ele criou escolas, como já foi colocado, construiu, junto aos trabalhadores, uma vila operária, organizou padaria, hortas e roçados comunitários e, através de convênios com o Serviço Social da Indústria (SESI), pôde oferecer aos trabalhadores que o compunham o acesso ao Posto de Abastecimento São Pedro (PASPE), o Reembolso de Medicamentos, o Ambulatório e a Farmácia Popular.

Em meados dos anos 1960, a população, de acordo com padre Edvar, “na sua maioria vive do pequeno comercio (sic), da indústria do sal, da pesca e de cargos públicos”. Sem grandes perspectivas, ele afirma que “a juventude masculina da classe média procura, em geral, o comercio, (para escapar) (sic) os que podem migram para os grandes centros, sobretudo para Fortaleza.”¹⁶² Se a juventude da classe média não tinha muita perspectiva de trabalho, mais difícil ainda era a situação da população pobre e, sobretudo, do sexo feminino.

Muitos entre esses jovens e parte dos trabalhadores já experientes, quando não conseguia emprego fixo, sobreviviam de biscates, da improvisação, de diárias, viam-se obrigados pelas circunstâncias a aprender vários ofícios. Exemplo disso é a situação das domésticas, que, para ajudar na renda da família, aprendiam a costurar, bordar, a fazer redes de tucum, trabalhavam na agricultura, cultivam hortas e, muitas vezes, lavavam roupas para outras famílias; do portuário que também exercia a profissão de pedreiro; da professora que também trabalhava na agricultura.

Partindo do presente para pensar a Camocim do passado, na década de 1960, padre Edvar, em entrevista que gentilmente me concedeu por e-mail, conta:

Vera Lúcia: – 5. Ao assumir as atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), em Camocim, como 2º. Diretor-Presidente, em 1964 (confirme se de fato é esta data), como você o encontrou, qual a realidade da população de Camocim e o que o SPH fazia para ajudá-la?

Edvar: – Encontrei um projeto bem organizado, mas ainda iniciante, em 1964. À época, não havia o lastro de comunicação como convivemos no atual século. Tudo era sempre muito igual. A população não tinha acesso à TV, telefone, internet. Portanto, a Entidade era um grande oásis na solidão da cidade pequena que, aliás, só usufruía de luz elétrica dia sim, dia não. Para lá, convergiam os jovens para os bailes promovidos, também para os debates de temas ligados à Igreja Católica, os jogos, os encontros, o acesso à população mais carente, na distribuição de alimentos para as pessoas de baixa renda, a uma pequena escola, a médicos, entre outros serviços. Inexistiam aposentadorias como são hoje. Então, a fome, a miséria, o acesso à saúde de qualidade era nenhum. O SPH obtinha absoluta credibilidade de convivência entre as famílias pelos encontros sempre saudáveis. E a força dos jovens contribuía também para o alcance dos objetivos do Serviço, os quais, motivados, uniam forças para a implementação e o desenvolvimento dos objetivos.¹⁶³

Distintamente da leitura que Dr. José Maria faz do passado de Camocim, como a “terra do já teve” – expressão usada para se referir ao momento de funcionamento das atividades do Porto de Camocim e da Estrada de Ferro, em contraste com a cidade do presente que não possui a mesma movimentação econômica, social e cultural –, padre Edvar, que

¹⁶² UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 16 de março de 1966, p. 2. Pasta V – Relatórios, 1966.

¹⁶³ LIMA, Antonio Edvar de Araújo. Entrevista escrita por ele sobre sua experiência no Serviço de Promoção Humana Brasília (SPH) [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <veralucia.historia@hotmail.com> em 23 fev. 2011.

morou nessa cidade por aproximadamente dois anos, período em que esteve à frente do SPH, inicia sua fala afirmando sobre os meios de comunicação a que a população pode ter acesso no presente como um recurso que vem possibilitando estabelecer contato entre um maior número de pessoas e que ajuda no desenvolvimento das relações sociais e de trabalho. O fato de abastecer a cidade com luz elétrica – que nessa época era movida a motor diesel – em dias alternados e de 06:00 às 21:00 horas, impedia o uso de TV e de telefone. Mas é importante ressaltar que, ainda assim, esse abastecimento não atingia toda a população. As Fichas de inscrição dos trabalhadores associados ao SPH de 1968-1974¹⁶⁴ demonstram que a maioria das casas em que eles moravam era iluminada por querosene. Em poucas aparece iluminação elétrica.

Aponta também para os aspectos de uma cidade, majoritariamente católica e, ao citar as ações do SPH, traz indícios sobre as condições de vida das famílias que habitavam os bairros, onde a instituição realizava alguma atividade. Com renda insuficiente para arcar com as despesas da família, sua situação era agravada quando o trabalhador atingia os 60, 70 ou 80 anos sem aposentadoria. Possivelmente, para sustentar os seus, fosse compelido a competir com pessoas jovens, a trabalhar em ofícios mais degradantes e com baixa remuneração e/ou a viver de biscates.

Contra a posição da “terra do já teve”, as evidências sugerem que, mesmo em seu *boom* econômico, a população, sobretudo a mais pobre, já sofria com os problemas relacionados à moradia, à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, enfrentados pelas famílias nos anos 1960 e 1970. Dessa forma, desnuda os contrastes de uma Camocim de desenvolvimento econômico em torno das atividades do Porto e da Ferrovia, apresentando uma qualidade de vida feita de dificuldades, de miséria e artifícios vários de sobrevivência.

Portanto, a cidade que apareceu em evidência após o fim das atividades portuárias e ferroviárias era parte de um processo histórico já em curso. O que houve, provavelmente, foi a intensificação de seus problemas pela perda dos postos de trabalhos de muitos – como estivadores, portuários, salineiros, daqueles que sobreviviam do pequeno comércio à beira do cais, dos ferroviários etc.¹⁶⁵

É necessário dizer ainda que nem todos os trabalhadores exerciam seus ofícios nesses espaços e, portanto, não foram diretamente afetados com o fechamento do porto e da ferrovia.

¹⁶⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Fichas de Inscrição dos associados. Pasta S1 – Ficha de Sócios, 1968-1974.

¹⁶⁵ “Assim, se temos a cidade como terreno comum de experiências, nem por isso podemos dizer que as experiências e as expectativas são as mesmas para os que nela vivem [...]”¹⁶⁵, como propõe Paulo Roberto de Almeida. Ler ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000”. In: FENELON *et al. op. cit.*, 2004, p. 145.

Suas condições de vida permaneceram as mesmas de antes. O término dos bailes de parte da elite econômica que sofria com o fim dos seus ganhos não lhe fizera falta porque nunca frequentou algum deles. O fechamento de escritórios e armazéns de firmas nacionais e internacionais que haviam se instalado na cidade entre os anos 1920 e 1950 não comprometeu sua renda porque nunca participou de seus lucros.

O que estou tentando colocar é que esses problemas dependiam muito mais de questões políticas e sociais do que econômicas. Tomando como referência a formação dos dois grupos políticos nas eleições municipais de 1950, “Cara Preta” e “Fundo Mole”¹⁶⁶. Representados pelo PSD e UDN, respectivamente, ver-se-ia em Camocim, nas décadas seguintes, o domínio de duas oligarquias que revezariam o poder local em função de seus próprios interesses, como colocado no início do texto, e pouco fariam para resolver os problemas sociais ligados à educação, à saúde, à moradia, às demandas de trabalho da população. A própria iniciativa de instituições como o SPH e o SESI, em criar escolas e ambulatório, por exemplo, constitui evidência de que o poder público era negligente com a situação.

Voltando à carta, endereçada aos estudantes do Colégio Pio Brasileiro, em 1963, padre Luís fala sobre o trabalho que vinha desenvolvendo em Camocim, junto ao SPH:

Penso que vocês (sic) já estão mais ou menos ao par do que (sic) vimos tentando fazer por aqui: lares de juventude, escolas para crianças e adultos, serviços de hortas e pocilgas de pobres, um C.D.P. (Comité de Defesa do Povo) que (sic), entre outras coisas, publica um jornalzinho (sic) semanal (“Presença Cristã”), cujo objetivo é a politização (sic) e a promoção humana da turma, uma cooperativa etc.¹⁶⁷

O que significava desenvolver essas atividades junto à população que vivia nos bairros mais afastados do centro da cidade e no campo? Que “promoção humana” era essa? No geral, essas atividades faziam parte da missão de Igreja comprometida também com os problemas sociais, a qual investia no desenvolvimento de ações, orientadas pelos valores cristãos, para contribuir com a melhoria das condições de vida dos “pobres”. Assim, a organização de dois lares da juventude¹⁶⁸ não era importante só pelas atividades de lazer (bailes, brincadeiras,

¹⁶⁶ Essas alcunhas nasceram das características dos seus líderes, das pintas pretas do rosto de Murilo Aguiar e das calças de fundo mole de Alfredo Coelho. Ler NASCIMENTO, Carlos Manuel. **Histórias e memórias dos serviços de alto-falantes de Camocim**. 2009. 63f. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas (CCH), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, 2009, p. 37.

¹⁶⁷ UVA. NEDHIS. SPH. Carta do padre Luís Gonzaga Melo enviada aos jovens João Batista Frota, Benedito Genésio Ferreira e José Cândido Fernandes, então alunos do Colégio Pio Brasileiro, em Roma, 1963, p. 1. Pasta D – Correspondências, 1963.

¹⁶⁸ “No ano de 1966, o SPH mantinha dois lares de juventude: Lar da Juventude Bairro de São Pedro, que funcionava em um prédio cedido pela Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes, conhecido como Cine São Pedro; e Lar da Juventude Camocinense, instalado em um prédio cedido pelo Deputado José Dias Macêdo, à Rua

jogos, biblioteca), mas era, sobretudo, um meio usado pela Igreja para participar de um processo de formação dos jovens, orientado dentro dos princípios cristãos.

Alfabetizar crianças e adultos era uma prática comum aos movimentos sociais engajados na proposta de desenvolvimento integral do ser humano, como o Movimento de Natal¹⁶⁹, que, inclusive, foi o responsável pelas primeiras escolas radiofônicas, as quais deram origem ao Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁷⁰, em 1961, através de um Convênio assinado entre a Presidência da República e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que expandiu as escolas radiofônicas para outras regiões do país. O acesso à escola superava a expectativa de aprender a ler e escrever, era uma possibilidade de conhecer o mundo sob um novo olhar, conseguir um emprego menos degradante e contribuir com a renda familiar, melhorando, assim, as condições de vida e de trabalho. Neste sentido, horta, pocilga¹⁷¹ e cooperativa de artesanato, além de contribuir para a manutenção dos outros trabalhos da instituição e das famílias participantes, visava desenvolver o senso comunitário entre os associados do SPH, para que juntos enfrentassem problemas comuns, advindos da falta de moradia, alimentação, saúde, educação e trabalho.

Fundamentando-se no Catolicismo internalizado, o Movimento de Natal instigou a Igreja, como afirma Camargo, “(ao menos em uma parcela considerável) a assumir posição ideológica favorável à modificação de estruturas consideradas arcaicas e a utilizar sua

Santos Dumont com a Independência, onde funciona, hoje, o Colégio Georgina.” Ler SILVA, Vera Lúcia. “**Um oásis dos menos favorecidos da sorte**: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE (1967-1972)”. 2011. 135f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, 2011, p. 107.

¹⁶⁹ Considera-se o ano de 1948 como ano do surgimento do movimento, mas, desde o início da década de 1940, a Diocese de Natal vinha adotando uma série de iniciativas e práticas que faziam parte do conjunto de estratégias políticas e sociais desenvolvidas pela Igreja Católica. Entre as atividades desenvolvidas pelo Movimento está a criação do Serviço de Assistência Rural (SAR), em 1949, dando início à sua atuação no campo; as primeiras escolas radiofônicas do Brasil (1958), as quais deram origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), em 1961, através de um Convênio assinado entre a Presidência da República e a CNBB, que expandiu as escolas radiofônicas para outras regiões do país; a primeira Campanha da Fraternidade, que, dois anos depois, ganhou dimensão nacional, por meio da CNBB (1962); as paróquias de Nísia Floresta, Taipu e de São Gonçalo do Amarante, em 1963, foram entregues para serem administradas por religiosas, experiência inovadora, iniciada por Dom Eugênio na Diocese de Natal para suprir as necessidades pastorais e a falta de sacerdotes; criação do Serviço de Ação Urbana (SAUR), em Natal, no ano de 1966. O trabalho de religiosos nas periferias de Natal é referenciado como a origem das experiências de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), oficializada em 1968; com o apoio de um grupo interessado, principalmente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), cujo superintendente, na época, era Aluísio Alves, futuro governador do Estado, a Juventude Feminina Católica (JFC) instala, em 1945, a Escola de Serviço Social de Natal, que visava dar suporte teórico-científico às ações do movimento; no ano anterior, foi realizado a I Semana de Estudos Sociais do Rio Grande do Norte. Informações com base em CAMARGO, *op. cit.*, 1971.

¹⁷⁰ Tinha como objetivo a alfabetização da população rural, através de aulas radiofônicas, por emissoras católicas, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

¹⁷¹ Criação de porcos.

organização e seu prestígio no desenvolvimento de entidades sociais tendentes à mudança, como os sindicatos rurais.”¹⁷² O catolicismo internalizado tem, de acordo com o mesmo:

[...] uma visão cristocêntrica, que fundamenta um senso agudo e preponderante de fraternidade humana. Daí surgir, no primeiro plano da consciência e da motivação religiosa, o problema da miséria e as exigências do amor cristão. Trata-se de forma, no nível ideológico, de enfrentar as contradições da sociedade brasileira na fase atual em que as tensões das classes e a mobilidade social e geográfica põem em questão a rigidez da estrutura tradicional e tornam brutalmente evidentes a miséria e alienação das classes mais pobres. O próprio projeto de vida da classe média, que aspira a um modelo de sociedade moderna, aberta e competitiva, embarga-se com a marginalidade econômica e social das classes menos favorecidas.¹⁷³

Nessa perspectiva, as injustiças sociais e a miséria constituem-se em atentados contra a dignidade humana. A maneira de lutar por essa dignidade seria postular um desenvolvimento integral do ser humano de que fariam parte os aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e espirituais. Os estatutos, os relatórios de atividades do SPH e as entrevistas produzidas para essa dissertação fazem referência a esses aspectos, sugerindo a sua aproximação com o Movimento de Natal.

Para tentar entender qual era o sentido de “politização” posto no objetivo do Comitê de Defesa do Povo, busquei, no Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH) e junto ao jornal Correio da Semana, exemplares do jornal “Presença Cristã”, de que tinha encontrado pistas de ter sido publicado, mas não consegui localizar nenhum exemplar. Ao cruzar essa carta com as entrevistas, constatei que essa “politização” tinha limites, pois padre Luís, no período em que esteve à frente da instituição, manteve relações com os deputados estaduais José Dias Macedo e Murilo Aguiar.

As salas de aula, bem como o Posto de Abastecimento e um dos lares da juventude, funcionavam em uma casa cedida que pertencia ao Deputado José Dias Macedo, onde hoje é o Colégio Georgina Leitão Macedo¹⁷⁴, enquanto Murilo Aguiar contribuiu com recursos para ajudar no desenvolvimento de parte das atividades realizadas pelo SPH. Diante disso, o termo “politização” não assumiria a conotação de uma dimensão prática, expressamente política, de organizar grupos para a ação, no sentido de alterar o *status quo* social e político.

A expressão “promoção humana” aparece com muita frequência nas referências às ações do Movimento de Natal¹⁷⁵ e da Cáritas Brasileira e nos documentos do Concílio

¹⁷² CAMARGO, *op. cit.*, 1971, p. 90.

¹⁷³ *Idem*, p. 30-31.

¹⁷⁴ Escola da rede particular de Ensino Infantil ao Ensino Médio, localizada na Rua da Independência com a Santos Dumont.

¹⁷⁵ Sobre o Movimento de Natal, ler CAMARGO, *op. cit.*, 1971. FERRARI, Alceu. **Igreja e Desenvolvimento: Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

Vaticano II, bem como, posteriormente, nas conferências episcopais de Medellín e Puebla¹⁷⁶. Embora o SPH seja contemporâneo das discussões acerca dessa expressão e tenha sido influenciado por elas, o significado que ela assumiria dentro da instituição, que, inclusive, compõe seu nome, seria definido, sobretudo, pelas demandas do cotidiano das famílias para as quais se dirigiu e pela prática social de seus associados.

Thompson, em *As peculiaridades dos ingleses*¹⁷⁷, e Williams, em *Marxismo e Literatura*¹⁷⁸, alertam para não cristalizar as categorias que servem de apoio ao trabalho do historiador, porque cada uma delas tem sua historicidade, são constituídas, como reiteram Vieira, Peixoto e Khoury, “em um determinado momento do processo histórico, por homens reais, concretos, com interesses, valores também reais e concretos.”¹⁷⁹

“Promoção humana”, de acordo com os relatórios de atividades e estatutos, significava criar condições básicas junto aos trabalhadores associados ao SPH para que pudessem desenvolver suas potencialidades e construir os meios necessários para viver, principalmente, através de ações educativas – tais como a criação de escolas para crianças e adultos, cursos profissionalizantes (como de culinária, artesanato, corte e costura), clubes de mães; de incentivo à realização de trabalhos comunitários, como horta, padaria e roçado, na tentativa de enfrentar problemas relacionados à falta de alimentos; na redução do problema habitacional, com a criação de uma vila operária, através de mutirão, entre outros.

No entanto, esses documentos¹⁸⁰ também apontam para a existência de atividades de caráter assistencial, como o programa “Pão para o teu Irmão”, que tinha uma proposta de

¹⁷⁶ Viviane Prado Bezerra discute em sua dissertação que a “Promoção Humana, era a norma-princípio oriunda dos documentos episcopais dos anos 1960 e a urgência de desenvolvimento para o meio rural e de reformas sociais, para o Brasil, enunciavam os discursos de políticos, intelectuais e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), aprofundando a polêmica discussão em torno da Reforma Agrária.” Ler BEZERRA, Viviane Prado. **“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”**: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 7.

¹⁷⁷ THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 75-179.

¹⁷⁸ WILLIAMS, Raymond. “Cultura”. In: _____, *op. cit.*, 1979, p.17-26.

¹⁷⁹ VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, *op. cit.*, 1991, p. 9.

¹⁸⁰ De acordo com o estatuto do SPH, feito em 1962 e publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 1965, “o Serviço de Promoção Humana tem por objetivo principal a promoção humana, sócio-econômico-religiosa (sic), das populações pobres dos bairros e do centro da cidade de Camocim, tendo em vista, especialmente: a) manter o serviço denominado “Pão para o teu Irmão” que distribue (sic), aos sábados, alimentação e vestes às famílias economicamente fracas, sobretudo aos indigentes; b) Facilitar e incentivar o cultivo de hortas e fruteiras em terreno cedido pelo Serviço de Promoção Humana; c) manter a Cooperativa mista de produção de artigos de tucum e de consumo de gêneros alimentícios; d) manter o serviço de oferta e procura de emprego; e) Promover a saúde e higiene das populações pobres, criando, em cada bairro, uma pequena farmácia popular; f) Incentivar a alfabetização e educação de base de adultos e crianças, mantendo, para este fim, escolas em vários bairros; g) Proporcionar aos jovens uma distração sadia e ajudar-lhes na sua educação mantendo “Lares de Juventude” em vários bairros; h) Incentivar a boa leitura, criando uma biblioteca de formação para jovens.” UVA. NEDHIS.

distribuir alimentos e roupas para as famílias sem renda, e dar assistência à saúde. A análise deles sugere, ainda, que as noções de “promocional” e “assistencial” partem – além da Carta Encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, sobre o Desenvolvimento dos Povos, de 26 de março de 1967 e do Concílio Vaticano II (1962-1965) – da discussão feita pelo padre Tomás Enríquez¹⁸¹ no livro “Promoção humana”, que encontrei junto aos da biblioteca da Escola de Promoção Humana (EPA), quando eu e outros pesquisadores¹⁸² estávamos organizando os documentos do SPH que seriam doados aos NEDHIS.

“Promocional”, dentro da Doutrina Social da Igreja, seria o que contribui em favor do homem não tanto na linha do *ter* quanto na linha do *ser*; situando-se nesse campo as atividades educacionais: cursos de alfabetização, escolas de Ensino Básico e cursos profissionalizantes, enquanto o “assistencial” estaria voltado para a saúde e higiene (com ambulatório, gabinete ginecológico, gabinete odontológico, farmácia popular, por exemplo) e para o sustento do homem (com alimentos, roupas, moradia, quando ofertados como ajuda).¹⁸³

Justificava-se, assim, que os trabalhos assistenciais, embora com os riscos de conduzir ao paternalismo, eram necessários quando estavam relacionados a questões sociais que exigiam medidas urgentes, ainda que temporárias – pois essas não seriam solucionadas definitivamente com esmolas, com abrigos que duram uma noite ou com qualquer outro trabalho assistencial –, como a fome, a doença e a falta de moradia.

As evidências apontam para a educação como a área de trabalhos que ganhou maior extensão, atingiu um número maior de famílias de trabalhadores e conquistou mais resultados, considerando-a não somente em sua dimensão formal, com a manutenção de escolas, mas na intervenção de hábitos alimentares e de valores, na constituição de modos de se organizar, de se divertir e de trabalhar.

Nessa direção, essas atividades sugerem uma proximidade com os sentidos que a Cáritas Brasileira atribuía à “promoção humana”. Na circular nº. 1 da Equipe da Cáritas Diocesana de Sobral, afirmava-se que sua finalidade é “atingir a promoção humana das comunidades, tendo por base a promoção integral da família, promoção que se faz por meio

SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, 14 de janeiro de 1965, Cap. II, art. V. Pasta F – Estatutos. 1965.

¹⁸¹ ENRÍQUEZ, Tomás. **Promoção humana**: Prática da promoção humana. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1978. Pt. 2.

¹⁸² Benedito Genésio Ferreira, Ana Selma Silva de Aguiar, Gleiciane Paulo Albuquerque, Lidiana Lima de Albuquerque e Ana Paula Santos.

¹⁸³ Essa compreensão está embasada no livro que encontramos junto à documentação do SPH de ENRÍQUEZ, *op. cit.*. Tendo em vistas que as atividades do SPH, evidenciadas na materialidade de sua documentação, apontam à experiência com atividades de caráter promocional e assistencial.

da conscientização e da ação (*sic*).”¹⁸⁴ Outro documento, o boletim informativo da Cáritas Brasileira¹⁸⁵, de março de 1967, fazia algumas recomendações às obras filiadas, pedindo que:

considerem os alimentos de Cáritas não como propriedade particular da obra mas como doação à comunidade humana (na qual a obra está inserida), e como um dos recursos para educação e promoção dos assistidos, evitando, assim, o mero assistencialismo paternalista prejudicial para o desenvolvimento econômico e social da comunidade.¹⁸⁶

Esses documentos constituem evidências de, pelo menos, dois sentidos dados à expressão. O primeiro é atribuído aos trabalhos, que tinham o objetivo de dar impulso ao desenvolvimento das capacidades humanas, tendo como eixo a educação, entendida como um dos meios do homem conquistar melhores condições de vida e de trabalho. Contudo, é preciso tomar cuidado com a afirmação “por meio da conscientização e da ação humana”, pois o fazer-se do homem não é separado de sua consciência. Ela não é dada, mas se forja nas ações e relações que o homem constitui com os outros.

O segundo projeta uma noção de “promoção humana” que se fomenta a partir da distribuição de alimentos como doação e como recurso para a concretização dos trabalhos em favor do desenvolvimento socioeconômico de dada população, embora esclarecendo que o assistencialismo não estaria presente em suas ações. Mas, na prática, esses alimentos também não serviriam para dar assistência às populações com poucos recursos econômicos? E, talvez, essa promoção humana não significasse assistir momentaneamente os “necessitados”?

O trabalho do SPH “Pão para o teu Irmão”, de acordo com o seu estatuto publicado no Diário Oficial do Ceará, em 1965, e reafirmado no de 1969, tinha como objetivo distribuir, “aos sábados, alimentação e vestes às famílias economicamente fracas, sobretudo aos indigentes”¹⁸⁷. O trigo para fazer pães na Padaria Comunitária, os quais seriam também¹⁸⁸

¹⁸⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Circular DRP/01/68 da Equipe da Cáritas Diocesana de Sobral, 1º. jan. 1968. Pasta L3 – Parcerias e Convênios.

¹⁸⁵ “Quando criada em 1956 pela CNBB, a Cáritas foi incumbida da tarefa de articular todas as obras sociais católicas e assumir a distribuição dos ‘alimentos para paz’. Com a gradativa diminuição da quantidade dos donativos da Aliança para o Progresso, a partir de 1966 até a extinção do programa em 1974, alguns regionais e muitas Cáritas Diocesanas encerraram suas atividades.” CÁRITAS BRASILEIRA, *op. cit.* 2011, p. 4. É importante atentar-se para o caráter assistencial, ainda que se diga que foi apenas no início, e à relação da Cáritas com a Aliança para o Progresso – que foi criada no contexto da Guerra Fria com o objetivo de combater o comunismo no chamado “terceiro mundo” – para entender quais interesses estavam embutidos em suas ações. A Igreja constituiu-se no Brasil como uma das principais instituições que combateu o comunismo nesse período. Neste sentido, a Aliança para o Progresso encontrou, nesse período, na Cáritas, uma forte aliada para combater as ideias comunistas através da distribuição de alimentos em meio às “populações pobres”.

¹⁸⁶ UVA. NEDHIS. SPH. CÁRITAS BRASILEIRA. Boletim informativo, Rio de Janeiro, mar. 1967, ano II, n. 19, p. 1. Pasta L3 – Parcerias e Convênios: Cáritas Brasileira.

¹⁸⁷ UVA. NEDHIS. SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, 14 de janeiro de 1965, Cap. II, art. V. Pasta F – Estatutos. 1965.

¹⁸⁸ A Padaria Comunitária vendia pães por um preço inferior ao seu custo aos trabalhadores associados ao SPH para ajudar na compra dos ingredientes.

distribuídos entre essas famílias, era uma doação do Escritório Diocesano da Cáritas Brasileira, em Sobral¹⁸⁹, constituindo evidência de que esses alimentos poderiam também ser destinados ao assistencialismo.

Mas é importante ressaltar – a partir das atividades realizadas e da mobilização do SPH junto aos trabalhadores – que a maior parte desses alimentos não resultava da simples doação, o que poderia conduzir ao assistencialismo e/ou paternalismo, mas da distribuição para as famílias envolvidas nas frentes de trabalho com a construção dos centros e núcleos, no cultivo da horta comunitária, por exemplo. Eram, portanto, na maioria das vezes, empregados com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos trabalhadores – uma vez que a formação de centros e núcleos nos bairros situados aos arredores da cidade e na zona rural com reunião dos moradores, com escolas, horta, padaria, banco de sementes e/ou atividades de lazer, constituíam-se em meios materiais de articulação e luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho.

Desde o início de sua criação, de 1956 a 1974, a Cáritas Brasileira assumiu a distribuição do programa “Alimentos para paz”, doados pela Aliança para o Progresso¹⁹⁰, para seus trabalhos assistenciais, o que demonstrava também o seu envolvimento com a política de “desenvolvimento econômico” dos países do chamado “terceiro mundo”, principalmente da América Latina, proposta pelo governo norte-americano.

A partir do que foi exposto, é possível sugerir que a “promoção humana” defendida pela Cáritas até 1966, quando foi gradativamente ganhando um novo significado, consistia em

¹⁸⁹ Além de trigo, a Cáritas Brasileira contribuiu para o desenvolvimento de outras atividades do SPH: doou alimentos para os dois clubes de mães; colaborou com a Horta Comunitária, com uma matrícula inicial de 50 domésticas; com distribuição de alimentos para as famílias de agricultores que trabalharam no roçado comunitário. Por meio de um convênio assinado a 29 de abril de 1968, contribuiu com 6 remessas de mercadorias, incluindo alimentos, roupas e calçados, no valor aproximado de NCr\$ 7.500,00, o que equivale hoje a, aproximadamente, R\$ 2.726,00. Informações elaboradas com base: UVA. NEDHIS. SPH. Carta do SPH à Secretaria Executiva do Escritório Diocesano da Cáritas Brasileira – Sobral. Pasta D – Correspondências. 22 de abril de 1969. UVA. NEDHIS. SPH. Carta do Diretor-Presidente do SPH ao Diretor Diocesano da Cáritas Brasileira, em Sobral, 12 de agosto de 1970. Pasta D – Correspondências. UVA. NEDHIS. SPH. Folha de visita da Cáritas Diocesana de Sobral, de 21 de março de 1970. Pasta L3 – Parcerias e Convênios: Cáritas Brasileira. UVA. NEDHIS. SPH. Relatório de visita do SPH ao Roçado Comunitário de Barroquinha, 27 de julho de 1969. Pasta L3 – Parcerias e Convênios: Cáritas Brasileira. UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968. Pasta V – Relatórios. 1969.

¹⁹⁰ De acordo com a discussão de Eloiza A. Silva Avila de Matos, “a Aliança para o Progresso surgiu no contexto da Guerra Fria, período em que a ameaça comunista colocava em xeque o chamado ‘terceiro mundo’, em especial a América Latina. Isto conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de ‘generosidade’ econômica e estratégica. Os EUA teriam, assim, adotado a ‘convicção de que seu próprio bem-estar dependia do bem-estar de outros países, que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global’.” (KAGAN, 2003 *apud* RIBEIRO, 2006).” Ler MATOS, Eloiza A. Silva Avila de. “O Programa ‘Aliança Para o Progresso’: o discurso civilizador na Imprensa e a educação profissional no Paraná-Brasil”. In: **Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 11., 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais11/artigos/38> - Matos.pdf>. Acesso em 20 nov. 2014.

uma tentativa de desenvolvimento socioeconômico, mediada por interesses maiores de conter a difusão e o fortalecimento das ideias comunistas, sobretudo depois da Revolução Cubana, em 1959. Com as mudanças que vinham acontecendo no interior da Igreja e apoiada nas orientações sociais do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, as equipes da Cáritas desenvolveram trabalhos no sentido de adequar-se à nova realidade que surgia, tendo como foco a Educação de Base e a promoção humana, no lugar do assistencialismo.

Confrontando o que a documentação me permite entender por “promoção humana” com a prática das experiências vividas por trabalhadores em torno do SPH, é possível atribuir a conquista da autonomia dos agricultores que formaram o Núcleo Promocional de Tamboril (NPT) – que foi criado como um núcleo do SPH no campo, em 1969, sob suas orientações, e que, posteriormente, transformou-se em uma associação de moradores – à descentralização do Núcleo Central/São Pedro, do Centro Comunitário São Francisco (CCFS) e do Centro Comunitário Marieta Cals (CCMC), em 1974, bem como à participação de muito desses trabalhadores no desenvolvimento das atividades – nas escolas, na construção dos núcleos e centros, nas hortas, nos roçados, na padaria – e às transformações que a educação foi imprimindo nas vidas de muitos estudantes e das professoras, por exemplo, um sentido de “promoção humana” que se constitui e se materializa na transformação da realidade social e na conquista de melhores condições de vida e de trabalho do homem e da mulher em meio a uma sociedade desigual.

Com vista a abranger o homem em sua totalidade, o SPH alteraria, em 29 de março de 1969 e publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 18 de agosto de 1969, seu objetivo principal, conforme artigo 5º. de seu estatuto¹⁹¹, substituindo “promoção humana sócio-econômico-religiosa” por “desenvolvimento integral”. Propunha-se, com isso, oferecer diversas atividades aos seus associados que acompanhavam o homem/mulher do útero de sua mãe à velhice, com os clubes de mães e a criação da União Feminina de Assistência à Natalidade e ao Ancião (UFANA). Quem foi o responsável por impulsionar essa alteração no estatuto e em que contexto nasceu a expressão “desenvolvimento integral”?

¹⁹¹ No primeiro estatuto, datado de 06 de maio de 1962 e publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 14 de janeiro de 1965, consta que seu objetivo principal era “a promoção humana, sócio-econômica-religiosa (sic) das populações pobres dos bairros e do centro da cidade de Camocim”. Com as alterações feitas em 18 de março de 1969, sua área de ação se estende para todo o município, incluindo a zona rural, e seu objetivo principal, artigo 5º, passa a ter a seguinte redação: “o Serviço de Promoção Humana tem por objetivo principal o desenvolvimento integral das populações menos favorecidas da cidade e de todo o município de Camocim.” Ler UVA. NEDHIS. SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, 14 de janeiro de 1965, Cap. II, art. V. Pasta F – Estatutos. 1965. E UVA. NEDHIS. SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), reformado (com modificações e acréscimos de 29 de março de 1969), publicado no Diário Oficial do Ceará em 18 de agosto de 1969. Pasta F – Estatutos. 1969.

O principal articulador dessa alteração foi o diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito Genésio Ferreira, que estava à frente dos trabalhos desde 08 de janeiro de 1967 e ficaria até o início de 1972, quando saiu para estudar Sociologia na Bélgica. Com base nos trabalhos que ele desenvolveu em Camocim junto ao SPH e à frente da Igreja de São Pedro, é possível afirmar que ele buscava vivenciar uma missão na Igreja, entendida como prática social e espiritual. Na mais recente entrevista que realizei com ele, questionei sobre a expressão “desenvolvimento integral”:

Vera Lúcia: – O que significava na época “desenvolvimento integral”?

Padre Benedito: – [...] É uma espécie de eclosão, de desabrochar, de realização e atuação de todas as potencialidades, as possibilidades de todo o homem em todos os homens, de forma vertical e horizontal. [...] A expressão “desenvolvimento integral” surgiu, parece-me, não tenho certeza, na Carta Encíclica de Paulo VI, seguindo a euforia que o termo “desenvolvimento” vinha provocando, centrando-se mais no aspecto econômico (crescimento econômico) que deveria ter seus resultados socializados, suavizando as desigualdades sociais (desenvolvimento social). Esses são aspectos imanentes, mas, a pessoa humana não é apenas o aqui e o agora, ela supera-se no Além. A promoção humana acompanha o homem/a mulher do ventre materno ao ventre da mãe-terra apontando para a superação no transcendental.¹⁹² (grifos do original)

Desde a conferência de Bandung¹⁹³, em 1955, segundo Gustavo Gutierrez, “o termo ‘desenvolvimento’ começou a expressar, de forma sintética, as aspirações dos homens de hoje por condições de vida mais humanas.”¹⁹⁴ Posteriormente, com o Concílio Vaticano II realizado entre 1962 e 1964, a Igreja assumiria, oficialmente, o compromisso com os problemas do mundo contemporâneo, dando lugar a uma reflexão teológica sobre o tema do desenvolvimento.

No entanto, o primeiro documento da Igreja inteiramente dedicado aos problemas do desenvolvimento econômico e social seria a Carta Encíclica *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI, sobre o Desenvolvimento dos Povos, de 26 de março de 1967. Fazendo um confronto da fala do então padre Benedito com essa carta encíclica, com vista nas atividades que a instituição desenvolveu, de 1962 a 1979, para enfrentar os problemas socioeconômicos

¹⁹² FERREIRA, Benedito Genésio Ferreira. Sobral-CE, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, em Sobral, por escrito.

¹⁹³ “O objectivo da mesma era a promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética ou de outra nação considerada imperialista. Foi a primeira Conferência a falar e a afirmar que o Imperialismo e o Racismo é crime. Transmitiram a ideia de criar o Tribunal da Descolonização, para julgar os culpados deste grotesco crime contra a humanidade, o Imperialismo, mas a iniciativa foi abafada pelos países centrais.” DIÁRIO UNIVERSAL. Conferência de Bandung. Disponível em: <http://www.diario-universal.com/2007/04/aconteceu/conferencia-de-bandung/> Acesso em: 04 abr. 2014.

¹⁹⁴ GUTIERREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Trad. de Álvaro Cunha. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 67.

das famílias dos bairros periféricos e de algumas localidades da zona rural de Camocim, fica evidente que, ao propor a alteração para “desenvolvimento integral”, estava tomando como base as preocupações da Igreja daquela época com as desigualdades sociais que impediam o pleno desenvolvimento do homem¹⁹⁵, dentro da sua lógica de intervenção no social.

Referi, nas primeiras páginas desse capítulo, que padre Luís, ao fundar o SPH, já colocava a necessidade da Igreja se envolver também com as questões sociais de seu tempo. Através de alguns documentos do Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH), pude ver a reafirmação desse posicionamento, na presidência do padre Benedito, como em um convite para a Festa da Igreja de São Pedro, de 1968: “essa Igreja tem que ajudar todos os homens a libertarem seu bairro das trevas da ignorância, abrindo escolas, dos horrores da doença, dos laços da desunião, da sonolência do desinteresse e da vilência¹⁹⁶ (sic) da exploração do homem pelo homem.”¹⁹⁷

Esse trecho do documento aponta para outra questão importante: a ligação muito forte entre as atividades da Igreja e as do SPH, na qual pude observar a primeira se utilizando dos trabalhos sociais da instituição para se dirigir aos seus fieis, como venho discutindo ao longo do capítulo. E agora se vê a segunda usando a festa da Igreja de São Pedro para incentivar as pessoas a contribuírem com os trabalhos que vinha desenvolvendo no meio social.

No *Preito de gratidão*, de 1969, escrito provavelmente por um membro do Setor de Opinião Pública (SOP) – órgão do SPH criado em 1968 com o objetivo de divulgar os seus trabalhos –, também encontrei evidências do posicionamento de padre Benedito:

Não podemos parar o movimento do Espírito Santo, mas devemos estar abertos às necessidades dos tempos. Não há necessidade de ser Super-homem, mas ninguém pode ser mini-homem. Cada um deve compreender o seu valor e ver que tem uma capacidade e suas limitações em se promover.¹⁹⁸

Além de sugerir que a Igreja deveria estar aberta para os problemas sociais do seu tempo presente, ao desenvolver seu trabalho espiritual, o documento sugere aquilo que

¹⁹⁵ Ler “A questão social é hoje mundial – 1”. O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja a obrigação de se pôr a serviço dos homens, para lhes ajudar a aprofundarem todas as dimensões de tão grave problema e para convencê-los da urgência de uma ação solidária neste virar decisivo da história da humanidade. VI, Papa Paulo. Carta Encíclica *Populorum Progressio*, sobre o Desenvolvimento dos Povos. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_26031967_populorum_po.html> Acesso em 23 jun. 2014.

¹⁹⁶ Violência.

¹⁹⁷ UVA. NEDHIS. SPH. Convite para a Festa da Igreja de São Pedro de 1968. Pasta V – Relatórios.

¹⁹⁸ UVA. NEDHIS. SPH. *Preito de Gratidão*, 1969. Pasta V – Relatórios.

Thompson coloca em termos de experiência, em que o homem, embora seja autor do processo histórico, o qual constitui e é por ele constituído, é limitado pelas pressões socioeconômicas e culturais de sua época.¹⁹⁹ Ao se colocar sobre isso, esse grupo – membros do SOP – pretende justificar a necessidade do trabalho do SPH no esforço de romper limites e pressões, junto aos trabalhadores, para que eles tivessem as condições básicas de vida. Também reitera normas e valores de uma Igreja que zelava pelo espaço que ocupava dentro da sociedade, trabalhando por seu fortalecimento e expansão.

O SPH, mesmo não sendo uma iniciativa da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes de Camocim, foi criado e dirigido, durante muito tempo, por padres que imprimiram na sua ação prática os princípios e valores cristãos dos quais compartilhavam. Ele nasceu, como afirmei acima, dentro de um processo de mudanças nas concepções de missão da Igreja que vinha ocorrendo desde os anos 1950 e que seria legitimado pelo Concílio Vaticano II e, posteriormente, reafirmado pelas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). Essas mudanças trouxeram a ideia de Igreja-Povo, direcionando suas preocupações também para as questões sociais, sobretudo, para a miséria.²⁰⁰ Contudo, é importante ressaltar que a Igreja foi mudando de postura para se adequar aos novos tempos, com o propósito de não perder espaço para as ideias comunistas, as quais vinham ganhando destaque na luta contra as desigualdades socioeconômicas²⁰¹ e na proposta de constituição de um novo projeto de sociedade.

A atuação do SPH na cidade de Camocim, durante o recorte temporal dessa pesquisa, deu-se a partir dos bairros que ficavam nos arredores da cidade, embora recebessem também trabalhadores de outras áreas, como se poderá ver no mapa da página 88, que traz os locais de atuação do SPH dentro da cidade de Camocim e indica as atividades realizadas no Núcleo Central/Núcleo São Pedro, CCSF e CCMC de 1962-1979. Como não consegui localizar um mapa desse período, o geógrafo Francisco Rodrigo Cunha de Sousa e eu, com a colaboração do Professor Benedito Genésio Ferreira, localizamos esses centros/núcleo e sinalizamos as

¹⁹⁹ THOMPSON, *op. cit.*, 1981, p. 182.

²⁰⁰ É necessário frisar que os fatores que caracterizam a miséria – a ausência de recursos necessários para a satisfação de necessidades psicossociais e mesmo biológicas – não eram desconhecidos pela Igreja Tradicional. Nova e própria do momento era a percepção dela como situação inaceitável perante os valores cristãos e que algo precisava ser feito para que os seus condicionantes não perdurassem. Reflexões feitas com base em CAMARGO, *op. cit.*, 1971.

²⁰¹ Virgínia Maria Tavares da Silva, ao discutir sobre a questão da terra nos anos 1950, afirma que Dom Inocêncio, “na Carta de 1950, conclamou a sociedade para o esforço da mudança. O apelo de efeito – ‘Antecipai-vos à revolução’ – denunciou os militantes comunistas, que incentivavam uma mobilização camponesa e mudanças. Nesse embate, Dom Inocêncio idealizava evitar a propagação e a aceitação das ‘ideias revolucionárias’. Para isso, combatia a situação de proletarização do homem do campo, que, segundo o bispo, facilitaria a tarefa dos militantes revolucionários.” Ler SILVA, Virgínia Maria Tavares da. **A revolta do rebanho de Cristo: o progressismo católico e a imprensa no Brasil (1950-1975)**. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 22.

atividades de cada um no mapa do perímetro urbano de Camocim de 2014, adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Assim, de acordo com esse mapa, o Núcleo Central/São Pedro, localizado no bairro *São Pedro*, também abrangia o bairro da Praia – pois, na época, não havia distinção entre esses dois bairros, tudo era São Pedro ou zona praieira –, parte do Centro e parte do São João – que, naquele período, não existia como tal e não era assim denominado. Uma parte formava o São Pedro e outra o Cruzeiro; o CCSF, situado no bairro *São Francisco* – denominado de Brasília, nos anos 1960 –, atingia também o bairro dos Coqueiros – chamada de Panair na década de 1960 –, Boa Esperança – pouco povoado na época –; e o CCMC, localizado no bairro do *Cruzeiro* – denominado, ainda no início da década de 1970, de “Cruz do Século”²⁰² – também abrangia parte do Centro e do São João. Ainda que em alguns desses bairros não esteja pontuada alguma atividade, em todos eles havia trabalhadores associados ao SPH, o que me leva a considerá-los como área de abrangência dos trabalhos desenvolvidos na instituição.

As áreas que hoje correspondem aos bairros Jardim das Oliveiras, Lago Seco, Nossa Senhora de Fátima, até a década de 1970, eram matagal. As que correspondiam ao de Olinda e ao do Aeroporto tinham poucas casas isoladas, que não chegavam a formar bairros, apenas localidades, não tinham nenhuma infraestrutura – iluminação, rede de esgoto, pavimentação, praça, escola etc.

Pela distribuição das atividades no mapa, é possível afirmar que o SPH alcançou a maior parte desses bairros, ultrapassando os limites iniciais de sua atuação, nos arredores do perímetro urbano, ou de localização de seus centros e núcleo. É importante ressaltar que São Pedro, São Francisco e Cruzeiro constituíam, junto ao Centro, os bairros iniciais da cidade, os quais, com o crescimento da população e com a expansão de seus limites geográficos, foram dando origem a novos bairros.

Os bairros onde estão localizados o Núcleo Central/Núcleo São Pedro, o CCSF e CCMC foram escolhidos de forma estratégica. Atravessava a área que ia da entrada da cidade, no São Francisco – nessa época, o bairro Nossa Senhora de Fátima ainda era parte dele, como já informei –, passando pelo centro da cidade e atingindo a zona Praieira, no bairro de São Pedro. À essa área, agregando-se os bairros que ficavam em suas imediações. São Pedro, São Francisco e Cruzeiro vivenciavam situações comuns: eram os locais mais afetados pela falta de escolas, de assistência à saúde, de espaços de lazer e com condições habitacionais precárias, onde tinha um grande número de pessoas sem registro de nascimento – que nessa

²⁰² Foi denominado assim por causa da construção de uma cruz na passagem do século XIX para o século XX, que perdurou até a década de 1970.

época era pago –, e de óbitos. Ali, morava grande parte dos trabalhadores, que, com sua força de trabalho, alimentava a cidade e produzia a riqueza dos proprietários das salinas, recebendo um salário que, em muitos casos, não dava para sustentar sua família.

Mas cada bairro desses tinha sua especificidade, de acordo com sua origem. O Bairro de São Pedro, onde o SPH foi criado e onde foi formado seu primeiro núcleo, como mencionei acima, era constituído, majoritariamente, por famílias de pescadores, com nítidos traços da etnia indígena e, segundo interpretação do então padre Benedito, com sua acuidade crítica:

Vera Lúcia: – Como era constituído cada um desses bairros, onde o SPH atuava (em termos de estrutura, de organização familiar, de mobilização social)?

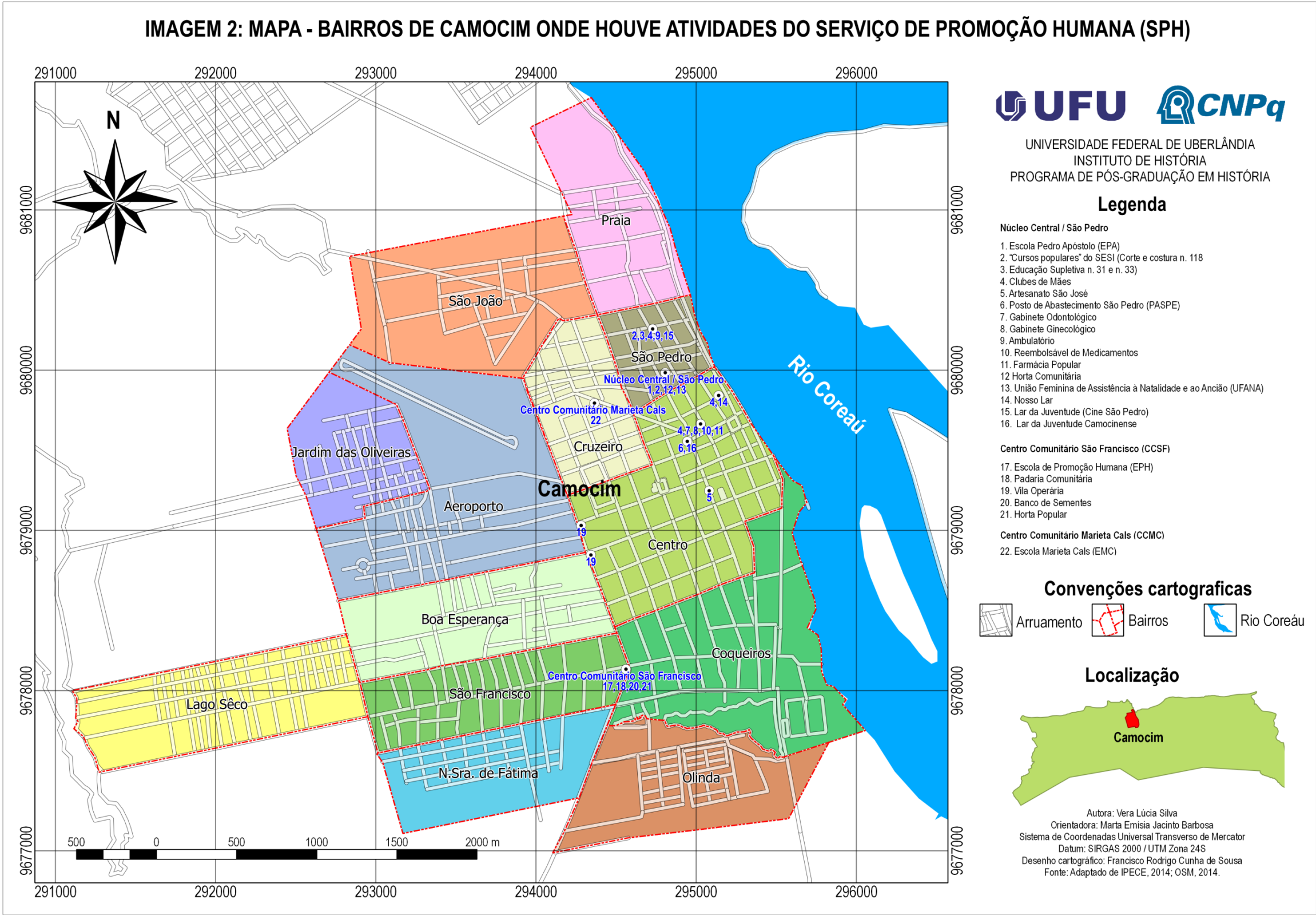
Padre Benedito: – [...] Uma certa indolência para nossos valores burgueses, famílias numerosas, visão imediatista, o que se ganha hoje, gasta-se tudo, nada para o dia de amanhã, alcoolismo, muita prostituição, para nossos valores cristãos. Sempre foi o bairro mais difícil, desafiador, de difícil participação.²⁰³

Padre Luís, ao fazer referência a um estudo sócio-religioso realizado em 1962, quando chegou a Camocim, na carta enviada aos estudantes do Pontifício Colégio Pio Brasileiro, em Roma, também expressaria a presença de elementos residuais da cultura indígena. Em outras palavras, esses elementos persistiam em meio à cultura cristã, que se tornara dominante, embora Camocim fosse considerada uma cidade majoritariamente católica. Isso aponta para o conflito entre culturas distintas e para a resistência de uma tradição que se quisera destruir com o processo de colonização europeia e cristianização.

Ainda que muitas atividades tenham sido realizadas na própria igreja do padroeiro dos pescadores, como as reuniões mensais dos trabalhadores associados e as aulas para duas turmas de alunos da Escola Pedro Apóstolo (EPA), a sede do núcleo ficava na Casa de São Pedro²⁰⁴, criada em 1968, ao lado da Igreja, onde o padre encarregado por ela morava. Na sede, funcionou a secretaria de cadastramento e admissão de novas famílias, as matrículas de alunos, os encaminhamentos para atendimento nas atividades relacionadas à saúde, jurídicas (registro de nascimento, certidão de casamento civil ou certidão de óbito) etc., e o Posto de Abastecimento.

²⁰³ FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, por escrito.

²⁰⁴ Primeira obra arquitetônica do SPH, segundo Benedito Genésio Ferreira, servirá como apoio para os trabalhos desenvolvidos pela entidade. Foi inaugurada no dia primeiro de janeiro de 1968 com um almoço oferecido a 100 idosos. Ler FERREIRA, Benedito Genésio Ferreira. Lagoa do Tabuleiro (zona rural do Município de Coreaú-CE), 15 out. 2011. Entrevista concedida a Ana Selma Silva de Aguiar.



O bairro do Cruzeiro, denominado anteriormente de “Cruz do Século”, onde o SPH chegou em 1967, com a instalação de uma escola isolada que funcionava na sede do Social Sport Club, sob a direção de Antonilda Gomes da Silva Alves, era formado por famílias pobres e também de classe média. Em uma entrevista concedida a Ana Selma Silva de Aguiar, Walder Ribeiro Costa, eleito diretor-presidente do SPH, no início de 1972, sucessor do então padre Benedito, chamava o Centro Comunitário Marieta Cals (CCMC) – que começou a ser construído em 1970 para abrigar as atividades do SPH no bairro – de “fogo morto”²⁰⁵, porque lá era difícil mobilizar o pessoal para reivindicar e lutar por melhorias. No centro, funcionou a Escola Marieta Cals (EMC), também organizada pelo SPH e pelos moradores do bairro.

Recebendo, primeiramente, o nome de Panair-Brasília, por parte do SPH, o bairro São Francisco, possivelmente, teve início nas décadas de 1950 ou 1960, momento da construção e inauguração da nova capital do país. De acordo com uma relação publicada por Santos, no *Literário*, jornal local, sobre a nomenclatura dos bairros da cidade, “**Brasília** recebeu este nome em homenagem à capital federal, quando da visita à Camocim do então presidente da República Juscelino Kubitschek.”²⁰⁶ Fazendo jus a isso, a denominação inicial do Centro Comunitário São Francisco (CCSF) foi Núcleo Panair-Brasília, instalado em janeiro de 1969. O nome Panair fazia referência ao local de pouso dos hidroaviões na foz do Rio Coreau²⁰⁷, onde hoje é o bairro dos Coqueiros²⁰⁸. Aqui funcionaram duas turmas de alfabetização da EPA, a partir de 1967, sob a coordenação de Maria Eneida Ferreira, no Km 1 da Rede Ferroviária Federal, S.A. (RFFSA). As aulas ocorriam na casa da própria coordenadora.

O bairro São Francisco foi constituído por migrantes da zona rural. Segundo o então padre Benedito, ele se encontra:

à entrada da cidade, propício para servir de paradeiro para quem vem chegando. É conhecida em sociologia e na economia a “garra” do imigrante: ele chega para trabalhar, para crescer, para vencer. Nesse sentido, foi solo fértil para a semente de otimismo, de esperança e de luta por dias melhores, lançada pelo SPH. Foi, sem sombra de dúvida, a maior realização do SPH em Camocim.²⁰⁹

²⁰⁵ Ler “Então o Cruzeiro era fogo morto, dizia fogo morto porque o pessoal era difícil de juntar”. COSTA, Walder Ribeiro. Fortaleza-CE, 29 out. 2011. Entrevista concedida a Ana Selma Silva de Aguiar.

²⁰⁶ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. nomenclatura dos bairros, conjuntos habitacionais e vilas. Disponível em: <<http://www.literario.com.br/calgusto4.htm>> Acesso em 20 jun. 2014.

²⁰⁷ Segundo Benedito, Panair, “durante a Segunda Guerra Mundial, serviu como escala técnica rumo a Natal, importante base aérea norte-americana de guerra, de onde voava para Dakar, na África e, em seguida, para a Europa, principal campo de batalha no Ocidente.” Ler FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, por escrito.

²⁰⁸ Onde a atuação do SPH, a partir de 1996, foi significativa no campo da educação, através da Escola de Promoção Humana (EPH), sob a direção de Zilma Carvalho de Araújo Ferreira até o momento em que saiu em 2001.

²⁰⁹ FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, por escrito.

Com a criação da Escola de Promoção Humana (EPH), que agregou as escolas isoladas dos bairros São Francisco e Coqueiros, no início de 1969, os moradores pensaram em formar um Centro Integrado de Ações, envolvendo educação, saúde, entretenimento, produção, alimentação, habitação, o que resultou na construção do CCSF.

Na ata de 06 de maio de 1969, esse centro, ainda denominado Núcleo Panair-Brasília, foi “considerado a pupila do S.P.H.”²¹⁰, pela intensidade com que desenvolvia os trabalhos na escola, agora formada por turmas seriadas sob a denominação de EPH e na construção de sua sede. Aderaldo Rodrigues de Lima, um dos primeiros alunos do que viria a ser o CCSF, que nos recebeu para uma entrevista com muita alegria, contou como ele via a sua construção:

Professor Benedito: – Você pode falar um pouquinho sobre a igreja, como era, e [...] o Centro, o começo? Você foi o primeiro aluno, você participou da primeira turma que ocupou o Centro, né?

Aderaldo: – [...] tudo começou através do mutirão do povo, é, que fazia os tijolos. Eles mesmos queimavam os tijolos, eles mesmos faziam a construção, é como se fosse assim um... mutirão voluntário. [...] eu não me lembro, assim, o tanto de pessoas, mas era aproximadamente umas 30, 40 famílias, aproximadamente, não sei se era, mas era mais ou menos isso; que era muita gente. Eu me lembro que, por noite, faziam... uns mutirões por equipes e naquelas equipes, né, tirava... os familiares para trabalhar e os meus familiares, como o meu tio Fransquinho, é, o pessoal aqui do... Arara, o pessoal da... Dona Chiquinha Fumaça, a família do Carneirinho, o seu Joza, todas essas famílias, né, tradicionais, a Dona Lourdes e outras famílias maiores, é, começou a construir uma história [...]²¹¹

O trabalho em mutirão, a que Aderaldo dá ênfase aqui, deu-se também na construção das outras sedes do SPH na cidade e no campo, das casas da “Vila operária”, no cultivo de hortas e roçados, nos trabalhos da padaria. O propósito da instituição com essa metodologia era desenvolver um senso comunitário, com base nos valores cristãos, entre os participantes. Além do que, a realização das atividades por eles mesmos incentivava a autonomia do grupo, evitando que se tornassem dependentes do trabalho de outrem.

²¹⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas, 1968-1980, ata de 06 de maio de 1969, fl. 21v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

²¹¹ LIMA, Aderaldo Rodrigues de. Camocim-CE, 05 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva. “Tio Fransquinho” é o mestre de obras do centro. “Araras” é sobrenome de uma família associada, com vínculos de parentesco com Francisco das Chagas de Souza (Francisco Maximiano), líder do NPT, e ligados aos que participaram e usufruíram do projeto da Vila Operária, no tempo do padre Luís. “Dona Chiquinha Fumaça” é a professora Francisca Oliveira de Sousa, com quem foi produzida a entrevista. “Carneirinho” era trabalhador associado, mecânico de carro que dava assistência ao Toyota, proprietário de jipe da Willy, que substituíra o Toyota (que era um jipe também), quando este apresentava problemas. Esta família contribuiu nos trabalhos da padaria administrando-a. “Seu Joza” (José Bento) foi um trabalhador associado fundador do SPH, o maior articulador do projeto de execução e administração do CCSF, participante de sua equipe diretora e membro da Comissão Diretora Provisória, responsável pela reorganização das atividades do SPH em 1993, titular no Conselho Fiscal de vários mandatos. “Dona Lourdes”, trabalhadora associada no projeto de execução e administração do CCSF, membro de sua equipe e responsável pela alimentação nos encontros, treinamentos e visitas.

A mobilização dos trabalhadores associados ao SPH do CCSF esteve presente desde os trabalhos de construção do centro ao funcionamento de suas atividades até o final da década de 1970, quando o padre Edvaldo Gomes da Silva e a Irmã Pedrina Maria foram eleitos para a diretoria do SPH e seus trabalhos se restringiram às atividades do “Nosso Lar”, que funcionava no turno matutino. À tarde, o centro era alugado para a prefeitura como espaço para o funcionamento da Escola de Ensino Fundamental Murilo Aguiar Filho.

Descontentes com as finalidades que essa nova diretoria deu ao centro, não permitindo, inclusive, os associados frequentá-lo e a desenvolver alguma atividade, em 1993, eles se reuniram e solicitaram à Diocese de Tianguá²¹², na pessoa do bispo Dom Francisco Javier Hernández Arnedo – sucessor do primeiro bispo, Dom Timóteo – para que o entregasse, pois o centro havia sido construído por eles em um terreno doado por Dom Walfrido Teixeira Vieira, bispo da Diocese de Sobral, à qual a Paróquia de Camocim pertencia à época. No entanto, a doação não tinha sido registrada em cartório, e Dom Javier não a considerou, embora Dom Walfrido tenha reiterado, por escrito, a doação.

Houve persistência por parte dos trabalhadores associados, tentando um acordo com o bispo para que pudessem desenvolver os trabalhos do SPH no centro, em conjunto com os trabalhos da Diocese. Negado o acordo, solicitaram pelo menos uma sala para instalar a nova sede do SPH, mas o bispo foi irredutível. As atas das reuniões dos associados de 1993 falam da insistência e do enfrentamento deles com a Diocese de Tianguá, como a de 14 de agosto de 1993 em que se afirma que “não foi concedida a chave do prédio, em epígrafe. Diante do impasse, a reunião foi realizada na Praça em frente.”²¹³ Chegou-se a cogitar a derrubada do prédio, mas os trabalhadores foram convencidos por outros a desistirem. Sem acesso ao prédio, eles deram início à reorganização da entidade em uma sede provisória, cedida por José Bento Sobrinho²¹⁴, na Rua 03 de outubro (hoje Rua Antonio Zeferino Veras).

Os centros instalados no Cruzeiro, São Francisco e no Núcleo São Pedro interagiam entre si, ligados pelo mesmo objetivo, com o mesmo modelo organizacional e por ações semelhantes. Realizavam festas, bingos, quermesses, para arrecadar fundos para a manutenção de suas atividades. Em cooperação, participavam de campanhas específicas para cada um deles, faziam o planejamento das escolas e reuniões mensais com seus associados.

²¹² Quando o Papa Paulo VI criou a Diocese de Tianguá em 13 de março de 1971, a Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, de Camocim, foi desmembrada da Diocese de Sobral, e ficou sob a sua jurisdição.

²¹³ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas, 1993-1995, ata de 21 de abril de 1969, fl. 17-17v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

²¹⁴ Participa do SPH desde o início de sua fundação, em 06 de maio de 1962.

Para superar a crise financeira iniciada em 1972, a entidade descentralizou os trabalhos e, a partir de 1974, cada centro ou núcleo passou a ter sua própria diretoria. Passaram a organizar suas atividades autonomamente. No entanto, atuavam em conjunto, se algum deles tivesse tendo dificuldades para resolver seus problemas sozinho. A descentralização visava, sobretudo, atender à especificidade de cada ponto de atuação do SPH, dando maior liberdade aos trabalhadores associados para criar metodologias que melhor se adequassem à sua realidade.

O modo de organização dos seus trabalhos e a forma de articular os trabalhadores para desenvolvê-los através da cooperação entre eles, do mutirão – como na construção dos núcleos e centros, da Vila Operária, das hortas e roçados comunitários, na Padaria Comunitária, por meio da cooperação entre eles, do mutirão – apontam para um projeto de sociedade em construção e modos de constituição da própria cidade, com edificação de núcleos e centros nos bairros que ficavam nos arredores do espaço urbano para reunir seus moradores.

Com a alteração no estatuto do SPH, que ampliou sua área de atuação para a zona rural do município de Camocim, em 1969, ele iniciou vários trabalhos dirigidos aos agricultores, através da “Operação Esperança”²¹⁵, tais como: Banco da Semente, Roçado Comunitário de Barroquinha, instalação, em uma casa de taipa, da Escola 21 de Abril, e início da construção do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT), tendo incentivado também a criação da Comunidade de Base de Boqueirão.

No mapa da página 95, é possível visualizar as localidades onde moravam os agricultores que participaram do Roçado Comunitário de Barroquinha – Juazeiro e Pernambuquinho –, e onde estavam situados os que eram associados ao NPT – Tamboril, local da sede do núcleo, Boqueirão, Jatobá, Água Pé, Santa Maria, Baixa Grande, Água Branca, Pereiros, Lago das Cangalhas, Amelandia, Olho d’Água, Cafundó e Veneza. Nessa época, Barroquinha ainda era um distrito de Camocim. Tornou-se município apenas em 11 de maio de 1988²¹⁶. O mapa também permite observar a dimensão que o SPH atingiu na zona rural do município.

Os agricultores da Comunidade de Base de Boqueirão – assim denominada pela influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), criadas em 1967, que também

²¹⁵ Consistia na abertura de núcleos do SPH, no meio rural do município de Camocim.

²¹⁶ De acordo com IBGE. Histórico de Barroquinha-CE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/barroquinha.pdf>> Acesso em 10 dez. 2014.

atuavam na região²¹⁷ – chegaram a fazer os tijolos para a construção de uma sede, mas não foi concretizada porque o terreno ganhou para a edificação foi alagado pelo rigoroso inverno de 1974. Posteriormente, a comunidade foi transformada em uma associação de moradores.

É importante salientar que a criação de um banco de sementes, naquela época, já apontava para a preocupação com a preservação de espécies que alguns países estão tendo hoje. A Noruega, por exemplo, criou, em 2008, um banco denominado de “Arca de Noé Botânica”, que contém mais de 500 mil sementes, localizado na ilha ártica de *Spitsbergen*, em um abrigo subterrâneo do *Svalbard Global Seed Vault* (Banco Mundial de Sementes de *Svalbard*), sob camadas de *permafrost*, o material está protegido de guerras, catástrofes ou da mudança climática global.²¹⁸

O banco mantido pelo SPH foi pensado em função dos períodos de escassez, comum no semiárido nordestino, momento em que o pequeno agricultor consumia até sua reserva de sementes. Só os latifundiários tinham condições de preservá-las, e concedia a apenas para quem assumisse com ele o compromisso de pagar com uma porcentagem alta de sua safra. No caso do SPH, as sementes não eram dadas ao agricultor, consistia em um empréstimo, cujo valor era calculado no momento em que era realizado e era pago na próxima safra, com novas sementes, sem acréscimo do valor inicial. Também servia para estimular, nas palavras de atual presidente da entidade, “o associativismo, e criava em seus clientes o sentimento de que unidos poderiam resolver melhor seus problemas; e melhoravam o nível de vida.”²¹⁹

Segundo o informativo *A Promoção em Marcha*²²⁰, os trabalhos da *Operação Esperança* iniciavam com uma “série de visitas e sondagens em determinados agrupamentos humanos do campo, que ofereçam condições favoráveis ao desenvolvimento de uma vida comunitária, que sejam capazes de descobrir o sentido e o valor de um trabalho de conjunto, visando o BEM COMUM (sic)”²²¹. Encontrando clima favorável em Tamboril, deram início aos trabalhos de instalação do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT) na localidade, com a fundação da escola, com dois turnos e com, aproximadamente, 40 agricultores associados.

O SPH incorporou, por meio dos nomes “*A Promoção em Marcha*” e “*Operação Esperança*”, a linguagem militar. O que pode sugerir – não descartando sua intencionalidade

²¹⁷ Considerando que alguns associados ao SPH também participavam delas.

²¹⁸ Sobre esse banco, ler o texto QUAILE. Irene. “Arca de Noé botânica” preserva sementes para o futuro da humanidade. Disponível em: <<http://www.dw.de/arca-de-noe-preserva-sementes-para-o-futuro-da-humanidade/a-5683622>>. Acesso em 26 ago. 2014.

²¹⁹ FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, por escrito.

²²⁰ Boletim do SPH que teve três números, de maio a junho de 1969, e que tinha como objetivo divulgar os programas ofertados pela instituição, servindo também como meio de incentivar a população a participar deles.

²²¹ UVA. NEDHIS. SPH. Operação Esperança. Setor de Opinião Pública (SOP) – **A Promoção em Marcha**, Ano I, N.º. 2, 24 mai. 1969. Pasta H – Informativos.

expressa de lutar por um futuro com menos desigualdades socioeconômicas – uma alusão à ideia de “progresso” defendida pelos governos da ditadura civil-militar, ou uma estratégia para que continuasse atuando em seu período de maior repressão, considerando que o informativo e essa campanha foram lançados logo após o Ato Institucional n. 5 (AI-5) ²²². Outro elemento que reforça a alternativa do SPH não entrar em confronto com o governo estabelecido, são as comemorações de datas cívicas e o ato de cantar hinos nas escolas e durante as reuniões mensais dos trabalhadores associados, pois ainda que essa prática venha ocorrendo desde o início da República, sobretudo a partir do Governo de Getúlio Vargas, ela foi apropriada pelos governos da ditadura civil-militar como recurso para fortalecer seu poder e disciplinar uma figura de cidadão que se pretendia construir.

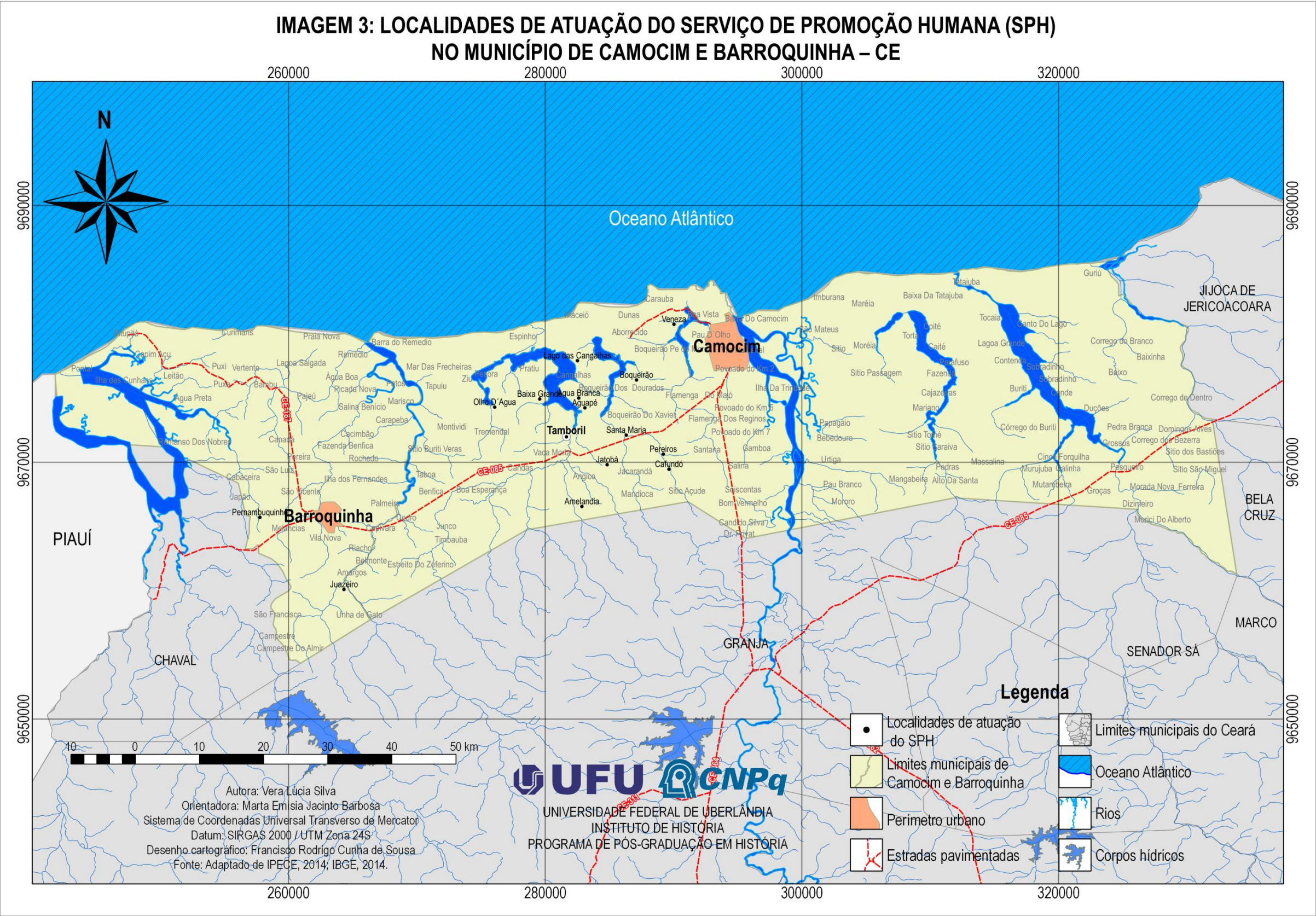
O plano de ação comunitária, assim denominado pelo diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito, recebeu o nome de “*Operação Esperança*” porque, de acordo com o mesmo informativo, “é um ato de confiança em um futuro de dias melhores, mais humanos e mais fraternos, é o lançar de uma semente que frutificará em uma sociedade mais justa, é o estender de uma mão, pelo menos acolhedora a toda essa gente que se encontra marginalizada e esquecida.”²²³ Percebe-se aqui um discurso claramente religioso e comum aos outros movimentos voltados para o campo e que eram influenciados pela Igreja Católica, como o Movimento de Educação de Base (MEB), o Dia do Senhor²²⁴ e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Esse discurso me leva a pensar na presença e poder de inserção da Igreja na vida dos sujeitos participantes desses movimentos, materializado nos princípios e valores cristãos que vinham imbricados nas atividades desenvolvidas por eles. No SPH, a linguagem cristã está presente para além da “*Operação Esperança*”, vai desde a denominação do Núcleo Central/São Pedro, CCSF, do Posto de Abastecimento São Pedro e de atividades às metodologias do trabalho comunitário e com base na moral e valores defendidos pela Igreja Católica.

²²² O Ato Institucional n. 5 (AI-5), baixado em 13 de dezembro de 1968 durante o governo Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Ler ARAÚJO, Maria Celina D'. O AI-5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em 22 nov. 2014. Logo depois, o primeiro número de “A Promoção em Marcha” sai, 06 maio de 1969, e a “Operação Esperança” é lançada, 24 de maio do mesmo ano, como informa o segundo número.

²²³ UVA. NEDHIS. SPH. Operação Esperança. Setor de Opinião Pública (SOP) – **A Promoção em Marcha**, Ano I, N°. 2, 24 mai. 1969. Pasta H – Informativos.

²²⁴ O Movimento do Dia do Senhor surge em 1965, na Diocese de Sobral, capacitando camponeses para a leitura do Evangelho, na ausência de padres e também esteve presente em Tamboril. Ler BEZERRA, *op. cit.*, 2008.



O ponto crucial da “*Operação Esperança*” era a descoberta de uma pessoa que tivesse destaque na localidade pela sua capacidade de liderança, que fosse respeitada e aceita pela população. Uma vez descoberto, o líder passava por um estágio no SPH, depois retornava a seu local de origem e ia preparar o ambiente para a implantação de um núcleo do SPH.

É importante ressaltar que, nesse período, os movimentos do campo apelaram para a formação de lideranças nas localidades, foi uma marca na metodologia dos movimentos católicos, como o Movimento de Natal, o MEB ²²⁵. A presença do(s) líder(es) comunitário(s)²²⁶ era mister porque ele(s) conhecia(m) a realidade da região e, dessa maneira, seria possível suprir a necessidade de virem pessoas que estivessem na diretoria de tais movimentos na resolução imediata dos problemas que iam surgindo cotidianamente. Além disso, ter liderança significava fazer expandir o movimento. No Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH), localizei um roteiro de treinamento desses líderes, que se pautava nos seguintes pontos:

1) Estudo sobre a situação das populações rurais, em geral; 2) O que concretamente podemos fazer para melhorar a presente situação rural: a) Delimitar uma área de ação, no campo, que contenha mais ou menos as mesmas características em comum; b) Descobrir os possíveis líderes; c) Convocá-los para uma reunião; d) Avaliação dos principais problemas que afligem a comunidade em estudo; e) Como motivar os participantes da comunidade em apreço para tentarem, em conjunto, as possíveis soluções de seus problemas; f) Como organizar os grupos de ação em vista para o desenvolvimento da comunidade; g) Como orientá-los na consecução de seus objetivos; h) Como prestar-lhes uma assessoria discreta, mas eficiente; i) Como ajudá-los nas avaliações de seus trabalhos em prol da comunidade; j) Como levá-los a reformular suas metas de atividades e adaptá-los a novas realidades que surgem.²²⁷

Conhecer a área de atuação era um passo necessário para o sucesso da implantação dos núcleos no meio rural. Era preciso preparar o terreno e as pessoas; conhecer suas dificuldades para, então, iniciar os trabalhos. Era importante também que as pessoas da comunidade participassem, que elas próprias fossem autoras das soluções para seus problemas, que fossem artífices do seu desenvolvimento. Essa parecia ser a pretensão do SPH e de outras organizações sociais da época. Neste sentido, o Núcleo possuía uma diretoria, formada pela população local, com presidente, secretários, tesoureiros e comissões.

²²⁵ Como assinalado anteriormente, no transcorrer do texto, o SPH foi influenciado pelas ações do Movimento de Natal. A relação do SPH com o MEB foi de forma indireta, por meio da participação de pessoas que faziam parte das duas organizações, como foi o caso do agricultor Edmilson Lira de Oliveira. Sobre a atuação do MEB na região Norte do Ceará, ler BEZERRA, *op. cit.*, 2008.

²²⁶ Comumente chamado de líder natural (do local de origem).

²²⁷ UVA. NEDHIS. SPH. Projeto de Construção da Sede do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT): Anexo 4 – Roteiro de treinamento, 18 de março de 1973. Pasta T – Sítio Tamboril.

Mas é importante frisar que, antes do início da formação do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT), moradores dos sítios Tamboril e Boqueirão tinham começado a se organizar sob a liderança de Francisco Pedro de Oliveira²²⁸. Reuniam-se na casa de Francisco de Paiva Sobrinho²²⁹ e, depois, na de Francisco Maximiano de Sousa (conhecido como Chaga Maximiano)²³⁰, com o objetivo de discutir os problemas que os agricultores enfrentavam e partir para uma ação concreta.

Quando ficaram sabendo que o SPH, junto aos agricultores do distrito de Barroquinha, estava organizando um roçado comunitário, e das atividades que vinha desenvolvendo na cidade, pensaram na possibilidade de um apoio para formar um núcleo em Tamboril que servisse como espaço para realizar suas reuniões, atividades de lazer (quermesses, quadrilhas, tertúlias, dramatizações/dramas), para as celebrações do Dia do Senhor, missas e como salas de aula. Os livros de atas do NPT²³¹ e as entrevistas de Edmilson Lira de Oliveira²³² e de Maria José dos Santos e Marta Helena dos Santos²³³ apontam para os anseios dos agricultores nesse período: alfabetização, alimentação, sementes para plantar, bem como a construção de um espaço onde pudessem se reunir e discutir os problemas que vinham enfrentando e outro para diversão da juventude.

Além do NPT, ao longo dessas duas décadas que estou trabalhando e, posteriormente, quando o SPH retomou suas atividades, a partir de 1993, ele serviu de apoio para a criação de várias instituições, como o “Nosso Lar”, a União Feminina de Assistência à Natalidade e ao Acião (UFANA)²³⁴, a Comunidade de Base de Boqueirão, FENECOM entre outras. Sua mobilização pelo município de Camocim e a forma como articulou os trabalhadores para desenvolver suas atividades indicam um projeto de sociedade que se almejava constituir, o qual tinha por base os valores cristãos imbuídos na presença da Igreja.

²²⁸ Era da região, mas morava em Fortaleza, onde era engajado em alguns movimentos sociais. Retornava, periodicamente, a sua região para mobilizar e incentivar os moradores a lutar por melhorias no campo.

²²⁹ Agricultor, morava em Tamboril, serviu de ponto de apoio para as reuniões e participou ativamente dos trabalhos do núcleo, sendo um dos fundadores do núcleo.

²³⁰ Agricultor da localidade de Tamboril que contribuiu para o início do núcleo e para seu fortalecimento, chegando a ser presidente. Ele e Mário Mendonça Ferreira eram os líderes dos trabalhos desenvolvidos no NPT.

²³¹ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT), 1977-1986. Pasta Ta – Sítio Tamboril. O livro se encontra muito deteriorado, dando para ler pouco do conteúdo das atas. O primeiro livro de atas do NPT foi deteriorado pelos cupins.

²³² OLIVEIRA, Edmilson Lira de. Sítio Boqueirão, 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

²³³ SANTOS, Maria José dos; SANTOS, Marta Helena dos. Camocim, 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

²³⁴ Criada também como uma equipe de trabalho do SPH e depois obtém sua personalidade jurídica.

Capítulo 2

Mobilização e atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH) na cidade e no campo

Neste capítulo, a intenção é discutir os vários trabalhos desenvolvidos pelo Serviço de Promoção Humana (SPH) em torno de questões como educação, saúde e higiene, alimentação e habitação, com a participação dos trabalhadores associados a ele e com a contribuição financeira e técnica de organizações como a Cáritas Brasileira, a Aliança para o Progresso, o Corpo da Paz/Voluntários da Paz, Ação do Episcopado Alemão Contra a Fome e a Doença no Mundo (MISEREOR), o Serviço Social da Indústria (SESI). Pretendo também fazer uma discussão em torno de quem era esses trabalhadores, o que queriam, como se articularam, nos anos 1960 e 1970, para o enfrentamento de seus problemas.

Dentro do amplo campo das linguagens sociais, lanço mão dos relatórios de atividades, de correspondências, do livro de atas (1968-1980), das entrevistas com os ex-alunos da Escola Pedro Apóstolo (EPA), Antônio Caetano de Oliveira²³⁵ e Maria das Graças de Araújo Chaves (conhecida como Graça Cardeal, sobrenome do pai)²³⁶ e do ex-aluno da Escola de Promoção Humana (EPH) Aderaldo Rodrigues de Lima²³⁷ e com o diretor-presidente Benedito Genésio Ferreira, para abordar como o SPH pôs em prática suas atividades e foi se articulando com essas diversas organizações para conseguir recurso e apoio técnico. Utilizo os livros de sócios, de matrículas e de atas, as fichas de inscrição dos associados, a entrevista com o mestre de obras Francisco Tiago Filho e a fala do agricultor Edmilson Lira Oliveira nas comemorações dos 50 anos do SPH, na medida em que esclarecem quem eram os trabalhadores que o constituíram, sobre suas condições de vida e de trabalho, incluindo valores, modos de se organizar, de se divertir, de se educar etc.

No procedimento de análise dessas fontes, inspirando-me em Maria do Pilar Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury, quando dizem que

²³⁵ Foi aluno da Escola Pedro Apóstolo (EPA) nos anos 1970. Trabalhou na parte administrativa da Prefeitura Municipal de Camocim. Hoje, Caetano é funcionário público federal da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), cedido à prefeitura municipal de Camocim, exercendo a função de Diretor da Escola General Campos.

²³⁶ Também foi aluno da EPA nos anos 1970. Trabalhou como professora na Colônia dos Pescadores e, simultaneamente, desenvolveu um trabalho voluntário na Pastoral da Mulher Marginalizada (entendida aqui como prostitutas). Hoje é servidora pública da FUNASA, concedida à prefeitura municipal de Camocim, prestando serviço junto ao Núcleo de Educação em Saúde e Mobilização Social.

²³⁷ Foi aluno da EPH nos 1970. Foi vereador de Camocim, conselheiro tutelar, radialista e hoje faz parte do Departamento de Ação Comunitária da Prefeitura Municipal de Camocim.

“uma questão que se coloca para o historiador é observar quem produz uma dada linguagem, para quem produz, como a produz e quem a domina.”²³⁸, constato que os documentos inscritos foram produzidos pela diretoria do SPH, no dia a dia de suas atividades, com a função administrativa de registrar o número de associados, suas profissões, os locais onde moravam, suas principais necessidades, tendo em vista o planejamento, a execução e a divulgação de seus trabalhos, bem como o interesse de constituir uma memória da instituição, a qual pretendiam que as gerações futuras conhecessem.

2.1. Trabalho e participação

Na tentativa de assumir a dimensão do ser humano em sua totalidade, colocada em seu objetivo principal, de acordo com uma pesquisa que realizei no livro de atas, referente às reuniões mensais dos associados de 1968 a 1980²³⁹, o SPH sistematizou suas atividades em “Educação e culturais”, “Trabalho” (produção, alimentação, habitação), “Saúde e Higiene”, “Recreativas”, “Jurídicas”, “Póstumas”, “Comunicação Social” e “Transporte”²⁴⁰. Para cada tipo de atividade havia uma equipe de trabalho responsável. Acompanhando a movimentação do SPH dentro da cidade, a partir de 1972 seriam eleitas também equipes para cada centro/núcleo, nos bairros de São Pedro, de São Francisco e do Cruzeiro e no Sítio Tamboril. Para visualizar a distribuição das atividades do SPH no perímetro urbano de Camocim, retorne à Imagem 2: Mapa “Bairros de Camocim onde houve atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH)”, na página 88.

Até 1967, as escolas organizadas pelo SPH, sem sede própria, funcionavam em diversos espaços, tais como na casa cedida pelo Deputado José Dias Macedo – na Rua Independência, no Centro –, no Social Sport Club – no Bairro do Cruzeiro –, na sede do Sindicato dos Salineiros, na Igreja de São Francisco, na casa da professora Maria Eneida Ferreira (no Km 1 da Estrada de Ferro), na Vila de Casas ou Vila Operária que foi construída pelos moradores com o apoio da instituição – essas últimas quatro escolas isoladas ficavam localizadas nos atuais bairros São Francisco e Coqueiros.

²³⁸ VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1991. p. 20.

²³⁹ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA). Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS). Serviço de Promoção Humana (SPH). Livro de Atas: 1968-1980. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

²⁴⁰ Afirmo no capítulo anterior que essas áreas de trabalho são denominadas pelas fontes (pela documentação escrita e por algumas entrevistas) como “serviços” e não as uso porque excluí a sua dimensão de atividade prática e a participação dos trabalhadores associados nos trabalhos desenvolvidos no SPH. Referir-me-ei a essas áreas como atividades ou trabalhos.

Em 1968, o SPH mobilizou-se junto ao SESI, à Colônia dos Pescadores e ao Centro Social Evangélico de Camocim (CSEC) para criarem a Escola Pedro Apóstolo (EPA), que incorporaria as escolas isoladas e multisseriadas do bairro de São Pedro. As aulas passaram a ser ministradas na igreja de São Pedro e nas sedes dessas instituições.

O que me chamou atenção nessa parceria foi a presença do CSEC, sinalizando para uma abertura da Igreja Católica rumo ao ecumênico. O nome Escola Pedro Apóstolo foi pensado porque as duas Igrejas se referem a Pedro dessa maneira, ao invés de São Pedro, usado somente na católica. Mas, como grande parte das atividades desenvolvidas pelo SPH não era vista com bons olhos pela Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, de Camocim, embora também fosse uma de suas parceiras²⁴¹, possivelmente essa aproximação com a Igreja Evangélica não foi aceita pelo seu vigário paroquial, padre Inácio Nogueira Magalhães, o mesmo que havia inaugurado a Igreja de São Pedro e que defendia uma cidade católica e desaprovava a ação de outras religiões. Outra evidência dessa intransigência é a interpretação, do então padre Benedito Genésio Ferreira, quando indaguei como era a situação religiosa de Camocim, ao chegar em 1967 àquela cidade:

[...] Parece-me que o Bairro de São Pedro, o bairro dos pescadores, era uma terra de missão. A igreja era frequentada mais pelas pessoas do Centro da cidade. A impressão que eu tinha era de que as atividades sócio-pastorais desenvolvidas por meus antecessores não eram bem vistas pelo vigário. Dom Walfrido, frequentes vezes, me encorajou, dizendo: “Faça seu trabalho e deixe o ‘velho’ (referindo-se ao Vigário, padre Inácio) reclamar”.²⁴²

O que estava em jogo era a disputa entre duas concepções de missão de Igreja que divergiam: a do vigário, que defendia uma Igreja hierarquizada, conservadora, e que se opunha à secularização, às outras religiões, combatendo o espiritismo, o protestantismo e ideologias políticas como as do comunismo e do anarquismo²⁴³; e a dos diretores-presidentes do SPH, padre Luís Gonzaga Melo²⁴⁴, padre Antonio Edvar de Araújo Lima²⁴⁵ e padre

²⁴¹ Essa categoria é entendida, aqui, como a reunião do SPH com outra(s) organização(ões) para desenvolver um trabalho do interesse de ambas (ou de todas as instituições envolvidas), por meio de um convênio.

²⁴² FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, por escrito.

²⁴³ Essa missão da Igreja, segundo Mainwaring, “era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico.” Como fica evidente no trecho da carta do padre Manoel Henriques de Araújo, de 1938, citado no capítulo anterior, que solicitava à contribuição dos camocinenses para a construção da igreja de São Pedro. Ler MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 45. Ainda de acordo com Mainwaring, a missão de Igreja que prevaleceu de 1916-1955 foi a Igreja da neocristandade. Ler *idem*, p. 41-61.

²⁴⁴ Optei por usar o nome pelo qual ficou conhecido em Camocim.

²⁴⁵ Apesar do diretor-presidente do SPH Antonio Edvar de Araújo Lima, hoje, ser casado, utilizarei neste trabalho a denominação “padre Edvar”, tendo em vista que, no período em que foi diretor-presidente do SPH, ainda exercia o sacerdócio e como tal ficou conhecido.

Benedito²⁴⁶, que compartilhavam com a missão de uma Igreja que considerava a ação pastoral inseparável da ação social – fruto das questões apontadas pelo Concílio Vaticano II –, voltando-se, sobretudo, para um trabalho junto aos pobres, na tentativa de contribuir para a melhoria de suas condições de vida, e abrindo-se, inclusive, para outras religiões cristãs que defendiam pontos comuns.

A questão do ecumenismo fazia parte do conjunto de mudanças por que vinha passando a Igreja Católica. Dentro dessa perspectiva, os diretores-presidentes do SPH traziam em seus discursos, expressos nos relatórios de atividades, uma questão que seria colocada por uma das diretrizes do primeiro Plano de Pastoral de Conjunto ou do Plano Pastoral Orgânica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)²⁴⁷, inspiradas nos documentos do Concílio Vaticano II, a Ação Ecumênica (*Unitatis Redintegratio*)²⁴⁸. Alguns anos depois, a Diocese de Tianguá, como sugere uma Circular de 11 de fevereiro de 1972, escrita pelo seu 1º. Bispo, Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro, conhecido como Dom Timóteo, traz como anexo os temas que compõem as diretrizes da CNBB, entre eles, o do ecumenismo:

III. Unidade e Ecumenismo.

(Comunhão de vida nos trabalhos apostólicos)

Questões: 1) Em que ponto realizar a unidade de vida e ação?

2) Existe comunhão (comum união) em nossos trabalhos pastorais?

3) O que fazer em casos de divergência? (sic)²⁴⁹

Ao trazer o ecumenismo para o campo da ação pastoral da Diocese, o bispo demonstrava a adesão às mudanças que vinham acontecendo no seio da Igreja e sua articulação com os trabalhos que ela vinha desenvolvendo no âmbito nacional. Ao que indica a fonte, ele abordou a diretriz da CNBB, “Ação Ecumênica”²⁵⁰, sob a forma de

²⁴⁶ Não inclui o terceiro diretor-presidente, padre José Prado Ferreira da Ponte, porque as poucas informações que tenho sobre os seis meses que passou à frente da instituição não me permitem afirmar de qual concepção de Igreja ele partilhava. A título de esclarecimento, mesmo que o diretor-presidente do SPH, Benedito Genésio Ferreira, tenha pedido licença em 1976 para casar, usarei a denominação padre Benedito, quando estiver me referindo ao recorte temporal dessa pesquisa. Contudo, quando estiver me referido ao presente, utilizarei a denominação professor Benedito. Portanto, para evitar equívocos, padre Benedito e professor Benedito é a mesma pessoa em tempos históricos diferentes.

²⁴⁷ A Pastoral de Conjunto ou Pastoral Orgânica nasceu no processo de renovação eclesial efetuada pelo Concílio Vaticano II, a partir da compreensão de que a Igreja é uma rede de comunidades de irmãos e irmãs, cuja ação pastoral se dá de forma global, orgânica e articulada. Ler CNBB. Plano de Pastoral de Conjunto de 1966-1970. Disponível em: < http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb/doc_view/140-77-plano-de-pastoral-de-conjunto-1966-1970 > Acesso em: 29 jul. 2014.

²⁴⁸ Ler *idem*.

²⁴⁹ UVA. NEDHIS. SPH. Circular/72 do bispo Dom Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro ao padre Benedito Genésio Ferreira, então diretor-presidente do SPH e encarregado da Igreja São Pedro, em Camocim, 1972, p. 3. Pasta D – Correspondências, 1972.

²⁵⁰ Dentro do SPH, essa ação não se estendia somente ao Centro Social Evangélico de Camocim (CSEC). De acordo com as fichas de inscrição dos trabalhadores do SPH, alguns deles pertenciam à União Espírita Cearense

questionamentos, com o propósito de provocar os sacerdotes, vigários, religiosas e leigos, público a quem se dirigia, para que pensassem como iriam pôr em prática a relação com as outras igrejas, quais os pontos comuns que as uniam, como, juntas, poderiam agir nos trabalhos pastorais, como enfrentariam as diferenças de posicionamento ou, ainda, se seria possível superá-las.

Retomando a discussão sobre as atividades educacionais, em 1969 as escolas isoladas, denominadas de Escola de Promoção Humana (EPH), dos bairros de São Francisco e do Coqueiros foram organizadas em classes seriadas e reunidas em uma casa cedida à Rua 3 de Outubro, hoje, Rua Antonio Zeferino Veras, que passaria a funcionar no Centro Comunitário São Francisco (CCSF), no início do ano seguinte. Em 1970, tiveram início as aulas da Escola 21 de Abril, em uma casa de taipa, cedida pelo agricultor Francisco Maximiano de Sousa, na zona rural de Camocim, como primeira atividade do que viria a ser o Núcleo Promocional de Tamboril (NPT). O SPH ainda criaria a Escola Dona Marieta Cals (EMC), em 1973, ao construir o Centro Comunitário Dona Marieta Cals (CCMC), no Bairro do Cruzeiro.

As escolas eram direcionadas para os trabalhadores associados à instituição e os seus filhos menores de 14 anos, e para as pessoas ligadas às organizações com quem o SPH formou parcerias, como o Sesi e a Colônia dos Pescadores. Recebiam alunos da alfabetização a 3ª série, na época. As turmas não eram numerosas, variavam entre 12 e 35 alunos, o que facilitava o processo de ensino-aprendizagem. As professoras, a maioria, ainda cursavam o ginásio ou eram normalistas, eram pessoas dos respectivos bairros onde as escolas funcionavam. Tinham interesse não apenas na gratificação que recebiam e com a qual ajudavam no sustento de suas famílias, mas também na experiência que iriam adquirir. Compunham o quadro de associados do SPH ou de outras instituições com quem ele mantinha convênio.

Os alunos que concluíam a 3ª série eram encaminhados para o Grupo Escolar José de Barcellos ou para o Patronato São José, esse último recebia apenas meninas. Mas como não havia vaga para todos, em parceria com o Sesi, o SPH manteve dois cursos de Educação Fundamental Supletiva, nº. 31 e nº. 33, que correspondiam à 4ª e 5ª séries, para que esses alunos pudessem continuar estudando. No entanto, é importante destacar que esses cursos foram criados, principalmente, para atender aos adultos. “Supletiva” significava “educação para adultos”, não tinha o sentido atual de abreviação de estudos.

Na entrevista com os ex-alunos da EPA, Caetano e Graça Cardeal, eles compararam as metodologias de ensino nas escolas contemporâneas às criadas e mantidas pelo SPH em parcerias com outras instituições, permitindo perceber as particularidades do seu projeto pedagógico, o significado que dá ao “novo”, as transformações que essas escolas trouxeram na forma de educar e o que permanecia dos métodos adotados por outras escolas na época.

Permite também cotejar para quem se direcionavam as escolas do SPH, indicando que era para os filhos de famílias que não tinham condições de mantê-los em uma das duas escolas particulares existentes em Camocim – o Colégio Imaculada Conceição, conhecido como Colégio das Irmãs, de 1ª a 8ª série e o Patronato São José; para os que não tinham acesso à única escola da prefeitura – o Grupo Escolar José de Barcellos, da 1ª a 4ª série – nem a do Estado – o Colégio Estadual Padre Anchieta (CEPA):

Padre Benedito: – [...] como vocês, como alunos, recepcionavam a educação, proporcionada a vocês pelo Serviço de Promoção Humana, naquela, naquela época, naquela década de 60, fim de 60, começo da década de 70?

Caetano: – É, eu me lembro que, quando a escola chegou, quando ela foi instalada em Camocim, já era, assim, um projeto totalmente novo, arrojado, até porque a gente vinha de escolas de periferia, escolinha de ponta de rua, onde a gente estudava, tendo que levar a cadeirinha todo dia pra poder sentar porque não tinha condição, não tinha cadeira, não era aquela escola arrumada, aparelhada. E quando a escola foi fundada foi, é [...] inaugurada, digo melhor, na Igreja de São Pedro, pra gente era muito novo, era uma coisa totalmente diferente, né? Era um projeto totalmente assim, pra aquela época, é, a gente pode até dizer que “atual”, ainda hoje porque a performance da escola... ela oferecia tudo novo, a questão era nova, a metodologia era nova, a maneira de aprender era nova. Quem tava vindo duma cartilha do ABC que passava anos e anos lá, sem, sem, sem avançar, sem mudar, porque a gente tinha muito aquele processo decorativo e, enquanto não se decorava a cartilha de ABC inteira, não se sabia de nada. Então, pra gente, foi uma coisa, assim, muito nova e muito moderna, na época, que hoje a gente ainda pode dizer que se ela fosse implantada hoje, com certeza, ela teria o mesmo grau de modernidade, a mesma performance, o mesmo avanço que a gente tá vendo na escola de hoje.

[...]

Graça Cardeal: – Eu sou filha de uma família que... família grande, né, muitos irmãos, e meus pais sempre valorizaram muito a educação, né? E eu achava interessante que eu era a mais nova dos [...] três irmãos, e eu sempre era levada por eles e tinha, assim, uma, uma inveja enorme porque eles iam para o Núcleo da Igreja de São Pedro e eu ficava em um [...] outro local. Então, a gente percebia que aquele núcleo da Igreja de São Pedro era [...] o centro, era como se fosse, na verdade, algo, complementando o que o Caetano disse, né? Diferente, arrojado mesmo, e nessas outras escolas a gente notava que não era tão perfeito, né? Na nossa visão como era lá no núcleo, embora também fosse bem interessante. Eu estudava naquela escola da Santos Dumont, né, que era [...] cedida pela Igreja Evangélica, né? E lembro muito da professora, ela se chamava Enoã.²⁵¹

²⁵¹ OLIVEIRA, Antônio Caetano de; CHAVES, Maria das Graças de Araújo. Camocim-CE, 20 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

Caetano faz uma crítica ao método “decoreba” baseado na memorização do alfabeto, das operações matemáticas, datas e acontecimentos históricos, sinalizando para outra forma de ensinar. Como Camocim não dispunha de escolas gratuitas para a população, até meados dos anos 1950, era muito comum algumas pessoas que sabiam ler e escrever formarem turmas de alunos e darem aulas em casa. Daí vinha o nome “escolinha de ponta de rua”. Para frequentar tais escolas, os pais dos alunos tinham que pagar uma taxa à professora. As aulas na própria casa, além de ajudar no sustento de sua família, permitiam às professoras cuidar dos seus afazeres domésticos (como observar a comida cozinhando).

Quando Caetano diz que “tinha que levar a cadeirinha todo dia pra poder sentar porque não tinha condição, não tinha cadeira, não era aquela escola arrumada, aparelhada”, explicitamente, ele estava falando das condições econômicas das professoras, que não tinham recursos para oferecer aos seus alunos um ambiente com o mínimo necessário para acomodá-los – com cadeiras, lousas e materiais didáticos, por exemplo –, ao mesmo tempo, sugere que as novas escolas dispunham de um espaço melhor para ensinar, embora ainda não fosse com a estrutura convencional de um estabelecimento de ensino. Também estava fazendo uma crítica à negligência do poder público em relação à educação.

Em sua fala, Graça Cardeal demonstra que, mesmo dentro da EPA, que funcionava em quatro lugares diferentes, havia um investimento maior nas turmas que estudavam na igreja, talvez porque o espaço fosse o ponto de encontro de todos os alunos, talvez porque fosse o lugar das reuniões com os associados – momento em que os alunos apresentavam dramatizações, músicas, poesias, em que havia a distribuição dos boletins e a premiação dos que tinham se destacado durante o ano letivo –, e ao lado, na Casa São Pedro, funcionasse a secretaria da escola, que realizava as matrículas, distribuía a merenda escolar.

Na continuação de sua fala, Caetano afirma:

Caetano: – [...] duas coisas me firmam muito a lembrança nessa questão: primeira, era essa aí, que a gente, nessa [...] situação de reunir antes e cantar um hino, eu aprendi todos os hinos pátrios, né, Hino da Independência, Hino Nacional Brasileiro, Hino da Bandeira, todos aqueles hinos que compõem... A questão do patriotismo, a gente aprendeu na escola, cantando antes da entrada. E a outra coisa que me firma a memória é – que nunca esqueci – era a questão que a Graça falou de não estudar dentro do Núcleo Central da escola, que era a Igreja de São Pedro porque, como o senhor falou, tinha a questão da seriação e era separada. Eu estudei uma época na Colônia e, quando batia o sino, porque batia o sino pra gente entrar, batia o sino pro recreio, pra sair pro recreio e batia o sino pra voltar do recreio, a gente corria da Colônia até a Igreja de São Pedro pra brincar [...], com os alunos do Núcleo. Quando batia o sino pra voltar pro recreio, a gente corria da Igreja de São Pedro até a Colônia, de volta [...] ²⁵²

²⁵² *Idem.*

Aqui, ele traz à tona o patriotismo, expresso também no livro de atas (1968-1980), e empregado na prática de ensino das escolas, reforçando o nacionalismo e sugerindo a maneira como educavam para a cidadania e o tipo de cidadão que se pretendia formar. Reafirma o uso do sino como forma de controlar/sinalizar o início, a saída para o recreio, o retorno para a sala e o término das aulas, muito presentes nas escolas daquela época e ainda em vigor em muitas escolas do Brasil, e traz, ainda, evidências de como era a organização das turmas, demonstrando que o “novo”, para ele, era aquilo que estava sendo usado nas escolas contemporâneas às do SPH, como no Colégio das Irmãs, Grupo Escolar José de Barcellos, Colégio Estadual Padre Anchieta, que não era usado nas “escolinhas de ponta de rua” e que ainda está presente na escola de hoje.

Para além da alfabetização, as professoras trabalhavam também a questão familiar, a realidade social na qual estavam inseridos os alunos, transmitindo valores e normas, baseados na tradição cristã e no respeito a uma cultura nacionalista, com o “culto aos grandes heróis”, ritual das festas cívicas, como o 7 de setembro – momento em que as escolas organizavam seus alunos para marchar pelas ruas da cidade –, o Dia do Tiradentes e o Dia do Aviador Pinto Martins²⁵³. É neste sentido que compreendo que o trabalho de educação e cultura, enquanto atividades práticas e constitutivas do social, desenvolvido dentro do SPH, extrapolava sua finalidade formal, assumindo um caráter de intervenção social, cultural e política, considerando também que a mudança em uma dessas dimensões indicava alteração na configuração da outra.

A metodologia empregada tinha por base o “Método Global”, introduzido pelos Voluntários da Paz, enviados pela agência governamental norte-americana, Corpo da Paz²⁵⁴,

²⁵³ Considerado pelos camocinenses como o mártir do petróleo.

²⁵⁴ O Corpo da Paz (*Peace Corps*) foi instituído pelo presidente John F. Kennedy, em 1961, com o objetivo de enviar voluntários ao então chamado Terceiro Mundo para trabalhar em projetos de assistência comunitária, especialmente nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento agrícola, e de promover a paz e a amizade mundial. Ler AZEVEDO, Cecília. “O sentido de missão no imaginário político norte-americano”. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/17481/10428>>. Acesso em: 13 jun. 2014; e Corpo da Paz em Moçambique: guia de parceria para o programa de saúde, 2012, p. 3. Disponível em: <<http://mozambique.peacecorps.gov/partnershiphe2012.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2014. No entanto, é necessário problematizar quais intenções estavam imbuídas no objetivo dos norte-americanos ao ajudarem os países em desenvolvimento, sobretudo, a América Latina. Por que um país com economia estável no pós-guerra resolveu ser solidário com países que apresentavam instabilidade política, social e econômica? Quais interesses estavam por trás do discurso de promover a paz e a amizade? Durante o processo da “Guerra Fria”, sobretudo a partir da Revolução Cubana, em 1959, os Estados Unidos desenvolveram diversos mecanismos de intervenção social, política e econômica para atuar na América Latina com o objetivo expresso de combater o comunismo. O Brasil e as forças políticas estavam vivendo o susto das Ligas Camponesas e de mudanças no governo que pareciam ameaçar o *status quo* e aspirar uma sociedade menos desigual, provocando a cautela das forças conservadoras que interpretavam como uma aproximação com o comunismo. Como estratégia para conter esse povo que estava se rebelando e a força das ideias comunistas, o país iria receber intervenções – travestidas com o discurso político e econômico de cooperação para o desenvolvimento – dos Voluntários da Paz e da Aliança para o Progresso, por exemplo, através da ação da Cáritas Brasileira, da Superintendência do Desenvolvimento do

no processo de capacitação de professoras para usá-lo nas escolas do SPH. De acordo com o informativo do Setor de Opinião Pública (SOP), *A Promoção em Marcha*, esse método “consiste no ensino da leitura, através de pequenas histórias, que tenham sentido completo e sejam interessantes.”²⁵⁵ Considerava-se que a letra isolada não fazia sentido e não despertava o interesse das crianças. Assim, seria mais fácil alfabetizá-las partindo de uma história e, em seguida, trabalhando as frases, as palavras, as sílabas e, por último, a letra.

Tomando as narrativas orais na perspectiva de Yara Aun Khoury, “como atos interpretativos, como processos constantes de atribuição de significados, como expressões da consciência de cada um sobre a realidade vivida [...]”²⁵⁶, percebo que as memórias trazidas por esses sujeitos partem das experiências que eles vivenciam no presente²⁵⁷. Desse modo, enquanto diretor da Escola General Campos, de Camocim, Caetano, ao narrar seus tempos de aluno, procura construir uma diferenciação entre a metodologia de ensino das “escolinhas de ponto de rua” e a das escolas dirigidas pelo SPH – EPA, EPH, EMC e Escola 21 de Abril, sobretudo, das turmas da primeira, que estudavam no recinto da igreja de São Pedro – para aferir a estas uma nova maneira de ensinar e aprender que, para ele, permanece válida no tempo presente.

A forma como ele narra, as escolhas que faz das palavras, mostrando-se preocupado com a justeza dos termos politicamente corretos hoje, como “arrojado”, “performance”, “outra coisa que me firma a memória”, são indicativos do seu processo de formação e de suas vivências profissionais. Nos livros de atas, Caetano aparece recitando poesias, participando de dramatizações durante as reuniões mensais dos trabalhadores associados ao SPH²⁵⁸; a ex-

Nordeste (SUDENE) – no que ficou conhecido como “Operação Nordeste”. Assim, por trás de todo o discurso de assistência comunitária e de promoção da paz e amizade, existiam interesses maiores: com o estímulo ao desenvolvimento econômico, social e político desses países, os EUA controlavam de que maneira se daria esse crescimento e, simultaneamente, impedia a difusão da proposta comunista, assegurava a sua hegemonia global e a expansão do capitalismo. Ler BARBOSA, Igor Andrade Vidal. **A governamentalidade e o desenvolvimento internacional**: um estudo de caso do Acordo do Nordeste de 1962. 2010. 92f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

²⁵⁵ UVA. NEDHIS. SPH. Método Global. Setor de Opinião Pública (SOP) – **A Promoção em Marcha**, Ano I, Nº. 1, 06 mai. 1969, p.2. Pasta H – Informativos.

²⁵⁶ KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história”. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. p.123.

²⁵⁷ Alessandro Portelli afirma que “a estória está sendo contada tendo o presente em mente”. Ler PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral”. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. p. 302.

²⁵⁸ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas, 1968-1980. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

professora Zilma Carvalho de Araújo Ferreira, em entrevista, o denomina de “rato de biblioteca”²⁵⁹, por ele ter lido todos os livros de literatura infantil da escola.

A forma como narra também é característica da maneira como interpreta e atribui significado a essas experiências. Assim, o termo “arrojado” sinaliza para um projeto de escola ousado, que seria colocado em prática mesmo sem ter uma estrutura física de escola – como no caso da EPA, que funcionava na igreja de São Pedro e nas sedes da Colônia dos Pescadores, CSEC e do SESI –, que lançaria mão de nova metodologia, deixando, inclusive de usar velhas ferramentas como recurso no processo de ensino, como a palmatória. Sua fala “outra coisa que me firma a memória” é sugestiva da seleção que a memória faz daquilo que é significativo para o sujeito ou do que marca suas experiências no tempo.

Graça Cardeal, organizando sua fala a partir de sua constituição familiar, tece argumentos impregnados de sentimentos para dar ênfases às diferenciações que existiam nas turmas que estudavam nas quatro sedes que compunham a EPA e para concordar com Caetano sobre o sentido de “arrojado” atribuído às turmas que tinham aulas dentro da igreja de São Pedro, localizado no Núcleo Central. As falas desses ex-alunos estão impregnadas de subjetividade, entendidas, na perspectiva de Portelli, como “o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade.”²⁶⁰ Subjetividade que constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso.

Graça Cardeal confere a novo o caráter de contemporaneidade/atualidade que aquele “modelo” educacional apresentava, reelaborando, assim, as experiências do passado a partir das experiências do presente. Discorre também sobre as travessuras dos colegas, a relação entre escola e família – as professoras faziam visitas aos pais de alunos e estes também procuravam a secretaria da escola para discutir sobre o desempenho dos filhos:

Graça Cardeal: – E era isso que fazia a inovação mesmo, né? Porque hoje a gente tá vendo esse modelo hoje, e na época ele já foi [...] implantado com muito sucesso e... Eu lembro de coisas interessantes que tinha uns [...] meninos muito peraltas que uma vez um... eles tocaram o meu corpo com [...] uma urtiga²⁶¹, né? E foi assim, uma coisa do outro mundo, eu tive, eu tive que correr... porque tinha uma rampa enorme na Rua Santos Dumont porque não tinha calçamento, meus irmãos vinham logo

²⁵⁹ Ela conta: “como os livros eram muito poucos, a gente tinha era coisa pouquinha, ele terminou lendo todos os livros de historinha da biblioteca, e eu fiz um teste com ele, saber se realmente ele tinha lido, né? porque se ele tivesse lido ele iria ganhar um prêmio, não me lembro mais se foi uma caixa de sabonete, uma coisa assim bem simbólica, bem simples, né? E ele sabia contar as historinhas, ele sabia quais eram os personagens de todas as histórias e isso fazia com que as crianças desenvolvessem muito.” FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma de Carvalho Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

²⁶⁰ PORTELLI, ALESSANDRO. “A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 60, 1996.

²⁶¹ Planta que, em contato com a pele, causa vermelhidão, coceira, ardência (queimaduras) e, consequentemente, muita dor. SOUZA, Líria Alves de. Por que a urtiga queima a pele. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/quimica/por-que-urtiga-queima-pele.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

atrás, e depois a escola conduziu isso de uma maneira muito interessante: chamou os pais do aluno, chamou meus pais e foi, assim, uma coisa muito interessante que não ficou uma marca negativa, né? Pelo contrário foi [...] muito bem conduzido [...] pelo grupo da escola toda, pela solidariedade dos outros meninos, né? foi muito interessante. E eu tenho lembranças também [...] da integração de família, né? Na escola, [...] quando nós éramos convidados pra festas do Núcleo, os aniversários. Então assim, eu acho que hoje você vê esse modelo através dos filhos, hoje dos netos também, né? E é como se a gente tivesse trazendo à tona aquilo que a gente vivenciou na época, né? Com um projeto diferente, né? Muito bom. E a preocupação também com o bem-estar familiar não era só aquela educação pensando só no bem-estar do aluno, era uma integração realmente com a família, né?

[...] Eu lembro que, assim, quando a Dona Nazaré dizia que ia visitar um aluno, a gente se preparava em casa para receber uma autoridade, né? Arrumava a casa toda e organizava tudo e tudo ficava bem diferente para a visita da Dona Nazaré. E ela me brindou com um, um puxão de orelha na visita. Ela veio dizer para a minha família que eu estava usando muitas balinhas de chiclete e que isso não era correto [...], era a denúncia dela, né? Aas assim, você vê que isso, pra, pra você, só moral, vê, assim, a preocupação com o futuro do aluno, né? Com [...] a dentição, com a postura, com tudo, né? Então, não era, assim, uma escola só para ensinar a ler e escrever, mas a preocupação com a formação em todos os sentidos, né? Eu achei isso muito interessante.²⁶²

Sua fala sugere que a figura do professor era vista pela sociedade daquela época como uma autoridade: era temida e respeitada, tendo o poder, inclusive, de influenciar na higiene e saúde dos alunos. A ênfase dada pelas professoras à questão da higiene e da saúde estava relacionada também com o trabalho de saúde e higiene do SPH, oferecido a seus associados, que dispunha, entre outros meios, de um gabinete odontológico e de um ambulatório. Isso demonstra a articulação do trabalho educacional com os outros oferecidos pela entidade e que a educação dada não se restringia à alfabetização, era uma forma de intervir no social, nos modos de viver da população e uma tentativa de construir uma nova sociedade.

A atividade de saúde e higiene não estava composta apenas na mesma equipe de trabalho. A documentação tenta transmitir uma ideia de que a saúde e a higiene estavam, intrinsecamente, ligadas. Nessa direção, aferiam-se à higiene o significado de saúde preventiva. O planejamento das atividades do SPH, feito pelo então padre Edvar, para o ano de 1966, descreve:

As doenças mais comuns – devidas, sobretudo, ao álcool, desnutrição e falta de higiene – são o impaludismo²⁶³ e a tuberculose. Esta última vitima, nos bairros da cidade, cerca de 1,4% da população. Sua tendência é aumentar devido à ausência de meios de prevenção de cura da moléstia, assim como a promiscuidade entre as doenças (sic) e sadios, o que facilita o contacto. Como não existem parques infantis ou coisa que os valha, e como os sanitários são igualmente inexistentes nos bairros, acontece que, em geral, a terra em que as crianças brincam são a mesma onde defecam. Devido à falta de recursos, tudo o que nos foi possível até agora fazer foi

²⁶² OLIVEIRA, Antônio Caetano de; CHAVES, Maria das Graças de Araújo. Camocim-CE, 20 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

²⁶³ Malária.

facilitar a aquisição de medicamentos a preço mais acessível à população pobre, a instalação [instalação] de um posto de saúde e convênio com o Sesi.

[...]

Além, instalamos o Serviço de auto falantes, a Voz de S. Pedro, que, nos seus programas, educa o povo no sentido de maior cuidar de sua saúde e de sua higiene. (sic).²⁶⁴

No entanto, é possível perceber também que essas preocupações com a desinfecção dos bairros que ficavam ao entorno da cidade, bem como as orientações no sentido de cuidar da saúde e da higiene faziam parte de uma engrenagem que visava higienizar os modos de vida da população. O tom da educação aqui pode ser traduzido como moralização, intervenção nas práticas e costumes sociais.

Essa descrição põe em evidência, mais uma vez, os contrastes entre a Camocim das riquezas produzidas por seu porto e pela estrada de ferro e uma cidade caracterizada pela pobreza, pela luta ordinária de sujeitos comuns pela sobrevivência, pela falta de saneamento básico, pelo descaso do governo para com a saúde de sua população.

Em outro trecho da entrevista, Caetano fala sobre o modo como as famílias reagiram aos trabalhos desenvolvidos nas escolas:

Caetano: – [...] Então isso, pra nós, para os nossos pais, era assim, uma coisa muito, assim, até... Como eu posso dizer? Assim, impactante, porque, de início, eles ficaram um pouco, assim, ressabiados, com medo: “Será que essa escola vale à pena? Será que vai mesmo ensinar?” Porque tinha abolido a questão da palmatória, a questão do castigo, não tinha mais nada disso, né? Eles achavam que a gente [duvidaram, né? – fala Graça] só aprendia nessa base.²⁶⁵

Sua interpretação constitui evidência de que, embora propondo melhores condições físicas e se constituísse em uma oportunidade para muitos que, até então, não tiveram como frequentar um estabelecimento de ensino, as escolas organizadas pelo SPH não foram vistas pelos pais de alunos sem questionamento, sem resistência e sem desconfiança em relação à sua maneira de educar.

Perguntado sobre o que o marcou no período que estudou na EPA, ele ressalta:

Caetano: – [...] Dona Nazaré era, assim, uma pessoa, assim, extremamente, assim, [...] dedicada, [...]. E ela trabalhava um lado que, na época, a gente não sabia valorizar, porque a gente não tinha o conhecimento que a gente tem hoje. Mas, além dela fazer a parte educativa, ela trabalhava muito com a questão da parte teatral, a corporal, a escola tinha as famosas reuniões de datas comemorativas, né? Toda data comemorativa a escola promovia uma reunião que chamava os pais na condição de

²⁶⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana-SPH, 16 de março de 1966, p.1. Pasta V – Relatórios, 1966.

²⁶⁵ OLIVEIRA, Antônio Caetano de; CHAVES, Maria das Graças de Araújo. Camocim-CE, 20 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

associados pra assistir e convidava autoridades, né? Nessas reuniões, geralmente, tinha médicos, tinha advogados, tinha juiz, promotor, o que fosse de gente grande da cidade tava presente nessas reuniões [...]²⁶⁶

A preparação dos alunos pelas professoras para recitar poesias, para encenar, para cantar, fazia parte da educação e sugere que a participação deles nas reuniões mensais dos associados era uma forma de mostrar aos pais e às autoridades presentes o resultado do trabalho realizado pelas escolas. Essas autoridades faziam parte da categoria de “sócio-cooperador”, que contribuía para o desenvolvimento das atividades do SPH, financeiramente ou com seu trabalho, que será vista com mais detalhe mais adiante.

Cruzando esta entrevista com o livro de atas de 1968-1980, pude constatar a presença de nomes como o do médico José Maria Primo de Carvalho; do Capitão da Marinha José Honorato Feitosa; do Sargento Jacy Estrela (do Tiro de Guerra); do Tenente Octávio de Sant’ana (da Colônia dos Pescadores); do Juiz de Direito da Comarca de Camocim, Dr. Antonio Olímpio Castelo Branco; do Presidente do Conselho Comunitário de Camocim, Joaquim Rocha Veras; do Pastor do Centro Social Evangélico de Camocim, Antonio Rodrigues Lima; do fotógrafo Davi Machado Carneiro; do Tabelião Mário Coelho; do agente do Sesi em Camocim, Josias Teixeira Bezerra, por exemplo.

Esses nomes são sugestivos, no sentido de que a presença de representantes da Capitania dos Portos de Camocim e do juiz fosse uma estratégia para que a instituição continuasse funcionando em plena ditadura – regime político que pôs na ilegalidade muitos movimentos direcionados para as dimensões social, cultural e política. A presença do tabelião e do representante do Sesi pode ser justificada pela parceria do SPH com o Cartório de Registro Civil Mário Aguiar Coelho, e com o Sesi, de Camocim, uma vez que mantinha também um trabalho jurídico em que os associados ao Sesi e ao SPH tinham um desconto de 50% nas despesas cartoriais de Registro de Nascimento, Certidão de Óbito, Habilitação para casamento religioso com efeito civil e procurações. De forma semelhante, a presença do pastor pode ser justificada pela parceria entre o Centro Social Evangélico, o SPH, a Colônia de Pescadores e o Sesi, para fundação e manutenção da EPA.

Para além da educação formal, o SPH compôs uma equipe de trabalho chamada “Nosso Lar”, que oferecia às prostitutas, cursos de letras, culinária, bordados, corte e costura. Esses cursos tinham como propósito criar outras possibilidades de trabalho para que elas saíssem da prostituição.

²⁶⁶ *Idem.*

Essa equipe foi criada após um estudo nos locais onde eram mais frequentes os casos de prostituição, realizada pela religiosa Francisca Maria Bicharra, de origem sírio-libanesa e pertencente à Ordem das Capuchinhas, que visitou durante 15 dias as ruas Senador Jaguaribe e General Sampaio. O resultado desse estudo ficou registrado no *Relatório de Atividades de 1962 a 1968*, em que consta um número, segundo ele, de “40 ‘mulheres marginais de vida livre’, cuja idade variava de 14 a 26 anos”. Essas mulheres estavam submetidas a madames que tinham entre 40 e 47 anos, e uma com 82 anos, “em face de compromissos financeiros que assumem sem ter meios para saldá-los”, de acordo com o relatório. Esse documento indica, também, os motivos que as levaram à prostituição: “[...] desajustamentos na família, rejeição pela mesma, falta de trabalho, o vício etc”.²⁶⁷

A pesquisa mostra ainda que parte dessas mulheres procedia de outras cidades, como Sobral, Granja e Viçosa, e que haviam se fixado em Camocim por causa da clientela advinda do fluxo de homens que circulavam pelo Porto e pela Estrada de Ferro de Sobral. Em sua tese de doutorado, Carlos Augusto Pereira dos Santos cita os locais mais atingidos pela prostituição:

[...] se formava por três ruas dispostas como que formando um quadrado quase perfeito. [...] No sentido norte-sul, ficava a Rua das Flores (atual General Sampaio) onde pontificava o maxixe da Rosa Preta, bastante frequentado pelos embarcadouros. No rumo leste-oeste, situava-se a Gameleira (atual marechal Deodoro da Fonseca), que abrigava o baixo meretrício, com destaque para o Terra e Mar, famoso cabaré [...] “onde acontecia toda a fuzarca” segundo o Sr. Euclides. Na outra extremidade, no sentido norte-sul, a Gameleira se encontrava com a Rua Macedo (atual Santos Dumont), um quarteirão de casas de prostitutas comandadas por Emília Rabada.²⁶⁸

Contudo, a redução do fluxo de mercadorias e de pessoas que passavam pelo Porto de Camocim e pela Estrada de Ferro de Sobral, com suas desativações, no final dos anos 1950 e 1970, respectivamente, não acabou com a prostituição, pois ela era fruto de uma cidade que vinha sofrendo com o desemprego, com a falta de investimento na educação, com a falta de planejamento familiar (geralmente, era formada por famílias numerosas) e de moradia, com a fome e com a ausência de um sistema de saúde que, conseqüentemente, gerava o aparecimento de doenças ou o agravamento delas, por exemplo. Questões essas que continuaram sem solução nas décadas seguintes.

A entrevista com padre Luís demonstra que, desde sua fundação, dentro também de uma proposta moralista da Igreja, o SPH se preocupou com a prostituição em Camocim. Em

²⁶⁷ UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 18. Pasta V – Relatórios. 1969.

²⁶⁸ SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970.** 2008. 257 f. Tese (Doutorado em História do Norte e Nordeste do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p. 205-206.

vista dos preconceitos contra as prostitutas e dos cuidados com a própria reputação de sacerdote, conta que, para conhecer as condições em que viviam, “[...] aproveitava quando estava chovendo [...] saía na chuva e tal e ia lá para o lado delas. Sobre o pretexto de passar a chuva, eu entrava nas casas delas e tal, conversava mais com elas e aí por diante. [...]”.²⁶⁹ Neste sentido, a assistência social a que se refere o livro de tombo da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes²⁷⁰, por ocasião da chegada do padre Luís a Camocim, em 1962, citado no capítulo anterior, significava intervenção social, visando o “zelo pela moral e pelos bons costumes”, perante um discurso sobre a construção de uma sociedade civilizada e da ordem, defendido pela Igreja, ainda nos anos 1960 e 1970.

Em 1967, com a formação da equipe de trabalho “Nosso Lar”, coordenada pela Irmã Francisca, a luta contra a prostituição ganhou novo impulso dentro do SPH, mobilizando várias organizações para o desenvolvimento dos cursos de corte e costura e das outras atividades que viria a realizar. A Paróquia de Camocim colocou à disposição uma casa à Rua General Sampaio para sediar o “Nosso Lar”; a Casa de São Pedro emprestou sua cozinha para a realização de cursos de culinária; o SESI ofertou recursos físicos e humanos para a realização dos cursos de Letras e a MISEREOR, sob a responsabilidade dos bispos alemães, colaborou financeiramente para comprar máquinas e materiais de costura.

Era muito comum, no decorrer dos anos 1960 aos 1980, organizações internacionais como MISEREOR e Voluntários da Paz, e nacionais como a Cáritas Brasileira financiarem projetos de movimentos populares vinculados à Igreja Católica, como foi o caso do SPH, do MEB e do Dia do Senhor, em Camocim e Sobral, respectivamente. No entanto, é preciso questionar quais pretensões estavam por trás do apoio da MISEREOR.

Ela foi criada em 1958, dentro da conjuntura de mudanças nas diretrizes da Igreja, as quais resultaram no enfoque aos problemas sociais e na “Opção Preferencial pelos Pobres”, difundida em âmbito internacional a partir do Concílio Vaticano II e, com maior força, por meio das conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). Assim, a MISEREOR propunha a luta contra a pobreza na América Latina, na África e na Ásia. Junto a essa luta, acompanhava um projeto de expansão do catolicismo dentro de um processo de disputas por espaço social com o crescimento e difusão de novas religiões e ideologias políticas, como o comunismo e o socialismo e, no caso particular do SPH, de intervenção social com a

²⁶⁹ MELO, Luís Gonzaga. Campina Grande-PB, 26 jun. 2010. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

²⁷⁰ ARQUIVO DA PÁROQUIA DE BOM JESUS DOS NAVEGANTES. 3º Livro de Tombo da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, Camocim-CE, 1962-1989, fl. 5v-6.

moralização, através do trabalho, de pessoas consideradas pela Igreja como fora das normas estabelecidas por ela.²⁷¹

O “Nosso Lar” também recebeu ajuda do antigo Lar da Juventude Santos Dumont, do SPH, que emprestou uma mesa de ping-pong para o curso de Corte e Costura, dezoito tamboretes e cinco mesas pequenas; da Prefeitura Municipal de Camocim, que providenciou as instalações elétricas e cedeu uma biblioteca escolar; do Deputado Murilo Aguiar, que doou uma máquina de costura e se responsabilizou pela instalação de água – novamente, vê-se a participação dos “Cara Pretas” nos trabalhos do SPH –; da firma Pedro Aragão, da cidade, que ofertou uma lavanderia; do Senhor Edmundo Moreira, que, por meio do Conselho Comunitário de Camocim, doou uma máquina e um aparelho de ponto de costura.²⁷²

Isso tudo contribuiu para que o “Nosso Lar” conquistasse a personalidade jurídica, em 21 de julho de 1971, embora continuasse a desenvolver atividades em parceria com SPH, e, de acordo com a entrevista realizada com o quarto e quinto diretor-presidente, o então padre Benedito, para o surgimento de vários projetos:

[...] como projeto relacionado ao curso de Letras, pré-primário; artesanatos para a confecção de redes de tucum [...] também artefatos de palha para que elas pudessem [...] sair dessa situação de escravidão; cursos na área de artes domésticas, costura, bordados; de [...] confecção de arranjos de flores e bandejas de doces e salgados.²⁷³

Esses cursos tiveram uma receptividade positiva, tanto por parte da população de Camocim quanto por parte do público ao qual era destinado. O Curso de Corte e Costura, por exemplo, ganhou importância a ponto de ser necessária a criação de uma oficina. A expansão dos trabalhos da instituição possibilitou que as participantes dos projetos ajudassem a desenvolver os trabalhos do SPH, como, por exemplo, na confecção das fardas dos alunos da EPA, inauguradas nas comemorações do 7 de setembro de 1968. Decoravam com arranjos de flores feitas por elas o espaço em que aconteciam as sessões comemorativas. Faziam a alimentação para os encontros de treinamento e capacitação e para os visitantes do SPH. Preparavam doces e salgados para arrecadação de fundos para a entidade. A população passou a procurar esses trabalhos, usufruindo deles nos encontros comunitários.

Segundo a pesquisa realizada pela religiosa Francisca Maria Bicharra²⁷⁴, as mulheres participantes do “Nosso Lar” – também denominadas de estudantes pelo o “livro de sócios”,

²⁷¹ Para conhecer um pouco da atuação da MISEREOR no presente, acesse <<http://www.misereor.org/pt/about-us.html>>.

²⁷² UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 19. Pasta V – Relatórios. 1969.

²⁷³ FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral-CE, 28 out. 2010. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

²⁷⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 18. Pasta V – Relatórios. 1969.

de 1968-1974²⁷⁵ – sem condições de saldar as dívidas contraídas com moradia, alimentação, por exemplo, junto às proprietárias de casas de prostituição, comumente chamadas de “madames”, não podia deixar o cabaré e tentar outras possibilidades de trabalho, daí afirmar que elas viviam escravizadas. No entanto, não era só esse tipo de escravidão a que estavam sujeitas. Dentro de uma sociedade que prezava pela moral e pelos bons costumes, os preconceitos contra elas também impunham dificuldades para conseguir um novo emprego, para circular nas ruas, afastando-as para os limites da cidade.

Marta Emísia Jacinto Barbosa, ao discutir sobre a Fortaleza-CE das primeiras décadas do século XX, permite compreender como a proposta de uma organização da cidade se faz presente na análise das condições de vida das prostitutas na Camocim dos anos 1960 e 1970. De acordo com sua proposição, “na organização do espaço, há a ordem e a proibição, o permitido e o interdito. O primeiro diz sobre até onde é possível o deslocamento, o circular na cidade; o segundo fala do que impede o cidadão de prosseguir.”²⁷⁶

As reflexões do padre Benedito afirmam que as experiências vivenciadas no “Nosso Lar” foram possibilitando às mulheres que sobreviviam da comercialização de seu próprio corpo outra perspectiva de futuro:

Notou-se uma mudança no comportamento dessas pessoas. De pessoas encabuladas, de cabeça baixa, desconfiadas, elas recuperaram a sua auto-estima e passaram, digamos, a cumprimentar as pessoas, a se sentirem comunicativas e expressivas, deixando a retração e a desconfiança. Elas realmente conseguiram [...] a conquista da auto-estima, o respeito a si e o contato respeitoso com as pessoas.²⁷⁷

Isso me direciona a Vieira, Peixoto e Khoury, quando afirmam que, se “pensarmos que os homens modificam o processo social e são por ele modificados, não falaremos em leis determinantes, mas em pressões exercidas pelos próprios homens; pressões determinantes, isto é, localizadas, determinadas e não determinantes.”²⁷⁸ Observa-se que tais mulheres vivenciaram dois tipos de pressões sociais, as que as levaram a se prostituir como um meio de sobreviver – de ter um lugar para morar e algum recurso para comprar alimentos – e as que contribuíram para que viessem a participar do “Nosso Lar”, deixando o meretrício, materializadas por meio do preconceito contra elas, da rejeição, da não aceitação delas nos

²⁷⁵ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Sócios de 1968-1974. Pasta S3 – Livros de sócios.

²⁷⁶ BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho d'Água, 2000. p. 161.

²⁷⁷ FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral-CE, 28 out. 2010. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

²⁷⁸ VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, *op. cit.*, 1991, p. 9-10.

espaços frequentados pelas outras pessoas e nas dificuldades em conseguir outro meio de trabalho.²⁷⁹

O SPH, no contrato de empréstimo de uso ou comodato das casas da “Vila Operária” – construídas em regime de mutirão por parte dos trabalhadores associados ao SPH, os quais seriam seus futuros moradores –, afirmava que:

O prédio residencial construído pelo comodatário não poderá ser usado como moradia de meretriz, nem de desordeiro que perturbe a paz e moralidade das famílias, mesmo que se trate de herdeiro legítimo do comodatário, bem assim, não poderá ser usado como casa de jogo de azar, de vendas de bebidas alcoólicas e nem sede de seita espírita, de terreiros ou macumba.²⁸⁰

As condições postas nesse contrato eram representativas do posicionamento de uma sociedade que temia que as pessoas transgredissem suas normas e valores por causa do comportamento das prostitutas. O conjunto de restrição às meretrizes (proibição de circular nas ruas no mesmo horário que as “moças de família”, de fixar moradia no centro da cidade ou entre seus próprios parentes, por exemplo) objetivava também impedir que outras mulheres entrassem no meretrício ou transgredissem os costumes e a ordem posta.

É importante salientar que a preocupação com a prostituição não era apenas do SPH, mas de um projeto de abrangência regional, materializada nos trabalhos da Diocese a que a Paróquia de Camocim estava vinculada, e de âmbito nacional, concretizada no plano de trabalho da CNBB. Na circular de 11 de fevereiro de 1972, tratando da Campanha da Fraternidade daquele ano, “Descubra a felicidade de servir”, o bispo da Diocese de Tianguá, Dom Timóteo, se dirigia a todos os sacerdotes, religiosos e religiosas consagrados, aos leigos, dirigentes do Dia do Senhor²⁸¹, engajados na pastoral:

Como podemos estabelecer para a nossa Diocese um objetivo concreto como projeto da Campanha da Fraternidade entre nós, julgarei oportuno e providencial escolher o que fosse mais significativo neste momento em que a Diocese está empenhada na criação e instalação do NINHO (organização internacional de libertação das vítimas da sociedade), auxiliado por organizações congêneres, aqui na sede da Diocese e em coordenação com o movimento, já existe em S. Benedito, Camocim, Periperi e Sobral.

²⁷⁹ Reflexão feita com base nas evidências encontradas em UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 18. Pasta V – Relatórios. 1969.

²⁸⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Contrato de empréstimo de uso ou comodato, 12 de junho de 1966. Pasta U - Trabalho: Vila Operária.

²⁸¹ Movimento que detinha como propósito capacitar camponeses para a leitura do Evangelho, na ausência de padres. Para um aprofundamento sobre o Dia do Senhor, Ler BEZERRA, Viviane Prado. **“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”**: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

Já foi escolhida, no encontro de Crateús, onde nossa Diocese foi representada por uma equipe bem expressiva, a nossa cidade de Tianguá para o Encontro do Ninho a se realizar em JULHO DE 1973. Felizmente, a Legião de Maria vem se instalar mui brevemente aqui e promete trabalhar na recuperação dessas cristãs marginalizadas e na pastoral de iniciação cristã. A equipe de Fortaleza inicialmente se empenharia na formação pessoal das equipes de trabalho.

Concito, portanto, a todos os fiéis de nossa Diocese que incluem no objetivo da CAMPANHA DA FRATERNIDADE aquele específico para nós que o Senhor nos aponte momento: A PROMOÇÃO DA MULHER, sobretudo aquela explorada pela sociedade e pelos grupos, como “coisa”, mercadoria de propaganda e exportação. Espero que pela Páscoa do Senhor todas as participantes da alegria de termos mesmo descoberto a nossa “felicidade de servir”, tendo atendido vivamente o apêlo do nosso Pastor comum. (sic)²⁸²

Esse trecho da circular demonstra a articulação que havia entre as várias instâncias da Igreja Católica, do âmbito local ao nacional, em torno da evangelização e das questões sociais, dando ênfase aqui à prostituição, e coloca o trabalho que vinha sendo realizado em Camocim, São Benedito, Piripiri (Periperi-PI) e Sobral como referência para a criação de novas organizações com o propósito de “promoção da mulher”. Promoção entendida como dar condições para que essas mulheres abandonassem a prostituição e seguissem uma vida baseada na moral e nos valores cristãos. Indica ainda a articulação com a Diocese de Crateús e da capital, Fortaleza, no desenvolvimento dessas novas organizações.

A circular mencionada anteriormente traz como anexo os temas que compõem as diretrizes do Plano Pastoral Orgânica (PPO) da CNBB, que deveriam entrar na pauta do planejamento da Diocese de Tianguá, de 1972 e 1973, a serem discutidos na 1ª Assembleia Diocesana, que seria realizada em Bitupitá²⁸³, nos dias 20-22 de março de 1972. Entre os três temas colocados por Dom Timóteo, destaco o primeiro, “Evangelização e Promoção Humana”, por sua aproximação com a proposta do SPH:

I. Evangelização e Promoção Humana

(Salvação integral nos seus aspectos humanos da LIBERTAÇÃO – pessoal: valorização do outro. Luta contra a marginalização e a escravidão; – física: saúde e habitação; – cultural: alfabetização, atualização constante, com cursos e estudos; – e social: comunicação, descentralização, sindicalismo e cooperativismo.)

Questões:

- 1) Quais os aspectos mais urgentes na nossa Diocese?
- 2) Como contribuir, individual e comunitariamente para o desenvolvimento integral?
- 3) a) Qual a missão de nossas ESCOLAS na salvação integral?
b) Quais as dificuldades que impedem a realização desta missão?

²⁸² Ler UVA. NEDHIS. SPH. Circular/72 do bispo Dom Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro ao padre Benedito Genésio Ferreira, então diretor-presidente do SPH e encarregado da Igreja São Pedro, em Camocim, 1972, p. 2. Pasta D – Correspondências, 1972.

²⁸³ Localizado na divisa dos estados do Piauí e Ceará no município de Barroquinha.

c) O QUE FAZER? (Sic) ²⁸⁴

A partir do que vem sendo discutido, percebe-se, pela semelhança de temas, que o SPH, junto aos trabalhadores associados, já vinha pondo em prática atividades direcionadas à libertação pessoal, física, cultural e social do homem, embasadas na tradição cristã, antes mesmo que a Diocese incorporasse ao seu plano pastoral. Possivelmente, a instituição tenha recebido a influência direta da CNBB, à luz do Concílio Vaticano II lançara um *Plano de Emergência* no sentido de preparar a Igreja para a renovação de suas ações, que incluía a prática de evangelização e intervenção da realidade socioeconômica.²⁸⁵ Não só em Camocim e na Diocese de Tianguá o trabalho de promoção humana e a ação evangelizadora foram estreitamente associados, mas em muitas regiões do país.²⁸⁶

Essa circular traz ainda como anexo o relatório do trimestre, 22 de agosto a 30 de novembro de 1971, sobre a ação social e evangelizadora que a Diocese de Tianguá vinha desenvolvendo em diferentes paróquias, a qual evidencia, mais uma vez, a articulação entre elas, como o encontro do clero zonal do Litoral de Camocim, em Granja; o encontro do clero da Diocese em Tianguá, reunindo sacerdotes, vigários, assessores e religiosas de todas as cidades sob sua jurisdição, no qual se elegeu o então padre Benedito, encarregado pela Igreja de São Pedro em Camocim e diretor-presidente do SPH, para compor o secretariado da CNBB, na referida diocese; o encontro das religiosas da diocese em Camocim; as visitas de reconhecimento e ações pastorais em Viçosa e Chaval; as visitas de contato às comunidades de Arapá, Santa Luzia, Pindoguaba, Acarape e Quatiguaba, todas da sede da diocese, e à Paróquia de Carnaubal; os encontros dos dirigentes do Dia do Senhor, realizado em Camocim, no CCSF, centro do SPH, e na cidade de Carnaubal.

Retomo a citação sobre o termo de contrato de empréstimo do uso ou comodato das casas da “Vila Operária” porque ela remete a uma questão colocada no início do capítulo: o ecumenismo. A proibição do uso do prédio construído pelo comodatário para sediar seita espírita, terreiros ou macumba põe em evidência as contradições entre o discurso ecumênico do SPH e a sua prática social, de um lado; e, por outro, demonstra, mais uma vez, o elemento

²⁸⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Circular/72 do bispo Dom Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro ao padre Benedito Genésio Ferreira, então diretor-presidente do SPH e encarregado da Igreja São Pedro, em Camocim, 1972, p. 3. Pasta D – Correspondências, 1972.

²⁸⁵ Ler CNBB, Plano de Pastoral de Conjunto de 1966-1970. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb/doc_view/140-77-plano-de-pastoral-de-conjunto-1966-1970> Acesso em: 29 jul. 2014.

²⁸⁶ Ler CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 1975-1978, p. 5, Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/documento_geral/A-DIRETRIZES-GERAIS.pdf> Acesso em: 26 jul. 2014.

residual, sobretudo, quando se refere aos terreiros e à macumba, no embate contra a sua incorporação pelo dominante, de que discute Raymond Williams²⁸⁷.

Uma porcentagem de 20,64% dos trabalhadores associados ao SPH, entre os anos de 1968 e 1979, era constituída por domésticas definidas como mulheres que trabalhavam no próprio lar, cuidando da casa, dos filhos e do marido e não tinha uma renda, como se verá mais adiante. Com o objetivo de incentivá-las a criar meios para conseguir uma renda e contribuir com o orçamento familiar, sem, com isso, deixar de fazer suas tarefas anteriores, o SPH, em parceria com o SESI, manteve dois Clubes de Mães, onde algumas mulheres, previamente capacitadas, ensinavam outras a bordar, costurar e fazer diversos trabalhos manuais, como crochê e redes de tucum. Nesses clubes, elas também recebiam instruções de higiene, de saúde e participavam de cursos de alfabetização, com aulas de letras. Cândido Procópio Ferreira de Camargo e Eder Sader também se referem à experiência com clube de mães no Movimento de Natal²⁸⁸ e no Sul de São Paulo²⁸⁹, respectivamente, o que me leva a pensar que existia uma rede de relações, senão direta, mas indiretamente, entre os movimentos sociais nos anos 1970, cujas ações confluíam para pontos comuns.

Na luta cotidiana pela sobrevivência, as domésticas também foram responsáveis pelo desenvolvimento dos trabalhos da Horta Comunitária, evidenciando sua forte presença no fazer-se diário do movimento do SPH:

Duas turmas se revezavam: uma pela manhã, a outra à tarde, cada qual dava uma hora de trabalho. As relações Humanas nos primeiros dias foram sumamente difíceis, dada a falta de costume de trabalhar em conjunto. Houve muitos desentendimentos e desavenças.²⁹⁰

Essa experiência tinha como finalidades “descobrir o valor nutritivo das hortaliças na alimentação diária; experimentar aclimação de certas hortaliças ainda não cultivadas na região; descobrir o valor do trabalho comunitário e experimentar suas repercussões na vida concreta.”²⁹¹ Além de contribuir com a alimentação de algumas famílias e com a merenda escolar, também era uma forma de educar, inserir novos valores e interferir nos hábitos alimentares da população.

²⁸⁷ WILLIAMS, Raymond. “Dominante, residual e emergente”. In: _____. **Marxismo e literatura**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.124-129.

²⁸⁸ Ler CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1971. p. 67.

²⁸⁹ Para um aprofundamento sobre os clubes de mães em São Paulo, ler SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. 2. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 199-225.

²⁹⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 26. Pasta V – Relatórios. 1969.

²⁹¹ *Idem*, p. 26.

Desde que foi fundado até o final dos anos 1970, o SPH também manteve um trabalho de habitação popular, com a construção de uma Vila Operária. Camocim da década de 1960 tinha, segundo o diretor-presidente, o então padre Edvar, “[...] condições de habitação [...] precárias, com caso de moradias que abrigam mais de uma família numa promiscuidade total, em um ambiente completamente insalubre. Não é raro encontrarem-se nos bairros famílias habitando às sombras dos cajueiros.”²⁹² As más condições de habitação foram agravadas pela imigração de pessoas das cidades vizinhas nos períodos de estiagem²⁹³ e, principalmente, pela distribuição desigual da renda entre as diferentes classes da sociedade, pois, enquanto Camocim vivenciava um período de crescimento econômico, como apontam as memórias do médico José Maria Primo de Carvalho e do historiador Carlos Augusto Pereira dos Santos²⁹⁴, a classe trabalhadora permaneceu muito próximo do nível da mera subsistência. Esta situação, de acordo com a proposição de Thompson, ao discorrer que a participação da classe operária inglesa no produto nacional decresceu em relação à participação da classe proprietária, equivalia a um declínio no padrão de vida²⁹⁵.

Uma pesquisa realizada por esse diretor-presidente nos locais onde o SPH atuava demonstrou que aproximadamente “72% das habitações nos bairros da cidade são construções de taipa ou palha, que não apresenta condições para o mínimo de vida humana.”²⁹⁶ Relata ainda que, em 1966, tinham oito casas construídas na vila operária e que o trabalho era feito em mutirão, com o objetivo de desenvolver um senso de colaboração entre os participantes.

A construção das casas teve início em setembro de 1963, ainda na administração do então padre Luís, a partir de um terreno doado pelo Coronel Júlio Veras²⁹⁷. Em seguida, na

²⁹² UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 16 de março de 1966, p.1-2. Pasta V – Relatórios, 1966.

²⁹³ Segundo Santos, “do ponto de vista demográfico, após os vários movimentos migratórios provocados pelas secas de 1877, 1900, 1903-4, 1915, 1919, 1931-2 e 1942, os censos registram um aumento absoluto considerável da população a cada recenseamento, o que faz crer que parcela considerável de adventícios se juntou ao crescimento vegetativo da população local”. SANTOS, *op. cit.*, 2008, p. 34.

²⁹⁴ CARVALHO, José Maria Primo de. Camocim, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva. SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim (1927-1950)**. 2. ed. Sobral: Edição do autor. 2011. SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Sobral, 06 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva. SANTOS, *op. cit.*, 2008.

²⁹⁵ Thompson afirma que “em cinquenta anos de Revolução Industrial, a participação da classe operária no produto nacional provavelmente decresceu em relação à participação das classes proprietárias e profissionais. O trabalhador ‘médio’ permaneceu muito próximo a um nível de mera subsistência, numa época em que se via rodeado por evidências acerca do aumento da riqueza nacional, transparentemente gerada, em boa parte, pelo seu trabalho, um fruto que passava, por vias igualmente transparentes, para as mãos de seus patrões. Em termos psicológicos, esta situação equivalia a um declínio no padrão de vida”. Ler THOMPSON, E. P. “Padrões e experiências”. In: _____. **A formação da classe operária inglesa, 2: a maldição de Adão**. Trad. Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 229-230.

²⁹⁶ UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 16 de março de 1966, p. 2. Pasta V – Relatórios, 1966.

²⁹⁷ É importante lembrar que a família Veras fazia parte da oligarquia política Fundo Mole.

diretoria do então padre Edvar, foi dividido outro terreno em 36 lotes e vendidos a famílias que não possuíam casa própria por um valor acessível. Esse diretor-presidente informa, por meio de carta, aos alunos do Seminário Diocesano São José de Sobral – João Batista Frota, Benedito Genésio Ferreira e José Cândido Fernandes – que estudavam no Pontifício Colégio Pio Brasileiro, em Roma, sobre os trabalhos que vinham desenvolvendo:

Todas estas pessoas que não tinham casa estão trabalhando aí em equipe aos domingos, dias santos, feriados e mais dois dias na semana, para construírem suas próprias casas (tijolo, telha, piso de cimento, com jardim, sala de visita, alvoca²⁹⁸, corredor, sala de jantar, cozinha e banheiros.). No centro do terreno, o Estado prometeu construir um grupo de duas salas para escola, banheiros e sanitários públicos. O centro o mesmo terreno terá uma sala para missa, um almoxarifado e uma cooperativa de consumo.

Eles começaram a trabalhar no dia 23 de setembro e no dia de natal já vamos inaugurar as 6 primeiras. Eles fazem tudo em equipe, inclusive a vigia noturna. Isto lhes tem dado um senso de colaboração notável.

Aos domingos, é frequente haver lá mais de 50 pessoas trabalhando, porque muita gente vem ajudar espontaneamente.

Meu primeiro interesse é justamente este, de criar uma mentalidade de ajuda fraterna, fator – eu julgo – indispensável para a cristianização.²⁹⁹ (sic)

Pelo que a documentação do Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH) – localizada no Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS), no Centro de Ciências Humanas (CCH), da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) – apresenta, o Estado não cumpriu com a promessa de construção da escola e demais dependências. Foi por meio da mobilização dos moradores dos bairros São Francisco e Coqueiros – na época Brasília e Panair, respectivamente – junto ao SPH, a partir de 1969, que se construiu, ao lado da Igreja de São Francisco, um centro para integrar suas atividades e os moradores, ao qual deram o nome de Centro Comunitário São Francisco (CCSF), com salas de aula, banheiros, pátio de recreação, cozinha e almoxarifado, padaria comunitária, horta popular.

A escrita de padre Luís reafirma as suas intenções na realização do trabalho social que estava desenvolvendo nos bairros localizados nos limites da cidade, através do SPH. Nessa direção, a proposta de formar uma comunidade – que indiquei no capítulo anterior – tem um propósito para além do interesse de unir esforços para a resolução de problemas comuns.

²⁹⁸ Alcova é um quarto pequeno de dormir, sem aberturas para o exterior da casa, que faz comunicação com antessalas.

²⁹⁹ UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA). Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS). Serviço de Promoção Humana (SPH). Carta do padre Luís Gonzaga Melo enviada aos jovens João Batista Frota, Benedito Genésio Ferreira e José Cândido Fernandes, então alunos do Colégio Pio Brasileiro, em Roma, 1963, p. 1. Pasta D – Correspondências, 1963.

Trabalhava-se o senso de solidariedade, de colaboração e de cooperação, tendo em vista uma aproximação com os valores cristãos.

Atividades comunitárias similares foram desenvolvidas na Padaria e no Artesanato São José. A Folha de visita da Cáritas Diocesana de Sobral, de 21 de março de 1970, informa que a Padaria Comunitária “transforma Pães somente para os participantes do projeto. Categoricamente proibia outra finalidade, [...] pois, assim, tinham consciência de que estamos defendendo (sic) seus justos direitos na busca de dias melhores.”³⁰⁰ A entrevista com Aderaldo Rodrigues de Lima, ex-aluno da EPH, associado ao SPH e participante dos trabalhos da entidade desde os cinco anos de idade, na época da construção do CCSF, fala da importância que teve essa padaria para as famílias que passaram a consumir seus pães:

Padre Benedito: – [...] Nós falávamos sobre a padaria que era um pedaço do centro, né? Que o centro não era só o prédio, o centro [...] tinha os roçados comunitários, tinha a padaria, tinha o banco de sementes e tinha também a padaria. Veja como é que você vê a padaria como garoto naqueles cinco anos.

Aderaldo: – [...] Eu lembro da padaria, assim, como [...] uma solução social. Por que uma solução social? Porque existia o lado de conscientizar as famílias, o lado do agricultor ter a semente pra plantar, e aquele trigo que [...] a comunidade recebia como doação eles transformava em pão, e aquele pão, ele era vendido, simbolicamente, para os que faziam parte [...] do Serviço de Promoção Humana. Eu lembro que todas as tardinhas, que na hora que [...] selecionava os padeiros, tinha uma família que tomava de conta da padaria, mas todos os associados tinham acesso aos pães. Eu lembro [...] – eu já tava mais grandinho – [...] da padaria e que era aqui do outro lado, né? Tinha aqui o Serviço de Promoção Humana, tinha aquela cerca e, do outro lado, tinha a padaria. E todas as tardinhas tinha [...] os pães e na divisão dos pães eu lembro que eu dava uma de padeiro, né? Sempre eu era o mais enxerido, né?

Por isso que hoje me chamam de linguarudo. [...] E eu me lembro que tinha o pessoal ali do seu Carneirinho, que... E eu era um dos que colaborava na entrega dos pães, dividiam os pães, né? Tinha um controlezinho [...] de que pagava [...], não pagava os pães naquele momento, pagava por semana que é pra ir comprando o material, ia produzindo, né? Eu só sei que essa padaria que é chamada Padaria Comunitária do Serviço de Promoção Humana, na nossa época, foi assim uma coisa muito histórica, porque houve ali, professor, o lado voluntário e o lado social e comunitário, porque existia um rodízio entre os padeiros, né? E ali um ia aprendendo, né? Tinha [...] aquele pão manual, onde não existiam essas máquinas, era pão manual mesmo, né? Que a pessoa fazia aqueles pães manual, com a mão, aquela coisa toda. Era uns pães muito bonito e o que eu me lembro mais era assim.³⁰¹

Ao interpretar que a padaria era uma “solução social”, Aderaldo quer ressaltar que ela, além de ajudar na alimentação diária das famílias, com a venda de pães a um preço inferior ao custo, na confecção e distribuição dos pães, despertava para a importância do trabalho coletivo e criava um espaço de solidariedade e colaboração entre os trabalhadores, o que ele

³⁰⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Carta do Diretor-Presidente do SPH ao Diretor Diocesano da Cáritas Brasileira, em Sobral, 12 de agosto de 1970. Pasta D – Correspondências.

³⁰¹ LIMA, Aderaldo Rodrigues de. Camocim-CE, 05 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

define como conscientização das famílias. Sinaliza ainda para a rotina de trabalho deles, incluindo as crianças, e um pouco das dificuldades econômicas dessas famílias, que só pagavam o pão ao final da semana, quando recebiam o pagamento pelos trabalhos realizados.

O Posto de Abastecimento São Pedro (PASPE), mantido através de um convênio entre SPH, SESI e Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA),³⁰² possibilitou a compra de mercadorias a preço de custo pelas famílias dos trabalhadores ligados a essas organizações. Isso também permitiu a tais famílias o consumo de mais alimentos com a mesma renda mensal que compravam em outros estabelecimentos a preço de mercado. Os produtos vendidos no PASPE eram adquiridos em Fortaleza pelo SESI e transportados de trem até a Estação Ferroviária de Camocim, onde o SPH recebia e levava para a sede do posto, instalada na Rua Santos Dumont.

As evidências também sugerem que o SPH recebia alimentos da Aliança para o Progresso, através da Cáritas Brasileira, como aveia, farinha proteinada, farinha de trigo, leite em pó, fubá³⁰³, para ajudar na manutenção dos dois clubes de mães, da horta comunitária e das famílias que estavam trabalhando na construção dos centros/núcleo; e da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) – Leite, Farinha de Trigo, Trigo Laminado, Fortifex, Nescau, Aveia³⁰⁴ – para ajudar na preparação da merenda das escolas.

A Aliança para o Progresso foi um programa lançado em março de 1961 pelo então presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy, e formalizado na reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos, no Uruguai, por meio da *Carta de Punta del Este*, no dia 17 de agosto de 1961.³⁰⁵ De acordo com Henrique Alonso de A. R. Pereira, “embora oficialmente o objetivo dos Estados Unidos fosse fazer uma ‘aliança’ com todos os países da América Latina para promover o ‘progresso’ econômico do continente, tratava-se do processo de enfrentamento do ‘perigo’ comunista.”³⁰⁶ A ameaça havia se materializado na Revolução Cubana (1959), que constituiu grande entrave ao controle norte-americano sobre a América Latina.

Segundo discussão de Igor Andrade Vidal Barbosa:

³⁰² Instalado na Rua Santos Dumont e foi mantido através de um convênio entre SPH, SESI e RFFSA.

³⁰³ UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 12. Pasta V – Relatórios. 1969.

³⁰⁴ *Idem*.

³⁰⁵ Sobre a Aliança para o Progresso, ler BARBOSA, *op. cit.*, 2010. GAIO, Daniel Machado. **A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a USAID**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

³⁰⁶ PEREIRA, Henrique Alonso de A. R.. “Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do golpe de 1964 no Rio Grande do Norte”. **Projeto História**. São Paulo, n. 29, tomo 2, dez. 2004. p. 593.

o Nordeste brasileiro foi uma das principais regiões em que a Aliança para o Progresso atuou. Essa era uma região de grande visibilidade na época, tanto em nível nacional quanto internacional. O surgimento de associações de trabalhadores rurais que criticavam o modelo do latifúndio e defendiam a redistribuição da terra – as chamadas Ligas Camponesas – teve grande repercussão na imprensa estadunidense e levou à caracterização do Nordeste como um provável foco de insurgência comunista na América, seguindo, assim, os passos de Cuba (PAGE, 1989). A capa do *The New York Times* anunciava, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro de 1960, que uma situação revolucionária estava prestes a explodir no Nordeste. Para John F. Kennedy, ‘nenhuma área possui maior ou mais urgente necessidade de atenção do que o vasto Nordeste do Brasil’ (KENNEDY *apud* PAGE, 1989, p.12). No nível nacional, a chamada ‘Operação Nordeste’ representava a aplicação do pensamento de Celso Furtado ao patamar regional. O atraso crônico do Nordeste era visto como um empecilho à formação nacional e uma ameaça à unidade do país. A SUDENE foi criada, em 1959, com a responsabilidade de reverter esse quadro, focando, especialmente, na industrialização da região.³⁰⁷

Nessa direção, ver-se-iam a presença da “Aliança para o Progresso” no SPH, por meio do que se denominaram “alimentos para paz”, distribuídos pela Cáritas Brasileira, e através dos Voluntários da Paz, que, além de participarem do processo de capacitação das professoras de escolas organizadas pelo SPH, contribuiriam para a realização de outros trabalhos, principalmente, no CCSF. O informativo do SPH, *A Promoção em Marcha*, ao discorrer sobre o andamento dos trabalhos desse centro em 1969, que ainda se chamava Núcleo Panair-Brasília, refere-se à participação dos Voluntários da Paz, em diversas atividades:

As perspectivas do núcleo são as melhores possíveis. Além das 8 aulas em funcionamento e da reforma da Igreja de S. Francisco, outras realizações estão em via de execução ou planejadas. A escavação de poço já está em bom andamento. O arame para cercar o terreno da Igreja já foi comprado com a cooperação dos Voluntários da Paz. As estacas foram oferecidas pelo Sr. Edmundo Moreira. O referido terreno servirá para a organização de uma horta popular, a cargo do Voluntário da Paz, Sr. Garry Emmons. Um Curso de Corte Costura e um Clube de Mães estão programados para o segundo semestre. A realização principal do Núcleo será, sem dúvida, a construção de uma ESCOLA COMUNITÁRIA, com a ajuda dos Voluntários da Paz e da Cáritas Brasileira. Nosso povo caminha para a libertação da ignorância, do egoísmo e das injustiças.³⁰⁸ (grifos no original)

Retornando aos temas propostos pelo SPH – educação, saúde, higiene, alimentação, habitação, trabalho – vejo que muitos deles apontam para as mesmas demandas constantes na *Carta de Punta del Este*, documento base da Aliança para o Progresso. Tal aliança propunha

³⁰⁷ BARBOSA, *op. cit.*, p. 38-39.

³⁰⁸ UVA. NEDHIS. SPH. Operação Esperança. Setor de Opinião Pública – SOP – A Promoção em Marcha, Ano I, No. 1, 06 maio 1969. Pasta H – Informativos, p.1. Em outro documento, no folheto comemorativo ao jubileu de prata do CCSF, também se encontra referência ao envolvimento dos Voluntários da Paz no trabalho de construção de sua sede: “Os construtores foram os próprios sócios do Serviço de Promoção Humana-SPH, moradores do Bairro, em regime de mutirão e autoajuda com a participação de amigos benfeitores do SPH, com apoio decisivo da Comunidade Comocinense e ajuda financeira dos alunos de uma Escola dos Estados Unidos através dos Voluntários da Paz.” UVA. NEDHIS. SPH. Centro Comunitário São Francisco: Jubileu de Prata (1969-1994). Pasta C – Centro Comunitário São Francisco. 1994.

satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos, com moradia, trabalho, terra, saúde e escola, por meio de ajuda econômica externa, como forma de conter a expansão do comunismo e a força dos movimentos sociais que tinham adotado essas questões como bandeira de luta. Assim, procuravam-se investir na alfabetização, na alimentação, por exemplo, para alcançar seus propósitos. Provavelmente, essa semelhança de temas e a localização de Camocim no litoral da região Nordeste do Brasil seriam dois dos fatores que contribuiriam para que o SPH conseguisse a ajuda dos Estados Unidos.

Nas correspondências da instituição, localizei algumas entre representantes do Corpo da Paz, como do diretor deles no Ceará, Dr. Ronaldo P. Wertheim, e o diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito. Em uma delas, o primeiro agradece ao segundo pela recepção de seus pesquisadores em Camocim e informa que não seria possível colocar Voluntários da Paz no município naquele momento, por não ter número suficiente de voluntários.³⁰⁹ Em outra, datada de 24 de julho de 1968, a Diretora A. Deeds pede informações sobre os trabalhos do SPH e reafirma que não tem recursos para ajudá-los³¹⁰. Já na carta de 5 de março de 1969, tece comentários sobre o relatório de atividades do SPH e fala sobre o treinamento de professoras³¹¹. Em 09 de abril de 1969, o diretor-presidente do SPH apresenta, também através de carta, ao Superintendente do SESI, o Voluntário da Paz Emmons Garry³¹². Na correspondência de 31 de dezembro de 1969, A. Deeds discorre sobre projetos para a zona rural³¹³. Todas essas cartas constituem evidências das relações estabelecidas entre o SPH e os Voluntários da Paz, e indicam que o contato inicial foi feito pelo diretor-presidente daquele.

Contudo, é preciso salientar que, dentro da instituição, esses alimentos e ajuda técnica foram ganhando novas finalidades na dialética do cotidiano das atividades, sendo empregados nas frentes de trabalho e para contribuir com a mudança na realidade social dos trabalhadores, respectivamente, no sentido de que os filhos desses trabalhadores e eles próprios foram apreendendo outras perspectivas de vida e empreendendo mudanças no *status quo*, como demonstra os resultados.

³⁰⁹ UVA. NEDHIS. SPH. Carta do Diretor do Ceará do Corpo da Paz/Voluntários da Paz, Dr. Ronaldo P. Wertheim, ao diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito, data de 08 de maio de 1967. Pasta D – Correspondências. 1967.

³¹⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Carta da Diretora do Ceará do Corpo da Paz/Voluntários da Paz, A. Deeds ao diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito, data de 24 de julho de 1968. Pasta D – Correspondências. 1968.

³¹¹ UVA. NEDHIS. SPH. Carta dos Voluntários da Paz ao diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito, data de 05 de março de 1969. Pasta D – Correspondências. 1969.

³¹² UVA. NEDHIS. SPH. Carta diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito ao Superintendente do SESI, data de 09 de abril de 1969. Pasta D – Correspondências. 1969.

³¹³ UVA. NEDHIS. SPH. Carta da Diretora do Ceará do Corpo da Paz/Voluntários da Paz, A. Deeds ao diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito, data de 31 de dezembro de 1969. Pasta D – Correspondências. 1969.

No campo da saúde, as evidências trazem experiências do SPH com ambulatório (a partir de 1965), colocado como o lugar em que as pessoas iam à procura de “nétar (*sic*) para suavisar (*sic*) as dores e aliviar os seus sofrimentos.”³¹⁴, pelo documento *Preito de Gratidão*. Ele assistia à população pobre com consultas, curativos e com a aplicação de injeções. A linguagem emotiva e dramática do documento enaltece o ambulatório e revela-se característica do discurso de propaganda do trabalho realizado pela instituição.

As fontes trazem outras experiências com o Reembolsável de Medicamentos e a Farmácia Popular do SESI, onde os trabalhadores associados ao SPH e sua família podiam comprar remédios a preço de custo; e com o Gabinete Dentário³¹⁵, instalado no Sindicato Rural, de Camocim, em 1970. Este causou impacto na vida das famílias pobres, pois até então só as pessoas com certo poder aquisitivo podiam pagar um tratamento/acompanhamento dentário, e iria também interferir nos hábitos dessas famílias, ao dar orientações de higiene bucal.

Observei também, nas fontes, o trabalho de Dona Maria Balbino com gestantes e parturientes, que consistia em acompanhar essas mulheres no gabinete ginecológico do SESI, fazia o parto na casa de cada uma delas, seguido das visitas que fossem necessárias.³¹⁶ Para prevenir doenças, o SPH desenvolveu, ainda, junto às famílias de trabalhadores que o constituíram, a Campanha do Filtro³¹⁷. Com esse propósito, reafirmava-se, na reunião de 22 de fevereiro de 1970, a importância de consumir água filtrada, “principalmente agora na época do inverno em que as águas se contaminam³¹⁸, tornando-se uma necessidade imperiosa o beber d’água filtrada, para proteção da saúde.”³¹⁹ A campanha do filtro também foi desenvolvida por outras organizações, como pelo MEB, em Sobral³²⁰, como parte da luta pela prevenção de doenças no campo.³²¹

³¹⁴ UVA. NEDHIS. SPH. *Preito de Gratidão*, 1969. Pasta V – Relatórios.

³¹⁵ Na ata de 14 de junho de 1974 foi registro um convênio com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) a fim dos associados ao SPH serem atendidos naquele “serviço médico”, incluindo o de dentista.

³¹⁶ UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968. Pasta V – Relatórios. 1969. BEZERRA, Josias Teixeira. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

³¹⁷ Essa campanha repassou para essas famílias 200 filtros, confeccionados artesanalmente por um casal de oleiros das imediações do município de Chaval, o qual foi apresentado ao SPH pelo vigário padre Odilon Marinho. Cada trabalhador fazia uma poupança junto à tesouraria do SPH para aquisição do filtro.

³¹⁸ As fichas de inscrição dos trabalhadores associados indicam que a contaminação da água provocada pelas chuvas era a principal causa da mortalidade infantil em Camocim. UVA. NEDHIS. SPH. Fichas de inscrição dos Sócios. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

³¹⁹ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas: 1968-1980, Ata de 22 de fevereiro de 1970, fl. 31. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

³²⁰ Ler BEZERRA, *op. cit.*, 2008.

³²¹ Ler *Idem*.

Campanhas como essas visavam mudar o comportamento humano do dia a dia, os modos de viver, de morar dos sujeitos e implantar novos valores. Ao invés de beber a água do pote, coada em um pedaço de pano, as pessoas passariam a consumir água filtrada, no caso da “Campanha do filtro”. Elas faziam parte de um processo educativo que extrapolava os muros da escola e demonstra, mais uma vez, a articulação entre as várias atividades organizadas pelo SPH e o seu caráter de intervenção no social e na cultura das famílias envolvidas nessas atividades. Mas é importante ressaltar que muitas pessoas resistiram a esses novos valores, algumas iam modificando seus hábitos lentamente e outras incorporavam apenas partes deles.

No período de 1962-1979, o SPH desenvolveu várias atividades em parceria com o SESI³²², como vem sendo colocado ao longo desse capítulo. Antes que o governo federal, por meio da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, estabelecesse a obrigatoriedade de registrar em cartório Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais todos os recém-nascidos do país, essas duas instituições já demonstravam preocupação com o registro dos familiares de seus associados. Dentro do processo de formação do cidadão proposto pelo SPH, isso constituía uma questão de cidadania.

Antes de 1969, a agência do SESI em Camocim já disponibilizava para os seus associados uma carteira jurídica com a qual eles pagavam apenas 50% das despesas cartoriais com registro de nascimento, certidão de óbito, habilitação para o casamento religioso com efeito civil ou procurações. Em 12 de março desse mesmo ano, o SPH formalizou um contrato com o SESI³²³ para que seus associados também tivessem acesso à carteira jurídica, pois as condições econômicas da maioria das famílias que o constituíam, cuja renda não era suficiente para satisfazer necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde e educação, não permitiam que elas registrassem seus filhos ou solicitassem outros documentos cartoriais de que precisavam.³²⁴

Posteriormente, para dar continuidade ao trabalho jurídico, em 13 de julho de 1974, o SPH estabeleceu um convênio com o Cartório de Registro Civil Mário Aguiar Coelho, pelo qual ele pagaria 50% das despesas e os seus associados, o restante.³²⁵ O registro de nascimento ou a certidão de casamento possibilitavam que eles tivessem acesso a outro

³²² A agência do SESI em Camocim foi instalada no final de 1961, tendo como agente Josias Teixeira Bezerra.

³²³ Com a assinatura de uma carta contrato, assinado em 12 de março de 1969. UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas, 1968-1980, ata de 15 de março de 1969, fl. 12v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

³²⁴ Somente em 1997 foi criada a Lei Federal 9.534/1997 que instituiu a gratuidade do Registro de Nascimento.

³²⁵ UVA. NEDHIS. SPH. Termo de Convênio entre o SPH e o Cartório de registro Civil de Mário Aguiar Coelho da Comarca de Camocim, data de 13 de julho de 1974, p. 1-2. Pasta S – Serviços Jurídicos.

trabalho prestado pela instituição: póstumos, que consistia em um auxílio funerário³²⁶ para as despesas com velório, caixão e enterro, requerido pelo/a viúvo/a, quando casado no civil; pelo pai ou pela mãe quando dependentes, menores de 14 anos; ou por uma pessoa designada por escrito, quando se tratassem de associados/as viúvos/as ou solteiros/as. As evidências sugerem que o auxílio funeral foi prestado de 1969 a 1977, embora tivesse sido suspenso entre 1972 e 1974, em razão das dificuldades financeiras porque vinha passando o SPH.³²⁷

Para divulgar e expandir seus trabalhos, o SPH também tinha uma atividade de comunicação social. O jornal “Presença Cristã” foi seu primeiro informativo, publicado semanalmente no Correio da Semana pelo padre Luís, tinha como objetivo não apenas a formação cristã, mas também “a politização (*sic*) e a promoção da turma.”³²⁸. Seu propósito parece ser influenciado pelo efervescente momento histórico em que vivia o Brasil, agitado por mobilizações sociais, por movimentos em torno do que se chamava de “promoção das populações pobres” – incluindo os articulados por organizações internacionais, como MISEREOR, Aliança para o Progresso, por exemplo – e por transformações na postura da Igreja.

O segundo foi “A Promoção em Marcha”, que tinha como foco a divulgação dos programas ofertados pela instituição, servindo como meio de incentivar a população a participar deles. Seu primeiro número foi publicado por ocasião do 1º ano de fundação do SOP e do sétimo aniversário do SPH; o segundo traz como manchete a Operação Esperança; e o terceiro, a União Feminina de Assistência à Natalidade e ao Ancião (UFANA).

O SOP foi criado em 23 de março de 1968, com a finalidade de informar a população dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelo SPH, por meio de faixas, letreiros, cartazes, relatórios, de pesquisas e divulgação de dados. O documento citado anteriormente, “Preito de Gratidão”, ao se reportar ao SOP, considera-o como “alma e vida de toda (*sic*) promoção. Através de noticiários o homem sente o que é, e para que existe no mundo”³²⁹. Neste sentido, ao ver a materialidade de sua experiência sendo exposta por meio do texto

³²⁶ O auxílio funeral era equivalente ao salário mínimo regional no dia do óbito, quando se tratava do associado ou de seu cônjuge; a 50% deste salário, quando se tratava de dependentes, menores de 14 anos. Ler SILVA, Vera Lúcia. “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: A experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE (1967-1972). 2011. 135 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, 2011, p. 107.

³²⁷ UVA. NEDHIS. SPH. Sugestões do Sr. José Ferreira dos Santos, elaboradas em 11 de junho de 1972 e apresentadas na reunião de 09 de julho de 1972. Pasta P – Serviços Funerários.

³²⁸ UVA. NEDHIS. SPH. Carta de Pe. Melo enviado aos jovens João Batista Frota, Benedito Genésio Ferreira e José Cândido Fernandes, então alunos do Colégio Pio Brasileiro, em Roma, 1963, p. 1. Pasta D – Correspondências, 1963. MELO, Luís Gonzaga. Campina Grande-PB, 26 jun. 2010. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

³²⁹ UVA. NEDHIS. SPH. Preito de Gratidão, 1969. Pasta V – Relatórios.

escrito, o homem tomaria conhecimento da dimensão de seu trabalho e de sua importância dentro da instituição.

O SOP ainda foi responsável pela criação de um serviço de alto-falante, conhecido como “Promoção no ar” para divulgar as atividades e conquistas do SPH. Na reunião mensal dos associados, de 15 de março de 1969, o Diretor-Presidente comunicou que, na manhã daquele mesmo dia, houve uma reunião dos membros do SOP, “cuja finalidade foi estudar meios para fundação de um jornal da Promoção e do Serviço de autofalante. Ambos devendo servir para divulgação de todas as notícias.”³³⁰

Concretizando o objetivo daquela reunião, logo em seguida, o referido autofalante foi instalado na Torre da Igreja, com equipamentos já usados, doados pelo Professor Ivan Pereira de Carvalho, então Diretor do Colégio Estadual Padre Anchieta (CEPA)³³¹. A “Promoção no ar” funcionava pela manhã com programação musical e transmissão dos comunicados à população, e retornava à noite para fazer uma retrospectiva das atividades realizadas ao longo do dia.

Além do transporte particular do padre que estava à frente dos trabalhos da Igreja São Pedro e do SPH – à sua época, padre Luís possuía uma vespa (ou lambreta) que facilitava seu trabalho de campo, e que continuou com padre Edvar até este conseguir um jipe Willys, o qual levou quando foi trabalhar como vigário de Martinópolis, em julho de 1966 –, a instituição contou segundo o Planejamento das atividades do SPH, de 16 de março de 1966, com uma ambulância “doada pela maternidade para o atendimento do povo pobre.”³³²

Seis meses depois da chegada do então padre Benedito³³³, padre Edvar trouxe da garagem da Diocese de Sobral (atualmente, a parte administrativa do Museu Dom José) um jipe Toyota Bandeirante, ano 1964, abandonado porque só tinha partida quando empurrado, para servir de apoio ao trabalho do novo diretor-presidente. Mesmo com problemas mecânicos, o Toyota, como ficou conhecido pelos trabalhadores associados, contribuiu, de acordo com um texto escrito pelo presidente em exercício, intitulado *Lembranças do Toyota*, para o desempenho e agilidade dos trabalhos do SPH:

[...] transportando pessoas e bens a serviço da missão da entidade, [...] foi ponderável na construção das 4 sedes: Casa de S. Pedro (CSP), Centro Comunitário Da. Marieta Cals (CCMC), Centro Comunitário São Francisco (CCSF) e Núcleo Promocional Tamboril (NPT), no que se refere aos materiais de construção. Quantas

³³⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas: 1968-1980, ata de 15 de março de 1969, fl. 12v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

³³¹ Hoje Colégio Estadual Professor Ivan (CEPI), em sua homenagem.

³³² UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana de Camocim, 16 de março de 1966, p.1. Pasta V – Relatórios.

³³³ Chega a Camocim no dia 08 de janeiro de 1967.

vezes não se retiravam a capota para se dispor de mais espaço para acomodar coisas, objetivos, bens. [...] em uma visita ao “Roçado Comunitário” de Juazeiro em Barroquinha. De volta a Camocim, serviu de ambulância, transportando 2 doentes graves, quando se improvisou 2 macas com colchões de solteiro, dispostos um do lado do outro, ocupando o espaço dos bancos-de-trás (sic) [...] ³³⁴

Embora houvesse uma divisão nas atividades – em “Educacionais e culturais”, “Saúde e Higiene”, “Recreativas”, “Trabalho/Produção”, “Jurídicos”, “Póstumos”, “Comunicação Social” e “Transporte” –, como uma forma de organizar o SPH, é possível perceber que eles eram indissociáveis, pois, dentro de um mesmo programa como o Clube de Mães, abarcavam-se atividades educativas, de produção de renda (definido como “Trabalho”) e de saúde.

Percebi, através desses temas, que o SPH tinha toda uma estrutura para a manutenção e expansão de seus programas dentro da cidade. Sua criação e crescimento em Camocim só foi possível porque tinha articuladores locais e nacionais, como a agência do SESI em Camocim, a Colônia dos Pescadores Z-2, o CSEC, a Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, Igreja de São Pedro, a Cáritas Brasileira, a MISEREOR, os Voluntários da Paz, além de colaboradores individuais, como Dr. José Maria Primo de Carvalho – que assistia os associados que não tinham recursos para pagar uma consulta –, do padre Karl Drepper, em Bielefeld, Alemanha.

Durante esse recorte temporal, a Igreja Católica sempre esteve presente no desenvolvimento das atividades da instituição, por meio da Igreja de São Pedro, da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, do Escritório Diocesano da Cáritas Brasileira, em Sobral, da MISEREOR, e a Karl Drepper Aktion. E também por meio da influência das ideias de uma nova missão de Igreja que se consolidou com o Vaticano II e com as conferências episcopais de Medellín e Puebla, vivenciadas em sua prática, através da ação de seus diretores-presidentes.

A igreja de São Pedro era o ponto de apoio das atividades do SPH. Até o quarto diretor-presidente, não havia eleições e o padre que era encarregado dessa igreja era automaticamente presidente da instituição, como afirma Luís Gonzaga Melo. Segundo ele, a igreja “era [...] o locus [...] de onde estava aquele pessoal, então, automaticamente, o padre era que tomava a frente. Não era só ele, logicamente, mas ele tomava a frente, aí dava continuidade ao trabalho.” ³³⁵ O relatório de atividades de 1962-1968 também se refere a essa

³³⁴ *Lembranças do Toyota*. Arquivo pessoal do Professor Benedito Genésio Ferreira, 05 de junho de 2011.

³³⁵ LIMA, Antonio Edvar de Araújo. Entrevista escrita por ele sobre sua experiência no Serviço de Promoção Humana Brasília (SPH) [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <veralucia.historia@hotmail.com> em 23 fev. 2011.

relação, afirmando que o SPH, “embora interconfissional, Ecumênico, nasceu à sombra da Igreja de São Pedro.”³³⁶

O salão da igreja de São Pedro serviu como salas de aula para duas turmas da EPA, que não tinha um prédio próprio, e como espaço para as reuniões mensais dos associados. Na Casa de São Pedro, construída ao lado da igreja, onde o padre morava, funcionou a secretaria para matrículas de alunos, o depósito de merenda escolar e de materiais doados pela Cáritas Brasileira. Mas é importante frisar que a participação da Igreja se dava também no plano ideológico, uma parte do CCMC, por exemplo, era um salão-capela³³⁷ que servia para reuniões, como salas de aula formais e aulas de catequese, para a celebração da palavra (missa), para atividades recreativas e de lazer. Ao lado do CCSF, também havia a igreja de São Francisco, constituindo-se em mais uma evidência da aproximação/ligação do SPH com os trabalhos pastores da Igreja Católica. Ademais, com exceção do mandato de 1972-1974, todos os presidentes do recorte temporal dessa pesquisa foram padres.

A Cáritas Brasileira, além do que foi posto acima, colaborou com sementes para a horta comunitária – que teve uma matrícula inicial de 50 mulheres domésticas – e para o roçado comunitário, e com trigo para a padaria comunitária. Distribuía ainda folhetins educativos, que davam orientação para as paróquias, para o homem do campo, trabalhava a politização e a conscientização por meio da discussão sobre a realidade social, econômica e política em que estava inserido. A MISEREOR contribuiu para o desenvolvimento da oficina de corte e costura do “Nosso Lar”. É importante salientar que essa ajuda não era apenas material, mas se dava também na definição das metodologias de trabalho, que acabavam por ser influenciadas pelos programas dessas instituições e pelas formas de compreensão da realidade socioeconômica dos sujeitos para os quais se dirigiam.

Com a visita do então padre Benedito a duas comunidades católicas alemãs – Kath.³³⁸ Pfarregemeinden von der Heligen Geistes e Kath. Pfarrgemeinden von der Heligen Familie –

³³⁶ UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 10. Pasta V – Relatórios. 1969.

³³⁷ A construção do CCMC foi feita a partir de alicerces construídos, na primeira metade do século XX, para ereção de uma igreja em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré, no bairro do Cruzeiro, que, por decisão da Paróquia de Camocim, foi levantada no bairro de São Pedro e nomeada de igreja de São Pedro. Décadas depois, o diretor-presidente, o então padre Benedito, acidentalmente localizou aqueles alicerces e, junto aos moradores resolveram aproveitá-los, construindo o centro ali. Ao falar dos bairros onde o SPH atuava, em entrevista, esse diretor-presidente afirma: “Em uma estação invernos e estando a grande praça Francisco Nelson [feita em homenagem ao prefeito de Camocim, do mandato de 1923-1927, Francisco Nelson Pessoa Chaves] coberta por denso e espesso matagal, ‘bati’ frontalmente o ‘envenenado’ Toyota Bandeirante, jipe ano 1964, em sólidos alicerces de uma igreja que seria dedicada à Virgem de Nazaré. Montou-se um esquema de aproveitamento da referida estrutura inicial em centro de atividades sociopastorais cuja construção foi iniciada em 1970 com a confecção dos tijolos *in loco* pelos próprios habitantes, à noite.” FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, por escrito.

³³⁸ Abreviatura de Katholischen.

de Bielefeld, arquidiocese de Paderborn, em 1966, o padre Karl Drepper, responsável por elas, colocou-as à disposição do SPH, 10% dos habitantes da Alemanha Ocidental, para ajudá-lo financeiramente na manutenção de seus programas de trabalho. Em carta datada de 06 de março de 1967, foi exposto um plano de ajuda que solicitava bolsa de estudos equivalente a um marco alemão para cada aluno, totalizando 270 bolsas, as quais entraram em vigor em junho desse mesmo ano. Ainda hoje os alemães ajudam a instituição, sob novas formas, como o patrocínio de mais de 70% da publicação de um livro sobre o SPH³³⁹.

Além da educação, as organizações alemãs contribuíram com alimentos, roupas, calçados e medicamentos. No entanto, antes de fazer essas doações, elas exigiam o projeto, explicitando como seriam aplicados os donativos e, posteriormente, relatório de como estavam se desenvolvendo os trabalhos, e enviavam pessoas para supervisioná-los. Como escreve padre Benedito, em carta enviada da Alemanha Ocidental, ao Walder Ribeiro Costa, Diretor-Presidente de então, e ao SPH, “os alemães ajudam com muita boa vontade, mas são extremamente severos na execução fiel do plano apresentado, e supervisionam normalmente.”³⁴⁰ Financeiramente, a Karl Drepper Aktion foi a instituição que mais cooperou no desenvolvimento das atividades do SPH, correspondendo a 25% de seus gastos.

Os Voluntários da Paz³⁴¹ que, mundialmente, ajudavam obras sociais em nome de uma proposta política de intervenção no chamado “Terceiro Mundo” para conter a expansão do

³³⁹ SILVA, Vera Lúcia; AGUIAR, Ana Selma Silva de. “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979. EGUS: Sobral, 2014.

³⁴⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Carta de Benedito Genésio Ferreira a Walder Ribeiro, Quinária e família “Promoção”, de 30 de agosto de 1972, durante sua estadia na Alemanha Ocidental. Pasta L3 – Parcerias e Convênios.

³⁴¹ Segundo o diretor-presidente da época, Benedito Genésio Ferreira, “nós tivemos três Voluntários [...] da Paz que deram uma contribuição muito boa. [...] A gente tinha uma certa preocupação se isso não seria uma forma de colonialismo, mas nunca deu pra perceber que eles tivessem qualquer interesse de [...] defender os interesses próprios de seus países. A gente percebeu uma visão global da pessoa humana e eles possibilitaram a vinda de duas professoras a Fortaleza, para serem treinadas nesse método, e elas mesmas acompanharam, né, esse trabalho de passar essa mensagem” FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma de Carvalho Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva. Como não seria uma estratégia de colonialismo? Embora o diretor-presidente do SPH não percebesse, as intenções e motivações estavam incutidas na presença e colaboração desses voluntários que, naquele período, resolveram ir por um caminho que, naquele momento, era necessário para pôr em prática aqueles trabalhos do SPH, dando outra finalidade aos recursos recebidos (alimentos e apoio técnico). Existia no Brasil um processo de intervenção dos Estados Unidos por meio da Aliança para o Progresso e dos Corpos da Paz/Voluntários da Paz, objetivando conter a força das propostas de movimentos sociais, como das Ligas Camponesas, do movimento operário, dos sindicatos, por exemplo, e embates entre a Igreja Católica e os movimentos influenciados pelas ideias comunistas, que me permitem afirmar que essa ajuda era uma estratégia de colonialismo. De acordo com Vicente Gil da Silva, “os Corpos da Paz latino-americanos se encarregariam, segundo *Carta de Punta del Este*, em contribuir com a consecução dos objetivos ‘democráticos e de paz’ da Aliança para o Progresso.” SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil:** de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, Nota de rodapé 87, p. 55. Contudo, em tais objetivos estavam inclusos a propaganda anticomunista e a intervenção política. “No Brasil, várias missões americanas aportaram no litoral brasileiro. Natal, capital do Rio Grande do Norte, recebeu visitas do navio Hope, que distribuíra leite em pó. Na cidade também foi fundado um bairro com o auxílio do Programa Aliança para o

comunismo, contribuíram no processo de capacitação das professoras do SPH, sendo responsáveis pela introdução do “Método Global” nas escolas, como foi discutido acima.

O SPH assinou um convênio, em 1967, com a CNAE para o atendimento de alimentos nas escolas dos bairros Panair (hoje Coqueiros), Brasília (atual São Francisco), Cruzeiro e São Pedro. Porém, na diretoria de padre Edvar, ela já doava alimentos para as escolas. O Conselho Comunitário de Camocim também conseguiu uma ajuda para a merenda escolar, junto à prefeitura municipal, além de representar as reivindicações do SPH, principalmente, no campo educacional.

Contribuindo com o funcionamento das escolas, tem-se ainda a Agência da Capitania dos Portos do Ceará, em Camocim, através do Capitão Honorato Feitosa e, posteriormente, de Francisco Gomes Spinosa, que conseguiu material didático e escolar para os alunos. A mobilização de todas essas instituições e representações sociais para manter e desenvolver o trabalho de educação demonstra a importância que ele teve para a instituição e dimensão que alcançou no meio da sociedade camocinense, ainda que a história oficial de Camocim não contemple, até o momento, as experiências do SPH com a organização das primeiras escolas instaladas no bairro, localizados nos arredores da cidade.

Progresso – Cidade da Esperança, além da Escola Estadual Presidente Kennedy, inaugurada na ocasião da visita do senador americano Robert Kennedy a Natal.” Brasil 5 – Aniversário da Aliança para o Progresso – 1966. Disponível em: < <http://jvcpereira.blogspot.com.br/2013/09/brasil-5-aniversario-da-alianca-para-o.html>>. Acesso em: 02 dez. 2014. Ainda hoje existem pessoas que acreditam, em nome de Deus, que o comunismo é uma ameaça, inclusive com a defesa de alguns para que os militares tomem o poder do Partido dos Trabalhadores (PT), que, supostamente, é comunista, como se viu na última eleição para presidente da República. Brasileiros chegaram a articular uma petição contra a reeleição da candidata do PT, Dilma Rousseff. Segundo matéria publicada no site da Terra, no dia 04 de novembro de 2014: “Brasileiros descontentes com a reeleição de Dilma Rousseff (PT) criaram, no dia 28 de outubro, uma petição no site da Casa Branca exigindo um posicionamento do presidente norte-americano Barack Obama sobre a ‘expansão bolivariana e comunista’ no Brasil. Até a tarde desta terça-feira, ela havia sido assinada por 129.716 pessoas.” O mesmo site cita trecho da referida petição: “Nós peticionamos para que a administração de Obama se posicione contra a expansão bolivariana e comunista no Brasil promovida pela administração de Dilma Rousseff. Em 26 de outubro, Dilma Rousseff foi reeleita e irá continuar com os planos de seu partido de estabelecer um regime comunista no Brasil – nos moldes bolivarianos propostos pelo Foro de São Paulo. Nós sabemos que, aos olhos da comunidade internacional, a eleição foi totalmente democrática, mas as urnas eletrônicas não são confiáveis, além do fato de que os chefes do Judiciário são predominantemente membros do partido vencedor. Políticas sociais também influenciaram a escolha da presidente, e as pessoas foram ameaçadas com a perda de sua bolsa alimentar caso não reelegerem Dilma. Pedimos à Casa Branca uma posição com relação à expansão comunista na América Latina. O Brasil não quer e não se tornará uma nova Venezuela. Os Estados Unidos precisam ajudar os promotores da democracia e da liberdade no Brasil.” TERRA. EUA: petição contra Dilma não representa opinião do governo. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/eua-peticao-contradilma-nao-representa-opiniao-do-governo,6d84ea4039b79410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 04 dez. 2014. Em outra matéria, com o título “E se o ato antigoverno ocorresse sob intervenção militar?”, o Terra publica: “Paulistanos se reuniram neste fim de semana para defender o *impeachment* da presidente Dilma. Parte deles chegou a pedir uma intervenção militar no País.” TERRA. E se o ato antigoverno ocorresse sob intervenção militar? Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/e-se-o-ato-antigoverno-ocorresse-sob-intervencao-militar,3121005e6c579410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>> Acesso em: 04 dez. 2014.

O Escritório da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), em Sobral, contribuiu com sementes, cartazes e folhetos para orientação da horta comunitária. A Residência Agropecuária de Granja cooperou com assistência técnica, através de seu engenheiro agrícola, Wanderley Catuba, no desenvolvimento dos trabalhos de plantio e manejo da terra e cedendo alguns equipamentos. Além dessas parcerias e doações, o SPH era mantido pelos associados.³⁴²

Diante do exposto, notei a formação de uma rede de relações entre essas organizações-SPH, MISEREOR, MEB, CNBB, Cáritas Brasileira, Voluntários da Paz – em torno das questões: evangelização, educação, saúde, alimentação e trabalho, que indicava para um caminho comum: a intervenção social e cultural por meio do discurso de desenvolvimento socioeconômico e redução das injustiças sociais, ainda que com perspectivas distintas.

2.2. Quem eram os “sócios”³⁴³: sujeitos em construção

A heterogeneidade dos trabalhadores associados ao SPH, qualificados pelos registros como pescador, salineiro, estivador, agricultor, lavrador, doméstica, lavadeira, costureira, pedreiro, carpinteiro, trabalhadores da RVC, estudantes, comerciantes, médicos, agente da malária, dentista, portuários, bancários, pastor, padres, promotor de justiça, juiz, tabelião, capitão dos portos, sargento, além da natureza de seus trabalhos e da forma como eles foram desenvolvidos, os diferenciou das organizações contemporâneas³⁴⁴ a ele.

Compartilho do posicionamento de Vieira, Peixoto e Khoury, ao discutirem que pensar a produção do conhecimento histórico “como aquele que é capaz de apreender essa experiência vivida por sujeitos ativos que problematizaram sua própria existência implica

³⁴² Segundo o diretor-presidente Benedito Genésio Ferreira: “na base da pirâmide está o conjunto dos sócios, no meio da pirâmide estava as várias equipes de serviços que variavam de acordo com a expansão, seguida pela diretoria que administrava a entidade.” FERREIRA, Benedito Genésio. Lagoa do Tabuleiro (zona rural do Município de Coreaú-CE), 15 out. 2011. Entrevista concedida a Ana Selma Silva de Aguiar.

³⁴³ Esse termo aparece constantemente na documentação escrita para se referir aos trabalhadores – de diversas categorias, com condições socioeconômicas distintas e com interesses e perspectivas diferentes – que faziam parte do SPH. Optei por usar trabalhadores associados e/ou suas categorias profissionais ao invés de “sócio (s)”, salvo quando me referi à denominação constante nas fontes, na tentativa de identificar melhor os sujeitos com quem estou trabalhando e para não correr o risco de homogeneizá-los.

³⁴⁴ Como, por exemplo, a Associação Comercial de Camocim (ACC), Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim, Sindicato dos Estivadores do Porto de Camocim (SEPC), fundado em 1919, Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços Portuários de Camocim (STSPC) e Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Camocim. Além dessas entidades, coexistiam sociedades de cunho religioso e político, como a maçonaria, instalada em Camocim em 1920, pelo italiano João Baptista Gizzi, primeira loja fundada no Ceará; a Sociedade São Vicente de Paula (SSVP), que atua no município desde 16 de outubro 1938; e, mesmo na ilegalidade por causa do Golpe Militar de 1964, o Partido Comunista Brasileiro, o qual esteve também na ilegalidade durante o governo de Getúlio Vargas, em 1947. Essas organizações contemplavam apenas uma categoria de trabalhadores ou o público seguidor de tais religiões e partido. Com exceção da SSVP que, através de suas atividades assistenciais, atingiam um público maior, cedendo, inclusive, sua sede para salas de aula das escolas do SPH.

elaborar procedimentos que permitam recuperar essa problematização colocada pelos agentes do passado a partir das questões que o presente coloca ao pesquisador.”³⁴⁵ Assim, na busca para entender quem são e como são essas pessoas que estavam reunidas em torno do SPH, lanço algumas indagações iniciais.

Quais os interesses de reunir um público tão amplo dentro de uma mesma associação? Se seu objetivo principal era o desenvolvimento integral das populações pobres do município de Camocim, por que agregar médico, juiz, capitão dos portos, pastor, por exemplo? O que significava para trabalhadores com profissões distintas fazer parte do SPH?

Para se associar era preciso preencher a proposta da instituição e contribuir com uma mensalidade ou com a prestação de serviços. Foi estabelecido, em 1968, que essa contribuição seria de NCr\$ 0,20, para os associados estudantes; NCr\$ 0,50, para os associados com renda de um salário mínimo; NCr\$ 1,00, para os com dois salários mínimos; e NCr\$ 2,00, para os associados com renda superior a dois salários³⁴⁶. O acesso aos programas ofertados pela instituição era consentido mediante a apresentação do cartão de identificação do associado em dias com a mensalidade.

Conforme o Relatório de Atividades, de 1962-1968:

Qualquer pessoa que, por livre vontade, se inscreva como Sócio fará parte do Serviço de Promoção Humana com todos os direitos e deveres, podendo votar e ser votado para qualquer cargo. No ato da inscrição, é fornecido ao Sócio um cartão de identidade constando de nome e retrato do casal, (quando se trata de casados), endereço e profissão e ainda da relação dos dependentes menores de 14 anos, com a respectiva data de nascimento. Toda pessoa inscrita como Sócio paga uma mensalidade, exceto os que respondem por qualquer setor de atividade. Êstes são tidos como sócios-Cooperadores. A contribuição mensal varia de acôrdo com o nível econômico de cada sócio, embora os direitos sejam iguais. (sic)³⁴⁷

O estudo junto às fontes de pesquisa, relatórios e livro de atas, permite afirmar que existiam, pelo menos, três grupos de pessoas, entre 1962 e 1979, que se diferenciavam pelas condições econômicas e/ou pelo que desempenhava dentro da associação. O primeiro grupo era formado pelos trabalhadores para os quais as atividades foram criadas, constituídos por famílias que vivenciavam problemas comuns relacionados à educação, à moradia, à alimentação, à assistência a saúde etc. Para ter direito a essas atividades, eles davam uma contribuição mensal ao SPH, proporcional à sua renda, como indica o relatório.

³⁴⁵ VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, *op. cit.*, 1991, p. 37-38.

³⁴⁶ Dados baseados em UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 7. Pasta V – Relatórios. 1969. O salário mínimo de 1968 era de NCr\$ 129,60, com base em dados disponíveis em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm> Acesso em: 12 maio 2014.

³⁴⁷ UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 6-7. Pasta V – Relatórios. 1969.

O segundo era formado pelos trabalhadores que prestavam serviços à instituição, como secretários de escola, professoras, os quais recebiam uma gratificação em dinheiro, como trabalhadores na horta, roçado e padaria comunitários ou os construtores dos núcleos e centros que comporiam o SPH, os quais também ganhavam uma contribuição em alimentos e/ou em dinheiro para o sustento de sua família. Era constituído também por aqueles que integravam as equipes diretoras de cada atividade. Estavam inseridos na categoria de “sócios-cooperadores” e também tinham direito às atividades desenvolvidas na instituição.

O último grupo era composto por médicos, tabelião, agente do SESI, pastor, presidentes de associações, que contribuíam financeiramente com a prestação de serviços ou por meio de parcerias para o desenvolvimento das atividades do SPH; por isso também eram chamados de “sócios-cooperadores”. Não eram usuários das atividades, mas se associar trazia outras vantagens. No lançamento do livro *Um oásis dos menos favorecidos da sorte: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim/CE, 1962-1979*³⁴⁸, realizado na Academia Camocinense de Ciências, Artes e Letras (ACCAL), no dia 31 de maio de 2014, o médico José Maria Primo de Carvalho, que contribuiu com o trabalho de saúde e foi um dos membros da equipe de “Educação e Cultura”³⁴⁹, orador oficial e vice-diretor-presidente, em seu discurso, afirmou que o SPH foi um importante canal de comunicação social para ele.

Homem de uma inteligência aguçada e de boa oratória, ressentia-se por não ter um espaço em que pudesse se expressar dentro de Camocim. Eleito orador oficial e vice-presidente do SPH, na eleição para diretoria de 29 de março de 1969³⁵⁰ – cargos que exerceu até 09 de agosto de 1970, quando pediu afastamento para se candidatar a prefeito de Camocim, nas eleições municipais de 15 de novembro de 1971 –, encontrou dentro da instituição um meio de ser ouvido por parte da população pobre e pela elite local, que participava das reuniões mensais dos associados, como me referi acima. Seu discurso na sessão comemorativa do dia das crianças, de 12 de outubro de 1969, por trás de uma crítica ao descaso do governo municipal³⁵¹ para com as crianças, que não disponibilizava a elas o acesso à educação e à saúde, mostra o conflito com a administração em exercício, sinalizando para a sua pretensão de concorrer às eleições municipais em 1971. O secretário José Ferreira dos Santos, ao transcrever seu discurso, também imprime uma crítica à situação vigente:

³⁴⁸ SILVA; AGUIAR, *op. cit.*, 2014.

³⁴⁹ Denominação dada pela instituição.

³⁵⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Atas: 1968 -1980, p. 13v-15. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

³⁵¹ O prefeito de Camocim dessa época era Setembrino Fontenele Veras, eleito para o pleito de 1967-1971.

[...] o Presidente da sessão (Dr. José Maria P. de Carvalho) [...] proferiu uma empolgante saudação à Criança, sobre cuja atual situação fez importantes considerações, inclusive verberou o seu abandono ou desprezo por parte das nossas elites dirigentes que não lhe oferecem meios para o seu desenvolvimento físico e muito menos intelectual, prejudicando por isso mesmo a muitas que poderiam ser Padres, Médicos, Engenheiros, etc. Analisou, de um modo geral, o problema das crianças da zona rural e das pequenas cidades, cujas autoridades responsáveis deixam de oferecer-lhes, caprichosamente, os meios assistenciais condignos, como é o caso desta cidade cuja administração municipal não permite nem favorece ao citado médico, inclusive proibindo a sua entrada nos respectivos postos ou Casa de Saúde, da cidade, ficando a Criança quase como que abandonada. Dada felizmente a dedicação do médico-orador a mortalidade da criança não aumentou nêstes dois últimos anos, em Camocim, conforme pode evidenciar-se através de Registro de Óbitos, em cartório. (sic)³⁵²

Esse discurso evidencia também quais os interesses desses associados em contribuir com os trabalhos da entidade. Servia como ponte para eles chegarem à população e conquistarem novos espaços dentro da sociedade, pois o acesso às famílias que o SPH reunia, no caso desse médico, poderia lhes render um bom número de votos.

Outro exemplo desse terceiro tipo de associado é o tesoureiro da associação – também eleito ao cargo na eleição de 1969 – e agente local do SESI, Josias Teixeira Bezerra³⁵³, que firmou várias parcerias entre essas duas instituições, tendo em vista que, à medida que estava apoiando e colaborando no desenvolvimento dos trabalhos do SPH, estava fazendo crescer os trabalhos do SESI na cidade.

A tabela a seguir, elaborada com base nos Livros de “Sócios” de 1968-1974 e 1975-1979³⁵⁴ – não encontrei no Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH) documentos anteriores que registrassem a inscrição desses trabalhadores –, mostra a diversidade de pessoas que participaram do SPH nas décadas de 1960 e 1970, segundo sua ocupação profissional, sinalizando para sua situação socioeconômica:

³⁵² UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Atas: 1968 -1980, p. 13v-15. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas, p. 28. Os parênteses são nossos.

³⁵³ Também foi eleito vice-diretor-presidente na eleição de 04 de março de 1972 e em 09 de janeiro de 1974 assumiu a presidência em razão da renúncia do diretor-presidente, Walder Ribeiro Costa.

³⁵⁴ Nesse último livro também consta a matrícula de alunos de 1975-1978.

Tabela 3: Profissão dos trabalhadores associados ao SPH³⁵⁵

Profissão	Quantidade	Porcentagem (%)
Estudante ³⁵⁶	193	20, 86
Doméstica	191 ³⁵⁷	20,64
Agricultor/as	93 ³⁵⁸	10,05
Pescador)as	67	7, 24
Comerciante	48 ³⁵⁹	5, 18
Salineiro/as	40 ³⁶⁰	4, 32
Professor/as	30 ³⁶¹	3, 24
Portuário	27	2, 91
Agente/guarda da malária/malarista/inspetor, funcionário do CEM ³⁶²	19	2, 05
Estudantes do Nosso Lar	18	1, 94
Pedreiro	18 ³⁶³	1, 94
Funcionário público	13	1, 40
Marítimo	12	1, 29
Costureira	12	1, 29
Estivador	10	1, 08
Carpinteiro	10	1, 08
Bancário	7 ³⁶⁴	0, 75

³⁵⁵ Elaborada com base nos livros de sócios de 1968-1974 e 1975-1979. Disponíveis para pesquisa na UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Sócios de 1968-1974 e Livro de Sócios 1975-1979 e matrículas de 1975-1978. Pasta S3 – Livros de sócios.

³⁵⁶ A partir de 14 anos de idade já podiam se associar, pois não eram mais dependentes dos pais associados.

³⁵⁷ Entre essas, duas eram estudantes, duas também trabalhavam na agricultura, uma como pescadora, uma como tucunzeira e outra no porto.

³⁵⁸ Entre esses, 24 estavam denominados como lavradores, mas como as duas categorias são sinônimas, optei por manter a que é mais usada e que tem o maior número, agricultor.

³⁵⁹ Um deles também era estudante, um auxiliar, um comerciante de frutas, dois comerciantes de peixes.

³⁶⁰ Um é especificado como “encostado” (sem condições de exercer suas funções profissionais, por motivo de saúde) e duas também como domésticas.

³⁶¹ Entre essas, quatro também são estudantes e uma também é agricultora.

³⁶² *Campanha de Erradicação da Malária*

³⁶³ Um também é portuário.

³⁶⁴ Francisco Rocelio Cavalcante.

Funcionário do SPH	5 ³⁶⁵	0,54
Funcionário da RVC ³⁶⁶	5 ³⁶⁷	0, 54
Aposentado da RVC	5	0, 54
Pintor	4	0, 43
Lavadeira	4	0, 43
Estivador aposentado	4	0, 43
Policial militar	4	0, 43
Mecânico	4	0, 43
Feirante	3	0, 32
Marchante ³⁶⁸	3	0, 32
Carreteiro	3	0, 32
Motorista	3	0, 32
Pensionista/Aposentado do INPS (hoje INSS)	3	0,32
Funcionário do DAER ³⁶⁹	3	0, 32
Médico	3	0, 32
Dentista	2	0, 21
Magarefe ³⁷⁰	2	0, 21
Sapateiro	2	0,21
Auxiliar de farmácia	2	0, 21
Trabalhador avulso	2	0, 21
Marítimo aposentado	2	0, 21
Religiosa/Freira	2	0, 21
Juiz de direito da comarca	2	0, 21
Botador de água	2	0, 21
Sem definir a profissão	2	0, 21
Pescador aposentado	1	0, 10

³⁶⁵ Entre esses, um foi denominado como diretor da EPH, um como encarregado administrativo do Núcleo Central e um do Setor de Opinião Pública (SOP).

³⁶⁶ Rede de Viação Cearense.

³⁶⁷ Um foi especificado como telegrafista da RVC, um como guarda-chaves e outro como auxiliar de trem.

³⁶⁸ Negociante que vende a carne por atacado, aos açougues.

³⁶⁹ Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER).

³⁷⁰ Batedor de gado; homem que, nos matadouros, mata e esfolia as reses.

Capitão dos portos	1	0, 10
Aposentado da alfândega	1	0, 10
Aposentado do porto (portuário)	1	0, 10
Agente da SUNAMAM ³⁷¹	1	0, 10
Hoteleiro	1	0, 10
Criador	1	0, 10
Crochê	1	0, 10
Manicure	1	0, 10
Barbeiro	1	0, 10
Comerciante aposentado	1	0, 10
Ambulante	1	0, 10
Fiscal do mercado	1	0, 10
Ferreiro	1	0, 10
Aposentado do Estado	1	0, 10
Ex-combatente	1	0, 10
Sargento do T. G.	1	0, 10
Aposentado	1	0, 10
Empregado no programa de fixação das Dunas	1	0, 10
Enfermeira	1	0, 10
Carroceiro	1	0, 10
Guarda de trânsito	1	0, 10
Aposentado do DAER	1	0, 10
Guarda do campo de aviação (hoje aeroporto)	1	0, 10
Vigário (da Paróquia de Camocim)	1	0, 10
Sacerdote (encarregado da Igreja de São Pedro)	1	0, 10
Pastor (da Igreja Assembleia de Deus)	1	0, 10
Músico	1	0, 10
Promotor de justiça	1	0, 10
Gerente do Banco do Brasil	1	0, 10

³⁷¹ Superintendência Nacional da Marinha Mercante.

Sócio-cooperador	1	0, 10
Funcionários dos correios	1	0, 10
Operador de telecomunicações	1	0, 10
Tabelião	1	0, 10
Auxiliar de escritório	1	0, 10
Agente local do SESI	1	0, 10
Voluntário da Paz	1	0, 10
Ourives ³⁷²	1	0, 10
Relojoeiro	1	0, 10
Lustrador de moveis	1	0, 10
Sem profissão (inválido)	1	0, 10
Total	925	100

Fonte: UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Sócios de 1968-1974 e Livro de Sócios 1975-1979.
Pasta S3 – Livros de sócios.

O maior número de associados era de estudantes, com uma porcentagem de 20, 86%. Esse número não inclui os que também estavam inscritos em uma categoria profissional, como na de doméstica, comerciante e professora, e os seus filhos menores de 14 anos, os quais eram seus dependentes. Considerando que um dos fatores que levou esses trabalhadores a se associarem era o direito de matricular seus filhos em uma das escolas da instituição; posso afirmar que a quantidade de estudantes era muito superior a essa porcentagem.

Em seguida vinham as domésticas, correspondendo a 20,64% dos associados. Essa porcentagem não considera a de 0,21%, ou seja, de duas outras domésticas que foram identificadas como salineiras e nem a com outras profissões, como professora e costureira. É possível perceber a presença dessas trabalhadoras nos clubes de mães e também nas experiências com a horta comunitária, cultivada por mulheres; ajudando no plantio do roçado comunitário e na construção dos núcleos e centros. A entrevista com o mestre de obras do CCSF, Francisco Tiago Filho, conhecido como Fransquim Tiago, aponta para a participação dessas domésticas na confecção dos tijolos:

Padre Benedito: – [...] você poderia... dizer pra nós quais foram as pessoas que mais se envolveram, assim, mais participaram da construção do prédio?

Fransquim Tiago: – Mais se envolveram ali foi os pobres que ajudaram fazer tijolo. Os tijolos foi feito todo por ajuda do povo... Era os meninos que trabalhavam lá nos tijolos, era mué [mulher], moça que trabalhava, tudo, ajudando fazer o prédio, né? Era os homens... O pessoal tudo tinha o interesse de trabalhar porque ia servir pro povo mermo [mesmo], ia pro povo..., pros pais de família, ia servir pros pais de

³⁷² Fabricante ou vendedor de objetos de ouro.

família, viu? Então, se o prédio foi feito todo assim, né? Todo! E ajudava os pais de família... O pai de família ajudava pro seu filho [...]³⁷³

Os integrantes do NPT também registraram a participação delas nos trabalhos de construção de sua sede na ata de 1978: “[...] os homes fazem os tijolos e as mulheres preparam os tijolos para queimar. Pra ficar todos os sócios trabalhando.”³⁷⁴ Além de ajudarem no desenvolvimento dos trabalhos dirigidos a elas e a seus dependentes, essas domésticas – inseridas dentro de uma cultura machista na qual eram as responsáveis por cuidar da casa (da limpeza à preparação de alimentos), dos filhos e do marido – contribuía também com o sustento da casa, quando ajudavam os homens no preparo do roçado, na criação de animais, ou quando exerciam atividades de costura, confecção de redes de tucum, bordados, ou lavando roupa para outras famílias em troca de alimentos ou de dinheiro. Por conta disso, entre elas, encontramos algumas definidas também como costureira, agricultora, pescadora, lavadeira, professora ou estudante.

Entre essas mulheres está a doméstica Isabel Gabriel dos Santos, que trabalhou na horta comunitária. Quando indaguei seu filho Zenildo Gonçalves dos Santos sobre o trabalho que ela desenvolvia, contou-me que “a mãe era doméstica, não é? Lavava roupa, torrava café, né, para o sustento da família, ela não tinha emprego, não é? Uma mulher analfabeta, né, que não tinha instrução [...]”³⁷⁵, mas que, segundo a sua interpretação, dentro das limitações e pressões sociais, dava um jeito de contribuir com a renda familiar.

Essa realidade não mudou muito nos últimos anos, principalmente na zona rural e nas cidades pequenas, onde as mulheres, apesar de terem conquistado o direito de trabalhar fora do lar, assumindo novas profissões, continuam exercendo as mesmas funções em casa. A participação delas no SPH, não só as domésticas, mas também as professoras, as estudantes do “Nosso Lar”, agricultoras, lavadeiras – mulheres domésticas que lavavam roupas para outras famílias em troca de um pagamento em dinheiro ou em produtos alimentícios –, artesãs, salineiras, demonstra a sua importância na luta diária pelo sustento de sua família.

É possível perceber na tabela que outros trabalhadores, além de parte das domésticas, exerciam mais de uma profissão, sugerindo que o salário ganho em um ofício não era suficiente para suprir suas necessidades básicas, sendo compelidos a realizar outro trabalho

³⁷³ THIAGO FILHO, Francisco. Camocim-CE, 05 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

³⁷⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Ata de 19 de agosto de 1978, fl. 4v. Este livro de atas se encontra muito deteriorado, dando para ler pouca coisa a respeito do que era tratado nas reuniões.

³⁷⁵ SANTOS, Zenildo Gonçalves dos Santos. Camocim-CE, 04 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e Vera Lúcia Silva.

para o complemento de sua renda, como o caso dos que eram, simultaneamente, pedreiro e portuário, professor e agricultor, lavrador e vaqueiro.

Em seguida à porcentagem das domésticas vinha a de agricultores (10,05%). Ela permite visualizar a atuação do SPH para além dos limites da cidade, articulando-se junto aos trabalhadores rurais para desenvolver uma nova maneira de cultivar roçados, através do trabalho em mutirão.

Apesar do porto de Camocim, no período contemplado pelos dois livros de sócios (1968-1979), já ter entrado em decadência, observa-se um número significativo de trabalhadores vinculados ao SPH que trabalhavam no mar e/ou beira-mar, como salineiros (40), portuários (27), marítimos (12), estivadores (10), aproximando-se, no total, a 9,62%. A quantidade de pescadores, os quais não dependiam do porto para funcionar, também é elevada: 67 (7,24%) do total de associados.

Outro ponto que me chama atenção nessa relação de associados é a presença de aposentados³⁷⁶, que, ao todo, representavam 2,27%. Articulando esse dado com as informações das fichas de inscrição, constatei que o salário³⁷⁷ de aposentado não dava para todas as despesas da família, como são os casos 1) do aposentado por invalidez da RVC Manoel Carneiro Frota, que recebia NCr\$ 466,00, tinha dez filhos, dentre os quais, seis eram menores de 14 anos, e um com saúde regular, apontado para a necessidade de utilizar os trabalhos de educação, saúde e, provavelmente, de alimentação³⁷⁸; 2) do aposentado pelas obras do Porto e Canais Francisco Alves, com um salário de NCr\$ 250,00, que tinha três filhos, todos em idade escolar, e cuja esposa não tinha renda³⁷⁹; e 3) do portuário aposentado Francisco Basílio Cardoso, que recebia NCr\$ 69,00, com nove filhos, dentre os quais, em 1968, ano em que se associou, quatro eram dependentes e cinco tinham saúde regular, e a esposa, com uma renda de NCr\$ 15,00, também não gozava de boa saúde.³⁸⁰

Destaco ainda a quantidade de trabalhadores associados ao SPH que trabalhavam na Campanha de Erradicação da Malária (CEM), identificados nos livros como “agente”,

³⁷⁶ Vinte e um entre os aposentados da RVC, do INPS (hoje, INSS), do porto, da marinha, da alfândega, do Estado e do DAER.

³⁷⁷ Considerando o ano em que foi informado o valor de seus salários, a partir da data de admissão ao SPH, o salário mínimo em 1968 correspondia a NCr\$ 129,60; em 1969, a NCr\$ 156,00; e em 1970, a NCr\$ 187,00. GUIA TRABALHISTA. Tabela dos valores nominais do salário mínimo período – 1940 a 1999. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm>. Acesso em: 12 maio 2014.

³⁷⁸ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, nº. 135, do aposentado pela RVC Manoel Carneiro Frota, admitido a 20 de fevereiro de 1969. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

³⁷⁹ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, nº. 121, do aposentado pelas obras do Porto e Canais Francisco Alves, admitido a 17 de outubro de 1970. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

³⁸⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, nº. 032, do portuário aposentado Francisco Basílio Cardoso, admitido a 08 de maio de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

“guarda da malária”, “inspetores”, “malaristas”, “funcionários do CEM”, 19 pessoas no total (2,05%) – sem incluir o médico José Maria Primo de Carvalho, que veio a Camocim trabalhar nessa campanha e que está registrado na categoria de médico – por sua ligação com o trabalho de saúde e higiene organizado pelo SPH. Atribuo essa variedade de nomes para denominar os associados do SPH à possibilidade de terem sido diferentes pessoas que fizeram a inscrição dos trabalhadores, como sugerem as diversas caligrafias existentes nos dois livros.

Os percentuais menores (0,32%, 0,21% e 0,10%) da tabela, correspondendo, respectivamente, a 7, 10 e 41 associados com categorias distintas, tornam evidente a heterogeneidade de pessoas que compunham o SPH. Associando esses números às áreas de atividades e ao objetivo principal da instituição, constante em seus estatutos, discutidos no capítulo anterior, concluí que a reunião deles para formar o SPH foi possível pelo interesse comum da maioria dos associados em torno das questões que envolviam educação, saúde, moradia, alimentação, trabalho, lazer e condições de enterrar seus mortos segundo a tradição cristã.

É importante ressaltar que esses números só incluíam os trabalhadores contribuintes, não levavam em consideração o cônjuge, quando casado, e os filhos seus dependentes – os nomes destes só aparecem nas fichas de inscrição e no cartão de identificação. Contudo, seus/sua esposo/a e os filhos menores de 14 anos tinham os mesmos direitos de acesso aos trabalhos de educação, saúde, jurídicos, organizados pelo SPH, por exemplo, que o/a trabalhador/a. Ou seja, os programas desenvolvidos no SPH voltavam-se para a família, e não apenas para o/a trabalhador/a contribuinte ou colaborador/a.

As fichas de inscrição dos associados (1968-1974) foram criadas com a finalidade de ajudar no planejamento da instituição. Hoje são fontes importantes para entender quem eram esses associados, suas condições de vida e como era a cidade na época. Fazendo um cruzamento delas com as atas das reuniões e relatórios de atividades correspondentes ao mesmo período, constatei que foram elaboradas a partir das atividades que a instituição oferecia a seus associados e familiares, como educação, jurídico, saúde, habitação. Ao trazer dados sobre a situação salarial das famílias, visavam contribuir para a organização de trabalhos assistenciais e para o desenvolvimento de atividades que gerassem alguma renda, como na padaria, na horta, nos roçados e na construção dos núcleos e centros, pois as famílias que ajudavam nos mutirões comunitários, além de receber uma ajuda em alimentos, recebiam uma gratificação em dinheiro. Veja um exemplar a seguir:

Imagem 4 - Ficha de inscrição do associado (anverso)

SERVIÇO DE PROMOÇÃO HUMANA
CAMOCIM - CE.

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº 37 DE 30 / 06 / 1972

NOME JOSE ARAUJO Nasc. em 15 / 07 / 1932
em CAMOCIM - CEARA
Endereço RUA : Paissandu

A) Situação sócio - jurídica solteiro (); Casado: civil (X), eclesiástico (X) Separado (); desquitado (); amigado (); viúvo ().

Sociedades a que pertence INPS

Documentos que possui Cart. Prof. No. 4613, série 111a, cert. de reserv. de 2a. categoria No. 15770 série A
cert. casamento civil No. 999, fls. 10479, 119, 86:12

B) Situação familiar (composição da família Cartório Coelho)

NOME	Condição	Sexo	Idade	Sit. jurídica	Saúde	Instrução
Maria das Graças da Paz de Araújo	Esposa	F	03/05/1940	Registrada	Regular	Primário
Cleilson	Filho	M	08/08/1990	Registrada	Regular	Primário
Fco. Antonio	Filho	M	23/11/1961	Registrado	Boa	Primário
Elaefen	Filha	F	12/02/1964	Registrada	Boa	Alfabetização

C) Situação financeira:

PROFISSÃO do Sócio pedreiro
do Cônjuge Costureira e doméstica

SALÁRIO do Sócio Cr\$ 200,00
do Cônjuge Cr\$ 40,00

Local de Trabalho do Sócio Em Construções
do Cônjuge Em sua casa

Outras pessoas da família trabalham? () quantas? ()

Total dos salários NCr\$ 240,00 Outras rendas

D) Situação sanitária:

Do Sócio Boa
do Cônjuge

Morreram 10 filhos com a idade de 03 a 11 meses
de Doenças Infantis

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição do pedreiro José Araújo.
Pasta S1 – Ficha de Sócios.

Imagem 5 - Ficha de inscrição do associado (verso)

E) Situação habitacional:

CASA própria (x); cedida (); alugada () Aluguel : NCr\$ _____

CONSTRUÇÃO : Tijolo (x); Taipa (); Palha (); Rebôco (). _____

PISO : Chão (); Ladrilho (x); Cimento (x); Mosaico (); Taco () _____

TECTO : Telha (x); Palha () Fólha () _____

INSTALAÇÕES : No. de repartições (11); água (Canistva _____)
Filtro (1); W. C. com fossa (1).; iluminação (Lamparina _____)
_____ ; Cama (2); Réies (5) Fogão à Carvão _____
Fogareiro () Rádio à _____

OBSERVAÇÕES : n° da inscrição em 1972: 224 em 1973: 38 _____

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição do pedreiro José Araújo. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

As fichas eram feitas no ato da associação dos interessados. Traziam, no cabeçalho, o nome, a data de nascimento, o endereço e o dia da admissão do trabalhador, e eram divididas em cinco itens alfabéticos. O item “A” correspondia à situação sócio-jurídica, informando se o associado era solteiro, casado (civil e/ou eclesiástico), separado, desquitado, amigado ou viúvo³⁸¹; se pertencia a alguma associação e quais os documentos de identificação pessoal que possuía. Observei que entre 1968 e 1974 o índice de separação, de desquitado e de amasiado, era reduzido e, se comparado com o dos dias atuais, quase nulo. Dentro de uma sociedade temente a Deus, o motivo disso pode estar associado ao fato de que o divórcio era considerado pela Igreja Católica como um atentado aos princípios cristãos.

Esse item mostra que a maioria dos trabalhadores pertencia, além do SPH, a uma, duas, três ou até quatro organizações, que eram, geralmente, ligadas à profissão que exerciam, à religião ou a atividades recreativas³⁸². Ser vinculado a um sindicato ou a outras associações de trabalhadores sugere que eles estavam se articulando na luta por melhores condições de trabalho e de vida. Agregar pessoas de outras religiões, como a doméstica Iracema Barros dos Santos, que pertencia à União Espírita Cearense de Umbanda³⁸³, e a doméstica e professora Maria de Nazaré Agostinho, do Centro Social Evangélico de Camocim³⁸⁴, sinaliza para uma abertura da Igreja à questão ecumênica, e que parte das pessoas que constituíam o SPH transitava por distintas organizações sociais, como é o caso também do agricultor Edmilson Lira Oliveira, que atuou no SPH, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no Dia do Senhor e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim. Suas palavras, proferidas na abertura das comemorações dos 50 anos do SPH, em 30 de abril de 2012, no NPT, afirmam:

³⁸¹ Não existia estatuto do divórcio.

³⁸² Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Camocim, INPS (hoje INSS), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Camocim, Sindicato dos Portuários de Camocim, Sindicato dos Marítimos, Sindicatos dos Pescadores do Estado do Ceará, Sindicato dos Pequenos Agricultores, Sindicato dos Estivadores, Sindicato Nacional dos Marinheiros e Moços em Transporte Marítimo, Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), Colônia dos Pescadores, Cooperativa do Brasil do Brasil em Fortaleza, Sociedade São Vicente de Paula, Sociedade Paulista de Beneficência, Sociedade Beneficente dos Ferroviários, Sociedade dos Funcionários Públicos do Estado do Acre, Sul-América Equitativa, Centro Médico Cearense, SESI, União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos, Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC), Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Camocim (CTCC), União Espírita Cearense de Umbanda, Assembleia de Deus de Camocim, Centro Social Evangélico de Camocim (CSEC), Balneário Sport Club de Camocim, Cruzeiro Sport Clube, Rede de Viação Cearense (RVC), Associação dos Retalistas, Associação dos Marceiros, Associação Civil dos Servidores Públicos, Associação dos ex-combatentes do Brasil, Associação dos Chauffeurs do Ceará (ACC), Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, Centros dos Cirurgiões Dentistas do Ceará, Fundo Rural, Conselho Comunitário de Camocim. UVA. NEDHIS. SPH. Fichas de inscrição dos Sócios. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

³⁸³ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, nº. 127, da doméstica Iracema Barros dos Santos, admitida a 04 de maio de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

³⁸⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, nº. 25 da doméstica e professora Maria de Nazaré Agostinho, admitida a 03 de maio de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

[...] participei, né, de Norte a Sul desse país, né, dos movimentos. E só tenho a agradecer a parcela de informação, de contribuição do SPH que, juntamente com as outras, não é, me somou o resultado de uma vida cheia, realmente, de realizações no campo da organização, não é, e da conquista dos direitos, principalmente, do homem do campo. [...] aonde eu adquiri experiências pra, durante 15 anos, conduzir uma instituição que cresceu, né, e hoje é bastante... tem elogios e tem trabalho prestado na sociedade camocinense, que é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.³⁸⁵

Ao informar sobre seus direitos, por meio de discussões, de cursos de alfabetização, dos encontros comunitários, esses movimentos geraram possibilidades para que os agricultores lutassem por melhores condições de vida no campo. A participação em diversas organizações influenciou, direta ou indiretamente, na formação do que é Edmilson Lira Oliveira hoje e na sua visão de mundo, focada na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais.

A sua trajetória dentro desses movimentos, principalmente nas CEBs, põe em evidência as dificuldades que os trabalhadores rurais enfrentavam na luta por seus direitos, nos anos de governo militar. Segundo ele, “[...] as CEBs, [...] devido à ditadura, não podia falar abertamente, né? E a gente ia assim, como diz a história, um pouco... por debaixo dos panos, [...] não teve muita força.”³⁸⁶ Neste sentido, diz: “Nós... nos engajamos..., muitas vezes, a gente levava um trabalho que era considerado clandestino para... o governo, mas que contribuiu bastante, bastante. Por quê?”³⁸⁷ Ao passo que esses homens comuns eram perseguidos, eles tinham consciência de que os esforços empenhados na luta pela Reforma Agrária e pela justiça social no campo valeriam os riscos.

As reuniões, os planejamentos, os cursos de formação, tanto do Movimento de Educação de Base (MEB), do Dia do Senhor como das CEBs, na Diocese de Sobral, dos quais participou, muitas vezes, eram feitos às escondidas, como afirmado acima, por conta da repressão da ditadura. Sobre um dos encontros realizados nesse período, Edmilson conta que:

[...] a gente fazia as coisas, assim, até um pouco, não é, às escondidas. Eu, eu lembro... dum caso das CEBs, o... o Albanir tava numa reunião na Meruoca. [...] Aí, quando alguém ligou pra a polícia de Sobral, naquela época, dizendo que tinha lá um grupinho, não é, conversando besteira, o grupo das CEBs, imediatamente, é, alguém, também, que apoiava as CEBs tomou conhecimento e ligou pro Albanir, e eles fecharam imediatamente as portas do convento de Meruoca e se esconderam. A polícia chegou, rondou, rondou, mas não encontrou mais ninguém. Aí perguntaram: “aquele pessoal que estava reunido aqui?”. “O pessoal daí foram embora.” “Será que

³⁸⁵ OLIVEIRA, Edmilson Lira. Pronunciamento nas comemorações dos 50 anos do SPH. Núcleo Promocional de Tamboril (NPT), Sítio Tamboril, 30 abr. 2012. Semana de comemoração aos 50 anos de fundação do SPH, 30 de abril a 06 de maio de 2012, realizada nos vários locais onde houve atividades, como no sítio Tamboril, bairro do Cruzeiro, de São Francisco e de São Pedro. O evento foi filmado por mim e por Francisco Jander dos Santos – contratado pela diretoria do SPH – com o objetivo de registrar as memórias dos trabalhadores sobre suas experiências na entidade.

³⁸⁶ OLIVEIRA, Edmilson Lira Oliveira. Camocim-CE, 30 abr. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

³⁸⁷ *Idem.*

eles não vão voltar, não?”. “Não disseram, não”. E eles, com as portas fechadas, dentro do convento. Não foram capturados, né? Mas a repressão era... daquela época... e a gente não podia falar, assim, diretamente, abertamente, né, os objetivos. Então, eu acredito que houve interferência.³⁸⁸

A sabedoria do homem comum, com baixo nível de escolarização, para encontrar formas de burlar o poder vigente; as invenções de diversas práticas para (sobre)viver e lutar por melhorias no campo são demonstrativos de sua politização e conscientização de seus problemas socioeconômicos. Os modos de fazer de agricultores como Edmilson, para fugirem da repressão da polícia, colocam esses sujeitos como protagonistas de suas histórias e os põem no controle da situação, mesmo enfrentando forças muito maiores. Também mostram o grau de unidade e solidariedade que existia entre eles ao se passarem por ignorantes diante do ocorrido e não prestarem informações aos agentes da repressão sobre o grupo de pessoas que estava reunido no Centro de Treinamento da Diocese de Sobral (CETRESO).

Durante a ditadura, as organizações de esquerda – como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas, Partido Comunista, Partido Operário Comunista, Ação Popular, União Nacional dos Estudantes (UNE), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) –, em todo o Brasil, tinham dificuldade de chegar

³⁸⁸ *Ibidem*. Tal fato é rememorado por muitos agricultores, como Manuel Zenóbio Vasconcelos, que participaram do Movimento do Dia do Senhor, evidenciando o clima de repressão em que se desenvolviam os trabalhos de base na diocese de Sobral. Para aprofundamento desses episódios, ler BEZERRA, *op. cit.*, p. 125-126. “Se havia perseguição na cidade, nas comunidades não era diferente. Numa noite em que toda a equipe discutia o planejamento do trabalho de base, apareceram de surpresa “três pessoas estranhas”. Aparentemente afáveis, aproximavam-se do grupo para colher informações, causando pronta reação da equipe no sentido de proteger o grupo da interferência dos “visitantes”. Ali se tomava consciência da materialidade do aparelho de repressão. Era gente da Polícia Federal, “era o que a gente chamava de SNI”, com seus gravadores escondidos nas bolsas e a disposição de vigiar e dismantelar os grupos que realizavam trabalho de educação popular no Nordeste do Brasil.” A autora faz uma reflexão acerca da fala de Manuel Zenóbio Vasconcelos, em uma entrevista que realizou em 26 de outubro de 2004: “Era um treinamento porque a gente chamava de treinamento, mas na verdade era um planejamento. E uma determinada noite, apareceu lá na Serra da Meruoca, nós estávamos todos no CETRESO, na capela onde existiam as reuniões, conversando e fazendo o planejamento das escolas. E apareceram três pessoas estranhas. [...] Eles entraram assim de uma vez no salão, onde a gente estava reunido, planejando e [...] queriam conversar com as pessoas, eles eram pessoas muito educadas, muito extrovertidas, bem falantes e queriam falar conosco, que eram exatamente os monitores que tinham vindo das comunidades rurais... E aí a equipe do MEB, que estava lá presente tomou a palavra [...] e que naquele momento não desse oportunidade pra eles conversarem com todo mundo porque estávamos naquele treinamento e preferiram que eles conversassem com eles, que eles eram os professores que estavam ali para orientar e planejar juntamente com os alfabetizadores... E eles insistiram muito para conversar com a gente e a gente notou que eles andavam, as mulheres, a bolsa delas era aberta e dentro tinha um aparelho que poderia ser um gravador [...] e aí pediram (a equipe) pra gente cancelar todo o estudo. No dia seguinte foi que eles contaram que as pessoas queriam exatamente conversar, ter informações do que a gente estava fazendo ali, naquele encontro. E, para nós, foi assim uma surpresa muito grande porque... e eles explicavam que estava havendo assim um movimento de repressão do Governo [...] Mas essas pessoas, depois a gente descobriu, eram da Polícia Federal, eram o que a gente chamava de SNI [...]”

até suas bases, devido à repressão. Esse foi um dos fatores que contribuíram para a desarticulação de algumas delas.

O item “B” da ficha de inscrição refere-se à situação familiar. Verifiquei que a taxa de natalidade era elevada. Um número considerável de famílias tinha até onze filhos. Quanto à escolaridade, também presente neste item, averigui que a quantidade de analfabetos era superior ao número de letrados. O que era de se esperar, considerando que a população de Camocim, em 1960, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 23.987 habitantes e, desses, apenas 6.979 sabiam ler e escrever e 2.426 estudavam³⁸⁹; em 1970, era de 29.197 de habitantes, dentre os quais, 24.260 eram analfabetos³⁹⁰, como demonstrei através de tabelas no capítulo 1.

O próximo item trata da questão financeira, trazendo dados sobre a profissão, o salário, o local de trabalho, a renda do associado e do cônjuge, permitindo-me concluir que grande parte das famílias vivia com menos de um salário mínimo da época³⁹¹.

Por Camocim ser uma cidade litorânea, as profissões de pescador, salineiro e portuário estão entre as que apresentaram maiores porcentagens, o que é confirmado pelos dados da tabela 3. Também pude encontrar uma representação significativa de agricultores, comerciantes, pedreiros, carpiteiros, costureiras. Comparando esses números com os dessa tabela, a grande porcentagem de domésticas revela que grande parte dos associados era do sexo feminino, 20, 64%, isso sem somar as mulheres que exerciam outras profissões.

Percebi também que a maioria dos ofícios dos associados era de baixa remuneração, embora verificasse a existência de alguns dentistas, médicos e bancários. No que diz respeito ao local de trabalho, muitos se concentravam na zona costeira (pescadores, salineiros e portuários), enquanto a maioria dos comerciantes labutava no mercado público.

O item “D” analisa a situação sanitária: saúde do associado e do cônjuge e a quantidade e idade de filhos falecidos. As fichas informam que a maioria se encontrava com um estado de saúde “regular” ou “boa”, embora demonstre um alto índice de mortalidade

³⁸⁹ Valores com base no item “Pessoas de 5 anos e mais por grupo de idade com discriminação das alfabetizadas e das que estudam segundo as zonas fisiográficas e os municípios.” IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1960. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

³⁹⁰ Valores com base no item “Anos de estudo das pessoas de 5 anos e mais por sexo, segundo as microrregiões e os municípios” do Censo Demográfico do Ceará de 1970. IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t7_ce.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

³⁹¹ Que correspondia, em 1968, a NCr\$ 129,60; em 1969, a NCr\$ 156,00; em 1970, a NCr\$ 187,00; em 1971, a Cr\$ 225,60; em 1972, a Cr\$ 268,80 e, em 1973 a Cr\$ 312,00. GUIA TRABALHISTA. Tabela dos valores nominais do salário mínimo período – 1940 a 1999. Disponíveis em: <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm>. Acesso em: 12 mai. 2014.

infantil, fato que indicava a falta de assistência à saúde por parte dos órgãos públicos. Encontrei casos em que o(a)(s) associado(a)(s) perdeu(eram) todos os filhos, como o de Francisca Erotildes Aragão, que teve três filhos e todos faleceram com menos de sete meses³⁹²; de Maria dos Anjos Monteiro, cujos cinco filhos faleceram com uma idade entre nove meses e quatro anos³⁹³; de João Francisco do Nascimento, que teve dez filhos e todos morreram com menos de três anos de idade³⁹⁴; de Raimundo Carlos dos Santos, que também teve cinco filhos e todos morreram com menos de dois anos³⁹⁵; e de Abrão Francisco das Chagas, que teve nove filhos e todos faleceram com menos de 12 anos³⁹⁶. Embora nas fichas houvesse um espaço para registrar a causa das mortes, só duas, entre esses casos citados, informam o motivo do óbito: nas de João Francisco do Nascimento e Raimundo Carlos dos Santos, declarando que foi “Doença de criança” – diarreia provocada pela contaminação das águas após as primeiras chuvas do ano.

O item “E” fazia um levantamento da questão habitacional. A maior parte dos associados vivia em casa própria, embora demonstrando um número expressivo que morava em casas alugadas e cedidas. Cabe salientar, neste momento, a importância da Vila Operária, construída pelo SPH e pelos trabalhadores que passariam a morar ali, na contribuição da conquista da casa própria. Outro elemento que deve ser ressaltado é a alta porcentagem de pessoas que viviam em casas de taipa, 32,79%, de acordo com o gráfico 1, abaixo, em oposição ao modelo arquitetônico de alvenaria das famílias com melhores condições econômicas.

³⁹² UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n°. 022, da doméstica, costureira e crochezeira (pessoa que faz crochê) Francisca Erotildes Aragão, admitida a 18 de dezembro de 1971. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

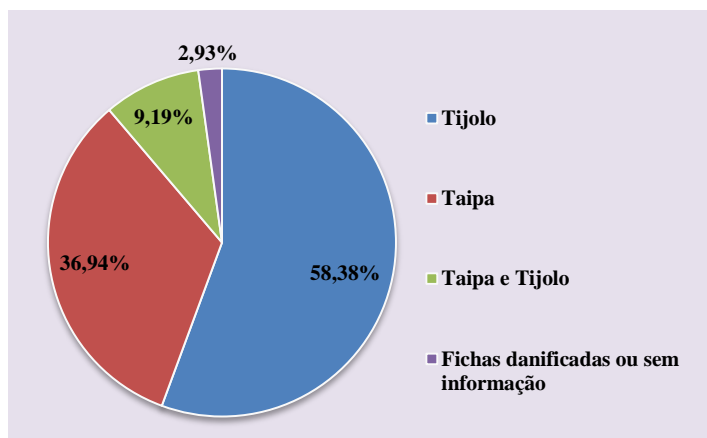
³⁹³ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n°. 008, da doméstica Maria dos Anjos Monteiro, admitida a 05 de junho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

³⁹⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n°. 249, do salineiro João Francisco do Nascimento, admitido a 10 de julho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

³⁹⁵ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n°. 836, do pescador Raimundo Carlos dos Santos, admitido a 10 de junho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

³⁹⁶ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n°. 199, do pescador Abrão Francisco das Chagas, admitido a 31 de julho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

Gráficos 1: Situação Habitacional – Construção³⁹⁷



Fonte: UVA. NEDHIS. SPH. Fichas de inscrição dos associados.
Pasta S1 – Ficha de Sócios.

A cobertura das casas era, de quase todas, de telha artesanal, sendo pequena a porcentagem de teto de palhas e nenhum de folha. O piso de ladrilho se destaca como característico das construções da época. No entanto, observei que, logo em seguida, vem o percentual piso de “chão”, evidenciando, assim, mais uma vez, a posição que a maioria dos associados ocupava na sociedade.

O número de repartições era, no mínimo, duas e, no máximo, oito. A água para o consumo era, na maioria dos casos, tirada de poços que eram definidos como próprios ou conjugados; e geralmente não era filtrada, vez que a quantidade de associados que possuía filtro em casa era reduzida, o que colocava em risco a saúde; somado a isso se verifica a falta de saneamento básico, fator que aumentava a mortalidade infantil. Além de indicar as condições em que viviam essas pessoas, os dados ajudam a definir Camocim no final da década de 1960 e início de 1970, questionando a prosperidade do Porto e da Estação Ferroviária, que ficou materializada na historiografia local.

A essa época, a eletricidade ainda não cobria todo o município, o que justifica a maioria das casas serem iluminadas a querosene. Esse item também coloca que poucas famílias tinham cama, quase a totalidade dos trabalhadores que compunha o SPH dormia em rede³⁹⁸, pois o custo era menor, e por ser um costume nas regiões de altas temperaturas do Nordeste. O fogão quase sempre era a lenha ou a carvão, causando, muitas vezes, problemas

³⁹⁷ Gráfico elaborado com base nos dados das fichas de inscrição dos associados, de 1968-1974. Em minha monografia de conclusão de curso, fiz um gráfico semelhante, mas que considerava as fichas de 1968-1972, porque o recorte temporal final de minha pesquisa era 1972. SILVA, *op. cit.*, 2011, p.51-52.

³⁹⁸ Feitas com tecidos de algodão.

respiratórios, principalmente nas crianças. O rádio, quando o associado possuía um, funcionava à pilha. Algumas donas de casa possuíam máquina de costura.

As fichas continham ainda, no final, um espaço reservado para observações, em que se registravam informações não contempladas nos itens. Na ficha do comerciante Cícero Fernandes da Rocha e da doméstica Maria da Conceição Moraes, sua esposa, por exemplo, registra-se que “Os sócios não são casados no civil, no entanto, têm dois filhos registrados” e o “nº. de inscrição em: 1968 – 03, 1970/71 – 184, 1972 – 61”³⁹⁹.

Embora elas deem conta apenas dos associados de 1968-1974, durante esse período, foram atualizadas anualmente. Prova disso é o item “situação jurídica” dos dependentes dos associados, que aparece sempre com a condição de “registrado”, sugerindo que o SPH, em parceria com o SESI, já tinha regularizado sua situação perante o cartório. Outra evidência dessa atualização foi encontrada na parte referente às “observações”, onde também eram anotadas as alterações do número de inscrição nos anos subsequentes à associação, como exemplifiquei acima. Essa atualização era necessária, por exemplo, para fazer um levantamento da demanda de alunos que cursariam, no ano seguinte, cada série, facilitando, assim, o planejamento das escolas.

Diante do que foi discutindo ao longo do capítulo, pude perceber que o SPH reuniu, em torno de si, diversas categorias de trabalhadores, as quais tiveram participação diferenciada nas atividades realizadas. Ele foi se articulando a outras organizações para conseguir apoio financeiro e técnico. Estes recursos, por vezes, foram empregados de forma diferente das finalidades originais das instituições doadoras, ou seja, foram ganhando novos fins na dialética da ação prática dos trabalhos. A forma como o SPH desenvolveu esses trabalhos foi interferindo na realidade social dos trabalhadores, modificando hábitos, costumes, modos de se organizar e de trabalhar.

³⁹⁹ UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, nº. 061, do comerciante Cícero Fernandes Moraes, admitida a 26 de abril de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

Capítulo 3

Experiência e memória

Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade a partir de seu próprio ponto de vista. Nesse sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência, que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar modos como narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social.

Yara Aun Khoury, 2004

O propósito deste capítulo é discutir a participação das mulheres na realização dos trabalhos do Serviço de Promoção Humana (SPH), quer como professoras, estudantes, participantes de cursos profissionalizantes, como domésticas e agricultoras no cultivo de hortas e roçados, na construção dos núcleos e centros, quer como dirigentes das equipes de trabalho que compunham a instituição. Por meio da articulação das memórias de professoras e ex-alunos das escolas organizadas pelo SPH, pretendo também discutir as experiências desses trabalhadores no movimento das atividades educacionais, trazendo para a pauta os significados que os sujeitos estão atribuindo às suas práticas e o seu retorno à cidade a partir da perspectiva das transformações por que passaram na dialética do seu fazer-se dentro do SPH, e apontando para a relação entre memória e história.

Estudar as experiências de trabalho dessas mulheres é uma forma de reconhecer que suas lutas pela sobrevivência não passaram despercebidas. Como afirma Maria Odila Leite da Silva Dias, “incorporar à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder e, às vezes, do próprio processo produtivo.”⁴⁰⁰

Do mesmo modo, trazer as experiências dos trabalhadores associados ao SPH no interior das atividades educacionais por meio de suas memórias, significa valorizá-las enquanto dimensão constitutiva de outras histórias sobre as experiências vividas e sobre a cidade. Em outras palavras, significa buscar, segundo compreensão de Yara Aun Khoury, “modos como narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na realidade social”⁴⁰¹.

⁴⁰⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 15.

⁴⁰¹ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 125.

3.1. Histórias que contam: as mulheres

Ao longo da discussão das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores associados, ficou evidente a presença das mulheres. Elas assumiram os trabalhos das escolas, atuando como professoras e secretárias, articulando-se para angariar fundos para a manutenção das escolas. Cultivaram horta comunitária e, junto aos homens, fizeram roçados, trabalharam na construção das sedes do SPH em diferentes bairros na cidade e na zona rural. A equipe de trabalho “Nosso Lar”, que, posteriormente, conquistou sua personalidade jurídica, foi criada por uma mulher, a religiosa Francisca Maria Bicharra. Era um projeto que acolhia mulheres que desejavam deixar de trabalhar como prostitutas, através de cursos profissionalizantes como os de artesanato, corte e costura, culinária e de alfabetização. É considerando a relevância das mulheres dentro da instituição que me proponho a falar de suas experiências com maior ênfase nas páginas seguintes.

Na Relação de professores de 1967-1979, feita pela diretoria do SPH, dos 95 docentes, 84 são mulheres⁴⁰². Geralmente, elas ministravam aulas no bairro onde moravam. Além das atividades pedagógicas, mobilizavam-se para conseguir materiais didáticos; organizavam festas dançantes, leilões, rifas, quermesses para levantar fundos que seriam empregados no concerto de cadeiras, na pintura das escolas; preparavam alunos para apresentar dramatizações, poesias, interpretar músicas, fazer homenagens às mães nas reuniões mensais dos trabalhadores associados⁴⁰³, onde elas também apresentavam esses números, entre outras atividades. Veja um trecho de uma entrevista realizada com algumas delas – Francisca das Chagas de Oliveira Souza, Maria das Dores Alexandre Fernandes (conhecida por Cemilda), Maria de Fátima Bento Vasconcelos e Rita Rodrigues Pereira – e com a secretária da Escola de Promoção Humana (EPH), Terezinha do Nascimento Mendes Paulo:

⁴⁰² Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Núcleo de Estudo e Documentação Histórica (NEDHIS). Serviço de Promoção Humana (SPH). Relação de professores de 1967-1979. Pasta E – Educação Geral.

⁴⁰³ Nas atas de 1968-1980, é comum encontrar registros nesses termos: “Os alunos do curso de alfabetização, a cargo da professora (sic) Nazaré Agostinho, entoaram o Canto ‘Nossa Escola’”, “Uma equipe de alunos, a cargo da Srta. Zilma Carvalho, interpretou a canção italiana ‘LA POLLENTA’”, “Os alunos e as professoras (sic) da Escola Pedro Apóstolo (EPA) entoaram o Hino Cisne Branco” – na reunião do dia 06 de maio de 1969, fl.20-22 –; “Os alunos da Escola Pedro Apóstolo, Antonio Caetano e Maria José Sousa, a cargo da professora Nazaré Agostinho, fizeram a interpretação conjunta da poesia ‘Pescaria’ e da canção ‘Pescador’”, “A sessão foi encerrada com o Hino do Trabalhador, cantado pelos alunos do Curso 61, do SESI, em cooperação com o SPH, a cargo da Professora Francisca de Lima Brito.” – reunião do dia 1º de maio de 1969, fl. 18v-20 –; “A sessão foi aberta com o Hino da EPA, cantado por alunos e professoras” – reunião do dia 08 de agosto de 1969, fl.23v-24v –; “Um grupo de alunos, a cargo da profa. Maria do Carmo Morel, fizeram (sic) uma dramatização alusiva a Tiradentes – reunião do dia 21 de abril de 1970, fl.34v-37v –; “Um grupo de alunos do jardim de Infância, do SPH, sob a responsabilidade da profa. Maria Nazaré Agostinho, interpretou o canto ‘Estudando e trabalhando na Escola’” – reunião 10 de maio de 1970, fl. 37v-38v. UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Atas, 1968-1980. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

Rita – [...] naquele momento... festivo, que a gente fazia... momentos sociais... Qual é a mãe que não gosta de ver seu filho... cantando, recitando, fazendo parte do coral ou desfilando, né, fardadinho ou arrumadinho [...]? Eu lembro num desfile do “7 de setembro” que a gente não tinha nem tamborzinho pra tá batendo... Pra gente marchar, a gente ia era emprestado... O tiro de guerra, só era aquilo que tinha. Então, ele [o Sargento Luís Eluís Bezerra, da Marinha de Guerra e não do exército]⁴⁰⁴ ensaiava com um, ensaiava com outro, e no dia 7 passava. Aí, ele acompanhava, deixava isso lá, voltava, pegava [...].

Francisca Oliveira – Era.

Rita – [...] E, aí, a gente ficou um pouco atrás e quando foi na hora que não chegou, vamo passar sim, vamo. O Bené foi na frente, com a camisa do SPH aqui no... [aponta para o peito]

Francisca Oliveira – Amarelinha.

Rita – [...] e o resto da cambada atrás [risos], né? Mas desfilamos e passamos. Então, era, assim, era uma ousadia, né?

Cemilda – Era.

Francisca Oliveira – Ninguém temia.

Rita – [...] o povo do SPH era ousado, né? Eles não... deixava... Era pra desfilar? Era! Tivesse tambor ou não tivesse, a gente ia. Então, foi muito assim... Foi até contaminado por aquele momento, né?

[...]

Terezinha – As professoras, com muito amor, com muita... boa vontade, elas fazia, a cada festividade, elas fazia, homenageava as mães. Em época de páscoa... Elas homenageavam as mães, fazia festa. Festa das mães, elas faziam as festinhas. Todas as mães ganhavam presentes. Então, como a gente, elas conseguiam. “Nós”, porque eu também ajudava, eu não ficava de camarote, não, eu entrava também no pacote. Então, o que elas faziam, nós fazia. Nós fazia bingo na Promoção Humana, né, de uma garrafa de cerveja e um galeto, convidava a todos os... amigos e vinham. Aquele dinheiro, que era arrecadado, era para a festinha das mães...

[...]

Cemilda – Promovia festa também.

Terezinha – Promovia as festinhas das mães.

Francisca Oliveira – “Ave, Maria”, aquelas [festas]... foi bom demais...

Terezinha – Festa...

Francisca Oliveira – [...] dançante com o Antonio Basil, né?

Cemilda – Era.

Terezinha – Fazia as festas com um conjunto do Antonio Basil, depois...

Francisca Oliveira – [...] ficava na porta. Ainda tem gente intrigada comigo. Só dançava as moças, mulher ia pra lá não dançava... Ainda hoje tem muita gente intrigada comigo...

⁴⁰⁴ Professora Rita não concluiu seu pensamento, referiu-se ao Tiro de Guerra, que também estava presente no desfile, e depois se referiu ao sargento da Marinha usando apenas o pronome “ele”. Na reunião do dia 7 de setembro de 1969, o secretário do SPH, José Ferreira dos Santos registrou: “entrega de uma dádiva, pela Profa. Aurila Cavalcante ao Sr. Sargento Luís Eluís Bezerra, da nossa Marinha de Guerra, como preito de gratidão do SPH, conforme expressou a Professora (sic), pela maneira dedicada de preparação dos alunos para a “Parada”, daquele dia; tendo o militar proferido palavras de agradecimento, sensibilizado.” UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 7 de setembro de 1969, fl. 25v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

Terezinha – Então, promovíamos festa. A Cemilda ia pro bar mais o namorado; a Fátima e eu ficava na portaria.

Maria de Fátima – E eram festas boas.

Francisca Oliveira – Deixava a portaria...

Terezinha – E era assim, o...

Rita – [...] a festa... aqueles momentos foram criados, assim, numa reunião, a gente discutindo que a gente precisava... Aumentando o número de aluno, aumentando o número de professor... também as mães. Elas, às vezes, uma mãe só... tinha um filho e era sócia e tinha contribuição X, mas se ela tivesse três filhos, ela tinha a mesma contribuição. [...]

Francisca Oliveira – Ganhava por cada aluno.

Rita – [...] porque tinha muitos filhos, então, a gente resolveu, discutiu em reunião e tudo os três núcleos e resolveu cada mês um núcleo ficava responsável pela festa. Agora, cada um organizava, o grupo organizava e todo mundo ajudava. Então, a gente ia pra São Francisco, né, que era o único local que tinha. Contratava um faísca som [conjunto musical], não era? Que era da Mirian, do Davi [...]

Cemilda – Era mais espaçoso [o Centro Comunitário São Francisco (CCSF), no bairro de mesmo nome].

Francisca Oliveira – Foi lá que eu arranjei o meu *brother*.

Rita – [...] pronto.

Francisca Oliveira – [...] meu bichinréi... [risos]

Rita – E lá a gente ficava na porta, vendia os cartões... Mesas...

Terezinha – Foi lá que eu arranjei o meu também [risos].

Rita – [...] As mesas... a gente vendia lá fora pra alguém. Assim... que a gente sabia que não ia, às vezes, a gente nem botava nem mesas. Mas a gente ia vender pra aquelas pessoas que a gente sabia que não ia... Só comprar pra colaborar. Então...

Francisca Oliveira – Era muito bom demais!

Rita – [...] a gente... fazia isso e o dinheiro prestava conta com o seu Zé dos Santos.

Francisca Oliveira – “Ave, Maria!” [faz um gesto atemorizado]

Rita – [...] porque era, assim, uma prestação de conta que tinha que ser *ipsi litteris* [igual ao arrecado]. Então, produto da arrecadação de festa dançante... fazia bem direitinho, prestava conta e depois esse dinheiro retornava pra nós, seu Zé dos Santos recebia... E, olha só, nós apurávamos o dinheiro, prestávamos conta de tudo que tinha entrado e seu Zé dos Santos, depois, pagava a gente com o dinheiro que nós tínhamos arrecado, né? Então, às vezes, é... a gente ficava na porta ali e tava já no final da festa... Uma vez, já tava no final, eles queriam dar aquela entradinha: “não, deixa eu dar uma entradinha”, isso e aquilo outro...

Francisca Oliveira – A hora do pobre, né?

Rita – [...] a hora do pobre, né? “Mas toda festa o cara entra de graça no final”! Eu digo, “não, aqui você vai dar a metade”. Aí o cara me puxou aqui, tacou... o cotovelo, aqui, nas... minhas costelas, né, me empurrando, que era para entrar. Então, era assim, no mês que a gente começou a se preocupar em trazer a polícia pra ficar mais perto, porque a gente... era tão atrevida que a gente fazia a festa era só nós.

Terezinha – Era.

Cemilda – Era só mulher.

Francisca Oliveira – Isso.

Rita – [...] só mulher. Então, tinha um mês, a responsável de organizar era o São Francisco, outra vez era o São Pedro, outro mês era o Cruzeiro.

Francisca Oliveira – Mas era bonito, mas era muito bem feito.

Terezinha – Aí tudo isso [...]

Maria de Fátima – [No bairro] São Pedro também tinha o cine São Pedro, né?... era uma parte social também dos jovens, né?

Francisca Oliveira – Era muito bom!

Terezinha – Programava a festa também quando a escola tava precisando de pintura... quando estava precisando de ajeitar as carteiras, as cadeiras, né?

Rita – Os pais dos alunos ajudavam...

Terezinha – Aí fazia isso. Então, as pessoas colaboravam com o máximo prazer. As mãezinhas... Tinha mãe que também não deixaram de colaborar, participava porque tinha também a associação e quem tivesse em dias com a associação, com aquela contribuiçõzinha, bem pequeninha, mas bem simbólica, também tinha os alimentos que vinham e as pessoas... as pessoas pra receber... da Cáritas, né?

Rita – Da Cáritas [...]

Terezinha – Pra receber tinha que tá em dias porque...

Francisca Oliveira – Era...

Terezinha – [...] era a maneira...

Rita – [...] era um critério, né?

Francisca Oliveira – Claro.

Terezinha – [...] que a gente tinha, né, de organização.

Francisca Oliveira – [...] de organização.⁴⁰⁵

Essas falas permitem apreender como as professoras iam se articulando para contribuir com os trabalhos do SPH. Colocando-se enquanto sujeitos, elas iam preparando os alunos para homenagear suas mães, para desfilar no “7 de setembro”, ainda que faltasse o “tamborzinho” orientador dos passos, sem deixar de atribuir isso à determinação e à “ousadia” que tinham naquele momento para participarem do desfile. A fala de Rita: “a gente não tinha nem tamborzinho pra tá batendo... pra gente marchar”, pode estar se referindo também ao esforço empenhando no dia a dia para desenvolver as atividades escolares sem muitos recursos e não apenas no “Dia da Pátria”.

Suas memórias indicam modos de se organizar, de se divertir e de se relacionar, quando discorrem sobre a decisão de que a cada mês um centro ou núcleo ficaria responsável pelo levantamento de recursos para manter as atividades e da cooperação entre eles; bem como, sobre o bingo de cerveja e frango, as festas dançantes, organizadas só por mulheres, do enfrentamento aos homens que desejavam passar pela portaria sem pagar, quando já estava no

⁴⁰⁵ SOUZA, Francisca das Chagas de Oliveira; FERNANDES, Maria das Dores Alexandre; VASCONCELOS, Maria de Fátima Bento; PAULO, Terezinha do Nascimento Mendes; PEREIRA, Rita Rodrigues. Camocim-CE, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

final da festa, dos namoros, do envolvimento das famílias dos alunos, que compravam os comes-e-bebes organizados por elas no momento dessas festas, mesmo sem participar delas... Ao reafirmar que as festas eram feitas só por elas, só por mulheres, estão pretendendo demarcar seu engajamento nos trabalhos do SPH e o enfrentamento dos preconceitos contra as mulheres quando a sociedade definia que organização e portaria de festa eram atribuições dos homens.

Por outro lado, a fala da professora Francisca Oliveira: “[...] ficava na porta. Ainda tem gente intrigada comigo. Só dançava as moças, mulher ia pra lá, não dançava... Ainda hoje tem muita gente intrigada comigo...”, revela o cuidado para manter a moral e os valores vigentes, os quais discriminavam a mulher prostituta, proibindo o seu acesso aos espaços sociais frequentados por famílias. Indica também que as festas eram para um público seletivo, provocando conflitos pessoais entre suas organizadoras e as pessoas privadas de participar delas. A fala também aponta para o caráter destemido de Francisca Oliveira. Segundo o que contam seus contemporâneos – quando perguntei por que a chamavam de “Chica Fumaça”, na época – “era uma pessoa boa de briga” e que “não levava desaforo para casa”.

É importante ressaltar que a participação nessas festas e a organização de bingos, bem como de rifas, tertúlias, quadrilhas, as quais não mencionam nesse trecho da entrevista, não eram apenas momentos de trabalho, mas também de diversão para elas e de estabelecer relações com os rapazes. A professora Francisca Oliveira e a secretária Terezinha afirmam que essas festas eram, para os jovens, um meio de diversão e que foi durante elas que conheceram seus esposos.

A afirmação das professoras de que a contribuição do trabalhador associado, feita a partir de seu salário e não do número de pessoas da família, não era suficiente para arcar com as despesas da escola, inclusive com a gratificação delas mesmas para comemorar os dias das mães – data que ganhou relevância ainda maior por coincidir com o mês de aniversário da instituição e de um dos seus diretores presidentes, o então padre Benedito Genésio Ferreira –, por exemplo, põe em evidência a composição familiar da maioria dos trabalhadores, com grande quantidade de filhos. Também aponta para o crescimento do quadro de associados, quando indica o aumento de alunos, professoras e mães, que, conseqüentemente, gerou a necessidade de mais recursos para manutenção das atividades escolares.

Diz da relação entre elas e o tesoureiro de então, José Ferreira dos Santos, dando ênfase ao seu rigor na prestação de contas. A expressão do rosto da professora Francisca Oliveira, quando a professora Rita estava falando que precisava prestar conta de tudo que arrecadava, é sugestiva de que a relação com ele não era fácil. O fato de receberem a

gratificação pelo trabalho nas escolas como professoras a partir dos recursos que levantavam denota a sua dedicação ao ensino, as dificuldades para conseguir o seu sustento e que a própria instituição não dispunha de muitos recursos financeiros.

Ainda traz indícios para entender quais as expectativas que muitos tinham ao participar do SPH, quando afirmam que as mães davam uma contribuição “simbólica” para ter direito aos alimentos que eram distribuídos pela Cáritas Brasileira, através do Escritório Diocesano de Sobral, sugerindo também que a situação econômica das famílias dos alunos não era boa.

Percebe-se, diversas vezes, nesse trecho da entrevista, que as professoras vão confirmando ou concordando com o que a outra está dizendo, ou repetem algumas vezes sua própria fala como uma forma de dar ênfase a determinadas experiências. De acordo com Alessandro Portelli, “estes *procedimentos* da oralidade põem em evidência o trabalho da palavra, da memória, da consciência.”⁴⁰⁶ Apontando, aqui, para quais memórias estavam querendo instituir, ou seja, o quê e como gostariam que fosse conhecidas suas experiências.

A professora Zilma Carvalho de Araújo Ferreira⁴⁰⁷ também contou como participava das comemorações do dia das mães em entrevista:

Zilma – Tinha um dado também, assim, importante, que, eu acho interessante, né? Como professora e como pedagoga que eu sou hoje, a importância daquele trabalho que eu fiz naquele tempo... Quando a gente fazia as festinhas do dia das mães... as crianças... era tudo com muita dificuldade, né? E eu... Estou falando da minha parte, mas as professoras também faziam, todas... A minha metodologia era essa de fazer logo, procurar fazer os ingredientes do bolo para a festa das mães. Além dos números que tinham que ser apresentados, a gente organizava um lanche para as mães e eu passava um mês antes colhendo das crianças, quem era que podia trazer... Eles iam trazendo aos poucos, né? Iam trazendo um ovo num dia, trazia outro noutro, trazia o açúcar, trazia a margarina... O certo é que, dependendo do que fosse colhido, trazido por eles, era o bolo. Se o bolo saísse um bolo grande, eles também tinham parte, se saísse um bolo pequeno era só para as mães. E eles faziam isso com tanta, tanta, assim, com tanto amor, que as próprias crianças se sentiam felizes em elas mesmas oferecer aquele pedaço de bolo com um copo de suco para as mães. E não ficavam, não tinha esse problema de briga porque de achar “eu não comi bolo”, não tinha essa confusão... essa questão porque eles já estavam preparados, sabendo que a festa era da mamãe e que eles que tinham, é, organizado a... Eu mesma era quem fazia o bolo, né? E tinha sido feito justamente com o que eles doavam, né? E era, assim, uma coisa muito prazerosa porque eles sentiam o esforço que eles tiveram de tá naquele dia fazendo aquela festa para a mãe deles, né? Eu achava isso, assim, muito importante, né?⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 69.

⁴⁰⁷ Faleceu no dia 02 de fevereiro de 2013.

⁴⁰⁸ FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma Carvalho de Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

Professora Zilma aproveita o momento de preparação da “festinha das mães” para trabalhar, por meio da prática, noções de cooperação entre os alunos e de como deveriam se portar durante a homenagem às suas mães. Esse modo de educar tinha um alcance para além daquele momento. Pedir a eles que trouxessem os ingredientes para fazer o bolo não é sugestivo apenas de que a escola não dispunha de meios para arcar com todas as despesas daquela ocasião, mas uma forma de demonstrar a eles que todos poderiam ser construtores/autores daquela festa e percebessem que o tamanho do bolo dependeria do esforço de cada um, compreendendo que o resultado daquilo que se faz em qualquer circunstância do cotidiano depende do esforço empenhado de quem está envolvido no processo. Isso incidia, ainda, sobre a maneira de se comportar socialmente.

Dessa forma, demarcando como referência a professora e a pedagoga que é “hoje”, Zilma atribui a importância daquele momento ao esforço de cooperação dos alunos e à felicidade deles ao se sentirem sujeitos construtores de tal momento, manifestada nas expressões de seus rostos quando entregavam às suas mães uma fatia de bolo com um copo de suco.

Também indica, nesse trecho de nosso diálogo, que não havia uma forma única de participar do desenvolvimento dos trabalhos no SPH para além da sala de aula, dependia muito da criatividade da própria professora. Indicando ainda que as professoras, articuladas aos seus alunos, eram as responsáveis pela homenagem às mães que ocorria durante as sessões mensais dos trabalhadores associados no recinto da Igreja de São Pedro, como evidenciam as atas.

O envolvimento das mulheres nos trabalhos de educação não se restringiu ao espaço escolar. Também abarcou as atividades desenvolvidas no “Nosso Lar”, criado como uma equipe de trabalho do SPH, em 27 de março de 1967, e transformada, em 21 de julho de 1971, em uma instituição com personalidade jurídica⁴⁰⁹. O relatório de atividades do SPH, de 1962-1968, define o “Nosso Lar” como “um centro de recuperação, reintegração e de promoção de ‘mulheres marginais de vida livre’ [prostitutas], e de ajuda promocional às Mães pobres, sócias do SPH.”⁴¹⁰. Outro relatório, de 09 de junho de 1968, afirma que “Essas jovens recebem diariamente aulas. Pela manhã, aulas de letras. Quase todas eram analfabetas. Pela

⁴⁰⁹ É válido ressaltar que, após a conquista da personalidade jurídica, o “Nosso Lar” continuou participando na composição das equipes de trabalhos do SPH. Conforme as atas das assembleias eleitorais de 1972 e 1974: UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 12 de fevereiro de 1972, fl. 60-65v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas. UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 16 de abril de 1972, fl. 84-85v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas. Respectivamente.

⁴¹⁰ UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 18. Pasta V – Relatórios. 1969.

tarde, recebem aulas de artes femininas: corte e costura, arte culinária, aprendizado doméstico etc.”⁴¹¹

Não quero aqui dar ênfase a essas mulheres como vítimas, como rotulava a sociedade da época, mas como sujeitas e trabalhadoras que estavam buscando, dentro dos limites e pressões impostas pela sociedade, outros modos de viver. Enquanto constituíam-se a partir de novos saberes, elas constituíram a própria instituição, confeccionando fardas para os alunos da Escola Pedro Apóstolo (EPA), fazendo as refeições para os participantes dos cursos, encontros, sessões e treinamentos organizados pelo SPH, fazendo doces e salgados para vender – cujo valor arrecadado era empregado na compra dos materiais para os cursos que participavam e para outras despesas da instituição –, organizando um bazar a partir de roupas remontadas que receberam da Cáritas Brasileira, através do Escritório Diocesano de Sobral, para citar alguns exemplos.

O diretor-presidente do SPH da época em que foi criado o “Nosso Lar”, o então Padre Benedito Genésio Ferreira⁴¹², afirma que a freira Francisca Maria Bicharra, responsável pela instituição – de origem sírio-libanesa, que pertencia a Ordem das Capuchinhas, que ainda hoje tem uma casa em Camocim, chamada de Instituto São José –, “em suas viagens para Fortaleza, sempre percorria as repartições públicas à procura de material didático, de livros, de convênios, de... ajudas financeiras para as professoras.”⁴¹³, colaborando, assim, não apenas com o “Nosso Lar”, mas também com as atividades das escolas organizadas pelo SPH.

Considerando o propósito dos trabalhos desenvolvidos com mulheres jovens – que viviam submetidas a madames de cabarés e que desejavam encontrar uma alternativa de trabalho⁴¹⁴ – de contribuir para que elas criassem meios de se sustentar sem ter que recorrer à prostituição, a iniciativa da freira Francisca Maria Bicharra em criar o “Nosso Lar” parte dos valores morais e das normas defendidas pela Igreja Católica e pela sociedade da época⁴¹⁵, com

⁴¹¹ UVA. NEDHIS. SPH. Relatório resumido das atuais atividades do SPH, 09 jun. 1968, p. 1. Pasta V – Relatórios.

⁴¹² Mesmo que ele tenha pedido licença em 1976 para casar, usarei a denominação Padre Benedito, quando estiver me referindo ao recorte temporal dessa pesquisa. Contudo, quando estiver me referindo ao presente, utilizarei a denominação professor Benedito. Portanto, para evitar equívocos, padre Benedito e professor Benedito são a mesma pessoa em tempos históricos diferentes.

⁴¹³ FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral-CE, 28 out. 2010. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

⁴¹⁴ Numa carta do SPH enviada à Ação do Episcopado Alemão Contra a Fome e a Doença no Mundo (MISEREOR), solicitando colaboração financeira para montar uma oficina de corte e costura, afirma-se que “após uma pesquisa em vários bairros de Camocim, constatou-se o seguinte: há dezenas de jovens prostitutas, até mesmo menores, ansiosas por abandonarem essa vida infra-humana de miséria espiritual e material em que vivem há vários anos, e não encontram meios e nem apoio.” UVA. NEDHIS, SPH. Carta do SPH a MISEREOR. 27 abr. 1968. Pasta I – “Nosso Lar”.

⁴¹⁵ O relatório de atividades de 1962-1968 registra as contribuições recebidas para a instalação da sede do “Nosso Lar” e montagem de seus cursos: da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, por meio do seu vigário, Mons. Inácio Nogueira Magalhães, que colocou à disposição uma Casa à Rua General Sampaio para

o objetivo claro de intervenção social. Em uma carta enviada à Ação do Episcopado Alemão Contra a Fome e a Doença no Mundo (MISEREOR), o SPH expunha a meta da instituição: “Fazer uma reeducação e, sobretudo, uma reintegração dessas ‘pessoas marginais’ na sociedade em [que] vegetam e definham lentamente.” (sic)

Essa reintegração sugere que tais mulheres viviam segregadas do convívio social. Por causa da discriminação e do preconceito contra elas, moravam nos limites da cidade, na chamada zona praieira, como mencionei no capítulo anterior. Assim, na visão da época, seria necessária uma mudança de postura no modo como viviam e trabalhavam para terem o direito de ir e vir na cidade e conviver no meio das outras pessoas.

É preciso atentar-se para a contradição, naquela época: na maioria dos casos, eram os homens da mesma sociedade que discriminavam a prostituição, que rejeitavam e segregavam as pessoas que viviam dela, que mantinham as casas de prostituição, ou seja, eram os ditos “homens de bem”, intransigentes na defesa da honra de suas famílias, quem mantinham relações sexuais com as prostitutas. Ademais, elas não nasceram no prostíbulo. Saíram também dos lares constituídos pelas figuras familiares, pai, mãe e irmão. O resultado de uma pesquisa realizada pela freira Francisca Maria Bicharra, na Rua das Flores, atual General Sampaio, Gameleira, hoje marechal Deodoro da Fonseca, e na Rua Macedo, atual Santos Dumont, onde, na época, ficavam localizada as casas de prostituição, aponta como causas que levaram as entrevistadas a trabalhar como prostitutas: “[...] desajustamentos na família e, por isso, rejeitadas (sic) pela mesma, até intrigas entre irmãs [...]”⁴¹⁶.

sede do “Nosso Lar”; da Casa de São Pedro, onde morava o padre encarregado da igreja São Pedro e onde funcionava a secretaria do SPH, que cedeu sua cozinha para o curso de culinária; da Prefeitura Municipal de Camocim, que providenciou a instalação elétrica de sua sede e cedeu uma Biblioteca escolar enviada pela COLTED; do Deputado Murilo Aguiar, que ofertou à Irmã Francisca uma máquina de costura, marca “Minerva”, e se responsabilizou pela instalação do serviço de água; da firma Pedro Aragão, de Camocim, que ofertou uma lavanderia; do Edmundo Moreira, através do Conselho Comunitário de Camocim, que doou uma Máquina de costura, marca “Singer” e um aparelho de pontos para costura, da agência local do SESI, com disponibilização de recursos físicos e humanos para a realização dos cursos de Letras e da MISEREOR, sob a responsabilidade dos bispos alemães, que colaborou financeiramente para comprar máquinas e materiais para a oficina de corte e costura. Essas contribuições também são indicativas do interesse em intervir nos modos de vida daquelas mulheres. Ler UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 18-19. Pasta V – Relatórios. 1969. Outro indicativo da preocupação da Igreja com a questão da prostituição se encontra na circular de 11 de fevereiro de 1972, que citei no capítulo 1 – escrita pelo bispo Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro e endereçada a sacerdotes, religiosas, leigos etc. – que trata da campanha da fraternidade daquele ano e de dar destaque ao trabalho de “promoção da mulher marginalizada”. UVA. NEDHIS. SPH. Circular/72 do bispo Dom Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro ao Padre Benedito Genésio Ferreira, então diretor-presidente do SPH e encarregado da Igreja São Pedro, em Camocim, 1972, p. 2. Pasta D – Correspondências, 1972.

⁴¹⁶ UVA. NEDHIS. SPH. Resultado de uma pesquisa junto às mulheres marginais, realizada em 30 de março de 1967. Pasta I – “Nosso Lar”.

Em uma publicação de Mylton Severiano da Silva⁴¹⁷, na *Revista Realidade*⁴¹⁸, em que trata sobre a prostituição e a exploração sexual em São Paulo, na década de 1960, ele aponta para as contradições existentes dentro da sociedade que reconhece a prostituição como uma violação de sua moral e de seus valores e que, simultaneamente, procura justificá-la como “mal necessário” e “válvula de escape”, usando seus termos. Procurando fundamentar essa contradição, Silva cita uma frase de Catão, “virtuoso político romano”, ao surpreender um jovem saindo de um prostíbulo, “‘Catão: – Muito bem... é melhor os moços frequentarem (sic) os prostíbulos do que importunarem as mulheres de família.’”⁴¹⁹ Neste sentido, por mais paradoxal que fosse, a prostituta preservava a moral, segundo Carmen da Silva *apud* Silva, “a moral da família do mocinho que a corrompeu, do senhor rico que a tirou da fábrica, do patrão que lhe pagava salário de fome.”⁴²⁰

A denominação dos cursos de arte culinária, de arranjo de flores, corte e costura, os quais foram escolhidos para a formação dessas mulheres⁴²¹, referendados pelo relatório de atividades de 1962-1968 como “artes femininas”, desnuda uma sociedade machista que determina atividades dessa natureza como tarefa que compete só às mulheres.

Nessa direção, enquanto religiosa que era Francisca Maria Bicharra, os trabalhadores desenvolvidos sobre sua orientação visavam formar as mulheres para exercer papéis socialmente aceitos e serem boas cristãs, provocando mudanças em seus modos de viver, de

⁴¹⁷ Editor de texto, fez parte do primeiro grupo de Revista REALIDADE, saindo em 1968 e retornando por curto período em 1969. Em 2013, publicou o livro *Realidade – história da revista que virou lenda*.

⁴¹⁸ Localizei um exemplar dessa revista na Pasta I: “Nosso Lar”, no Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH). Segundo matéria de Marcelo Eduardo Leite, Carla Adelina Craveiro Silva e Leylianne Alves Vieira, publicado num site sobre a revista, a “REALIDADE circulou entre 1966 e 1976, mas podemos dizer que a vitalidade da sua proposta é percebida, mesmo em menores doses, até o ano de 1973, pois em seus últimos três anos a mudança é tanta que fica difícil vermos uma relação que esteja além da palavra REALIDADE. Após um período de experimentos na Editora Abril, o primeiro número de REALIDADE saiu em abril de 1966. Seus principais idealizadores eram jovens jornalistas da revista *Quatro Rodas*, que sonhavam com uma publicação voltada às grandes reportagens. Este grupo era liderado por Paulo Patarra que, além de apreciar o gênero da reportagem, já desenvolvida em *Quatro Rodas*, tinha bom conhecimento das publicações internacionais e suas formas de uso da narrativa fotográfica, sobretudo as revistas *Life*, *Look* e *Paris Mach*. Ao mesmo tempo, os donos da editora tinham em mente lançar uma revista semanal, a ser encartada em alguns dos principais jornais do país, projeto que não deu certo.” LEITE, Marcelo Eduardo; SILVA, Carla Adelina Craveiro; VIEIRA, Leylianne Alves. *Realidade: o fotojornalismo (autoral) de uma revista*. Disponível em: < <http://realidade.ufca.edu.br/index.php/a-fotografia?start=18> > Acesso em: 05 jan. 2015. De acordo com um blog sobre a revista, Seu “estilo era bastante ousado, especialmente para uma época marcada pela ditadura (o que fez com que algumas edições fossem censuradas pelo governo). A revista passou por diferentes fases, mas sua marca registrada sempre foi o rompimento com o jornalismo tradicional. Suas capas eram reconhecidas pela irreverência e os redatores possuíam autonomia e liberdade para redigir suas matérias.” REALIDADE. Sobre a Revista. Disponível em: < <http://realidade-revista.blogspot.com.br/p/sobre-revista.html> > Acesso em: 03 jan. 2015.

⁴¹⁹ SILVA, Mylton Severiano da. “Vida difícil: prostituição”. *Realidade*, São Paulo, n.28, p. 133, jul. 1968.

⁴²⁰ *Idem*.

⁴²¹ A relação desses cursos, que encontrei na Pasta I – “Nosso Lar”, traz o nome de algumas dessas mulheres, não os cito aqui por questões éticas, vez que uma das políticas da freira Francisca Maria Bicharra foi preservar a imagem delas e por causa do preconceito que muitas pessoas ainda hoje expressam contra elas.

trabalhar, de se comportar e de se relacionar com as outras pessoas. Com essa perspectiva, considerava que a educação e a formação profissional oferecida a elas proporcionariam, segundo o relatório de atividades, “acesso a um meio social mais digno e mais honroso.”⁴²²

Dos três Clubes de Mães organizados pelo SPH, em 1968, dois funcionavam no “Nosso Lar”. As mães também recebiam aulas de letras, participavam de cursos de bordados, de culinária; as grávidas recebiam orientações sobre a gestação e os cuidados com o recém-nascido, confeccionavam ali mesmo o seu enxoval⁴²³. O documento Preito de Gratidão, de 1969, afirmava que, entre suas atividades, existia o “Clube de Mães com 49 assistidas, que procuram, com grande interesse, adquirir conhecimento relativos à vida do lar.”⁴²⁴

Esse documento reafirma a preocupação em preparar a mulher para ser boa esposa, boa mãe, ser capaz de cozinhar, para cuidar da limpeza da casa e da família, de coser as roupas do próprio marido e dos filhos. Ainda assim, a formação recebida nos clubes poderia possibilitar à mulher um novo papel dentro da família e na sociedade, por exemplo, aprender a costurar permitia também confeccionar roupas para outras famílias e ajudar no sustento da casa, o que poderia levar a uma autonomia financeira em relação ao marido; se fosse uma boa profissional, poderia se tornar uma costureira de referência na cidade.

A União Feminina de Assistência à Natalidade e ao Ancião (UFANA) também nasceu como uma equipe de trabalho do SPH, constituída só por mulheres, e conquistou sua personalidade jurídica em 04 de dezembro de 1968. Era organizada por mulheres de famílias de influência política ou econômica, como Beatriz Veras (presidente), esposa do líder comunista perseguido pela ditadura civil-militar Joaquim Rocha Veras, conhecido como Quinca Veras⁴²⁵; Raimunda Fonteles Nóbrega (secretária)⁴²⁶, esposa de um grande comerciante da época, Anastácio Nóbrega; e Maria Alice Veras (tesoureira)⁴²⁷, esposa do gerente do Banco do Brasil Mardônio Veras.

⁴²² UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968, p. 18. Pasta V – Relatórios. 1969.

⁴²³ Atividade mencionada na entrevista com SOUSA, Maria de Jesus dos Navegantes de. Camocim-CE, 06 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁴²⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Preito de Gratidão, 1969. Pasta V – Relatórios.

⁴²⁵ Joaquim Rocha Veras, conhecido como Quinca Veras, era comunista. Foi membro do Conselho Fiscal do Camocim Club. Na década de 1940, atuou como secretário da Associação Rural de Camocim e da Sociedade de Pequenos Agricultores do Município de Camocim. Sempre que solicitado, Quinca Veras colaborava com as obras assistenciais da Igreja. Também se candidatou à Câmara Municipal de Camocim. Informações com base em SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim (1927-1950)**. 2. ed. Sobral: Edição do autor. 2011, p. 18,39, 55 e 68. Dentro do SPH, participou da construção da Vila Operária.

⁴²⁶ Sua família era envolvida nas obras sociais da Igreja e do SPH.

⁴²⁷ Era muito envolvida nos trabalhos filantrópicos em Camocim. Nessa época, ser funcionário do Banco do Brasil era um dos cargos mais cobiçados e mais bem pagos. A agência do Banco do Brasil em Camocim é a segunda instalada no Ceará, de acordo com SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970**. 2008. 257 f. Tese (Doutorado em

Seu principal núcleo de trabalho era o Clube de Mães que funcionava no “Nosso Lar”. Dava assistência também às prostitutas que formavam o quadro de estudantes da instituição organizada pela Freira Francisca Maria Bicharra e à velhice abandonada. Beatriz Veras, Raimunda Fonteles Nóbrega e Maria Alice Veras, quinzenalmente, realizavam encontros em suas próprias residências, onde eram discutidos temas diversos⁴²⁸ que atendiam aos interesses dos três grupos com quem trabalhavam.⁴²⁹

Na administração do médico José Maria Primo de Carvalho como prefeito de Camocim (1971-1972), em reconhecimento ao trabalho que a UFANA realizava na cidade, doou uma quadra com uma casa entre a Rua Santos Dumont e a Rua Humaitá, no bairro dos Coqueiros, para ser usada em função de suas atividades.

Como discuti no capítulo anterior, quando me referia aos trabalhadores que constituíam o SPH, as mulheres também foram as responsáveis pelo cultivo da Horta Comunitária, no Núcleo Central/São Pedro. O trabalho tinha o propósito de contribuir com a alimentação de suas famílias, incrementando novos ingredientes em sua dieta, modificando seus hábitos com o consumo de legumes, verduras e frutas e incentivando a criação de hortas-modelo nos quintais de suas casas.

As mulheres que participavam dessas atividades também recebiam da Cáritas Brasileira alimentos, roupas e calçados. Assim, a constatação de que essas doações iam além da questão do assistencialismo parte do fato de que eram feitas nas frentes de trabalho. Não se ganhavam alimentos, roupas e calçados simplesmente porque precisavam, mas pela participação no desenvolvimento das atividades organizadas pelo SPH.

Outras mulheres domésticas e agricultoras se envolveram na construção de roçados comunitários juntamente com seus maridos, para contribuir com o sustento da família e para comprar os materiais que seriam usados na construção da sede do Núcleo Promocional de Tamboril (NTP). À medida que iam participando desses trabalhos, essas mulheres iam demarcando um espaço social ao lado do homem e ultrapassando a posição de inferioridade imposta por uma sociedade machista e conservadora. Elas também organizaram leilões,

História do Norte e Nordeste do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 68.

⁴²⁸ Quando os documentos do SPH foram organizados para serem doados ao NEDHIS, não foi encontrada a pasta que correspondia às atividades da UFANA, e as informações que encontrei nas outras pastas não trazem nenhum registro sobre os temas debatidos nesses encontros. Considerando o fato de que Beatriz e Maria Alice já faleceram, e que Raimunda, após a morte de seu esposo, encontra-se, com a saúde fragilizada, tentei localizar outros nomes para conversar sobre as experiências vivenciadas na instituição, mas não consegui nenhum até o momento.

⁴²⁹ UVA. NEDHIS. SPH. NÓBREGA, Raimunda Fonteles. UFANA. Promoção em Marcha, ano I, n. 3, 15 jun.1969, p. 1. Pasta H – Informativos.

quermesses (vendas de quitutes/comidas), quadrilhas e serestas com a finalidade de levantar fundos para essa construção.

Tantas outras mulheres na cidade, junto aos homens, ajudaram na construção do Centro Comunitário São Francisco (CCSF) e do Centro Comunitário Marieta Cals (CCMC). Carregavam água em baldes para fazer tijolos, ajudavam a queimá-los, faziam parte da vigia noturna, auxiliavam como serventes etc.⁴³⁰ Das 62 pessoas que participaram da “Frente de trabalho” no bairro do Cruzeiro para a construção do CCMC, 35 eram mulheres.⁴³¹ E assim contribuíram para que seus filhos tivessem escola no bairro onde moravam, e para o desenvolvimento de outros trabalhos que viriam a ser realizados nos centros, como capacitação de professoras, organização de festas dançantes para diversão da juventude e arrecadação de novos fundos para a manutenção de suas atividades, por exemplo.

Muitas mulheres também assumiram a diretoria das equipes de trabalho da instituição. O primeiro registro de eleições para constituição dessas equipes, as quais eram divididas de acordo com suas áreas de atuação, é feito em 1968, no livro de atas (1968-1980), ainda que o capítulo 2, do artigo V, do seu estatuto, aprovado na assembleia de fundação no dia 06 de maio de 1962, estabelecesse a formação de equipe para dirigir cada uma de suas atividades⁴³². A ata de 19 de outubro de 1968 registrou a eleição de seis equipes: “Serviço de Escolas”, “Serviço de Biblioteca”, “Serviço de Ambulatório e Farmácia”, “Serviço Lar da Juventude”, “Serviço de Abastecimento” e “Serviço de Horta”. Entre essas, apenas a do “Serviço de Abastecimento” foi constituída somente por homens. Nas demais, a maioria dos membros era mulher⁴³³.

⁴³⁰ Constatações feitas a partir dos relatórios de atividades supracitados neste capítulo, no livro de atas de 1968-1980, e nas memórias de trabalhadoras como Rita Helena, Maria de Nazaré, Raimunda Maria de Oliveira Faustino e Antonia Aldeniza de Souza, registradas durante as comemorações dos 50 anos do SPH, em 2010.

⁴³¹ UVA. NEDHIS. SPH. Relação nominal das pessoas que participaram da frente de trabalho para construção da sede do CCMC, 1970. Pasta E2 – Educação: Escola Marieta Cals (EMC).

⁴³² Artigo V, “§ 1º. – Cada um desses serviços será dirigido por uma equipe de, no máximo, 7 (sete) membros e, no mínimo, 3 (três), incluindo um chefe de equipe.” UVA. NEDHIS. SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), discutido, votado e aprovado na Assembleia de fundação no dia 06 de maio de 1962 e publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, 14 de janeiro de 1965, Cap. II, art. V. Pasta F – Estatutos. 1965.

⁴³³ As equipes eleitas ficaram assim constituídas: “Serviço de Escolas” – Dr. José Maria Carvalho Primo, Zilma Carvalho de Araújo, Albetiza Pereira de Menezes, Aurila Alves Cavalcante e Francisca Silveira; “Serviço de Biblioteca” – Maria da Assunção Fortuna, José Maria da Silva, Zélia Navarro Veras e Francisca Maciel dos Santos; “Serviço de Ambulatório e Farmácia” – Maria Vilani de Sousa, Francisco Pascoal de Oliveira, Maria Ivanilda de Sousa e Joana Maria de Queiroz; Serviço “Lar da Juventude” – Francisca das Chagas Monteiro, Maria Ivanilda de Sousa e Eudes Barros da Silva; “Serviço de Abastecimento” – Josias Teixeira Bezerra, Dr. José Maria Marijeso de Alencar Benevides, Sargento Jacy Estrêla; e “Serviço de Horta” – Margarida Rosa Monteiro, Maria Almeida Barros, Graças Barros Ferreira e Francisco José Fontenele. UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 03 de novembro de 1968, fl. 5-6. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

Na eleição de 02 de fevereiro de 1972, foram eleitas 12 equipes de trabalho. Em dez delas, havia membros mulheres e, destas, três eram constituídas somente por elas – “Equipe de Educação e Cultura”, “Equipe da Horta Comunitária” e “Equipe da UFANA”⁴³⁴. Com a autonomia de cada centro/núcleo, a partir de 1974⁴³⁵, há eleição para cada um deles, bem como para as instituições que surgiram a partir das equipes de trabalhos do SPH – o “Nosso Lar” e a UFANA – e para a Equipe de Educação e Equipe de Horta Comunitária. Das oito equipes eleitas, em todas, aparecem nomes de mulheres, e duas delas foram formadas somente por mulheres.⁴³⁶

Embora na eleição de 1977 tenham ocorrido eleições em todos os núcleos e centros, só encontrei registros da Equipe da EPA – que funcionava no Núcleo Central/São Pedro –, dos cinco professores que a constituíram, três eram mulheres⁴³⁷; da equipe eleita para o CCMC, formada por cinco pessoas, tendo apenas um homem⁴³⁸; e da Equipe do NPT, eleita com o mesmo número de membros, entre o qual apenas uma era mulher.⁴³⁹

Na assembleia eleitoral da diretoria do SPH para o mandato de 1979-1981⁴⁴⁰ realizada em 12 de maio de 1979 votaram 45 eleitores, dos 50 convocados, representantes dos núcleos, centros e atividades da instituição. Do número de convocados mais de dois terços era constituído por mulheres e, dos membros eleitos, 50% foram formados por mulheres.⁴⁴¹

Esses números são evidências de que as mulheres associadas ao SPH não se limitaram aos seus lares, constituíram-se força mobilizadora para mudar a própria realidade social e econômica; constituíram-se, em maioria, à frente das equipes de trabalhos, enquanto constituíam a si mesmo e contribuíam para concretizar as aspirações de seus bairros, sobretudo, com a manutenção de escolas. Nesse processo, também foram constituidoras da própria cidade.

⁴³⁴ UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 12 de fevereiro de 1972, fl. 60-65v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

⁴³⁵ Antes de 1974, as atividades desenvolvidas no CCSF, no CCMC e no NPT dependiam muito do Núcleo Central ou Núcleo São Pedro. O primeiro centro a conquistar sua autonomia foi o NTP, constituindo-se em exemplo para os demais.

⁴³⁶ UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 16 de abril de 1972, fl. 84-85v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

⁴³⁷ UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 26 de março de 1977, fl. 93-93v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

⁴³⁸ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Atas, 1974-1979: Ata de 26 de março de 1977, fl. 10v-11. Pasta E2 – Educação: Escola Marieta Cals (EMC).

⁴³⁹ UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 08 de maio de 1977, fl. 94v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

⁴⁴⁰ Para esse mandato não houve eleições de equipes diretoras dos trabalhos.

⁴⁴¹ UVA. NEDHIS. SPH. Edital de convocação da assembleia eleitoral geral, datado de 22 de abril de 1979. Pasta O – Reuniões e Assembleias: editais e folhas de votação.

O que foi traçado aqui está longe de esgotar as trajetórias dessas mulheres, apenas elucidam alguns fragmentos de suas múltiplas experiências vividas no movimento intenso e dinâmico dos espaços sociais que constituíram. No próximo item, vê-se com mais profundidade a mobilização delas em torno das atividades desenvolvidas nas escolas organizadas pelo SPH.

3.2. Histórias que contam: o retorno à cidade

Os livros de “sócios”, as fichas de inscrição e relatórios de atividades – embora tragam contribuições importantes para compreender a composição dos trabalhadores associados e apontem para as suas condições de vida e de trabalho quando registram as atividades que o SPH vinha realizando juntamente com eles – não dão conta dos significados das experiências vividas por esses trabalhadores como as fontes orais. Assim, usarei o diálogo com ex-alunos e ex-professoras das escolas organizadas pela instituição para me aproximar dos modos como viviam, como se organizavam e como interpretam suas vivências.

O acesso a essas experiências, a essas histórias, como ensina Regina Ilka Vieira Vasconcelos, “se dá com o encontro daqueles que as desenvolvem como memória, não apenas no sentido estrito de recordação, mas na intrincada articulação de costumes de trabalho, de usos do espaço, de modos de falar, de mudanças que se operam em suas vidas.”⁴⁴² Nesta perspectiva, o importante é entender quem são, como são essas pessoas e como estavam articuladas para mudar sua condição de vida.

A pesquisa nas fontes escritas e as conversas com o Professor Benedito Genésio Ferreira, que foi diretor-presidente do SPH dentro do recorte temporal dessa pesquisa, (1962-1979⁴⁴³) e com Rita Rodrigues Pereira, professora da EPA, apontaram nomes de pessoas, com quem poderia realizar entrevistas. Nas atas das reuniões mensais, observei com frequência o nome dos ex-alunos da EPA, Antonio Caetano de Oliveira e Zenildo Gonçalves dos Santos, declamando poesias ou apresentado dramatizações; do presidente do Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Camocim, já falecido, Francisco Cardeal de Araújo, participando da mesa de convidados das sessões, através do qual cheguei a sua filha, Maria das Graças de Araújo Chaves (conhecida como Graça Cardeal), que também tinha sido aluna da EPA; de professoras como da própria Rita Rodrigues Pereira e da Zilma Carvalho de Araújo Ferreira.

⁴⁴² VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. **Narradores do Sertão: história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses**. 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2004, p. 104.

⁴⁴³ Foi diretor-presidente nos mandatos: 1967-1969, 1969-1972, 1974-1977 e 1977-1979.

Na folha de gratificação das professoras, encontrei nomes como os de Francisca das Chagas de Oliveira Souza, Maria das Dores Alexandre Fernandes (conhecida por Cemilda), Maria de Fátima Bento Vasconcelos, e o de Terezinha do Nascimento Mendes Paulo. O discurso do agricultor Edmilson Lira Oliveira, que participou do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT) e da Comunidade de Base do Boqueirão, nas comemorações dos 50 anos do SPH, despertou em mim o interesse de entrevistá-lo para saber mais de suas experiências.

Tomando por base a discussão de Portelli em *A filosofia e os fatos*, que diz “que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (como é o caso de Frederick Douglass), quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros [...]”⁴⁴⁴, busco compreender como esses sujeitos, trabalhadores associados à instituição, estão se colocando na história e vão dando significado ao vivido a partir do que vivem, principalmente no trabalho educacional, campo em que o SPH deu maior ênfase e para onde as outras atividades convergiam.

A primeira entrevista foi a do professor Benedito⁴⁴⁵ com as professoras Francisca Oliveira, Cemilda, Maria de Fátima, Rita e com a secretária da EPH, Terezinha. Sua conversa com elas possibilitou uma aproximação com a situação socioeconômica das famílias dos alunos, desnudando, no mesmo tempo histórico, uma cidade distinta da “terra do já teve”, e apontando para a articulação do trabalho de educação com os demais organizados pelo SPH, como o de saúde e alimentação; com a metodologia de trabalho e os valores ensinados e reforçados por essa forma de educar; com suas articulações na tentativa de arrecadar fundos para manutenção dos trabalhos; e com as sociabilidades tecidas no cotidiano escolar e nos momentos de arrecadação de recursos.

O trecho, a seguir, da entrevista com o professor Benedito e com a professora da EPH, Zilma Carvalho de Araújo Ferreira, também demonstra como esses trabalhos estavam integrados:

Vera Lúcia: – E além da educação, havia outro trabalho que vocês consideram importante?

Zilma: – Dentro das... Como o Serviço de Promoção Humana também tinha convênio com o SESI, Serviço Social da Indústria, e tinha um curso de... arte culinária. E eu fui aluna deste curso de arte culinária e, quando a professora fazia o planejamento da aula do dia seguin... da próxima aula e o que era que se ia fazer, qual era o cardápio, era recomendado que se fosse comprar as verduras que fossem necessárias ou frutas, fosse comprar na horta comunitária, até o pessoal dizia “na

⁴⁴⁴ PORTELLI, *op. cit.*, 1996, p. 60.

⁴⁴⁵ Exerceu o sacerdócio durante quase todo o recorte temporal desta dissertação, pedindo licença para casar em 1976.

horta do padre?” ou “na horta lá da Igreja?”, né? “Sim, mas a onde é essa horta comunitária?”. “É lá na Igreja de São Pedro.” Porque era... de qualidade: a cenoura era fresquinha, tomate era fresquinho. Então, foi quando eu vim, assim, saber mesmo, mesmo, assim, a importância, quando eu... me tornei aluna do curso de arte culinária do SESI, porque, até então, enquanto a gente está ali envolvida, só vendo e participando e convivendo com as pessoas, a gente não percebe a importância, né? Aí, depois, foi que... Era lá... a professora recomendava, recomendava que a gente fosse procurar os ingredientes, que fosse... na horta.⁴⁴⁶

Para além da cooperação entre os trabalhos desenvolvidos na horta comunitária com o curso de arte culinária e a merenda escolar, apontando para a parceria entre SPH e SESI, a fala de minha interlocutora ajuda a compreender como eles estavam organizados na tentativa de modificar os hábitos alimentares da população com o incremento de verduras, legumes e frutas, como já apontei anteriormente. A interferência na dieta alimentar através de cursos de culinária e do consumo desses produtos tinha o propósito de contribuir para amenizar os problemas de saúde causados pela deficiência de algumas vitaminas e nutrientes de que o corpo precisa.

Em outro processo histórico, durante a Revolução Industrial Inglesa, no período de 1790-1840, Edward Palmer Thompson faz uma discussão sobre a dieta popular, tomando por base o consumo de cereais, carne, batatas, cerveja, açúcar e chá. Assim, atribui ao aumento da área cultivada de batatas não só a escassez do trigo, apontando como fator mais influente a distribuição desigual entre as diferentes classes da sociedade, provocada pelos preços inflacionados. Na opinião do povo, “a substituição do pão e da farinha de aveia pela batata era considerada uma degradação”. Aprofunda a discussão quando demonstra que a carne e o trigo envolviam uma questão de *status* que suplantava seu simples valor alimentar. Indo mais adiante, quando discorre sobre a queda no consumo da cerveja, enquanto o de chá e de açúcar crescia, afirma, mais uma vez, que o consumo desses artigos se tratava “tanto de uma questão cultural quanto dietética”⁴⁴⁷, no sentido de que a substituição de um artigo por outro impunha mudanças nos costumes.

Embora as mudanças na dieta alimentar entre os trabalhadores do SPH e os trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial, tenham ocorrido por razões distintas – no primeiro caso, elas ocorrem em função do incremento de artigos que contribuíam para uma dieta equilibrada, a qual refletiria na questão da saúde; no segundo, elas estão atreladas às

⁴⁴⁶ FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma Carvalho de Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

⁴⁴⁷ THOMPSON, E. P. “Padrões e experiências”. In: _____. **A formação da classe operária inglesa, 2: a maldição de Adão**. Trad. Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 223-230.

mudanças nas relações econômicas, sociais e políticas suscitadas pelo processo de industrialização –, ambas indicam mudanças nos costumes e nos valores.

No percurso de análise do trabalho educacional na instituição, cabe-me a ponderação de Raymond Williams, no sentido de que “a educação transmite o conhecimento e as habilidades necessárias, mas sempre através de uma seleção entre todas as possibilidades, e com atitudes intrínsecas, tanto para com o aprendizado como para as relações sociais, que são, na prática, virtualmente inseparáveis.”⁴⁴⁸ Considerando a educação não só como alfabetização, mas como intervenção social, que valores ensinavam e/ou reforçavam as escolas do SPH? Esses valores validam alguma tradição? Quais elementos eram incorporados a essa tradição? Que significados as professoras estão atribuindo aos seus modos de ensinar? Que resultados trouxe o trabalho com os alunos?

A documentação escrita e as entrevistas realizadas remetem para a educação como o trabalho mais importante do SPH, pela dimensão e alcance dentro da cidade de Camocim e pelas transformações empreendidas nos modos de trabalhar, de organizar, de diversão, na dieta alimentar das famílias envolvidas.

Como afirmei no capítulo anterior, o SPH criou, em 1968, por meio da parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), a Colônia dos Pescadores, o Centro Social Evangélico de Camocim (CSEC), a primeira escola em um dos bairros localizados nos arredores da cidade – em São Pedro –, direcionada aos filhos das famílias pobres que, até então, não frequentavam uma escola, e desenvolveu várias atividades que ultrapassaram os muros da educação convencional, estando presente também nos cursos de corte e costura, de bordados, no cultivo de hortas e roçados, na padaria, para citar alguns exemplos. Construiu dois centros comunitários, nos bairros de São Francisco e do Cruzeiro, também situados nos limites da cidade de então⁴⁴⁹, em que as principais atividades eram educacionais. Nesses centros, funcionavam a EPH e a Escola Marieta Cals (EMC), a partir de 1969 e 1973, respectivamente. Fundou, ainda, a Escola 21 de Abril, no NTP, cujo nome é uma homenagem à data em que começou a funcionar.

Ao indagar as professoras para saber que trabalho poderia ser considerado mais importante entre as atividades que o SPH desenvolveu juntamente com o esforço de seus trabalhadores associados, elas contam que:

⁴⁴⁸ WILLIAMS, Raymond. “Tradições, instituições e formações”. In: _____ **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.121.

⁴⁴⁹ Com o crescimento da cidade, hoje, esses bairros não ficam nos limites da cidade. O Cruzeiro, por exemplo, está rodeado pelos bairros São João e do Aeroporto, ocupando nova demarcação no espaço urbano, veja sua localização na Imagem 2: Mapa “Bairros de Camocim onde houve atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH)”, na página 88.

Rita: – [...] o que marcou, assim... a história do Serviço de Promoção Humana em Camocim foi a educação. A educação foi, assim, o forte, o foco do Serviço de Promoção Humana, porque, através da educação... foi feito outras conquistas... Porque na educação a gente trouxe a família, a gente conheceu a realidade da família, a gente conheceu as necessidades da família..., a gente teve condição de tá... atuando nesses pontos, nesses programas, nessa situação, fazendo com que esta família fosse acolhida, beneficiada e tudo... A educação, pra mim, assim, foi o ponto forte...

Terezinha: – Essencial, fundamental...

Rita: – [...] Essencial, fundamental, porque ela não era só educação, mas ela via...

Francisca Oliveira: – O todo...

Rita: – [...] o todo, o social...

Francisca Oliveira: – [...] Era o todo...

Rita: – [...] Então, pra mim, assim...

Francisca Oliveira: – [...] Não é a toa que a palavra Promoção Humana... Hoje em dia, todo mundo diz assim... “eu agradeço muito ao Serviço de Promoção Humana”... Em tudo se agradece [...]

Rita: – [...] Era um trabalho de conjunto, né...⁴⁵⁰

As memórias de Rita, Terezinha e Francisca Oliveira, afirmam que a educação possibilitou o contato com as famílias participantes do SPH, permitindo que conhecessem sua realidade social e econômica. Apontam para o surgimento de novas atividades a partir das demandas colocadas pela realidade familiar e articulação entre elas a partir do eixo educação. Indicam também modos de educar que tinham como um de seus suportes a interação entre escola e família.

As relações estabelecidas entre alunos, suas mães, e professores no universo escolar proporcionaram a tomada de conhecimento da situação socioeconômica dos trabalhadores associados ao SPH, levando à criação de novas atividades e à necessidade de reorganização para atender às suas demandas. Afirmar que o trabalho educacional se preocupava com as pessoas em sua totalidade significava dizer que não era possível dissociar a dimensão do processo de ensino/aprendizagem dos outros aspectos de que necessita o ser humano, como o alimento, a vestimenta, a moradia e a saúde.

A ligação entre esses diversos temas me leva à noção de totalidade da experiência vivida, e remete à reflexão de Thompson, quando afirma que “o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores

⁴⁵⁰ SOUZA, Francisca das Chagas de Oliveira; FERNANDES, Maria das Dores Alexandre; VASCONCELOS, Maria de Fátima Bento; PAULO, Terezinha do Nascimento Mendes; PEREIRA, Rita Rodrigues. Camocim-CE, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

individuais se relacionavam de certas maneiras [...].”⁴⁵¹ Neste sentido, estudar a movimentação do SPH e dos trabalhadores associados a eles, em Camocim, e as suas experiências, bem como suas memórias em torno da educação, significa trazer para o campo da história outras questões como trabalho, saúde, moradia, alimentação, que estavam intrinsecamente relacionadas a ela.

No trecho abaixo, as professoras Rita, Francisca Oliveira, Cemilda e Maria de Fátima trazem outros elementos que permitem compreender melhor as condições socioeconômicas das famílias de alunos:

Padre Benedito: – [...] Como era a... condição socioeconômica das famílias, das crianças que frequentavam as aulas [...]?

Rita: – [...] Naquela época, a situação, por conta até mesmo da oferta de... trabalho, né? Por conta da... situação...

Francisca Oliveira: – Era precária demais!

Rita: – [...] em que vivia aquele povo, apresentava naquelas periferias. Hoje, a gente sabe que existe toda uma estrutura, mas naquele tempo, ninguém...

Francisca Oliveira: – Nada.

Rita: – [...] tinha a menor condição.

Cemilda: – Tinha, não.

Rita: – Todo muito esperava pelo peixe...

Francisca Oliveira: – Era.

Rita: – [...] Quando o pai chegasse do mar, que pescasse pra poder... Era a única alimentação. Então, eles faziam... três horas... era o almoço e o jantar.

Francisca Oliveira: – O jantar.

Rita: – [...] porque quando eles chegavam do... mar. Era esse horário que conseguiam...

[...]

Rita: – Mas, mesmo assim, eu acho que o Serviço de Promoção Humana, a gente teve... É, eu lembro de que nós recebíamos, é, muito assim, algumas coisas da Alemanha, né? As doações de Cáritas, da Alemanha e tudo. E eles tinham os lanches, né? E eles vinham também porque tinham essas ofertas, tinha essas... condições [...].

Francisca Oliveira: – E nunca faltava porque a gente fazia aquele... fazia muito movimento, né, Rita? Fazia muito movimento...

Rita: – É. E a gente sempre tinha... aquele pensar porque que esse menino, é... Não tinha aquela história: chegou atrasado, então, não entra, né? Por que que Fulano de tal tá faltando, o que foi que houve? Muitas vezes era isso que ele não tinha almoço, ele não tinha chinelo. Então, ninguém tinha... Volta porque...

Francisca Oliveira: – Não.

⁴⁵¹ THOMPSON, E. P. “Intervalo: a lógica histórica”. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 50.

Rita: – [...] não tava, conforme tá fardado. Se precisasse de um lápis... a gente sempre dava um jeito, se precisasse de uma caneta, a gente sempre dava um... Construí, fazia de borrãozinho, botava um grampo...

Francisca Oliveira: – O que eu achava muito importante...

Rita: – Mas sempre tinha...

Francisca Oliveira: – O que eu achava muito [...]

Rita: – [...] aquela acolhida...

[...]

Rita: – [...] não se preocupava só com o ABCD, mas...

Maria de Fátima: – Mas existia uma preocupação social.

Francisca Oliveira: – E era participativa.

Maria de Fátima: – Naquela época, a gente, não se sabia nem o que era Paulo Freire, não se sabia de nada...

[...]

Maria de Fátima: – [...] e já existia o construtivismo...

Cemilda: – Era.

Maria de Fátima: – [...] já... começando naquela época. É isso que eu admirava na Promoção Humana.

Francisca Oliveira: – E era participativo e o aluno não faltava, né? Ninguém via essa... evasão, não existia evasão.

Maria de Fátima: – Existia uma organização tão grande, de planejamento, de acompanhamento, que...

Cemilda: – Pois é.

Maria de Fátima: – [...] aquelas mães, todas as mães tinha aquele interesse de participar, né, da participação da educação dos filhos, né? [...] Ô, Rita, também uma coisa interessante era o acompanhamento da família. Eu acho que era a coisa... primordial, principal, era trabalhar com a família... que tinha aquela parte social, de reuniões com a família, trazia médico, trazia, né, pra dar uma... palestra pra aquelas mães, trazia pessoas pra fazer cursos profissionalizantes, pra mães, de bordado, de pintura, de costura, tudo isso...

Rita: – Era tudo.

Maria de Fátima: – [...] existia uma preocupação com a formação da família.⁴⁵²

Aqui, apontam para questões que há muito tempo vinham afetando a população, como as dificuldades para conseguir emprego na cidade – o que levava muitos a recorrerem à pesca para sobreviver – e a falta de infraestrutura nos bairros, tais como escolas, postos de saúde, calçamento, iluminação.

O problema da fome traz em seu bojo outros, como o desemprego, os baixos salários recebidos por essas pessoas, a falta de planejamento familiar, em famílias que, geralmente, eram numerosas; e revela, ainda, desigualdades sociais, pois, enquanto existia uma elite

⁴⁵² SOUZA, Francisca das Chagas de Oliveira; FERNANDES, Maria das Dores Alexandre; VASCONCELOS, Maria de Fátima Bento; PAULO, Terezinha do Nascimento Mendes; PEREIRA, Rita Rodrigues. Camocim-CE, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

econômica que cresceu com as atividades do porto e da ferrovia nas décadas anteriores a 1960, observa-se, de outro lado, um grande número de pessoas, que vivenciaram esse período com muitas dificuldades, e seu padrão de vida permaneceu próximo ao nível da subsistência. Entre essas pessoas, encontram-se alguns dos trabalhadores que se associaram ao SPH nos 1960 e 1970 com a perspectiva de lutar, junto a ele, por melhores condições de vida e de trabalho, e com o interesse imediato de serem assistidos com alimentos e roupas.

Na entrevista com professora Zilma e professor Benedito, há um diálogo sobre as condições de vida da população que reforça a questão alimentar colocada pelas professoras e a constituição da própria cidade:

Vera Lúcia – Qual é a realidade social, econômica e familiar dos alunos das escolas mantidas pelo o SPH?

[...]

Benedito – [...] aquele ambiente de bairro de Camocim, onde o Serviço de Promoção Humana era mais atuante. As famílias eram de baixa renda, famílias bastante carentes, a situação habitacional era realmente precária, o problema de água era sério porque não havia... abastecimento público de água e era uma situação... muitas vezes, a mãe chegava e dizia “olhe, o nosso menino não vai poder vir hoje para a escola porque o pai não chegou ainda [...]”

Zilma – chegou do mar [...]

Benedito – do mar e não tem almoço então não é possível vir, né? Era uma situação realmente de muita dificuldade e a merenda escolar era realmente uma ocasião, um meio de subsidiar, de ajudar a alimentação dessas crianças que provinham dessas famílias que eram subdesempregadas ou mesmo desempregadas que viviam da pesca e de pequenos biscates na cidade [...]⁴⁵³

Para contribuir com a alimentação das famílias, as escolas ofereciam merenda aos alunos, através da parceria com a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), e o SPH distribuía os alimentos recebidos da Cáritas Brasileira, os quais vinham da Aliança para o Progresso, para os trabalhadores nas frentes de trabalho de construção dos seus centros/núcleos, da horta e dos roçados comunitários, por exemplo, como me referi no capítulo anterior. Articulou junto às mães (domésticas) a criação de uma horta comunitária, mencionada acima, que contribuiu com a merenda escolar e com o sustento de 40 famílias, e interferiu nos seus hábitos alimentares, ao instigar as pessoas a consumir verduras, legumes e frutas.

Na interpretação das professoras, a expectativa de diminuir a fome com o lanche oferecido nas escolas, aliada às iniciativas que elas tomavam no dia-a-dia da sala de aula – reutilizando papéis para fazer cadernos para os alunos escreverem, conseguindo lápis,

⁴⁵³ FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma Carvalho de Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

aproveitando tampinhas de refrigerante, sementes e pedras para usar como instrumentos didáticos – foram dois dos fatores que contribuíam para a pontualidade dos alunos.

Outro fator era a participação das famílias na educação dos seus filhos, como afirma a professora Maria de Fátima. Neste sentido, as atividades com as famílias tinham como propósito chamar sua atenção para a corresponsabilidade na educação dos filhos e prepará-las para desenvolver trabalhos que gerassem renda para o seu sustento, tornando-as independentes dos trabalhos assistenciais que a instituição oferecia. Maria de Fátima dá ênfase à importância do acompanhamento da família no processo de educação dos alunos e destaca o cuidar da família como parte integrante desse processo. Os cursos de alfabetização e profissionalização permitiam às mães uma maior participação na vida escolar dos seus filhos.

Para saber como os alunos viviam, as professoras também visitavam, com frequência, suas famílias, chamavam as mães para conversar na secretaria da escola quando o aluno deixava de ir às aulas ou estava com algum problema na escola. Por ocasião das reuniões mensais dos associados, em que os pais estavam presentes, as professoras também faziam a entrega dos boletins escolares e premiavam os alunos que vinham se destacando na escola.

Embora a contribuição fosse pequena, muitas famílias não podiam pagar a mensalidade de associado ao SPH para que seus filhos tivessem acesso às escolas mantidas por ele. O diretor-presidente, o então Padre Benedito, fez um projeto de bolsas de estudo para 270 alunos, em 1967, que foi patrocinado pelas comunidades católicas alemãs *Kath. Pfarrgemeinden von der Heligen Geistes* e *Kath Pfarrgemeinden von der Heligen Familie*, reunidas pela *Karl Drepper Aktion*. As bolsas, de um marco alemão por aluno, que correspondia a quatro cruzeiros da época, foram mantidas durante 11 anos, 1967-1978. Esse valor era entregue à tesouraria da instituição para pagar as professoras e para outras despesas das escolas.

As memórias que professor Benedito traz sobre as condições de vida das famílias dos trabalhadores associados, remetem-se também para uma cidade que ainda não dispunha de infraestrutura nos bairros mais afastados do centro e constituída por trabalhadores, por vezes, desempregados, que tiravam seu sustento através da pesca ou do improviso, exercendo diversas atividades, as quais pontuei no capítulo anterior, que surgiam no dia a dia. Tais memórias sobre essa cidade são recorrentes nas narrativas de outras entrevistas – como a do médico José Maria Primo de Carvalho, a do agente do SESI Josias Teixeira Bezerra e a do

segundo diretor-presidente do SPH o então padre Antonio Edvar de Araújo Lima⁴⁵⁴ –, no Planejamento das atividades do SPH, datado de 16 de março de 1966, e na carta do Padre Luís Gonzaga Melo⁴⁵⁵, de 1963, enviada aos jovens João Batista Frota, Benedito Genésio Ferreira e José Cândido Fernandes, então alunos do Colégio Pio Brasileiro, em Roma.

Por trazerem os problemas enfrentados no cotidiano pelos alunos e suas famílias para o universo escolar, e considerarem que o ensino “era participativo”, que “existia uma preocupação com a formação da família” e “com o social”, professora Maria de Fátima avalia, a partir de suas experiências acumuladas e vivenciadas no presente, que a prática pedagógica delas empregava elementos do método de Paulo Freire, ainda que não soubessem quem ele era na época.

No entanto, é importante ressaltar a amplitude do pensamento e da prática de Paulo Freire enquanto educador. Sua concepção de educação compreende o aluno como partícipe do processo de ensino/aprendizagem, não como um depósito de conhecimento do educador, em que ele perde o seu poder de criar e de interferir em sua própria realidade social. Neste sentido, pensa o homem como ser inacabado, uma vez que o considera sempre pronto para aprender e ensinar, num processo de transformação pessoal e social.⁴⁵⁶

O processo de aprendizagem bancária leva o homem, que vive em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, a passar toda sua vida pensando que seu sofrimento é vontade divina ou coisa do destino, porque não o incentiva a pensar e, conseqüentemente, não lhe permite ter outra visão da vida e lutar por ela. Ao contrário disso, a proposta de Paulo Freire considera o processo educativo como descoberta do sentido da vida, do homem como sujeito social e histórico capaz de transformar a si e de interferir na realidade em que está inserido, fazendo-o despertar para outra forma de pensar a vida. Ao fazer essa diferenciação não estou supondo que as escolas organizadas pelo SPH tenham empregado o ensino bancário ou tivessem essa concepção do ensino.

No início dos anos 1960, o Método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos⁴⁵⁷ estava sendo empregado em algumas partes do Nordeste. A primeira experiência ocorreu no bairro

⁴⁵⁴ Apesar do diretor-presidente do SPH Antonio Edvar de Araújo Lima, hoje, ser casado, utilizarei neste trabalho a denominação Padre Edvar, tendo em vista que, no período em que foi diretor-presidente do SPH, ainda exercia o sacerdócio e como tal ficou conhecido.

⁴⁵⁵ Optei por usar padre Luís por assim ter ficado conhecido em Camocim.

⁴⁵⁶ FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

⁴⁵⁷ Segundo Carlos Rodrigues Brandão, “um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário – um ato de amor, dá pra pensar sem susto –, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a auto-educação é um diálogo à distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. ‘Não há educadores puros’, pensou Paulo Freire. ‘Nem educandos.’. De um lado

Poço da Panela, na cidade de Recife-PE. Logo depois, em 1962, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR)⁴⁵⁸ da Paraíba estava trabalhando com o “Método Paulo Freire”. No ano seguinte, a equipe do Serviço de Extensão Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, coordenada pelo próprio professor Freire, testou esse método na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte.⁴⁵⁹

Segundo discussões do pedagogo Carlos Rodrigues Brandão:

Lavradores do Nordeste foram os primeiros homens a viverem a experiência nova do “círculo de cultura”. Foram os primeiros a serem alfabetizados de dentro para fora, através de seu próprio trabalho. Depois de haver sido testado em “círculos” na roça e na cidade, no Nordeste, o trabalho com o método foi levado por muitas mãos ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Brasília. Aquele era o tempo da criação dos movimentos populares de cultura (MCP), dos centros de cultura popular do movimento estudantil (CPC), do Movimento de Educação de Base da Igreja Católica (MEB), da campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, da Prefeitura de Natal, entre tantos outros grupos, lugares e equipes onde se misturavam educadores, estudantes, professores, profissionais de outras áreas que, por toda a parte, davam sentidos novos a velhas palavras: educação popular, cultura popular.⁴⁶⁰

Com a instalação da ditadura civil-militar, em abril de 1964, não houve tempo de passar dessas primeiras experiências para os trabalhos de amplo fôlego com a alfabetização de adultos. Em todos os lugares em que os trabalhos com o método estavam em andamento, educadores foram presos e trabalhos de educação, condenados. Paulo Freire foi um dos primeiros educadores a ser preso e, depois, exilado. Foi para o Chile com a família, o sonho e o método. Todos exilados do país por 16 anos. Ali contribuiu com seu método para o destaque do programa nacional de educação, diante da UNESCO. Segue para os Estados Unidos e, depois, para a Europa. Em Genebra, ele cria, com outros companheiros de exílio, como afirma Brandão, “o Instituto de Ação Cultural (IDAC). A nova equipe viaja vezes seguidas para

e do outro do trabalho em que se ensina-e-aprende, há sempre educadores-educandos e educandos-educadores. De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende.” BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “O que é o método Paulo Freire”, p. 10. Disponível em: <http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2014.

⁴⁵⁸ De acordo com Afonso Celso Scocuglia, “a partir de agosto de 1963, a CEPLAR, além de consolidar-se em Campina Grande, se expandiu em direção das cidades, vilas, sítios e povoados marcados por intensos conflitos entre as Ligas Camponesas e os proprietários rurais paraibanos. No final de 1963, início de 1964, a CEPLAR trabalhava com cento e trinta e cinco ‘círculos de cultura’ e, aproximadamente, 4000 alfabetizados. No advento do golpe militar de abril de 1964, a CEPLAR foi invadida/extinta (sedes de João Pessoa e Campina Grande) por comandos do Exército, seus documentos e materiais didáticos diversos foram apreendidos como ‘provas da subversão’, seus principais dirigentes presos e, entre 1964 e 1969, submetidos a um Inquérito Policial Militar (IPM) no IV Exército em Recife.” Ler SCOCUGLIA, Afonso Celso. Sistema Paulo Freire: uma experiência pioneira e o golpe militar de 1964, p. 187. Disponível em: <<http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/seminarios/mesa05-a.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

⁴⁵⁹ *Idem.*

⁴⁶⁰ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “O que é o método Paulo Freire”, p. 8. Disponível em: <http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2014.

diversos países da África onde, depois da libertação política – como aconteceu nas antigas colônias de Portugal –, luta-se por todas as outras liberdades, inclusive por aquela que se obtém de aprender a saber.”⁴⁶¹

Mas é necessário ressaltar que, mesmo com a preocupação com as condições de vida das famílias dos alunos e, por conta disso, buscassem aproximar escola e família, a EPA, EPH, EMC e Escola 21 de Abril não trabalhavam com o método Paulo Freire, em que a participação do sujeito acompanha todo o processo de alfabetização, inclusive a produção do próprio material que será trabalhado. Num primeiro momento do trabalho com o método de Freire é realizada uma pesquisa para obtenção dos vocábulos mais usados pela população a se alfabetizar. Nessa pesquisa, segundo Brandão, “há perguntas sobre a vida, sobre casos acontecidos, sobre o trabalho, sobre modos de ver e compreender o mundo. Perguntas que emergem de uma vivência que começa a acontecer ali.”⁴⁶² Através do levantamento das “palavras geradoras”, que não serve apenas para que os educadores obtenham um primeiro conjunto de material de alfabetização – palavras, frases, dados, desenhos, fotos – a pesquisa, de acordo com o mesmo autor, “descobre as pistas de um mundo imediato, configurado pelo repertório dos símbolos através dos quais os educandos passam para as etapas seguintes do aprendizado coletivo e solidário de uma dupla leitura: a da realidade social em que se vive e a da palavra escrita que a retraduz.”⁴⁶³ É a etapa da codificação da descoberta que se dá numa relação dialógica entre educadores-e-educandos. Em seguida, vêm os temas geradores, que também partem de temas concretos da vida dos alfabetizados.

Thompson faz uma importante discussão sobre sua própria experiência com educação de adultos, e a relação estabelecida pelos poetas românticos com a vida e os costumes dos camponeses ingleses do final do século XVIII, que remete para a concepção de educação proposta por Paulo Freire, ao afirmar que “toda educação que faz jus a esse nome [‘educação liberal de adultos’] envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação.”⁴⁶⁴

De acordo com compreensão de Brandão, “Paulo Freire pensou que um método de educação construído em cima da idéia (sic) de um diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto,

⁴⁶¹ *Idem*, p. 9.

⁴⁶² *Ibidem*, p. 12.

⁴⁶³ *Ibidem*, p.13.

⁴⁶⁴ THOMPSON, E. P. “Educação e experiência”. In: _____. **Os românticos**. Trad. de Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.13.

do seu mundo, do seu saber, o seu método e o material da fala dele.”⁴⁶⁵ Dentro da sua proposta de alfabetização, o método é considerado um processo, pois educa enquanto se constrói e é aberto para as mudanças que cada realidade exige, não é pré-fabricado, imposto, não segue modelos fechados, toma a realidade social dos sujeitos⁴⁶⁶ como mote para a produção de materiais didáticos.

Sem descartar a possibilidade das professoras de incorporar em sua prática pedagógica concepções e elementos da proposta de Paulo Freire para a alfabetização ou que reelaborassem, a partir de suas vivências, essa proposta ou parte dela, e utilizasse, junto a outras metodologias, reitero que é necessário ponderar a análise feita pela professora Maria de Fátima, pois o método que serviu como base para a alfabetização de crianças nas escolas organizadas pelo SPH foi o proposto pelos Voluntários da Paz, o qual se distinguia da prática educativa de Paulo Freire. Professoras dessas escolas foram treinadas, inclusive, pela voluntária Suzana Emmons⁴⁶⁷, como apontam as evidências⁴⁶⁸. Em outro trecho da entrevista com as professoras, elas se remetem a esse método:

⁴⁶⁵ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “O que é o método Paulo Freire”, p. 10. Disponível em: <http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2014.

⁴⁶⁶ É importante frisar também a compreensão de Thompson a respeito do que distingue a educação de adultos. De acordo com ele, “O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e o currículo, podendo até mesmo revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo.” THOMPSON, *op. cit.*, 2002, p.13. Essa reflexão aponta para um problema recorrente nas universidades atuais, em que, muitas vezes, o processo de educação é dissociado da realidade social e política dos alunos. O resultado é que muitos alunos concluem suas graduações e vão para a sala de aula, contando, com frustrações, que a teoria apreendida no universo acadêmico não os preparou para enfrentar a sala de aula, porque não contribui para pensar a realidade dos alunos das escolas de Ensino Fundamental e Médio.

⁴⁶⁷ Seu esposo Garry Emmons ajudou na preparação da Horta Popular, juntamente com trabalhador associado ao SPH Antonio Alberto da Paz, conhecido como Totó.

⁴⁶⁸ Em algumas atas, fizeram referências ao uso do “Método Global”, chamado também de “Método Moderno”. Na reunião de 18 de janeiro de 1969, ao discorrer sobre o início das aulas, informa: “Para o primeiro até o quarto ano, as aulas terão início no dia 3 de março, e para os de alfabetização e cartilha, começará no dia 10 motivo porque as professoras que são responsáveis por estas classes irão fazer um curso de administração conforme o método moderno, pois não é possível continuar com o mesmo ensino antigo.” UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 1º. de janeiro de 1969, fl. 11. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas. As professoras a que se refere o livro de atas são Maria Eneida Ferreira e Zilma Carvalho de Araújo Ferreira, que foram a Fortaleza participar de uma capacitação com os Voluntários da Paz e ficaram responsáveis por repassarem a metodologia para as demais professoras. Na reunião do dia 21 de abril de 1969 foi registrado: “(...) uma explicação de aulas pelas senhoritas Francisca Silveira e Zilma Carvalho de Araújo, de conformidade com o que se preceitua o “método moderno”. UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 21 de abril de 1969, fl. 17-17v. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas. Na reunião de 21 de abril de 1970, foi feito seguinte registro: “[...] houve a entrega de certificados e de álbuns de Trabalho a 8 (oito) das 20 Professôras do SPH que participaram do Curso de Treinamento de Alfabetização Infantil pelo Método Global, de 23 a 26 de março. Oportunamente, logo que as outras professoras concluíam o seu álbum de Trabalho, ser-lhes-ão entregue os seus certificados em solenidade no Núcleo São Francisco, desta cidade. O Sr. Presidente do SPH fez menção elogiosa e agradeceu o valioso trabalho das professoras Rosália e Suzana (esta Voluntária da Paz), na preparação do Curso de Alfabetização [...]” UVA. NEDHIS. SPH. Livros de Atas, 1968-1980: Ata de 21 de abril de 1970, fl. 35. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

Cemilda: – [...] eu me recordo bastante que existe o “Método Global”, né? E nós começamos alfabetizar com o “Método Global”.

[...]

Francisca Oliveira: – [...] e nós tinha... Ninguém passava o ano sem, sem uma reciclagem, né, uma capacitação. [...] Eu vejo padre que foi meu aluno [está se referindo ao Padre Antonio Cláudio de Oliveira], eu vejo soldado, capitão, sargento... tudo que foi meu aluno.

Cemilda: – Eu também.

[...]

Rita: – Eu acho... com relação... a que a gente chamava de “Método Global”... Quando era feito o planejamento, a gente não... fazia o planejamento só voltada para os conteúdos programados. É, a gente fugia um pouco... Hoje, o que a gente chama de intersectorialidade, temas transversais, né? ... só quando tivesse necessidade você ia falar de meio ambiente, você ia falar de... doença sexualmente transmissível, você ia falar, hoje, né? [...] Já naquele tempo, a gente preocupava de tá vendo a pessoa no seu todo [...]

Francisca Oliveira: – Era.

Rita: – [...] que não era só aquele aluno que chegava ali pra aprender a ler e escrever, mas... ele era uma pessoa que tinha direito, tinha deveres, né? Tinha necessidades e que precisava ser visto como uma pessoa no seu todo, então, se a gente tivesse trabalhando História ou Geografia, a gente não só seguia a linha ali que estava dentro do conteúdo, não. Mas a gente se preocupava de... tá... fazendo, é, formando e informando, né? Porque, muitas vezes, a gente... pensa que, ah... porque... eu sou professora... quem quiser aprender, botar lei nos filhos, que bote, isso e aquilo outro. Não. Mas naquela época a gente já tinha essa [...]

Francisca Oliveira: – Essa visão, né, Rita?

Rita: – [...] esse propósito, né, de transversalidade, né, de tá passando o que a gente sabia, de tá cuidando e se preocupando com o ser humano, com o cidadão que tinha direito e tinha deveres. Então, os deveres, né? A gente sempre procurava fazer as coisas, cumprir com a nossa obrigação e fazer isso, mas não fazia isso com autoritarismo, somente com autoridade. A gente tinha aquela... autoridade de professor, de diretor e todo mundo convivia muito bem e era respeitado, né? [...]

Francisca Oliveira: – Respeito, respeito!

Rita: – [...] não havia essa diferença, não, eu sou... eu que mando, isso e aquilo outro, você é que obedece. Não. A gente sempre trabalhou... se vocês observarem, em círculo, porque a gente via todo mundo, a gente sempre... Tinha dia que a gente ia trabalhar, era necessário você ficar com o aluno nessa... posição, a cadeira atrás da outra, mas, normalmente, a gente trabalhava em [...]

Francisca Oliveira: – Em círculo.

[...]

Rita: – [...] trabalhava dessa forma pra poder atingir todo mundo. Então, aonde que a gente aprendeu isso? Em que livro a gente aprendeu isso? Né? A gente aprendia isso no convívio, na conversa, na discussão e tudo. A gente ia vendo o que é que dava certo, ia fazendo. Então, eu acho o... “Método Global” era aquela... Pra nós, a gente criou esse nome de “Método Global” porque a gente trabalhava o todo, né? ... fosse necessário, tivesse dando matemática, o menino quisesse falar de outra coisa, a gente entrava e falava [...]⁴⁶⁹

⁴⁶⁹ SOUZA, Francisca das Chagas de Oliveira; FERNANDES, Maria das Dores Alexandre; VASCONCELOS, Maria de Fátima Bento; PAULO, Terezinha do Nascimento Mendes; PEREIRA, Rita Rodrigues. Camocim-CE, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

Viu-se, no capítulo anterior, a partir da perspectiva do informativo *A Promoção em Marcha* do Setor de Opinião Pública (SOP), que o Método Global “[...] consiste no ensino da leitura através de pequenas histórias que tenham sentido completo e sejam interessantes.”⁴⁷⁰ Dessa forma, defendia-se que, ao partir do global para o particular – da história para a letra – haveria maior facilidade em apreender a decodificação das palavras.

É importante lembrar que o objetivo do governo norte-americano ao criar a agência Corpo da Paz/Voluntários da Paz – enviando voluntários para dar apoio técnico, sobretudo, aos programas educacionais e de saúde no chamado “Terceiro Mundo” – partia do interesse de conter a expansão do comunismo que ameaçava sua hegemonia e o sistema capitalista, defendendo a universalização de uma educação elementar comum, como estratégia de desenvolvimento socioeconômico e manutenção da paz. Mas isso não significa que as instituições que receberam ajuda técnica desses *voluntários* – os quais concebiam, em sua proposta original, a educação como controle social e político – não tenham se distanciando da referida proposta em sua prática cotidiana ou que não tenham reelaborado a mesma conforme seus próprios objetivos.

As interpretações das professoras sugerem que elas foram atribuindo à proposta dos Voluntários da Paz novos elementos a partir da realidade social, possibilitando que saíssem da técnica da leitura para adentrar no ensino temático e trazer o cotidiano do aluno para a prática da sala de aula. Suas metodologias de ensino partiam de uma dimensão mais ampla da educação, que não se restringia ao processo formal que transcorre no interior da escola. Dentro dessa abordagem, a educação também é vista como prática social, como preparação para a vida e como transformação social.

Suas falas sobre as práticas de ensino indicam para uma concepção do “Método Global” distinta do projeto original da agência Corpo da Paz. A avaliação que hoje fazem dele permite afirmar que pensavam o método como uma proposta de ensino que não considerava só o conteúdo pré-determinado, mas que se abria para a possibilidade de trabalhar temas sugeridos pelos alunos e que tal método ia se constituindo a partir das discussões, do convívio/na relação com os alunos e com as colegas de trabalho e de suas atividades em sala de aula.

A capacitação periódica das professoras, como indica Francisca Oliveira – também referendada no livro de atas de 1968-1980 – era essencial para o planejamento, para execução da proposta de ensino das escolas e para atualizá-las quanto às questões de sua época,

⁴⁷⁰ UVA. NEDIHIS. SPH. Método Global. Setor de Opinião Pública (SOP) – **A Promoção em Marcha**, Ano I, Nº. 1, 06 mai. 1969, p.2. Pasta H – Informativos.

considerando que a prática de ensino deve estar sempre em movimento, agregando novas formas de trabalhar que acompanham o próprio movimento da história no tempo, ou seja, o homem e seu presente, criando novas metodologias e interferindo em valores, validando uns, questionando outros, constituindo novas culturas.

Os métodos de ensino não surgem dos livros para a prática, mas da prática para os livros. De acordo com a interpretação de Rita nesse trecho da entrevista e em outro, onde reafirma como se preparavam para as aulas – “[...] aí a gente planejava em cima da realidade... Como é que estou ensinando? Eu ensinei desse jeito. Ah, deu certo? Deu! Então, vamos fazer! Né?”⁴⁷¹ –, suas aulas não tinham como base uma metodologia pronta ou baseada somente no que traziam os livros didáticos, mas (re)criavam metodologias a partir da realidade socioeconômica e política em que estavam inseridos seus alunos. A ênfase que dá a esse ponto indica quais memórias de suas experiências elas desejam que se perpetuem na história do trabalho educacional do SPH.

Professora Rita menciona também a preocupação da escola com a formação cidadã, com base em “direitos e deveres”. A partir da prática escolar, elucidada pelas memórias, que tipo de cidadão pretendia formar? Os “direitos” a que se refere a professora apontam para o direito à educação, à saúde, à moradia, à alimentação e ao trabalho, os quais faziam parte das temáticas trabalhadas pelo SPH, apropriadas das vivências dos trabalhadores, e que eram negligenciados pelo poder público.

Esses direitos são denominados, segundo discussão de Fábio Konder Comparato, de “direitos sociais”⁴⁷², os quais “se realizam pela execução de políticas públicas destinadas a garantir amparo e proteção social aos mais fracos e mais pobres; ou seja, aqueles que não dispõem de recursos próprios para viver dignamente.”⁴⁷³ Mas, na Camocim das décadas de 1960 e 1970, não existiam tais políticas públicas voltadas para a garantia desses direitos. Ainda assim, é importante atentar-se para o fato de que estas não são concessões dos que exercem o poder, pois foram conquistados por meio da luta de muitos ao longo do processo histórico.

⁴⁷¹ SOUZA, Francisca das Chagas de Oliveira; FERNANDES, Maria das Dores Alexandre; VASCONCELOS, Maria de Fátima Bento; PAULO, Terezinha do Nascimento Mendes; PEREIRA, Rita Rodrigues. Camocim-CE, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁴⁷² De acordo com Fábio Konder Comparato, os direitos sociais são constituídos por: direito ao trabalho e os diferentes direitos dos trabalhadores assalariados, direito à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas e a melhoria contínua de suas condições de vida. Le: COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação história dos direitos humanos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 65-66.

⁴⁷³ COMPARATO, *op. cit.*, 2007, p. 65.

Articulando a interpretação da professora Rita com as memórias que a entrevista com os ex-alunos da EPA, Caetano e Graça Cardeal, trazem é possível chegar a uma aproximação do significado de cidadão trabalhado nas escolas organizadas pelo SPH, nas décadas de 1960 e 1970. No capítulo anterior, usei um trecho da entrevista desses ex-alunos, em que Caetano discorre sobre a prática de cantar hinos⁴⁷⁴ – o nacional, o da bandeira, o da Independência, o da Escola e o do Ceará – antes do início das aulas, criando-se, inclusive, um hino para a EPA, cujo refrão foi cantado por ele durante a entrevista: “Nossa escola eleva os pobres, verdadeira humana promoção, seus alunos aprendem a viver com os outros num só coração”⁴⁷⁵. Essa parte do hino informa sobre o público a que a escola atendia e sua proposta de “promoção” e indica uma forma de trabalho baseada na ação comunitária, no respeito ao próximo, tudo isso articulado aos valores cristãos.

Aprender e cantar os hinos cívicos remete para uma formação cidadã sob a ótica do nacionalismo, que ganhou nova ênfase durante a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, o conhecimento de seus direitos e deveres constitucionais estava atrelado ao respeito para com o Estado e a hierarquia.

A prática de cantar esses hinos se estendia para fora do ambiente escolar, estando presente também nas reuniões dos trabalhadores associados ao SPH, momento em que alguns alunos ou turmas de alunos cantavam esses hinos sob a responsabilidade de suas respectivas professoras e nas comemorações das datas cívicas.⁴⁷⁶

Em outro trecho dessa entrevista, Caetano conta sobre o desfile de “7 de Setembro”, quando traz memórias a respeito da primeira farda que receberam na escola:

Caetano: – Eu me lembro de outro fato muito importante da escola, foi na época em que nós ganhamos a primeira farda. Não sei se você lembra, nossa farda era de casimira azul, tinha vindo da América o tecido, se não me engano [*risos*], que ele [diretor-presidente do SPH desse período, Benedito Genésio Ferreira] conseguiu por lá e trouxe num preço bem acessível, né, pra que os alunos pudessem comprar, que farda era muito luxo, né? Uma escola pobre pra manter seus alunos todos fardados...

Padre Benedito: – E com casimira.

Graça Cardeal: – É.

Caetano: – E com casimira. Casimira era, assim, como... é o bicho, né? Só era quente demais. Quando a gente tirava a calça, tava todo suado, perna suada. Então, essa farda foi inaugurada num desfile, num grande desfile de 7 de Setembro e...

Padre Benedito: – Você se recorda qual foi o ano?

⁴⁷⁴ Essa prática se estendia às reuniões mensais dos trabalhadores associados, em que alunos, sob a organização de suas professoras, cantavam hinos no início e no término das sessões. UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Atas, 1968-1980. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

⁴⁷⁵ OLIVEIRA, Antônio Caetano de; CHAVES, Maria das Graças de Araújo. Camocim-CE, 20 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁴⁷⁶ UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Atas, 1968-1980. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

Caetano: – Eu não me recordo qual foi o ano, eu sei que o Prefeito era o Dr. José Maria, se não me falha a memória...

Padre Benedito: – Então, era 71?

Caetano: – E, naquela época, tinha classificação, né? Primeiro lugar para a Escola X, segundo lugar pra a Escola tal, e quando a gente chegou, com toda aquela simplicidade, mas uma escola já de porte médio, e todo mundo fardado e por igual, filhos de pobres, desfilando com... alunos do CEP, com alunos das Irmãs, que eram as duas escolas que se podia dizer de gente abastada de Camocim, né? Nós tiramos o primeiro lugar em comportamento. Gente, isso pra nós foi, assim, o auge, né? Quase que a gente explode de alegria, porque, naquele... ano, ele não teve como... fugir da questão, então, ele classificou, deu primeiro lugar pra todas as escolas [...]

Padre Benedito: – Cada um tirou um *status*?

Caetano: – É, cada uma tirou [...]

Graça Cardeal: – [...] destaque [...]

Caetano: – [...] o primeiro lugar num destaque. As escolas do povo rico tirou o, o primeiro lugar em questão de alegoria, de... de fantasia, de não sei o quê, mas nós tinha tirado o primeiro lugar na questão disciplinar, na questão da educação, né? E isso pra nós foi, assim [...]

Padre Benedito: – Postura pessoal, né?

Caetano: – [...] demais, demais, sabe. Também nunca esqueci.⁴⁷⁷

Essas falas apontam para um modelo educacional que também trabalhava a questão da disciplina, no sentido de se estabelecer uma ordem. Constituída e constituidora do seu tempo presente, as atividades realizadas através do SPH não poderiam se dissociar do processo político em curso no Brasil, que estabeleceu normas com o propósito de validar uma cultura do culto à Pátria, ao nacionalismo, do respeito ao poder instituído e a uma rígida hierarquia, presentes nas primeiras décadas do século XX⁴⁷⁸.

Esse processo teve início no governo de Getúlio Vargas, que criou uma política educacional com o propósito de concretizar um projeto de nacionalidade, no qual as crianças e jovens eram preparados para a aceitação e assimilação de ideias de ordem, patriotismo, culto à pátria e ao presidente em vigor. Com o Golpe Civil-Militar de 1964, esse projeto ganhou novo

⁴⁷⁷ OLIVEIRA, Antônio Caetano de; CHAVES, Maria das Graças de Araújo. Camocim-CE, 20 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁴⁷⁸ A historiadora Circe Bittencourt, em seu artigo “As ‘tradições nacionais’ e o ritual das festas cívicas”, traz uma discussão acerca da incorporação das datas cívicas e do culto ao nacionalismo às práticas educacionais durante as primeiras décadas do século XX, afirmando que “o regime republicano no Brasil, ao restringir o direito de voto aos alfabetizados, colocou a escola em posição destacada para a constituição do direito político dos cidadãos brasileiros. A escola formava os futuros eleitores, mas, na medida em que a concepção de cidadania não se restringia apenas ao direito político, estendendo-se o *status* de cidadão aos trabalhadores e possibilitando o acesso destes, em princípio, aos direitos sociais, a educação escolar deveria ainda completar a formação do cidadão brasileiro. Ser cidadão, com determinados direitos garantidos, significa também cumprir obrigações e estar de acordo com valores ditados pelo poder constituído, sendo que essas normas estabelecidas integravam uma das aprendizagens fundamentais para o aluno.” Ler BITTENCOURT, Circe. “As ‘tradições nacionais’ e o ritual das festas cívicas”. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 56-57.

impulso, com a implementação e obrigatoriedade da disciplina de “Educação moral e cívica”, através do Decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969⁴⁷⁹, que tinha a pretensão de formar indivíduos que se adequassem à “nova ordem social e política”.

Ainda que o SPH seja uma associação não-governamental e que não tenha incorporado a disciplina de Educação Moral e Cívica ao seu programa educacional, a prática de cantar hinos cívicos e de comemorar datas, como o “7 de setembro”, “21 de abril”, por exemplo, remete para o respeito a tradições nacionais que tentam perpetuar uma memória histórica desejável⁴⁸⁰ pelo poder governamental e aponta para as contradições de sua prática educacional, que, ao mesmo tempo em que trabalha em círculo, considera a participação do aluno, incorpora temas propostos por eles e trabalha em cima da realidade social; usa elementos do método global para alfabetizar, intervém no social com o propósito de moralização dos costumes, com base na tradição cristã, – no caso do trabalho com as prostitutas – e assume o culto ao nacionalismo. Nessa perspectiva, o cidadão que propunham

⁴⁷⁹ O Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969, “dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETAM: Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País. Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. Parágrafo único. As bases filosóficas de que trata este artigo, deverão motivar: a) a ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno; b) a prática educativa da moral é do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais. Art. 3º A Educação Moral e Cívica, com disciplina e prática, educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização. § 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de ‘Organização Social e Política Brasileira.’ § 2º No sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de ‘Estudos de Problemas Brasileiros,’ sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo.” Brasil. **Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969**. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília: 1969, 209 p. vol. 5. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

⁴⁸⁰ Segundo Bittencourt, “o poder governamental, ao veicular pelos diversos programas de ensino para a escola a memória histórica desejável, tem examinado a necessidade de se valer de outros instrumentos educacionais para sustentar e fazer perpetuar, na memória dos alunos, quem deve ser considerado agente histórico responsável pelos ‘destinos do país’”. BITTENCOURT, *op. cit.*, 2012, p. 53.

formar tinha o direito de ser participativo e de interferir na realidade social, desde que considerasse a hierarquia, o respeito aos valores cristãos e patrióticos.

A fala de Caetano também sinaliza para as diferenças entre as condições das famílias dos alunos que estudavam nas escolas do SPH e no Colégio Imaculada Conceição, administrado pelas irmãs capuchinhas, e no Colégio Estadual Padre Anchieta (CEPA). Por trás da falta de recursos para custear a farda escolar de seus filhos, encontravam-se famílias que vinham passando por dificuldades com a carência alimentar, com as dificuldades para conseguir um trabalho que gerasse uma renda suficiente para seu sustento, como apontado acima, por exemplo. Somente em 1968, as participantes do “Nosso Lar”, sob a responsabilidade da Irmã Francisca, iriam confeccionar a primeira farda para os alunos das escolas do SPH, a partir de roupas usadas, as quais foram doadas pela Alemanha. Posteriormente, em 1971, a Capitania dos Portos disponibilizou um rolo de casimira azul – tecido usado para fazer as fardas dos marinheiros –, para a confecção de uma nova farda, a qual Caetano se refere. Desse rolo de tecido foram confeccionadas saias, calça curta e calça comprida, as quais eram apenas emprestadas aos alunos e, quando terminava o ano letivo, eram devolvidas para a escola, sendo reutilizadas por outros alunos no ano seguinte. As blusas foram feitas pela costureira Zilda Monteiro, com o tecido de cambraia cavalinha, comprado sobre a orientação da professora Zilma Carvalho de Araújo Ferreira. Eram vendidas às mães dos alunos.

Até então, apenas o Colégio das Irmãs, onde estudavam os filhos das famílias que tinham condições de pagar suas mensalidades, e o CEPA, sob a responsabilidade do Estado, mantinham seus alunos fardados. Em razão disso, desfilar no “7 de Setembro” pelas ruas de Camocim uniformizados – momento em que a cidade parava para assistir, desde as famílias mais pobres às autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário – significava, para Caetano, colocar os alunos da EPA e EPH, mantidas pela entidade, no mesmo patamar dos alunos das escolas frequentadas pela elite de Camocim.

A colocação no desfile revela também que a forma de educar das escolas do SPH estava correspondendo às expectativas da sociedade. Outra evidência dessa aceitação é a alcunha de “meninos da Promoção”, atribuída aos alunos que saíam dessas escolas para dar continuidade aos seus estudos no Grupo Escolar José de Barcellos, por acompanhar com facilidade o programa da série que iriam cursar e por serem “disciplinados”. Em outro trecho dessa entrevista, Graça Cardeal, afirmando sobre o destaque da escola em Camocim, refere-se a esse termo: “[...] a gente sentia essa diferença, né, das crianças, porque tinha outros núcleos, é, menos organizados, que ensinavam aqui, em outros bairros, né? E os ‘Meninos da

Promoção', realmente... mereciam o nome de... Era diferente mesmo... recepção que a gente tinha nas outras escolas.”⁴⁸¹ A entrevista com Zilma Carvalho de Araújo Ferreira e com o diretor-presidente nos mandatos de 1967-1969, 1969-1972, 1974-1977 e 1977-1979, Benedito Genésio Ferreira, que exerceu o sacerdócio até 1976, também se reporta ao bom desempenho desses alunos em outras escolas. Quando lhes indaguei sobre os resultados alcançados pelo SPH no trabalho educacional, ela coloca:

Vera Lúcia: – Vocês poderiam nos informar que resultados palpáveis o SPH teve no Setor educacional?

Zilma: – [...] importante, Vera, porque à proporção em que a escola foi se organizando e que a gente foi tendo as classes separadas, então, nós ensinávamos até a 3ª série, né? E quando as nossas crianças concluíam a 3ª série, que a gente não tinha mais como ensinar a 4ª., então se procuravam, eles iam para o Grupo Escolar José de Barcellos ou iam para... o Patronato São José, que tinha até a 4ª., né? E as crianças não tinham nenhum traba..., davam nenhum trabalho de ser recebidas nas escolas, porque tinham... Comumente, se chamava as crianças do Serviço de Promoção Humana ou as crianças da Escola de Promoção Humana, Não davam trabalho porque eles sabiam... o conteúdo da série que eles tinham saído. Então, eles não tinham nenhum trabalho, eles pegavam sem nenhuma dificuldade a 4ª série, tanto lá no Grupo Escolar José de Barcellos, como lá, como a gente chamava, no Patronato do Colégio da... lá no Colégio das Irmãs. Não tinham dificuldade. Então, era essa, assim, a notícia que nós tínhamos e nos orgulhava muito e fazia com que a gente quisesse ensinar, assim, mais e mais, porque a gente trabalhava o conteúdo do livro todinho. As crianças sabiam, por exemplo, da 3ª série, elas sabiam ler muito bem, fluentemente, elas sabiam o principal de saber fazer... saber somar, diminuir, multiplicar, até dividir por uma letra. Eles tinham, assim, a capacidade de saber ler os problemas e saber resolver. Então, era assim..., uma coisa, era o que a gente sabia e nós, como professoras, ficavam muito orgulhosas por isso, porque nós tínhamos cumprido, assim, a nossa parte, né, tinha preparado realmente a criança para a série, a série seguinte, né?⁴⁸²

A fala da professora Zilma me faz pensar na reflexão de Portelli, de que, ao recordar e contar um fato, o narrador já está imprimindo uma interpretação sobre ele⁴⁸³. Neste sentido, ao responder a questão que lancei, ela estabelece sua própria subjetividade, sua capacidade de ver, interpretar e influir na história. Subjetividade, entendida na perspectiva desse mesmo autor, como “o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, [e que] constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso.”⁴⁸⁴

Assim, ao discorrer sobre o bom desempenho dos alunos da EPA, EPH e EMC, Professora Zilma vai atribuindo significado à experiência vivida e como se sentia diante do

⁴⁸¹ OLIVEIRA, Antônio Caetano de; CHAVES, Maria das Graças de Araújo. Camocim-CE, 20 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁴⁸² FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma Carvalho de Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

⁴⁸³ Ler PORTELLI, *op. cit.*, 1996, p. 60.

⁴⁸⁴ *Idem.*

reconhecimento do seu trabalho e das colegas pelas outras escolas. O êxito dos alunos servia como motivação para que continuassem o trabalho com o SPH, embora recebessem apenas uma gratificação e nunca um salário – aproximadamente, um terço do salário mínimo da época, por turno de trabalho. As experiências nas escolas deram outras possibilidades a elas. Antonia Gomes da Silva, conhecida como Antonilda, por exemplo, foi convidada para dar aulas no Colégio das Irmãs, onde trabalhou por 27 anos⁴⁸⁵, e Rita Rodrigues Pereira, que também foi convidada para ensinar nesse colégio e, posteriormente, para trabalhar no Centro Social Urbano (CSU), por causa de sua atuação nos trabalhos sociais.

Em outro trecho, Zilma diz que descobriu o dom de ser professora nas escolas do SPH:

Vera Lúcia: – Os trabalhos desenvolvidos pelo SPH objetivavam a promoção humana. Neste sentido, vocês, enquanto diretor-presidente, professor Benedito, e a Dona Zilma, enquanto professora, secretária do SPH, contribuiu para a promoção do público alvo e também cresceu enquanto ser humano enquanto fazia esses trabalhos de promoção humana?

Zilma: – [...] foi lá que eu comecei, que eu descobri meu dom de ser professora e de me formar. Foi quando cheguei fazer a minha especialização em educação brasileira. A minha monografia foi essa experiência de trabalho, né? E foi quando eu fui descobri a importância do que a gente fazia com o que eu estava vivendo hoje e que descobri que eu tinha [...] desenvolvido, né, essa vocação, esses pendores lá.⁴⁸⁶

Essa experiência influenciou suas escolhas e sua formação profissional, como evidencia ao relatar sua trajetória no magistério, indo desde a Educação Básica, como professora e coordenadora da EPH, ao Ensino Superior, como professora de disciplinas pedagógicas nos cursos da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), bem como nos trabalhos de Extensão.

O trabalho de biblioteca tinha como objetivo contribuir com a formação dos alunos, incentivando-os à leitura com a premiação daqueles que tivessem lido mais livros durante o ano letivo. Havia uma ficha em que se registrava o nome do aluno, o título do livro, a data do empréstimo e a da devolução. Entre os alunos que iam com frequência à biblioteca, destaco, aqui, a experiência de Zenildo e Caetano – de quem já fiz algumas indicações no capítulo anterior – para discorrer sobre os resultados do trabalho educacional:

Padre Benedito: – [tinha] também um serviço de biblioteca. Qual foi a sua participação, qual foi a importância [...]?

Zenildo – [...] a minha participação foi intensa, né? Na verdade, eu era um ratinho de biblioteca, né? Então, foi nessa época que eu adquiri o hábito de ler, né? Lá em casa, se eu não tiver assistindo uma TV, um vídeo, eu estou com o meu livro [...]. Ainda

⁴⁸⁵ SILVA, Antonilda Gomes da. Pronunciamento nas comemorações dos 50 anos do SPH. Centro Comunitário do Cruzeiro (CCMC), Camocim-CE, 02 maio. 2012.

⁴⁸⁶ FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma Carvalho de Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

hoje. É uma prática que eu adquiri [...] nessa época que eu era um ratinho de biblioteca. Eu praticamente devorei todos aqueles livros, eram infantis, né? Na época, infanto-juvenis, né? [...]. É outra herança cultural importante, né, que o Serviço de Promoção Humana e eu como... através de aluno da escola, conseguiu, né? E mantenho até hoje, né?⁴⁸⁷

Padre Benedito: – [...] qual a importância de uma biblioteca, por mais simples que seja, na vida de uma escola e na educação de um garoto?

Caetano: – [...] até os meus dez, acho que até os meus dez anos, eu não sabia ler, porque, como eu já disse, a gente vinha de escolas de periferia que não tinha aquela questão, não tinha aquela didática, não tinha como fazer e a gente ia pra uma carta de ABC, porque a gente aprendia decorado, que a minha mãe dizia que era de oitava, né? Era: “tu tá aprendendo de oitava!”. E a pêia caia, né? Porque, quando eu chegava da escola, ela dizia, assim: “Deu a lição?” “Dei.” “Pois vem dar aqui pra mim”. Se eu não dissesse tudo que tava na folhinha, aí ela dizia: “Você aprendeu foi de oitava, você não tá aprendendo nada”. E nessa brincadeira eu perdi muito tempo, né? Quando a escola foi [...] inaugurada, foi instalada, que a gente começou a estudar lá, então, a coisa foi [...] foi, assim, totalmente diferente, eu aprendi a ler imediatamente e eu tinha uma sede pra aprender a ler, porque eu tinha, assim... Eu, às vezes, olhava um... papel, alguma coisa escrita, eu dizia: “Meu Deus, como eu gostaria de saber o que é que tava escrito aí.” E eu não sabia. Então, meu processo de aprendizagem, acredito que ele começou um pouco tarde, né, pela questão das escolas de lá. Quando eu aprendi a ler foi, assim, como que eu tivesse descobrido uma sétima maravilha do mundo e eu... A escola tinha uma biblioteca, era pequena, mas muito diversificada e eu cai dentro dessa biblioteca, né? Eu levava um livro pra casa e eu devorava em dois dias ou três, dependendo do tamanho do livro. E eu me lembro, como se fosse hoje, um dia a Dona Zilna [Zilma], é, disse: “Esse menino não tá lendo esses livros, ele tá levando e tá trazendo rápido demais.” E era a segunda vez que eu estava lendo *Branca de Neve e os Sete Anões*, porque eu já tinha passado pela Literatura Infantil quase toda. Eu li *Branca de Neve e os Sete Anões*, eu li as *Viagens de Gulliver*, eu li... *Cinderela*... Eu li tudo que tinha. É... Monteiro Lobato, a coleção inteira já tinha lido... *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, né? ... Aí foi eu disse pra ela: “Estou lendo, sim. A senhora... pode fazer o teste se eu tô lendo ou não”. “Que é que diz aqui nesse livro?” Eu comecei a contar a história inteira, do começo do livro até o final. Aí ela disse: “Ele tá lendo mesmo, é verdade que ele tá lendo”. E tinha uma premiação pro aluno que mais lesse durante o ano dentro da escola, né, e eu tirei o primeiro lugar. E o presente, eu me lembro como se fosse hoje, foi uma caixa de drops, drops de leite [*risos*], e eu ganhei [*risos*]. E, a partir dali, o que aconteceu foi o seguinte: foi que eu me tornei amante da leitura, né? Eu acho que... quem não lê perde uma parte da vida, quem não lê deixa de descobrir muitas coisas boas, deixa de ter, sei lá... uma outra visão de... de vida, de futuro [...], do presente. Eu acho que ler é essencial, ler tem que fazer parte.

[...] Tinha um prazozinho pra devolução, se não devolvesse no tempo, aí tinha... Ela cobrava direitinho, né? Porque tinha gente que leva e esquecia ou então não lia e deixava lá... Acho que até por isso ela [...] achou que eu estava só levando, olhando as figuras [...]⁴⁸⁸

A biblioteca da escola possibilitou a esses alunos – que não tinham contato com livros em casa porque suas condições econômicas não permitiam sua aquisição – o acesso à leitura, para aprofundar o que estava sendo trabalhado nas aulas, bem como de outras obras que não faziam parte das temáticas trabalhadas pelas disciplinas. O contato com os livros contribuiu

⁴⁸⁷ SANTOS, Zenildo Gonçalves dos Santos. Camocim-CE, 04 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e Vera Lúcia Silva.

⁴⁸⁸ OLIVEIRA, Antônio Caetano de; CHAVES, Maria das Graças de Araújo. Camocim-CE, 20 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

para a formação desses estudantes e para a transformação de suas vidas – de alunos que vinham de um processo de alfabetização baseado na repetição e decoração, que, muitas vezes, passavam três anos na mesma série, mas não aprendiam a ler, para alunos alfabetizados através de outras metodologias, pontuadas acima, e que se utilizava de novas leituras para exercitar o que tinha aprendido na sala de aula.

Caetano, mais uma vez, faz uma crítica à Cartilha de ABC/Carta de ABC por trazer um saber abstrato, que não tem relação com a vida concreta do aluno. Traz algo pré-definido, imposto. É uma espécie de modelo que quer abranger qualquer realidade, mas não dá conta porque existem múltiplas realidades, cada uma com suas peculiaridades. Ela não traz um saber neutro, mesmo que se afirme que foi escolhido ao acaso ou por critérios pedagógicos. De acordo com a perspectiva de Brandão, “quem dá a palavra dá o tema, quem dá o tema dirige o pensamento, quem dirige o pensamento pode ter o poder de influir na formação de consciência.”⁴⁸⁹

Essa questão aponta para um problema ainda presente na realidade escolar, em que muitos profissionais concebem o conteúdo dos livros didáticos como verdades absolutas, que deve ser reproduzido tal qual pelos alunos nas avaliações; ou quando adotam o livro como única ferramenta para suas aulas, não confrontam diferentes abordagens que existem sobre um mesmo tema, não problematizam seus conteúdos; ou, ainda, quando adotam livros didáticos que não têm nenhuma relação com o mundo real dos educandos.

O exercício da leitura na infância e adolescência é constitutivo de adultos leitores, de pessoas que reconhecem a leitura como prática importante para o conhecimento de outras realidades, que estimula a imaginação e o ato criativo; para a formação de outras perspectivas de vida, do ser humano enquanto pessoa e profissional. Neste sentido, Zenildo e Caetano afirmam que a experiência com os livros fez deles amantes da leitura no presente.

Em sua fala, Caetano nomeia alguns clássicos da literatura infanto-juvenil com que teve contato, levando-me a pensar na sua importância não só dentro do processo educativo, mas também como forma de lazer, de diversão para a criança em um momento em que a televisão ainda não tinha chegado a seus lares, em que o cinema não havia chegado às cidades pequenas, como Camocim.

Hoje, Caetano é funcionário público federal da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), cedido à prefeitura municipal de Camocim, exercendo a função de Diretor da

⁴⁸⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “O que é o método Paulo Freire”, p. 10. Disponível em: <http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf> Acesso em: 25 dez. 2014.

Escola General Campos. Antes, foi funcionário da parte administrativa dessa prefeitura. Zenildo foi Superintendente da Rádio Comunitária PROMOÇÃO FM 98.5, secretário executivo da Federação de Entidades Comunitárias de Camocim (FENECOM), fundador e articulador do Fórum Municipal de Reforma Agrária de Camocim, professor no Colégio Professor Ivan Pereira de Carvalho (CEPI), antigo CEPA, e no Colégio Monsenhor José Augusto da Silva, ambos em Camocim e membro da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Barroquinha até seu falecimento, em 2012.

A educação oferecida nas escolas do SPH contribuiu também para que muitos outros filhos de famílias pobres, posteriormente, se tornassem padres, militares, como exemplifica a professora Francisca Oliveira; ou fossem trabalhar como professores e funcionários da área da saúde, como no caso de Graça Cardeal, que trabalhou como professora na Colônia dos Pescadores e, simultaneamente, desenvolveu um trabalho voluntário na Pastoral da Mulher Marginalizada – entendida aqui como prostitutas – e hoje é servidora pública da FUNASA, cedida à prefeitura municipal de Camocim, prestando serviço junto ao Núcleo de Educação em Saúde e Mobilização Social; fossem escritores como Carlos Cardeal de Araújo (*in memoriam*) – autor dos livros *Terra e mar* e *Ida e Volta* e de crônicas como *A mancada* –, que também foi servidor municipal no período de 1990 a 2007, trabalhando inicialmente no setor pessoal da prefeitura Municipal de Camocim e, posteriormente, na Secretaria de Cultura de Camocim por um período médio de oito anos, em seguida, ocupou o cargo de agente administrativo na Academia Camocinense de Ciências Artes e Letras (ACCAL); ocupassem outros cargos públicos, como Aderaldo Rodrigues de Lima, que chegou a ser vereador de Camocim, conselheiro tutelar, radialista e hoje faz parte do Departamento de Ação Comunitária da Prefeitura Municipal de Camocim.

A entrevista com Aderaldo discorre sobre suas experiências dentro do SPH, desde os tempos de menino até averbação do CCSF em cartório pela Diocese de Tianguá – a qual a Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes de Camocim pertence – como patrimônio da Igreja, durante a década de 1990⁴⁹⁰. No trecho abaixo, vê-se um diálogo sobre o início da construção do centro:

⁴⁹⁰ Ao tentar reorganizar as atividades do SPH em 1993, que tinham sido paralisadas durante a diretoria que foi eleita para o mandato de 1979-1981 – composta pelo diretor-presidente padre Evaldo Gomes da Silva e pela vice-diretora freira Pedrina Maria –, Benedito Genésio Ferreira – que estava à frente dos trabalhos da instituição até meados de 1979 – e parte dos associados que trabalharam, no final da década de 1960 e início de 1970, na construção da sede do CCSF, entraram em conflito com o poder da Igreja e do grupo político “Caras Pretas”, liderado, naquele momento, pelo deputado estadual Francisco de Paula Rocha Aguiar. Os associados reivindicavam o direito de se reunir e realizar suas atividades no Centro, mas a religiosa Pedrina Maria e o Padre Juarez Brito Cardoso, que estavam a frente do SPH, não permitiram a entrada deles. A religiosa estava na direção dos trabalhos do SPH desde a eleição de 1979. Os associados chegaram a realizar reuniões e organizar

Padre Benedito: – Você pode falar um pouquinho sobre a igreja [pequena capela de São Francisco, na época], como era, e [...] o Centro, o começo, você foi o primeiro aluno, você participou da primeira turma que ocupou o Centro, né?

Aderaldo: – [...] Lembro-me do momento em que nós, é, eu com cinco anos de idade, já muito travesso, né, naquele tempo, que nós morávamos... nuns casebrezinhos aqui dessa comunidade, onde a gente não via, aqui todas as casas com energia, a gente não via uma pista como a gente vê hoje em muitas casas, parecendo um centro de uma cidade, a gente via, simplesmente, muita terra, muito cajueiro e as famílias sem opções.⁴⁹¹

Aqui, Aderaldo interpreta as condições de vida dos moradores do bairro de São Francisco a partir da constituição do seu próprio espaço. Formado na década de 1950 pelas pessoas que vinham da zona rural de Camocim, o bairro de São Francisco, situado à entrada da cidade e onde está localizado o CCSF, nos anos de 1970, possuía grandes áreas desocupadas. Hoje, essas áreas e os cajueiros deram lugar às casas, às praças, às lojas comerciais. Distante do centro da cidade, de acordo os limites espaciais da época, o bairro de São Francisco, como os outros bairros em que atuava o SPH (São Pedro e Cruzeiro) enfrentava problemas relativos à falta de escolas, de moradia, de iluminação, de postos de saúde e emprego. Na zona rural do município, as evidências demonstram uma realidade similar e, às vezes, mais difíceis como dão indícios as fontes.

Em duas outras entrevistas que realizei com a doméstica e agricultora aposentada Maria José dos Santos (conhecida como Dona Mazé), ex-secretária e ex-tesoureira do NPT, e sua filha Marta Helena dos Santos, que foi professora da Escola 21 de Abril, do NTP, e com o agricultor Edmilson Lira Oliveira, que atuou no núcleo como membro da Comissão de Roçado e Cáritas, também fiz indagações sobre as condições das famílias que moravam na zona rural de Camocim:

Vera Lúcia – Como era a situação familiar das pessoas que trabalhavam, a condição, eram todas pobres ou tinha gente [...]?

Dona Mazé – Era. Tudo era pobre. Só quem tinha mais um recursinho, que não precisava trabalhar por dinheiro, era nós. Mas uma grande parte de gente tudo era pobre, né? Aí que foi que veio, foi anunciado esse, esse alimento que veio. Aí, muita gente que não tinha recurso veio pra lá, pra receber, recebia a massa, recebia massa de milho, recebia massa de banana, recebia aveia [...]

Vera Lúcia: – E [...]

movimento na Praça em frente da sede, como protestos e reivindicação de seus direitos. Depois de diversas tentativas para chegar a um acordo, a Diocese de Tianguá averbrou em cartório o prédio – que foi construído todo pelo trabalho dos seus associados, como patrimônio da Igreja. Mesmo sem acesso ao prédio eles deram início a reorganização da entidade em uma sede provisória, à Rua 24 de maio, 243. O CCSF foi o centro com maior número de associados do SPH. Considerações feitas com base no livro de atas de 1993-1995. UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas, 1993-1995. Pasta 01 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

⁴⁹¹ LIMA, Aderaldo Rodrigues de. Camocim-CE, 05 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

Dona Mazé: – [...] aquele arroz bulgor também veio, tudo isso. Tem muita gente que talvez não se lembre disso, mas eu me lembro de tudo isso. Acho que ainda hoje eu tenho meu cartãozinho rolando lá por dentro das caixas.⁴⁹²

Vera Lúcia: – Como era a situação familiar, das pessoas que moravam não só em Tamboril, mas como em Boqueirão, Jatobá, que você falou que todos participaram do Núcleo. Então, como que era a situação familiar deles? Eles passavam por muitas dificuldades?

Edmilson: – Bom, na... naquele período, é, a gente tinha como renda, realmente, a agricultura, né? Era ainda muito raro a aposentadoria rural. Não era muito fácil a vida naquela época, por causa da renda, né, que a nossa agricultura sempre foi, é, uma agricultura de subsistência, não é? É, daí essa situação, né, das, das famílias é o sonho de ter uma melhoria, principalmente, não é, na renda familiar. Não era muito fácil como é hoje, né, que tem programas do governo federal, têm aposentadorias, os trabalhadores rurais têm outras formas de renda, não é? Naquela época, era muito mais difícil, não é, do que hoje, e não era fácil você manter a família apenas com a renda da agricultura de subsistência.⁴⁹³

As memórias de Dona Mazé se reportam para os trabalhos de muitos moradores do Sítio Tamboril e vizinhança na construção do NPT, iniciada em 1970, em troca dos alimentos que vinham da Cáritas Brasileira. Para essas pessoas, mais do que a conquista de um espaço onde seus filhos pudessem ser alfabetizados, onde pudessem se reunir e buscar, em conjunto, soluções para seus problemas, a criação do núcleo estava resolvendo problemas mais urgentes, como a fome, ainda que em caráter temporário.

Embora a maioria delas morasse em terras próprias, tivesse seu casebre, criasse animais, como galinha, peru, capote, porcos e cabras, e todos os anos plantasse seu roçado na própria terra ou na de terceiros, Dona Mazé os definia como pobres porque passavam por dificuldades alimentares, prestavam trabalhos para outras pessoas no esforço de completar sua renda e não tinham acesso à educação e assistência à saúde pública.

Apoiando-me, mais uma vez, nas reflexões de Portelli sobre a questão do tempo nos relatos⁴⁹⁴, observo como Edmilson toma como referência “o agora” para dizer que, no final da década de 1960 e na década de 1970, a vida era mais difícil porque só tinham como renda a agricultura de subsistência, não existiam programas como Bolsa Família⁴⁹⁵, Fome Zero⁴⁹⁶,

⁴⁹² SANTOS, Maria José dos; SANTOS, Marta Helena dos. Camocim, 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

⁴⁹³ OLIVEIRA, Edmilson Lira de. Sítio Boqueirão, 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

⁴⁹⁴ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 296-313.

⁴⁹⁵ “O Bolsa Família é um programa do governo federal de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. [...] integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. [...] possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a

Seguro-Safra⁴⁹⁷, que hoje contribuem com a renda familiar do agricultor; não existia aposentadoria rural, os agricultores viviam apenas do cultivo da terra e da criação de animais, o que colhia era consumido, e, às vezes, trocavam a farinha ou o milho por outro produto, por exemplo.

Assim, ele vai apontando para as transformações entre o viver no campo nos anos 1960 e 1970 e nas duas primeiras décadas do século XXI. No ano de enchentes, como o de 1974, e de chuvas escassas, como 1979, muitos agricultores perderam suas plantações e passaram por privações alimentares porque não tinham uma alternativa de trabalho. Com o investimento na educação nos últimos anos, mesmo não sendo o ideal, os filhos desses agricultores podem ter outras perspectivas de trabalho e, conseqüentemente, outras possibilidades de renda.

Contudo, é importante ponderar que, para o agricultor, ainda que esses programas que vêm do neoliberalismo, em sua maioria, tenham provocado mudanças no seu padrão de vida – tornando-o, inclusive, com um poder aquisitivo maior –, são soluções paliativas e momentâneas, no entanto, que não criam condições para superar as desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade, não apenas dos sujeitos que vivem e trabalham no campo, como também dos que vivem e trabalham na cidade.

As memórias que os trabalhadores associados ao SPH contam a partir das questões que coloquei – pois compreendo a entrevista como um processo dialógico, sendo, portanto, seu resultado final produto do narrador e do pesquisador⁴⁹⁸ – sugerem que as condições de vida e de trabalho de grande parte da população de Camocim, tanto do campo quanto da cidade, eram difíceis. Com poucas alternativas de trabalhos e sem acesso à educação, ela estava limitada a (sobre)viver do que a terra lhe oferecia, do pescado, do que conseguia ganhar trabalhando nas salinas, no porto, no mercado de frutas e de peixes, na construção civil, de “bicos” (como carpinteiro, costureira, tucunzeira, bordadeira, com lavagem de roupas etc.) ou do que sua aposentadoria podia lhe oferecer.

situação de vulnerabilidade.” Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 20 agosto 2014.

⁴⁹⁶ “O Fome Zero é um programa do Governo Federal que visa o direito de alimentação da população brasileira.” BOLSA FAMÍLIA. Home. Disponível em: <<http://bolsa-familia.info/fome-zero.html>>. Acesso: 05 jan. 2015.

⁴⁹⁷ Criado pela Lei 10.420 de 10 de abril de 2002, o Fundo Garantia Safra está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e institui o Benefício Garantia Safra com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra em razão do fenômeno de estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE. SEAGRI. Garantia Safra. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/content/programa-garantia-safra-0>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

⁴⁹⁸ Ler PORTELLI, *op. cit.*, 1997, p. 36.

Dona Mazé também discorre sobre os roçados comunitários e as farinhadas feitas pelos associados ao NTP:

Vera Lúcia: – E que tipos de trabalhos vocês já realizavam depois que foi construída a sede?

Dona Mazé: – Realizamos um, um roçado, né? Se reuniu a população e cons... fizemos um roçado, né?

Vera Lúcia: – Roçado comunitário?

Dona Mazé: – Roçado comunitário. Era muitas pessoas, era umas cinquenta e tantas pessoas que trabalhavam no roçado comunitário, justamente no dito lugar que é onde foi feito o prédio, né? Fizemos o primeiro roçado ali, depois nós aforamos na terra dos Parentes, fizemos outro roçado, né? Foi um serviço muito bonito, trabalhou muita gente. Com o tempo da farinhada, era aquela alegria, que funcionava em duas casas de farinha, na minha casa de farinha e na casa de farinha do finado Chaga Maximiano, que ele era o, o... foi eleito a presidente, né, da, da, da comunidade, lá, né, o primeiro, né, foi ele. Aí, a gente to... tomou de conta desse pessoal tudo. Ele que tomava de conta. Fizemos um roçado muito grande. Depois, a gente formou outro roçado, aforamos a terra, na terra do Raimundo Ivan, que também já Deus chamou. Fizemos um roçado muito grande. Mas animado não foi esse, animado foi no tempo das farinhadas, que se reuniram as seis famílias que trabalhava na minha casa de farinha e seis que trabalhavam na casa de farinha do cumpadre Chaga Maximiano. Foi uma alegria muito grande, muito prazer tudo essa gente. Muita gente que veio do Agapé, quando foi, veio o negócio da Cáritas, né, professor [Benedito], que veio, aí muita gente por esse interesse que veio essa, essa alimentação, essa ajuda da Cáritas, aí veio gente de fora trabalhar junto, mas que não conseguiu ficar com a gente, foi só no interesse de obter aquela ajuda, né?⁴⁹⁹

Através da fala de Dona Mazé, pude ver como o SPH foi adentrando o universo dos agricultores para potencializar o cultivo de alimentos e, junto com eles, modificar as suas condições de vida e de trabalho. Os roçados eram chamados comunitários porque todas as famílias associadas ao NPT participavam de sua preparação. O dinheiro obtido com a colheita do primeiro deles foi disponibilizado para pagar parte das despesas da construção do núcleo e os demais roçados foram feitos para ajudar na renda familiar – como pontuei acima – e constituir uma reserva de alimentos para os períodos de estiagens.

A prática de fazer farinha – muito comum nessa época entre as famílias que viviam da agricultura – costumava reunir muitas pessoas, distribuídas entre os que arrancavam a mandioca, raspavam, moíam, colocavam na prensa (onde se tira parte do suco venenoso da mandioca), torravam a farinha ou tiravam a goma. Mesmo sem iluminação elétrica, era durante a noite que as casas de farinha enchiam de gente, pois, durante o dia, muitas pessoas se dedicavam à preparação de seus roçados. O encontro de várias famílias fortalecia os laços

⁴⁹⁹ SANTOS, Maria José dos; SANTOS, Marta Helena dos. Camocim, 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

de solidariedade, entre elas, proporcionava muitas conversas e possibilitava aos jovens iniciarem relações afetivas. Daí Dona Mazé dizer que as farinhadas eram muito animadas.

Minha interlocutora também traz outra questão importante que está relacionada à associação de pessoas ao SPH que não compartilhavam com o interesse de contribuir com o desenvolvimento da localidade, mas apenas de satisfazer suas necessidades imediatas, proporcionado pela doação de alimentos que vinham da Cáritas Brasileira, levando-me a pensar nos limites impostos pela sociedade capitalista, que reforçam valores individualistas e uma preocupação cada vez menor com o bem-estar do outro.

Por outro lado, volto à entrevista com as professoras para falar que havia cooperação entre elas e os demais funcionários da escola para que os alunos não ficassem sem aula, quando alguma delas tinha que se ausentar no trabalho:

Terezinha: – [...] se faltava uma professora lá no Cruzeiro, que estava doente, eu ia lá pro Cruzeiro, dava uma semana, o tanto que fosse necessário até aquela professora voltar, né. Faltava lá no São Pedro, eu ia, como eu fui várias vezes, lá dar aula no São Pedro até a professora voltar. Então, não faltava aula, não tinha isso: “ah, eu não vou, não, porque não é minha área. A Rita: “Oh, Terezinha, tal dia tu pode vir pra cá, não precisa ir nem pro São Francisco, não, vem pra cá que a professora tá doente”. Ia pro São Pedro. Então, eu dava aula no Cruzeiro, em São Pedro, assim, substituindo [...]”⁵⁰⁰

Essa colaboração estava presente não só nos trabalhos de educação, mas em todas as atividades criadas e organizadas pelo SPH, envolvendo a participação ativa dos trabalhadores associados, que iam da construção dos núcleos/centros e da Vila Operária, através do mutirão, à horta comunitária, ao roçado comunitário, à padaria comunitária, aos clubes de mães, aos lares da juventude etc. Mas isso não significa ausência de conflito. O diálogo com Dona Mazé traz à tona um atrito entre os associados ao NPT e o presidente Francisco das Chagas Souza, conhecido por Chaga Maximiano, quando este foi visitar o roçado e eles tinham voltado para casa uma hora antes do combinado. Em uma ata de 1980 do NPT, fora de meu recorte temporal, ficou registrada a insatisfação do presidente por causa da ausência dos associados às reuniões e do atraso das mensalidades, que, consequentemente, também impossibilitava o pagamento da professora da Escola 21 de Abril.⁵⁰¹ Por outro lado, na reunião de dez de maio de 1981, os trabalhadores e parte da própria diretoria faziam uma crítica à falta de

⁵⁰⁰ SOUZA, Francisca das Chagas de Oliveira; FERNANDES, Maria das Dores Alexandre; VASCONCELOS, Maria de Fátima Bento; PAULO, Terezinha do Nascimento Mendes; PEREIRA, Rita Rodrigues. Camocim-CE, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁵⁰¹ UVA. NEDHIS. SPH. Ata de dez de agosto de 1980. Pasta Ta – Sítio Tamboril: Livro de Atas, 1977-1986.

compromisso do presidente que pouco comparecia às reuniões e não tomava medidas para amenizar as dificuldades por que vinha passando o núcleo.⁵⁰²

As fontes orais também sugerem como as pessoas que não eram associadas ao SPH viam os seus trabalhos. Alguns padeiros e comerciantes estavam descontentes com a Padaria Comunitária, pois os trabalhadores associados só consumiam os pães de lá, uma vez que eram repassados mediante uma contribuição em trabalho e em espécie, a qual seria utilizada para gratificar os “padeiros” e comprar ingredientes (sal, óleo, lenha etc), enquanto nas outras, eram vendidos a preço de mercado.⁵⁰³ Outras pessoas criticavam os trabalhos da instituição, achavam que era coisa de comunista, falavam que não ia dar certo.⁵⁰⁴ A entrevista com Zilma reitera porque a experiência de educação vivenciada pelas escolas do SPH não consta na história oficial: “Então, se essa história não consta é porque ela não era do agrado político.”⁵⁰⁵

Quando indaguei ao professor Benedito e a professora Zilma se as pessoas que participavam do SPH, ajudando na educação de crianças e jovens, que não tinham acesso às outras escolas de Camocim, possuíam algum interesse econômico e político, ele contou:

*Benedito – [...] eu acredito que aquelas pessoas que trabalhavam ali... É claro que elas tinham um certo interessezinho de ter sua gratificação no fim do mês, aquilo... Isso era uma coisa sagrada e a gente fez questão sempre de honrar com a pontualidade. Mas eu acredito que, como eram estudantes, estavam crescendo, estavam em processo de aprendizagem, aquele também foi um momento para elas crescerem a sua formação intelectual, profissional. Acho que o maior interesse foi esse e também o interesse de dar a sua ajuda àqueles que eram menos favorecidos.*⁵⁰⁶

⁵⁰² UVA. NEDHIS. SPH. Ata de dez de maio de 1981, fl. 19v. Pasta Ta – Sítio Tamboril: Livro de Atas, 1977-1986. “[...] A Sra. tesoureira vem com umas reclamações sobre o nosso diretor presidente não está ligando pra nós, está muito por fora não quer concordar nada. Nós avimos (sic) para particulares que só pode ser associado depois que assistimos três reuniões, também pedimos ao presidente que faça eleição para mudar de diretores. O vice-presidente concordou com os sócios que não está funcionando a aula nem tem água na cacimba então devemos fechar o núcleo, abrir no dia que for haver reunião e quando estiver funcionando.” Percebe-se aqui o início de um lento processo de paralisação e de quase extinção dos núcleos/centros do SPH, que duraria até 1993, quando a instituição passou a atuar, principalmente, através dos conselhos municipais – onde participou da fundação do Conselho da Criança e do Adolescente e obteve assento, tomou parte também do Conselho de Saúde e do Conselho de Assistência Social –; como secretário executivo dos Encontros de Entidades Comunitárias (ENECOM), os quais resultaram na criação da Federação de Entidades Comunitárias de Camocim (FENECOM), em 1997; na EPA), reiniciando suas atividades com a formação de turmas de alfabetização, 1ª, 2ª e 3ª séries; e na comunicação social, através da Rádio Comunitária, criada em 21 de fevereiro de 1997. Hoje, o SPH participa apenas do Conselho Municipal do Idoso e tenta reorganizar-se para criar projetos sociais.

⁵⁰³ LIMA, Aderaldo Rodrigues de. Camocim-CE, 05 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

⁵⁰⁴ De acordo com o agricultor Donato Rodolfo Linhares em entrevista concedida a mim, no sítio Tamboril, no dia 02 de março de 2012, quando pergunto como as pessoas que não eram associados ao SPH viam o trabalho do Núcleo: “[...] Criticavam, dizia que era... isso aí num, num ia pra frente, num se... isso era negócio de comunista [risos]. Porque tem essas críticas, né, aí, mas a gente... depois eles foram vendo, aí se calaram, mas nu... nunca se associaram. [...]” LINHARES, Donato Rodolfo. Sítio Tamboril-CE, 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

⁵⁰⁵ FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma Carvalho de Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

⁵⁰⁶ *Idem.*

As condições socioeconômicas das professoras da EPA, EPH, EMC e Escola 21 de Abril eram semelhantes às dos alunos. Trabalhavam para contribuir com a renda da própria família. A trajetória profissional de muitas delas, como da Rita, da Antonilda e da própria Zilma (falecida em 02 de fevereiro de 2013), como pontuei acima, são sugestivas de que o aprender a fazer ensinando nessas escolas contribuíram para a conquista dos espaços dentro da cidade que vêm ocupando. Mas suas participações nas atividades educacionais foram além dos interesses pessoais, o que é evidenciado na articulação e no envolvimento delas em atividades que tinham como propósito o levantamento de fundos para manutenção dos trabalhos que vinham desenvolvendo nas escolas, inclusive, com a manutenção da estrutura física delas. Estavam empenhadas também na mudança do viver nos bairros situados aos arredores da cidade.

Com relação à política, professor Benedito afirma que sabia que os trabalhos desenvolvidos pelo SPH eram considerados de oposição pela situação e que, de acordo com suas palavras, entre as “professoras, existiam pessoas que rezavam na cartilha daqueles que estavam no poder, em Camocim, e a gente sempre teve o maior cuidado de respeitá-la, de não atingi-la nas nossas observações”⁵⁰⁷. Ainda que não houvesse um confronto direto com o poder público e que, em alguns momentos, a prefeitura municipal de Camocim colaborasse com o trabalho do SPH por meio da instalação elétrica da casa que serviria de sede para o “Nosso Lar” ou com alguma doação e o convidasse para participação das comemorações do “Dia da Pátria”, por exemplo, a atuação da instituição em Camocim não era bem vista, em fins dos anos 1960 e da década de 1970, porque se constituía em uma crítica ao *status quo*, em termos de saúde, de educação, de emprego, da falta de saneamento básico nos bairros situados nos limites da cidade.

É importante salientar também que, durante a presidência do então padre Luís e do então padre Edvar, o SPH recebeu ajuda para desenvolver suas atividades dos deputados estaduais José Dias Macedo e Murilo Aguiar⁵⁰⁸ e do prefeito de Camocim, João Batista Rocha Aguiar⁵⁰⁹, respectivamente. As formas de aproximação com o poder vigente variavam de um diretor-presidente para outro, sinalizando formas distintas de desenvolver os trabalhos sociais.

⁵⁰⁷ *Ibidem*.

⁵⁰⁸ Referi-me no capítulo anterior que o José Dias Macedo colocou à disposição do SPH uma casa na Rua Independência com a Santos Dumont para sediar as atividades educacionais, do Posto de Abastecimento e do Lar da Juventude, e que Murilo Aguiar contribuiu financeiramente para a realização das atividades.

⁵⁰⁹ No relatório de planejamento de atividades, Antonio Edvar de Araújo Lima, registra a ajuda de João Batista Rocha Aguiar “[...] o prefeito fez a doação de 4 fogões a gás panelas e Lages para mesas. [...] O prefeito se comprometeu a pagar um medico para atender uma vez por semana. [...] A prefeitura dá a mensalidade de Cr\$

A análise das fontes me permite atribuir a oposição do poder público ao SPH, nos mandatos do então padre Benedito, que correspondem a dez anos de meu recorte temporal, ao incômodo e ao receio causado por sua expansão nos bairros localizados nos limites da cidade e na zona rural de Camocim, pelo crescimento de suas atividades e aumento no número de associados, que demonstrou a força de mobilização junto à população pobre, quando, com poucos recursos e com a parceria de outras organizações, conseguiu criar e manter várias escolas e oferecer tratamento de saúde, moradia, alimentação e trabalho a muitas famílias, propiciando, com isso, questionamentos acerca da atuação do poder público local.

Seus antecessores, Padre Luís, Padre Edvar e Padre José Prado Ferreira da Ponte, haviam iniciado uma série de atividades voltadas para temas colocados pelas vivências das pessoas, com formação de turmas de alunos, de lar da juventude em casas cedidas pelo poder público, com o início de uma vila operária, com a instalação de um ambulatório e de um posto de abastecimento, que vendia mercadorias a preço de custo à população pobre. No entanto, essas atividades não pareciam constituir uma ameaça ao *status quo*, pelo fato de serem consideradas trabalhos assistenciais pelo poder público e pelas relações dos diretores-presidentes com esse poder para mantê-los, naquele período.

Posteriormente, por terem se constituído em uma crítica à situação política vigente de Camocim, as atividades desenvolvida pelo SPH são silenciadas pela história oficial. Por isso, destaco aqui a relevância das memórias construídas por essas pessoas em torno das experiências vivenciadas na composição de outras histórias sobre a cidade.

50,000 ao SPH a ser recebido na Coletoria Estadual mediante recibo.” UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 16 de março de 1966, p.1. Pasta V – Relatórios, 1966.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho que agora caminha para o encerramento, tentei dar visibilidade à mobilização do Serviço de Promoção Humana (SPH) em Camocim, junto aos trabalhadores(as) associados(as) a ele no período de 1962-1979, em torno de atividades que a instituição foi criando a partir de demandas advindas do social, dando destaque para as experiências que indicam modos de educar, de se organizar, de trabalhar, de morar, de se alimentar e de se divertir.

Trabalhar as experiências sociais a partir dessa perspectiva permitiu vislumbrar outras questões e fazer novas reflexões, que não foram contempladas nos meus trabalhos anteriores sobre o SPH, como a monografia, transformada em livro, e os artigos publicados em anais de eventos temáticos.

Reitero a atualidade em tratar de um tema que põe em discussão experiências que abarcam questões como educação, saúde, moradia, trabalho e alimentação, quando, no presente, se vive a luta das classes trabalhadoras – em meio às desigualdades sociais e econômicas – pela garantia de direitos sociais. Essas questões assumem, no presente, nova força e novas formas de luta que se forjam nos mais diversos movimentos sociais, bem como dentro das Organizações Não-Governamentais (ONGs), no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Movimento de Economia Solidária, no Movimento dos Catadores de Lixo, no Movimento Indígena, no Movimento Negro, na Marcha Mundial das Mulheres (MMM)⁵¹⁰, resultando, inclusive, em políticas públicas voltadas para educação, saúde, moradia, alimentação, as quais aponte na introdução. Neste sentido, no viés da História Social, penso com Déa Ribeiro Fenelon, que produzimos “uma história que será sempre política porque está inserida no seu tempo e é comprometida com ele.”⁵¹¹

Partindo da afirmação de Edward Palmer Thompson, de que o conhecimento humano é, pela sua natureza, “a) provisório e incompleto (mas não por isso inverídico), b) seletivo (mas não por isso inverídico), c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só ‘verdadeiro’ dentro do campo assim

⁵¹⁰ Para uma visão panorâmica desses movimentos, ler SCHERER-WARREN, Ilse. das mobilizações às redes de movimentos sociais. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2015.

⁵¹¹ FENELON, Déa Ribeiro. “Cultura e história social: historiografia e pesquisa”. In: **Projeto História**, n.10, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

definido”⁵¹², estou ciente de que as questões aqui elucidadas e abertas, a partir das fontes que selecionei e dos pressupostos teórico-metodológicos que adotei, não deram conta da amplitude das experiências vivenciadas no interior do SPH, contendo apenas alguns fragmentos.

Portanto, fica um campo aberto não somente a mim como também a outros pesquisadores e à possibilidade de que o trabalho aqui apresentado possa sinalizar outros caminhos para se pensar sobre o tema e outras problemáticas, “ainda que em discordância com os pontos que apresentei, mas que signifique a vitalidade do trabalho historiográfico, onde novas interpretações possam desafiar constantemente os significados do vivido (no passado e no presente), apontando, assim, para novas perspectivas de futuro”⁵¹³, compartilhando da conclusão de Amanda Marques Rosa.

Essa consciência do quanto ainda precisa ser investigado e explorado acerca da movimentação e das experiências sociais dos trabalhadores associados/as ao SPH se dá diante da constatação de que a presença e influência da Igreja nos seus trabalhos exigem um estudo verticalizado, no sentido de aprofundar os modos como se deu e as repercussões na vida concreta das pessoas; de uma melhor articulação sobre as redes estabelecidas entre o SPH e outros movimentos sociais dos anos 1960 e 1970.

Considerando o fato de que as mulheres constituíram-se em força mobilizadora e articuladora dos trabalhos da instituição, tenho clareza do quanto é necessário ser pesquisado e discutido acerca de sua participação na luta por educação, saúde, alimentação, moradia e trabalho. Minha pretensão era buscar outros materiais que trouxessem a presença dessas mulheres e produzir entrevistas com trabalhadoras de diversas categorias profissionais, das várias frentes de trabalho que ocuparam no SPH, para saber mais de suas experiências e dos significados que estão atribuindo a elas, mas o prazo a ser cumprido no curso de mestrado não permitiu. Destas categorias foram produzidas entrevistas somente com as professoras das escolas organizadas pelo SPH – Escola Pedro Apóstolo (EPA), Escola de Promoção Humana (EPH), Escola Marieta Cals (EMC), Escola 21 de Abril – *Zilma Carvalho de Araújo Ferreira (in memoriam)*, *Francisca das Chagas de Oliveira Souza*, *Maria das Dores Alexandre Fernandes* (conhecida por Cemilda), *Maria de Fátima Bento Vasconcelos* e *Rita Rodrigues*

⁵¹² THOMPSON, E. P. “Intervalo: a lógica histórica”. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 49.

⁵¹³ ROSA, Amanda Marques. **Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta** (Uberlândia – MG, ANOS 1980). 2011. 265 f. dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, 2011, p. 242.

Pereira, e secretária da EPH, *Terezinha do Nascimento Mendes Paulo*, e com uma doméstica e agricultora, *Maria José dos Santos*.

Um dos diretores-presidentes do recorte temporal desta pesquisa, o então padre Benedito Genésio Ferreira, traz, em entrevista, vários exemplos da participação de mulheres nas atividades do SPH, os quais merecem ser trabalhados em pesquisas e produções futuras:

Vera Lúcia – Qual a participação das mulheres nos trabalhos do SPH?

Padre Benedito – A melhor possível. As mulheres foram as principais protagonistas das realizações da Promoção. Mulheres eram professoras. Na formação das equipes, a participação era significativa. Eram as mães que efetuavam as matrículas de seus filhos, acompanhavam-nos às reuniões e vibravam com seu envolvimento nas sessões mensais. A horta comunitária era formada totalmente por elas. Os mutirões eram formados mais por mulheres. É interessante a ênfase que Da. Maria José dos Santos dá em sua entrevista à sua participação nos trabalhos do NPT, inclusive, sendo servente de pedreiro. Mulher é uma Francisca Fumaça, que se levantou contra sua ala política em defesa do ressurgimento e participando da formação da diretoria, após 14 anos de silêncio, como vice. É mulher uma Rita Rodrigues, maior baluarte de defesa intransigente do SPH em todos os momentos e circunstâncias. Mulher é uma Zilma Carvalho (*in memoriam*), que começou como simples professora de ponta de rua e chegou à Presidência da entidade e em sua sombra encontrou o sentido de sua vida, a educação e o valor do trabalho comunitário. Mulher é uma Irmã Francisca Maria Bicharra. Mulher é uma Raimundinha Morel com atuação total na organização e estrutura da EPH, em 1968. Mulher é uma Maria do Carmo Morel, o encanto das crianças desde os tempos do fundador. Mulher é uma Nazaré Agostinho que em suas atividades em sala de aula já se adiantava aos novos tempos. Não se pode pensar na Promoção Humana sem a participação e atuação das mulheres.⁵¹⁴

Tantas outras questões merecem ser analisadas por novos trabalhos, com o propósito de produzir uma historiografia que valorize as histórias e as memórias dos trabalhadores associados ao SPH, e que reconheça o peso de movimentos como esse na luta contra as desigualdades sociais, impostas pela sociedade capitalista, e para novas conquistas sociais, inclusive, aquela que garante o direito à moradia, à saúde, à educação, à alimentação e ao trabalho de qualidade.

No entanto, diante dos elementos que encontrei, foi possível vislumbrar a presença da Igreja, enquanto intervenção social, validação de costumes e valores, na cessão de espaços físicos que possibilitaram a concretização de muitas das atividades do SPH, na influência de uma missão de Igreja que também se voltava para o social – aprofundada pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) –, vivenciada por seus diretores-presidentes – padre Luís Gonzaga Melo, padre Antonio Edvar de Araújo Lima, padre José Prado Ferreira da Ponte e padre Benedito Genésio Ferreira – e nos

⁵¹⁴ FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, por escrito.

convênios formalizados com instituições católicas, como a Cáritas Brasileira e a Ação do Episcopado Alemão Contra a Fome e a Doença no Mundo (MISEREOR).

Por meio da ação da Cáritas Brasileira, o SPH recebeu alimentos do programa Aliança para o Progresso. Contudo, eles foram usados nas muitas frentes de trabalho formadas para a construção das sedes de seus centros/núcleos, de roçados comunitários, de horta comunitária, por exemplo, distanciando-se da possibilidade de servirem como mecanismos propulsores do assistencialismo e paternalismo e aproximando-se de uma noção de “promoção humana”, alcançada mediante a conquista da autonomia dos centros/núcleos, da coautoria dos trabalhadores associados na execução de atividades criadas em função de suas demandas e das transformações da realidade social, pois, na dialética das atividades do SPH, sujeitos foram se constituindo à medida em que constituíram a própria instituição, a cidade e o campo.

Na análise dos trabalhos desenvolvidos pelo SPH junta aos trabalhadores associados, procurei destacar a educação como atividade que ultrapassava os limites da escola formal, como prática social e força articuladora na reafirmação dos valores da tradição cristã e na formação de novos valores que forjaram novos modos de trabalhar, de se organizar, de se divertir, de se alimentar. Hoje, a educação é considerada a atividade que teve maior importância dentre os trabalhos realizados na instituição, tanto porque esteve intrinsecamente ligada às atividades de saúde, de cultivo de horta, de roçados, de construção das sedes – instaladas nos bairros de São Pedro, de São Francisco e do Cruzeiro e no Sítio Tamboril –, nas atividades do “Nosso Lar”, nos Clubes de Mães, nos Lares da Juventude; quanto pela dimensão que alcançou dentro e fora dos limites da cidade de Camocim e dos resultados alcançados – visualizados por meio da atuação profissional e social de professoras e alunos, que exemplifiquei no capítulo 3.

Mas, ainda que o SPH tenha criado as primeiras escolas – EPA, EPH e EMC – em três bairros situados, naquela época, nos limites da cidade – São Pedro, Cruzeiro e São Francisco –, e organizasse a Escola 21 de Abril, no Sítio Tamboril, elas não aparecem, até o presente momento, na história oficial de Camocim. Como pontuei no mesmo capítulo, possivelmente seja em razão de terem se constituído como uma crítica à negligência do poder público para com a educação.

As metodologias usadas nas escolas para alfabetizar crianças e jovens receberam a influência dos Voluntários da Paz, muito embora as professoras tenham dado ao “Método Global” uma dimensão distinta de sua proposta original. Essas professoras foram criando, a partir da realidade social, metodologias que incluíam a participação dos alunos nas aulas, e

chamaram a atenção das famílias para a corresponsabilidade na educação de seus filhos por meio da aproximação escola-família.

As fontes escritas e orais possibilitaram visualizar uma Camocim para além do porto e da estação, constituída também por trabalhadores que não estavam ligados a esses dois espaços de trabalho e não tiveram suas condições de vida e de trabalho melhoradas mesmo no *boom* econômico da cidade. Se hoje, para as classes dominantes, Camocim é considerada a “terra do já teve”; para parte das classes trabalhadoras, é a cidade que nunca teve.

Considerando que a memória é construção com base na relação entre *passado-presente*⁵¹⁵, busquei apontar quais memórias a documentação escrita conserva e, no diálogo com ex-alunos e professoras das escolas organizadas pelo SPH, com seus diretores-presidentes, agricultores, agente do SESI, mestre de obras e médico, elucidar os enredos construídos sobre as experiências vivenciadas e os significados que estes sujeitos atribuem a elas a partir do que estão vivendo no presente. Nessa busca, tomei por base a compreensão de Alessandro Portelli de que a memória é um processo ativo de criações de significações e não apenas um depositário passivo de fatos.⁵¹⁶

Essa compreensão é de suma importância para o reconhecimento de que, segundo sua proposição, a “utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado quanto nas mudanças forjadas pela memória.”⁵¹⁷ Mudanças que se forjam a partir do acúmulo de experiências de cada pessoa no presente, pois a construção dos relatos pessoais depende do tempo, pelo simples fato de sofrerem acréscimos e subtrações em cada dia do narrador.⁵¹⁸

Tais memórias presentes na documentação escrita e suscitadas nas entrevistas apontam para um projeto de sociedade, que, com base no trabalho em mutirão e comunitário, visava construir um espaço social com menos desigualdades, com possibilidades de desenvolvimento das potencialidades humanas através da educação e com a garantia de direitos sociais, como moradia, saúde, alimentação e trabalho. Com vista a esse projeto, cito a fala de Edmilson Lira Oliveira:

⁵¹⁵ Parto da compreensão do Grupo Memória Popular de que “a memória é, por definição, um termo que chama a nossa atenção não para o passado, mas para a *relação passado-presente*. É porque ‘o passado’ tem esta existência ativa no presente que é tão importante politicamente.” GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. Trad. Helen Hughes e Yara Aun Khoury. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 286.

⁵¹⁶ PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história diferente”. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 33, fev. 1997.

⁵¹⁷ *Idem*.

⁵¹⁸ PORTELLI, Alessandro. “‘O momento da minha vida’: funções do tempo na história oral”. In: FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 298.

Vera Lúcia – E como você avalia a sua experiência, a própria experiência do Sítio Tamboril, melhorou a vida da comunidade, melhorou a situação das famílias?

Edmilson – Bom, pra... época foi um despertar, não é, da... vida em comunidade... Porque, até então, a gente não tinha a ideia, não é? Essa ideia foi trazida também pelas CEBs, não é, que é, quando a gente se junta a força é maior, não é? Inclusive, era... dos slogans... do próprio professor Benedito. Em muitas... reuniões, eu via ele fazer comparações, não é? Ele dizia assim: “se você juntar... um galho fino, aqui, você dobra ele, não é, com facilidade? Junto dez, o feixe, aqui”, como a gente chamava, né, “aí você dobra com facilidade?” Não! Tem resistência. Aí, eram exemplos do nosso professor Benedito e outros, não é, que... davam, orientavam palestras, não é? A força, o poder, né, da... união. Inclusive, era um despertar, né, das ideias de que a união faz a força.⁵¹⁹

O processo de produção das entrevistas possibilitou o contato direto com aqueles que vivenciaram as experiências que tento elucidar nesse trabalho, com homens e mulheres trabalhadores/as, que receberam professor Benedito Genésio Ferreira e a mim em suas casas com alegria e satisfação, demonstrando interesse em falar sobre suas vivências no interior do SPH. O que interpretei como desejo de reafirmar, em nosso presente, aquele projeto de sociedade partilhado nos anos 1960 e 1970, e, ao mesmo tempo, como expectativa de reafirmar suas memórias frente aos pesquisadores.

Esse contato permitiu a formação de novas amizades, como com Rita Rodrigues Pereira e Zilma Carvalho de Araújo Ferreira (*in memoriam*) – com as quais pude sempre contar nas minhas idas a Camocim e a Fortaleza, respectivamente, para fazer entrevistas com outras pessoas que foram associadas ao SPH nas décadas de 1960 e 1970 –; e o fortalecimento de outras, como com o professor Benedito, que não só serviu de mediador nos contatos com todos os entrevistados, mas também participou ativamente do processo de produção da maioria das entrevistas usadas como fontes nesse trabalho e ainda me concedeu três entrevistas. No entanto, minha proximidade com ele também trouxe desafios e responsabilidades ainda maiores ao construir minha crítica a respeito das memórias sobre as experiências vividas por ele e pelos trabalhadores que constituíram o SPH.

Finalizo este trabalho ciente de que, à medida que procurei discutir sobre essas experiências, a partir das memórias dos sujeitos e das memórias contidas na documentação escrita, também fui instituindo memórias e modos de lembrar sobre as vivências em torno do SPH e de sua mobilização nas décadas de 1960 e 1970, as quais poderão, inclusive, suscitar, nos que fizeram parte da instituição, novas reflexões.

⁵¹⁹ OLIVEIRA, Edmilson Lira. Sítio Boqueirão (Camocim-CE), 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

Fontes

1) Fundo: Serviço de Promoção Humana (SPH) – NEDHIS/UVA

Administrativos

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ (UVA). Núcleo de Estudos e Documentação Histórica (NEDHIS). Serviço de Promoção Humana (SPH). Folhas de pagamento das professoras, 1975-1983. Pasta A5 – Administração. Doravante usarei apenas as siglas das instituições: UVA. NEDHIS. SPH.

UVA. NEDHIS. SPH. Folha de controle de aluno/Boletim escolar, 1972-1979. Pasta Ea – Educação: Escola Pedro Apóstolo (EPA).

UVA. NEDHIS. SPH. Folhas de prestações de contas e de frequência das professoras, folhas de pagamentos, receita e despesas.

UVA. NEDHIS. SPH. Cadastro de Entidades/Organizações, 1996, p.2. Pasta B – Administração Geral, 1996.

Atas/livros de atas, edital de convocação:

UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas, 1968-1980. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Atas, 1974-1979. Pasta E2 – Educação: Escola Marieta Cals (EMC).

UVA. NEDHIS. SPH. Edital de convocação da assembleia eleitoral geral, datado de 22 de abril de 1979. Pasta O – Reuniões e Assembleias: editais e folhas de votação.

UVA. NEDHIS. SPH. Ata de 19 de agosto de 1978 do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT). Pasta Ta – Sítio Tamboril: Livro de atas, 1977-1986. O livro se encontra muito deteriorado, dando para ler pouco do conteúdo das atas. Doravante usarei apenas a sigla NPT.

UVA. NEDHIS. SPH. Ata de 10 de agosto de 1980 do NPT. Pasta Ta – Sítio Tamboril: Livro de atas, 1977-1986.

UVA. NEDHIS. SPH. Ata de 10 de maio de 1981 do NPT. Pasta Ta – Sítio Tamboril: Livro de atas, 1977-1986.

UVA. NEDHIS. SPH. Livro de atas, 1993-1995. Pasta O1 – Reuniões e Assembleias: Livros de Atas.

Circular

UVA. NEDHIS. SPH. Circular DRP/01/68 da Equipe da Cáritas Diocesana de Sobral, 1º. jan. 1968. Pasta L3 – Parcerias e Convênios.

UVA. NEDHIS. SPH. Circular/72 do bispo Dom Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro ao Padre Benedito Genésio Ferreira, então diretor-presidente do SPH e encarregado da Igreja São Pedro, em Camocim, 1972. Pasta D – Correspondências, 1972.

Convite

UVA. NEDHIS. SPH. Convite para a Festa da Igreja de São Pedro de 1968. Pasta V – Relatórios.

Convênio:

UVA. NEDHIS. SPH. Termo de Convênio entre o SPH e o Cartório de Registro Civil de Mário Aguiar Coelho da Comarca de Camocim, data de 13 de julho de 1974. Pasta S – Serviços Jurídicos.

Correspondências:

UVA. NEDHIS. SPH. Carta do padre Luís Gonzaga Melo enviada aos jovens João Batista Frota, Benedito Genésio Ferreira e José Cândido Fernandes, pertencentes à Diocese de Sobral, então alunos do Colégio Pio Brasileiro, em Roma, 1963, p. 1-3. Pasta D – Correspondências, 1963.

UVA. NEDHIS. SPH. Carta do Diretor do Ceará do Corpo da Paz/Voluntários da Paz, Dr. Ronaldo P. Wertheim, ao diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito, data de 08 de maio de 1967. Pasta D – Correspondências. 1967.

UVA. NEDHIS. SPH. Carta da Diretora do Ceará do Corpo da Paz/Voluntários da Paz, A. Deeds ao diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito, data de 24 de julho de 1968.

UVA. NEDHIS. SPH. Carta do Serviço de Promoção Humana (SPH) a Ação Contra a Fome e a Doença no Mundo (MISEREOR). 27 abr. 1968. Pasta I – “Nosso Lar”.

1968. Pasta D – Correspondências. 1968.

UVA. NEDHIS. SPH. Carta dos Voluntários da Paz ao diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito, data de 05 de março de 1969. Pasta D – Correspondências. 1969.

UVA. NEDHIS. SPH. Carta diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito ao Superintendente do SESI, data de 09 de abril de 1969. Pasta D – Correspondências. 1969.

UVA. NEDHIS. SPH. Carta do SPH à Secretaria Executiva do Escritório Diocesano da Cáritas Brasileira – Sobral. Pasta D – Correspondências. 22 de abril de 1969.

UVA. NEDHIS. SPH. Carta da Diretora do Ceará do Corpo da Paz/Voluntários da Paz, A. Deeds ao diretor-presidente do SPH, o então padre Benedito, data de 31 de dezembro de 1969. Pasta D – Correspondências. 1969.

UVA. NEDHIS. SPH. Carta do Diretor-presidente do SPH ao Diretor Diocesano da Cáritas Brasileira, em Sobral, 12 ago. 1970. Pasta D – Correspondências.

UVA. NEDHIS. SPH. Carta de Benedito Genésio Ferreira a Walder Ribeiro, Quinária e família “Promoção”, de 30 ago. 1972, durante sua estadia na Alemanha Ocidental. Pasta L3 – Parceiras e Convênios.

Estatutos

UVA. NEDHIS. SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará, 14 de janeiro de 1965.

UVA. NEDHIS. SPH. Estatuto do Serviço de Promoção Humana (SPH), publicado no Diário Oficial do Ceará em 18 de agosto de 1969. Pasta F – Estatutos. 1969.

Fichas de inscrição

UVA. NEDHIS. SPH. Fichas de Inscrição dos Associados de 1968-1974. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 25 da doméstica e professora Maria de Nazaré Agostinho, admitida a 03 de maio de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 127, da doméstica Iracema Barros dos Santos, admitida a 04 de maio de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 032, do portuário aposentado Francisco Basílio Cardoso, admitido a 08 de maio de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 008, da doméstica Maria dos Anjos Monteiro, admitida a 05 de junho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 836, do pescador Raimundo Carlos dos Santos, admitido a 10 de junho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 249, do salineiro João Francisco do Nascimento, admitido a 10 de julho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 199, do pescador Abrão Francisco das Chagas, admitido a 31 de julho de 1968. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 135, do aposentado pela Rede de Viação Cearense (RVC) Manoel Carneiro Frota, admitido a 20 de fevereiro de 1969. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 121, do aposentado pelas obras do Porto e Canais Francisco Alves, admitido a 17 de outubro de 1970. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Ficha de Inscrição, n.º. 022, da doméstica, costureira e crochezeira (pessoa que faz crochê) Francisca Erotildes Aragão, admitida a 18 de dezembro de 1971. Pasta S1 – Ficha de Sócios.

Informativos:

UVA. NEDHIS. SPH. CÁRITAS BRASILEIRA. Boletim informativo, Rio de Janeiro, mar. 1967, ano II, n. 19, p. 1. Pasta L3 – Parcerias e Convênios: Cáritas Brasileira.

UVA. NEDHIS. SPH. Método Global. Setor de Opinião Pública (SOP) – A Promoção em Marcha, Ano I, N^o. 1, 06 mai. 1969. Pasta H – Informativos.

UVA. NEDHIS. SPH. Operação Esperança. Setor de Opinião Pública – SOP – A Promoção em Marcha, Ano I, N^o. 2, 24 mai. 1969. Pasta H – Informativos.

UVA. NEDHIS. SPH. NÓBREGA, Raimunda Fonteles. UFANA. Promoção em Marcha, ano I, n. 3, 15 jun. 1969, p. 1. Pasta H – Informativos.

Livros de inscrição de sócios:

UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Sócios de 1968-1974. Pasta S3 – Livros de sócios.

UVA. NEDHIS. SPH. Livro de Sócios 1975-1979 e matrículas de alunos 1975-1978. Pasta S3 – Livros de sócios.

Projeto:

UVA. NEDHIS. SPH. Projeto de Construção da Sede do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT): Anexo 4 – Roteiro de treinamento, 18 de março de 1973. Pasta T – Sítio Tamboril.

Relação de nomes

UVA. NEDHIS. SPH. Relação de cursos e participantes. Pasta I – Nosso Lar.

UVA. NEDHIS. SPH. Relação nominal das pessoas que participaram da frente de trabalho para construção da sede do CCMC, 1970. Pasta E2 – Educação: Escola Marieta Cals (EMC).

Relatórios:

UVA. NEDHIS. SPH. Convite para a Festa da Igreja de São Pedro de 1968. Pasta V – Relatórios.

UVA. NEDHIS. SPH. Planejamento das atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 16 de março de 1966. Pasta V – Relatórios, 1966.

UVA. NEDHIS. SPH. Resultado de uma pesquisa junto às mulheres marginais, realizada em 30 de março de 1967. Pasta I – “Nosso Lar”.

UVA. NEDHIS. SPH. Relatório resumido das atuais atividades do Serviço de Promoção Humana (SPH), 09 jun. 1968, p. 1. Pasta V – Relatórios. 1968.

UVA. NEDHIS. SPH. Relatório das Atividades do SPH: 1962-1968. Pasta V – Relatórios. 1969.

UVA. NEDHIS. SPH. Relatório de visita do SPH ao Roçado Comunitário de Barroquinha, 27 de julho de 1969.

UVA. NEDHIS. SPH. Preito de Gratidão, 1969. Pasta V – Relatórios e Pasta X – Dados históricos. 1969.

UVA. NEDHIS. SPH. Folha de visita da Cáritas Diocesana de Sobral, de 21 de março de 1970. Pasta L3 – Parcerias e Convênios: Cáritas Brasileira.

UVA. NEDHIS. SPH. Centro Comunitário São Francisco: Jubileu de Prata (1969-1994). Pasta C – Centro Comunitário São Francisco. 1994.

Sugestões:

UVA. NEDHIS. SPH. Sugestões do Sr. José Ferreira dos Santos, elaboradas em 11 de junho de 1972 e apresentadas na reunião de 09 de julho de 1972. Pasta P – Serviços Funerários.

Termo de contrato:

UVA. NEDHIS. SPH. Contrato de empréstimo de uso ou comodato, 12 de junho de 1966. Pasta U – Trabalho: Vila Operária.

2) Arquivo da Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes

3º. Livro de Tombo da Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes, Camocim-CE, 1962-1989, fl. 5v-6.

3) Arquivo pessoal de Benedito Genésio Ferreira

Lembranças do Toyota, 05 de junho de 2011.

4) Arquivo pessoal do historiador e professor Carlos Augusto Pereira dos Santos

Carta aberta, datada de setembro de 1938, dirigida aos camocinenses pelo Padre Manuel Henriques de Araújo para a construção da Igreja São Pedro.

5) Fontes orais

Entrevistas

BEZERRA, Josias Teixeira. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

- Encarregado da Administração da Agência do Serviço Social da Indústria (SESI) em Camocim, de sua instalação, em 18 de dezembro de 1961 à sua transferência para a Agência do Sesi em Maranguape, em 09 de janeiro de 1994. Foi secretário *ad hoc* na Assembleia de Fundação do SPH, a 06 de maio de 1962; articulador das parcerias Sesi-SPH; tesoureiro da primeira diretoria eleita e vice-presidente e diretor-presidente do SPH. Hoje é aposentado e mora em Fortaleza.

CARVALHO, José Maria Primo de. Camocim, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

- Médico pernambucano, formado na Faculdade de Medicina de Recife. Trabalhou na região Noroeste do Estado do Ceará na Campanha de Erradicação da Malária. Foi prefeito de Camocim no pleito de 1971-1973. É associado ao SPH, desde final dos

anos 1960, participando da “Equipe de Educação e Cultura” e contribuindo, nas décadas de 1960 e 1970, com a “Equipe de saúde e higiene”. Também foi orador oficial da instituição. Exerceu a profissão de médico até 2012, trabalhando no Programa de Saúde da Família (PFS), em Camocim.

COSTA, Walder Ribeiro. Fortaleza-CE, 29 out. 2011. Entrevista concedida a Ana Selma Silva de Aguiar.

- Foi agente Pastoral da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, de Camocim, bancário (trabalhou no Banco do Brasil e Banco do Estado do Ceará), membro da Equipe Diretora do Centro Comunitário Marieta Cals (CCMC), diretor-presidente do SPH, membro da Equipe Educação e Cultura. Atualmente exerce a advocacia.

FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral-CE, 28 out. 2010. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

- É licenciado em Filosofia, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); mestre em Teologia, pela Pontifícia Gregoriana, Roma; mestre em Sociologia do Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Ceará (UFU); bacharel em Administração Pública, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e especialista em Planejamento Urbano e Regional, pela Universidade Técnica de Berlim. Do final dos anos 1960 até meados de 1970, foi encarregado da Igreja de São Pedro em Camocim e diretor-presidente do SPH de 1968 a 1972, de 1974-1979 e 1993-1997. Hoje é professor aposentado da UFC e da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), mas continua dando aula como voluntário nesta última e é o atual presidente do SPH.

FERREIRA, Benedito Genésio; FERREIRA, Zilma Carvalho de Araújo. Fortaleza-CE, 06 mar. 2011. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

- Idem;
- Licenciada em História pela UFC e em Pedagogia pela UVA. Especialista em Educação Brasileira pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Foi professora da Escola Pedro Apóstolo (EPA); encarregada da administração do Núcleo Central e Diretora da Escola de Promoção Humana (EPH); professora do município de Camocim-CE, de disciplinas pedagógicas da UVA; também foi a assessora técnica desta universidade. Diretora-presidente do SPH no mandato de 1999-2001.

FERREIRA, Benedito Genésio. Lagoa do Tabuleiro (Coreaú-CE), 15 out. 2011. Entrevista concedida a Ana Selma Silva de Aguiar.

- Confira descrição acima.

LIMA, Aderaldo Rodrigues de. Camocim-CE, 05 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

- Foi aluno da Escola de Promoção Humana (EPH) nos 1970. Participou ativamente, como membro, da Comissão Diretora Provisória encarregada da reorganização do SPH EM 1993. Foi vereador de Camocim, conselheiro tutelar, radialista e hoje faz parte do Departamento de Ação Comunitária da Prefeitura Municipal de Camocim.

LINHARES, Donato Rodolfo. Sítio Tamboril-CE, 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

- Agricultor aposentado. Foi um dos trabalhadores associados fundadores do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT)

MELO, Luís Gonzaga. Campina Grande-PB, 26 jun. 2010. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

- É bacharel em Filosofia e licenciado em Teologia, pela Universidade Gregoriana, Roma, e em Ciências Sociais, pela Sorbonne, Paris. Também é graduado em Direito, especialista em Direito Civil e Mestre em Sociologia, pela Universidade Federal da Paraíba. Fez estágio em Sociologia do Desenvolvimento, em Israel, e trabalhou em Pesquisa Social, na Notre Dame University, Estado de Indiana, EUA. Escreveu *Campina Grande; o Desenvolvimento em Questão e Da Univerdidade Regional à Estadual da Paraíba*. Foi professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Lecionou Direito Internacional Privado no Curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). No período em que exerceu o sacerdócio fundou o Serviço de Promoção Humana (SPH) em Camocim, em 06 de maio de 1962; foi o responsável pela instalação do Centro de Treinamento de Sobral (CETRESO), em 1964, órgão administrativo da Diocese de Sobral voltado para a sindicalização no campo. Com a instalação da ditadura civil-militar saiu de Sobral e foi trabalhar como secretário auxiliar de Dom Helder Câmara. Atualmente, é professor universitário aposentado.

MELO, Luís Gonzaga. Campina Grande-PB, 27 fev. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

OLIVEIRA, Antônio Caetano de; CHAVES, Maria das Graças de Araújo. Camocim-CE, 20 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

- Antonio Caetano de Oliveira foi aluno da Escola Pedro Apóstolo (EPA) nos anos 1970. Trabalhou na parte administrativa da Prefeitura Municipal de Camocim. Hoje, Caetano é funcionário público federal da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), cedido à prefeitura municipal de Camocim, exercendo a função de Diretor da Escola General Campos.
- Maria das Graças de Araújo Chaves também foi aluno da EPA nos anos 1970. Trabalhou como professora na Colônia dos Pescadores e, simultaneamente, desenvolveu um trabalho voluntário na Pastoral da Mulher Marginalizada (entendida aqui como prostitutas). Hoje é servidora pública da FUNASA, concedida à prefeitura municipal de Camocim, prestando serviço junto ao Núcleo de Educação em Saúde e Mobilização Social.

OLIVEIRA, Edmilson Lira. Camocim-CE, 30 abr. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

- Agricultor. Participante do Movimento de Educação de Base (MEB), do Movimento do Dia do Senhor, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT), membro da Equipe Diretora da Comunidade de Base de Boqueirão, membro da Equipe Diretora do Convênio: SPH-Cáritas Brasileira. Atualmente é presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Camocim, onde também foi tesoureiro.

OLIVEIRA, Edmilson Lira. Sítio Boqueirão (Camocim-CE), 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

- Idem.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. Sobral, 06 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

- Historiador camocinense e professor do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Publicou, entre outros livros, *Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim (1927-1950)*, *Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970* e *Sobre Camocim: política, trabalho e cotidiano*.

SANTOS, Maria José dos; SANTOS, Marta Helena dos. Camocim, 02 mar. 2013. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva.

- Maria José dos Santos é doméstica e agricultora aposentada. Foi tesoureira do Núcleo Promocional de Tamboril (NPT) e uma das associadas fundadoras.
- Marta Helena é doméstica e foi professora da Escola 21 de Abril do NPT.

SANTOS, Zenildo Gonçalves dos Santos. Camocim-CE, 04 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e Vera Lúcia Silva.

- Foi aluno da Escola Pedro Apóstolo (EPA) – onde cursou o primário a partir de 1968 –, Superintendente da Rádio Comunitária PROMOÇÃO FM 98.5, secretário executivo da Federação de Entidades Comunitárias de Camocim (FENECOM), fundador e articulador do Fórum Municipal de Reforma Agrária de Camocim, professor no Colégio Professor Ivan Pereira de Carvalho (CEPI), antigo CEPA, e no Colégio Monsenhor José Augusto da Silva, ambos em Camocim e membro da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Barroquinha até seu falecimento, em 2012. Na década de 1990, trabalhou na Rádio Comunitária, organizada pelo SPH, participou da Federação de Entidades Comunitárias de Camocim (FENECOM) e do Fórum Municipal de Reforma Agrária de Camocim. Trabalhou como agente social em Camocim. Também foi professor do município de Barroquinha até seu falecimento, em 2012.

SOUSA, Maria de Jesus dos Navegantes de. Camocim-CE, 06 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

- Artesã. Participou do Artesanato São José, organizado pelo “Nosso Lar”.

SOUZA, Francisca das Chagas de Oliveira; FERNANDES, Maria das Dores Alexandre; VASCONCELOS, Maria de Fátima Bento; PAULO, Terezinha do Nascimento Mendes;

- Francisca das Chagas de Oliveira Souza foi coordenadora de uma das equipes no mutirão de construção do Centro Comunitário São Francisco (CCSF), professora das Escola de Promoção Humana (EPH) e Escola Marieta Cals, vice-diretora-presidente quando o SPH reorganizou suas atividades, em 1993, após 14 anos de paralisação;
- Maria das Dores Alexandre Fernandes foi professora das escolas do SPH a partir de 1967, membro da Comissão Diretora Provisória, de 1993, encarregada pela

reorganização das atividades do SPH, membro do Conselho Fiscal em vários mandatos a partir de 1993;

- Maria de Fátima Bento Vasconcelos, filha de um dos trabalhadores fundadores do SPH, José Bento Sobrinho (Joza Bento), que foi um dos trabalhadores associados mais ativos nas atividades de construção, estruturação e administração do CCSF e nos outros núcleos e centros. Foi professora da EPH e secretária do CCSF;
- Terezinha do Nascimento Mendes Paulo foi professora da EPH e secretária do CCSF;
- Rita Rodrigues Pereira é oriunda da cidade de Frecheirinha e tem sido uma das trabalhadoras associadas ao SPH mais engajadas na realização de suas atividades, desde o início da década de 1970. Foi professora da EPA, encarregada da administração geral do Núcleo Central/São Pedro. Participante ativa no processo de reorganização da instituição em 1993. Foi diretora-presidente de 1997-1999. Várias vezes titular do Conselho Fiscal, atualmente seu presidente. Foi coordenadora do Centro Social Urbano (CSU), do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS II) e do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) e secretária de Saúde e Secretária de Assistência Social do Municipal de Camocim e membro do Conselho da Saúde e do Conselho de Assistência Social.

PEREIRA, Rita Rodrigues. Camocim-CE, 19 mar. 2011. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

- Idem.

THIAGO FILHO, Francisco. Camocim-CE, 05 jan. 2012. Entrevista concedida a Benedito Genésio Ferreira e a Vera Lúcia Silva.

- Trabalhador associado ao SPH. Foi mestre de obra na construção do CCSF. Participante ativo no processo de reorganização do SPH em 1993.

Fala de alguns trabalhadores durante as comemorações dos 50 anos do SPH – Sede do SPH em Camocim e no meu arquivo da autora.

Conjunto de DVDs, sobre a semana de comemoração aos 50 anos de fundação do SPH, 30 de abril a 06 de maio de 2012, realizada nos vários locais onde houve atividades, como no sítio Tamboril, bairro do Cruzeiro, de São Francisco e de São Pedro. O evento foi filmado por mim e por Francisco Jander dos Santos – contratado pela diretoria do SPH – com o objetivo de registrar as memórias dos sócios sobre suas experiências na entidade.

OLIVEIRA, Edmilson Lira. Pronunciamento nas comemorações dos 50 anos do SPH. Núcleo Promocional de Tamboril (NPT), Sítio Tamboril, 30 abr. 2012.

- Confira descrição acima.

ALVES, Antonia Gomes da Silva. Pronunciamento nas comemorações dos 50 anos do SPH. Centro Comunitário do Cruzeiro (CCMC), Camocim-CE, maio. 2012.

- Professora do SPH a partir de 1967, iniciando no bairro do Cruzeiro; em seguida foi para EPA (em 1968), onde permanece até 1973, quando é criada a EMC e ela retorna para o bairro do Cruzeiro. Participou intensamente dos trabalhos de construção do CCMC, ao lado de seu esposo, José Maria Alves (*in memoriam*). Envolveu-se nas atividades sociais deste centro – tendo ocupado a função de membro de equipes diretoras –, bem como nos trabalhos em torno do salão-capela do referido centro.

Também foi professora do Instituto São José das freiras missionárias capuchinhas, em Camocim, por 27 anos. Hoje é aposentada e atuante nos trabalhos da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes.

6) Entrevistas escritas

FERREIRA, Benedito Genésio. Sobral, 03 jul. 2014. Entrevista concedida a Vera Lúcia Silva, por escrito.

➤ Confira descrição acima.

LIMA, Antonio Edvar de Araújo. Entrevista escrita por ele sobre sua experiência no Serviço de Promoção Humana Brasília (SPH) [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <veralucia.historia@hotmail.com> em 23 fev. 2011.

➤ Segundo diretor-presidente do SPH (1964-1966). Foi encarregado da Igreja de São Pedro, vigário de Martinópolis-CE, transferindo-se para a Paróquia de Guaiuba, Arquidiocese de Fortaleza-CE e, em seguida para a capital federal, onde exerceu o magistério no ensino superior, sendo hoje aposentado e casado.

7) Jornal Correio da Semana – NEDHIS/UVA

UVA. NEDHIS. Periódico. A fábrica dos monstros... CORREIO DA SEMANA, Sobral-CE, 24 jan. 1931. Ano XIII, Nº. 41, p. 4.

UVA. NEDHIS. CORREIO DA SEMANA, Sobral-CE, 17 dez. 1946. Ano XXIX, nº. 67, p. 4.

8) Fontes Eletrônicas

ANGELO, Michelly Ramos de. O IRFED e a Formação de Profissionais Brasileiros em Desenvolvimento do Território, disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1280/1254>> Acesso: 23 jun. 2014.

ARAÚJO, Maria Celina D'. O AI-5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em 22 nov. 2014.

AZEVEDO, Cecília. O sentido de missão no imaginário político norte-americano. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/17481/10428>>. Acesso em: 13 jun. 2014

BOLSA FAMÍLIA. Home. Disponível em: <<http://bolsa-familia.info/fome-zero.html>> Acesso: 05 jan. 2015.

BOLSA FAMÍLIA. Home. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 20 ago. 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. Disponível em: <http://www.sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf> Acesso, em 25 dez. 2014.

Brasil 5 – Aniversário da Aliança para o Progresso – 1966. Disponível em:<
<http://jvcpereira.blogspot.com.br/2013/09/brasil-5-aniversario-da-alianca-para-o.html>>
 Acesso: 02 dez. 2014.

Brasil. **Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília: 1969, 209 p. vol. 5. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 27 jul. 2014.

CÁRITAS BRASILEIRA. Marco referencial da Cáritas Brasileira: políticas, prioridades e ações. Disponível em: <<http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Referencial-da-Caritas-Brasileira.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS. O que é. Disponível em:<
<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>> Acesso em: 15 ago. 2014.

CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, 1975-1978. Disponível em:
 <http://www.cnbb.org.br/documento_geral/A-DIRETRIZES-GERAIS.pdf> Acesso em: 26 jul. 2014.

CNBB. Plano de Pastoral de Conjunto de 1966-1970. Disponível em:<
http://www.cnbb.org.br/publicacoes-2/documentos-cnbb/doc_view/140-77-plano-de-pastoral-de-conjunto-1966-1970> Acesso em: 29 jul. 2014.

Corpo da Paz em Moçambique: guia de parceria para o programa de saúde, 2012. Disponível em:<
<http://mozambique.peacecorps.gov/partnershiphe2012.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2014.

DIÁRIO UNIVERSAL. Conferência de Bandung. Disponível em: <http://www.diario-universal.com/2007/04/aconteceu/conferencia-de-bandung/>> Acesso em: 04 abr. 2014.

ELIEZER, Marcus. Esclarecimentos do decreto contra o comunismo da Igreja Católica. Disponível em <<http://paradefesadaigreja.wordpress.com/2011/09/12/esclarecimentos-do-decreto-contra-o-comunismo-da-igreja-catolica/>> Acesso 8 jun. 2014.

FONSÊCA, Daniel. Não dar para não ver: as mídias nas manifestações de 2013, p. 5. Disponível em:<
<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10419.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

GUIA TRABALHISTA. Tabela dos valores nominais do salário mínimo período – 1940 a 1999. Disponível em:
 <http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo_1940a1999.htm> Acesso em: 12 maio 2014.

IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1960. Disponível em:
 <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t4_ce.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

IBGE. Censo Demográfico do Ceará de 1970. Disponível em:
 <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t7_ce.pdf> Acesso em: 20 jun. 2014.

IBGE. Histórico de Barroquinha-CE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ceara/barroquinha.pdf>> Acesso. 10 dez. 2014.

LEITE, Marcelo Eduardo; SILVA, Carla Adelina Craveiro; VIEIRA, Leylianne Alves. Realidade: o fotojornalismo (autoral) de uma revista. Disponível em: <<http://realidade.ufca.edu.br/index.php/a-fotografia?start=18>> Acesso em: 05 jan. 2015.

Louis-Joseph Lebret. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis-Joseph_Lebret> Acesso em: 28 mar. 2011.

LUZ, Alex Faverzani da; SANTIN, Janiana Rigo. Coronelismo e poder local no Brasil: uma análise história. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3164.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

MATOS, Eloiza A. Silva Avila de. O Programa “Aliança Para o Progresso”: o discurso civilizador na Imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: **Simposio Internacional Proceso Civilizador**, 11., 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais11/artigos/38_-_Matos.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

Patronato São José (Instituto). Disponível em <<http://pesquisecamocim.blogspot.com.br/2011/10/patronato-sao-jose-instituto.html>>. Acesso em 20 jun. 2014.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. In: **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009. Disponível em: <<http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Conceitos-de-comunidade-local-e-regiao.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

PESQUISE EM CAMOCIM. Patronato São José (Instituto). Disponível em: <<http://pesquisecamocim.blogspot.com.br/2011/10/patronato-sao-jose-instituto.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PONTUAL, Virgínia. Práticas urbanísticas, deslocamentos e cruzamentos: Louis-Joseph e Antonio Bezerra Baltar no Brasil. <Disponível em: http://www.cecieducacao.net.br/acervobaltar/pdf/11_Práticas_urbanística_deslocamentos_e_cruzamentos.pdf> Acesso em: 24 jun. 2014.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS. Mais médicos. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/mais-medicos> Acesso em: 20 ago. 2014.

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA. Cadastro e inscrição. Disponível em: <<http://www.feiraodacaixa2013br.com.br/cadastro-minha-casa-minha-vida-2013>> Acesso em: 25 ago. 2014.

PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Disponível em: <<http://www.pronatec2014.com.br/>> Acesso em 20 ago. 2014.

PROUNI. Programa Universidade para Todos. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 ago. 2014.

QUAILE. Irene. “Arca de Noé botânica” preserva sementes para o futuro da humanidade. Disponível em: <<http://www.dw.de/arca-de-noe-preserva-sementes-para-o-futuro-da-humanidade/a-5683622>> Acesso em: 26 ago. 2014.

REALIDADE. Sobre a Revista. Disponível em:< <http://realidade-revista.blogspot.com.br/p/sobre-revista.html>> Acesso em: 03 jan. 2015.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. nomenclatura dos bairros, conjuntos habitacionais e vilas. Disponível em: <<http://www.literario.com.br/calgusto4.htm>> Acesso em: 20 jun. 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. das mobilizações às redes de movimentos sociais. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2015.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Sistema Paulo Freire: uma experiência pioneira e o golpe militar de 1964, p. 187. Disponível em:<<http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/seminarios/mesa05-a.pdf>> Acesso em: 27 dez. 2014.

SEAGRI. Garantia Safra. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/content/programa-garantia-safra-0>> Acesso em: 05 jan. 2015.

SESI. Serviço Social da Indústria. Disponível em: <<http://www.sesi-ce.org.br/>> Acesso em: 15 nov. 2014.

SOUZA, Líria Alves de. Por que a urtiga queima a pele. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/quimica/por-que-urtiga-queima-pele.htm> Acesso em: 19 nov. 2014.

TERRA. E se o ato antigoverno ocorresse sob intervenção militar? Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/e-se-o-ato-antigoverno-ocorresse-sob-intervencao-militar,3121005e6c579410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>> Acesso em: 04 dez. 2014.

TERRA. EUA: petição contra Dilma não representa opinião do governo. Disponível em:<<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/eua-peticao-contradilma-nao-representa-opinio-do-governo,6d84ea4039b79410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>> Acesso em: 04 dez. 2014.

VI, Papa Paulo. Carta Encíclica *Populorum Progressio*, sobre o Desenvolvimento dos Povos Disponível em: < http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html> Acesso em: 23 jun. 2014.

XI, Papa Pio. Carta Encíclica Quadragésimo Anno da *Rerum novarum*. Disponível em:<http://w2.vatican.va/content/piusxi/pt/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadragésimoanno.html>. Acesso 15 nov. 2014.

XIII, Papa Leão. Carta Encíclica *Rerum Novarum*: sobre a condição dos operários. Disponível em:<http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerumnovarum.html>. Acesso 15 nov. 2014.

Bibliografia

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. História Oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 25 e 26, p. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jul.2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 139-154.

BARBOSA, Igor Andrade Vidal. **A governamentalidade e o desenvolvimento internacional**: um estudo de caso do Acordo do Nordeste de 1962. 2010. 92f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**. São Paulo: Olho d'Água, 2000, p.153-171.

BELTRÃO, Pedro Calderan. A regulação dos nascimentos: como determinar os períodos fecundos na vida matrimonial. Porto Alegre-RS: Globo, 1963.

_____. Família e política social. Rio de Janeiro: Agir, 1957.

_____. Sociologia do Desenvolvimento. Porto Alegre-RS: Globo, 1965. _____. Demografia: ciência da população, análise e teoria. Porto Alegre: Sulina, 1972. _____. Sociologia da família contemporânea. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

BEZERRA, Viviane Prado. **“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”**: O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BITTENCOURT, Circe. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 53-92.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda, 1971.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação história dos direitos humanos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura, KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D' Água, 2006, P. 9-21.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENRÍQUEZ, Tomás. **Promoção humana: Prática da promoção humana**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1978. Pt. 2.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração cambeba**. Fortaleza: Tropical, 1997.

FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 6, p.5-23, Jan./jun. 1992.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 73-90, dez. 1993.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: _____ (Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho d'Água, 2000, p.5-13.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 5-13.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GAIO, Daniel Machado. **A concepção de modernização na política de cooperação técnica entre o MEC e a USAID**. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. Trad. Helen Hughes e Yara Aun Khoury. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 282-295.

GUTIERREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Tradução de Álvoro Cunha. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: _____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG/UNESCO, 2003, p. 247-293.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 116-138.

LACERDA, Franciane Gama. Cidade, memória e experiência ou o cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**. São Paulo: Olho d'Água, 2000, p. 199-224.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Tradução Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MELO, Luís Gonzaga de, **Caminhada**, Campina Grande, 2000, 43p. Trabalho não publicada.

NASCIMENTO, Carlos Manuel. **Histórias e memórias dos serviços de alto-falantes de Camocim**. 2009. 63f. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas (CCH), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, 2009.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. Repressão e diplomacia: Brasil, Estados Unidos e a experiência do golpe de 1964 no Rio Grande do Norte. **Projeto História**. São Paulo, n.29, tomo 2, p. 593-603, dez. 2004.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

_____. O que faz a história diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

_____. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 296-313.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 103-130.

_____. **Ensaio de história oral**. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

ROSA, Amanda Marques. **Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta (Uberlândia-MG , ANOS 1980)**. 2011. 265 f. dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 41-81, fev. 1997. Disponível em:< <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11234/8241>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970**. 2008. 257 f. Tese (Doutorado em História do Norte e Nordeste do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

_____. **Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim (1927-1950)**. 2. ed. Sobral: Edição do autor. 2011. Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____; NASCIMENTO, Carlos Manuel do; PERREIRA, Francisco Rocha. **Sobre Camocim:** política, trabalho e cotidiano. Sobral: Edições UVA, 2013.

SILVA, Mylton Severiano da. Vida difícil: prostituição. **Realidade**, São Paulo, n.28, p. 124-141, jul. 1968.

SILVA, Vera Lúcia. **“Um oásis dos menos favorecidos da sorte”**: A experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE (1967-1972). 2011. 135 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Ceará, Sobral-CE, 2011.

_____; AGUIAR, Ana Selma Silva de. **“Um oásis dos menos favorecidos da sorte”**: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979. EGUS: Sobral, 2014.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil**: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVA, Virgínia Maria Tavares da. **A revolta do rebanho de Cristo**: o progressismo católico e a imprensa no Brasil (1950-1975). Fortaleza: EUFC, 1997.

SILVEIRA, Mariana. Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná: o “partido do sim, senhor” e a ditadura militar (1966-1979). 2008. 55 f. Monografia (Graduação em história) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

THOMPSON, E. P. “Mesa, você existe?” In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 13-18.

_____. Intervalo: a lógica histórica. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.

_____. O termo ausente: experiência. In: _____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-201.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. As peculiaridades dos ingleses. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.75-179.

_____. Folclore, antropologia e história social. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.227-267.

_____. Educação e experiência. In: _____. **Os românticos**. Tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.11-47.

_____. Prefácio. In: _____. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade.** Trad. Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 9-16.

_____. Padrões e experiências. In: _____. **A formação da classe operária inglesa, 2: a maldição de Adão.** Trad. Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 223-280.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. **Narradores do Sertão: história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses.** 2004. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2004.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História.** 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

WEBER, M. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. In: _____. **Marxismo e literatura.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.17-26.

_____. Língua. In: _____. **Marxismo e literatura.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.27-49.

_____. “Tradições, instituições e formações”. In: _____. **Marxismo e literatura.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 1979, p. 118-123.

_____. “Dominante, residual e emergente”. In: _____. **Marxismo e literatura.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 124-129.